



**Diagnóstico Social
e
Plano de Desenvolvimento
Social
2024 – 2026**

FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico Social do Concelho de Seia 2024-2026

Entidade Promotora



Largo Dr. António Borges Pires
6270- 494 Seia
<https://cm-seia.pt/>

Documento elaborado por



Colaboração

Unidade Desenvolvimento Social

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

5 de setembro de 2024

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Seia

Índice

Índice de Siglas	5
Índice de Figuras	9
Índice de Mapas	10
Índice de Gráficos	11
Índice de Quadros	20
Resumo	25
Prefácio	31
Introdução	33
I. Diagnóstico Social	45
1. Demografia	46
2. Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos	67
3. Educação, Formação e Qualificação	94
4. Saúde	136
5. Habitação	175
6. Acessibilidades	185
7. Segurança Pública e Justiça	193
8. Rede de equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social	197
9. Igualdade de Género	234
10. Grupos Historicamente Vulneráveis	245
a. Crianças, Jovens e Famílias	245
b. Pessoas Idosas	272
c. Pessoas com Deficiência e Incapacidade	285
e. Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências	297
f. Pessoas em Situação de Violência Doméstica	315
g. Migrantes e Minorias	326

II.	Plano de Desenvolvimento Social	345
III.	Bibliografia	367
IV.	Anexos	369

Índice de Siglas

- AAC| Ajuda Alimentar a Carenciados
- ABPG| Associação de Beneficência Popular de Gouveia
- ACM| Alto Comissariado para as Migrações
- AE| Agrupamento de Escolas
- AIMA| Agência para a Integração, Migrações e Asilo
- APAV| Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- APSCDFA| Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres
- ARSC| Administração Regional de Saúde do Centro
- BDVMVD| Base de Dados de Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica
- BNAUT| Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
- CAC| Comissões de Avaliação e Certificação
- CACI| Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão
- CAD| Comportamentos Aditivos e Dependências
- CAFAP| Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- CAOJ| Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens da Beira Alta
- CATL| Centro de Atividades de Tempos Livres
- CEB| Ciclo do Ensino Básico
- CEF| Cursos de Educação e Formação
- CEFP| Centro de Emprego e Formação Profissional
- CET| Curso de Especialização Tecnológica
- CIG| Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- CIMBSE| Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
- CITUR| Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo
- CJACABED| Crianças/Jovens que Assumem Comportamentos que Podem Comprometer o Seu Bem-Estar e Desenvolvimento
- CLAS| Conselho Local de Ação Social
- CMFR| Clínica de Medicina Física e de Reabilitação
- CNPDPCJ| Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
- CNQ| Catálogo Nacional de Qualificações

CPCJ | Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI | Centro de Respostas Integradas
CRP | Constituição da República Portuguesa
CSF | Comissão Social de Freguesia
CSH | Cuidados de Saúde Hospitalares
CSI | Complemento Social para Idosos
CSIF | Comissão Social Interfreguesia
CTeSP'S | Cursos Técnicos Superiores Profissionais
CVP | Cruz Vermelha Portuguesa
ECPCBEDC | Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança
EFA | Cursos de Educação e Formação de Adultos
EVIDA | Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica
ELH | Estratégia Local de Habitação
EM | Estrada Municipal
EMAT | Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal
EN | Estrada Nacional
ENCP | Estratégia Nacional de Combate à Pobreza
ENIND 2018-2030 | Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030
ENIPD | Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência
ERPI | Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
ESTH | Escola Superior de Turismo e Hotelaria
GNR | Guarda Nacional Republicana
IAS | Indexante dos Apoios Sociais
ICAD | Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências
IEFP | Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE | Instituto Nacional de Estatística
IP | Itinerário Principal
IpC | Indicador per Capita
IPG | Instituto Politécnico da Guarda
IPSS | Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS | Instituto de Segurança Social
IVG | Interrupção Voluntária da Gravidez
J.F. | Junta de Freguesia
J.I. | Jardim de Infância
LBS | Lei de Bases de Saúde
LBSE | Lei de Bases do Sistema Educativo
LPCJP | Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
LRE | Lar Residencial
NAV | Núcleo de Apoio à Vítima
NEET | *Not in Employment, Education or Training*
NUT | Unidade Territorial
OMS | Organização Mundial de Saúde
ONGs | Organizações Não Governamentais
ONU | Organização das Nações Unidas
p.p. | Pontos Percentuais
PAA | Prova de Aptidão Artística
PAIMH | Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens
PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAOIEC | Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais
PARCAD-Horizonte 2024 | Plano de Ação para Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências - Horizonte 2024
PAVMVD | Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica
PEDU | Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbanístico
PES | Programa de Emergência Social
PIPSE | Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
PLNM | Português Língua Não Materna
PNL | Plano Nacional de Leitura
PNRCAD 2030 | Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências-2030
PNSE | Programa Nacional de Saúde Escolar

PSP | Polícia de Segurança Pública
QNZ | Quadro Nacional de Qualificações
RCM | Resolução de Conselho de Ministros
RJSPTP | Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros
RNCCI | Rede Nacional de Cuidados Integrados
RSI | Rendimento Social de Inserção
RVCC | Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAAS | Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAC | Serviço de Atendimento Complementar
SACI | Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal Principal
SAD | Serviço de Apoio Domiciliário
SAP | Serviço de Atendimento Permanente
SNS | Sistema Nacional de Saúde
SPO | Serviço de Psicologia e Orientação
SUB-Seia | Serviço de Urgência Básica de Seia
TAS | Taxa de Alcoolemia no Sangue
TMP | Taxas de Mortalidade Padronizada
TPF | Transporte de Passageiros Flexível
U.F. | União de Freguesias
UCC | Unidade de Cuidados na Comunidade
UCCI | Unidade de Cuidados Continuados Integrados
UCSP | Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
ULS | Unidade Local de Saúde
UNECE | Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa
UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância
USF | Unidades de Saúde Familiar
USP | Unidade de Saúde Pública
V PNPCVDG | Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género
2014-2017

Índice de Figuras

Figura 1| Organização do Ensino Artístico Especializado

Figura 2| Melhorias Potenciadas pela Criação do SNS em Portugal

Figura 3| Organograma do Serviço de Saúde

Figura 4| Indicadores de Saúde da População

Figura 5| Constituição dos Cuidados de Saúde Hospitalares da Unidade Local de Saúde da Guarda

Figura 6| Constituição da Unidade de Cuidados de Saúde Primários do Concelho de Seia

Figura 7| Pirâmide Etária dos Utentes Inscritos na UCSP de Seia

Figura 8| Causas de Morte, Triénio 15-17/16-18 e 18

Figura 9| Acessibilidades, Concelho de Seia, 2024

Figura 10| Número de Pessoas Idosas por Tipologia de Sinalização no Âmbito do Programa "Censos Sénior", 2023

Índice de Mapas

Mapa 1 | Localização do Concelho de Seia (NUTS III e Município)

Mapa 2 | Freguesias do Concelho de Seia

Mapa 3 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Crianças e Jovens, 2024

Mapa 4 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Pessoas Idosas no Concelho de Seia, 2024

Mapa 5 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

Mapa 6 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Família e Comunidade no Concelho de Seia, 2024

Índice de Gráficos

Gráfico 1| Entidade Parceiras do CLAS de Seia, Segundo a Natureza Jurídica

Gráfico 2| Densidade Populacional do Concelho de Seia, por Freguesia, 2011-2021

Gráfico 3| Evolução da População Residente, 1960-2021

Gráfico 4| População Residente na CIMBSE, 2011-2021

Gráfico 5| População Residente no Concelho de Seia, por Faixa Etária e Sexo, 2022

Gráfico 6| População Residente no Concelho de Seia, por Sexo, 2022

Gráfico 7| Número de Nados-vivos e Taxa Bruta de Natalidade no Concelho de Seia, 2011-2022

Gráfico 8| Taxa Bruta de Natalidade no Concelho de Seia, CIMBSE e Portugal, 2011-2022

Gráfico 9| Número de Óbitos no Concelho de Seia, por Sexo e Taxa de Mortalidade, 2011-2022

Gráfico 10| Variação da Natalidade e da Mortalidade nas Freguesias do Concelho de Seia (%) - 2011-2021

Gráfico 11| Índice de Dependência dos Jovens na CIMBSE, 2011-2022

Gráfico 12| Índice de Dependência dos Idosos na CIMBSE, 2011-2022

Gráfico 13| Variação dos Índices de Dependência de Jovens e Idosos, por Freguesia, 2011-2021

Gráfico 14| Evolução do Índice de Envelhecimento, 2011-2022

Gráfico 15| Saldos Populacionais no Concelho de Seia, 2011-2022

Gráfico 16| Evolução do Saldo Migratório e do Saldo Natural no Concelho de Seia, 2011-2021

Gráfico 17| Evolução do Saldo Migratório e do Saldo Natural na CIMBSE, 2011-2022

Gráfico 18| Proporção da População Residente no Concelho de Seia, com pelo Menos Uma Dificuldade, 2011-2021

Gráfico 19| Número de Empresas no Concelho de Seia, 2022

Gráfico 20| Pessoal ao Serviço das Empresas no Concelho de Seia, por Atividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2022

Gráfico 21| Percentagem de População Empregada por Conta de Outrem no Concelho de Seia, por Sector de Atividade, 2022

Gráfico 22| População Empregada no Concelho de Seia, Total e por Nível de Escolaridade Completo, 2001-2021

Gráfico 23| Taxa de Emprego e Desemprego no Concelho de Seia, 2011-2021

Gráfico 24| Taxa de Desemprego no Concelho de Seia, por Grupo Etário, 2001-2021

Gráfico 25| Taxa de Desemprego no Concelho de Seia, Segundo os Censos: Total e por Sexo (%)

Gráfico 26| Desempregados Inscritos no CEFP de Seia (Média Anual - 2022)

Gráfico 27| Desempregados Inscritos no CEFP de Seia (Média Anual), por Nível de Escolaridade Completo, 2023

Gráfico 28| Diferença Entre o Salário Mínimo e Médio (€), 2009-2019

Gráfico 29| Ganho Médio Mensal dos/das Trabalhadores/as por Conta de Outrem nos Estabelecimentos no Concelho de Seia, por Sexo, 2018-2021

Gráfico 30| Ganho Médio Mensal dos/das Trabalhadores/as por Conta de Outrem nos Estabelecimentos por Município e Nível de Habilidades, 2021

Gráfico 31| Indicador Per Capita do Poder de Compra (€)

Gráfico 32| Agregados Fiscais (N.º) por Escalões de Rendimento Bruto Declarado Deduzido do IRS Liquidado no Concelho de Seia, 2021

Gráfico 33| Beneficiárias/os de Subsídios de Desemprego da Segurança Social por Município, 2022

Gráfico 34| Beneficiárias/os de Subsídios de Desemprego da Segurança Social no Concelho de Seia, por Faixa Etária, 2022

Gráfico 35| Número de Titulares com Lançamento de Abono de Família no Concelho de Seia, Abril de 2024

Gráfico 36| Número de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens no Concelho de Seia, por Escalão Etário, Abril de 2024

Gráfico 37| Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no Concelho de Seia, 2014-2022

Gráfico 38| Total de Alunos Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Básico e Secundário no Concelho de Seia, 2001-2022

Gráfico 39| Alunos Matriculados por Nível de Ensino, no Concelho de Seia, 2011-2022

Gráfico 40| Alunos Matriculados no Ensino Público e no Ensino Privado no Concelho de Seia, 2022

Gráfico 41| Número de Estabelecimentos de Ensino Público e Privado, por Localização Geográfica, 2022

Gráfico 42| Estabelecimentos de Ensino Privado na CIMBSE, por Nível de Ensino, 2022

Gráfico 43| Proporção de Alunos Matriculados no Concelho de Seia, por Nível de Ensino em Relação à População Residente, 2022

Gráfico 44| Evolução do Número de Alunos no Ensino Pré-Escolar da Rede Pública no Concelho de Seia, Anos Letivos entre 2020-2023

Gráfico 45| Evolução do Número de Alunos no Ensino Pré-Escolar no Agrupamento de Escolas de Seia, por Jardim de Infância

Gráfico 46| Evolução do Número de Alunos no Ensino Pré-Escolar no Agrupamento Guilherme Correia de Carvalho, por Jardim de Infância

Gráfico 47| Número de Alunos de Ensino Pré-Escolar na Rede Privada no Concelho de Seia, no Ano Letivo 2022-2023

Gráfico 48| Evolução do Número de Alunos no 1º CEB no Agrupamento de Escolas de Seia, por Escola

Gráfico 49| Evolução do Número de Alunos no 1º CEB no Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, por Escola

Gráfico 50| Evolução do Número de Alunos no 2º e 3º CEB - EB 2, 3 Dr. Guilherme Correia de Carvalho

Gráfico 51 | Evolução do Número de Alunos, no 2º, 3º CEB e CEF - Agrupamento de Escolas de Seia, Anos Letivos entre 2020-2023

Gráfico 52 | Distribuição de Alunos do Ensino Secundário no Concelho de Seia, por Curso, Ano Letivo 2022-2023

Gráfico 53 | Alunos Matriculados no Ensino Secundário, Concelho de Seia, 2017-2023

Gráfico 54 | Evolução de Alunos Inscritos no Ensino Profissional, Concelho de Seia, 2017-2023

Gráfico 55 | Número Total de Alunos com Medidas (Seletivas e Adicionais) por AE, Ano Letivo 2022-2023

Gráfico 56 | Número Médio de Alunos com Computador e Ligação à Internet no Ensino Básico e Secundário no Concelho de Seia, 2019-2022

Gráfico 57 | Alunos Estrangeiros Matriculados no AE Dr. Guilherme Correia Carvalho, Ano Letivo 2022-2023

Gráfico 58 | Alunos Estrangeiros Matriculados no Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia Carvalho, Ano Letivo 2023-2024

Gráfico 59 | Alunos Estrangeiros Matriculados no Agrupamento de Escolas de Seia, Ano Letivo 2022-2023

Gráfico 60 | Alunos Estrangeiros Matriculados no Agrupamento de Escolas de Seia, Ano Letivo 2023-2024

Gráfico 61 | Alunos Certificados nos Últimos Quatro Anos, 2020-2023

Gráfico 62 | Habilidades Literárias da População no Concelho de Seia, 2011-2021

Gráfico 63 | Distribuição de Utentes Inscritos na USCP de Seia, por Polos e por Sexo, Maio de 2024

Gráfico 64 | Distribuição de Utentes Inscritos na USCP de Seia, por Polos e Faixa Etária, Maio de 2024

Gráfico 65 | Proporção de Pessoas Inscritas na USCP Seia, Segundo a Atribuição de Médico de Família

Gráfico 66 | Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade, Fecundidade e Natalidade, 2011-2021

Gráfico 67 | Taxa de Mortalidade Infantil, Neonatal e Perinatal, 2021

Gráfico 68 | Evolução da Taxa de Mortalidade, 2001-2021

Gráfico 69 | Percentagem de Óbitos, por Causa de Morte, 2019-2022

Gráfico 70 | Número Total de Pessoas com Indicadores de Doença Mental, por Faixa Etária, nos CSP Seia, Maio de 2024

Gráfico 71 | Número Total de Pessoas por Sintomatologia, nos CSP de Seia, Maio de 2024

Gráfico 72 | Número de Alojamentos no Concelho de Seia, 2011-2021

Gráfico 73 | População Residente nos Alojamentos, por Local de Residência e Tipo (Alojamento), 2021

Gráfico 74 | Número de Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual, por Freguesia e Regime de Ocupação, 2021

Gráfico 75 | Proporção de Edifícios com Necessidade de Reparação (%) no Concelho de Seia, por Local de Residência, 2021

Gráfico 76 | Proporção de Edifícios com Necessidade de Reparação (%) no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Gráfico 77 | Agregados Domésticos Privados (N.º) nos Alojamentos Familiares Clássicos Sobrelotados no Concelho de Seia, 2021

Gráfico 78 | Número de Crimes Registados pelas Polícias, na CIMPSE, 2021-2023

Gráfico 79 | Número de Crimes Registados pelas Polícias no Concelho de Seia, por Tipo, 2023

Gráfico 80 | Equipamentos Sociais Segundo a População-Alvo no Concelho de Seia, 2024

Gráfico 81 | Respostas Sociais, por Natureza Jurídica, no Concelho de Seia, 2024

Gráfico 82 | Número de Pessoas Apoiadas no Âmbito do Programa ABEM no Concelho de Seia, 2023

Gráfico 83 | Eleitores nas Eleições para as Autarquias Locais no Concelho de Seia, Total, Votantes e Abstenção, 2021

Gráfico 84 | Taxa de Abstenção nas Eleições Autárquicas no Concelho de Seia, 2013-2021

Gráfico 85 | População Residente no Concelho de Seia, por Faixa Etária, por Sexo e Total, 2023

Gráfico 86 | Taxa de Atividade, na CIMPSE, 2023

Gráfico 87 | População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente no Concelho Seia, 2022

Gráfico 88 | Taxa de Desemprego no Concelho de Seia, por Sexo, 2021

Gráfico 89 | Saldo Natural (N.º), CIMPSE, 2011-2022

Gráfico 90 | Taxa Bruta de Natalidade (%), CIMPSE, 2011-2022

Gráfico 91 | Número de Óbitos Infantojuvenis, no Concelho de Seia, 2011-2022

Gráfico 92 | Nº de Processos Movimentados pelas CPCJ, 2019 e 2023

Gráfico 93 | Percentagem de Crianças Sinalizadas, por Nacionalidade, 2023

Gráfico 94 | Tipologias de Perigo Evidenciadas na CPCJ de Seia, 2023

Gráfico 95 | Dimensão das Famílias, Concelho de Seia, 2011-2021

Gráfico 96 | Proporção de Núcleos Familiares Reconstituídos no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Gráfico 97 | Proporção de Núcleos Familiares Monoparentais no Concelho de Seia, por Freguesia, 2011-2021

Gráfico 98 | Proporção de Núcleos Familiares com Filhos Desempregados no Concelho de Seia, 2021

Gráfico 99 | Proporção de Núcleos Familiares de Casais Ambos Desempregados no Concelho de Seia, 2021

Gráfico 100 | Proporção de Agregados Domésticos Privados com Todos os Indivíduos Desempregados no Concelho de Seia, 2021

Gráfico 101| Núcleos Familiares com Crianças Menores de 6 anos, Residentes no Concelho de Seia, 2021

Gráfico 102| Núcleos Familiares com Crianças Menores de 6 anos, Residentes no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Gráfico 103| População Residente com 65 ou Mais Anos no Concelho de Seia, 2022

Gráfico 104| População Residente com 65 ou Mais Anos no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Gráfico 105| Percentagem de Famílias Clássicas Unipessoais com 65 ou Mais Anos no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Gráfico 106| Percentagem de População com 15 ou Mais Anos de Idade com pelo Menos Uma Dificuldade no Concelho de Seia, 2021

Gráfico 107| Percentagem de População Residente com Pelo Menos Uma Dificuldade no Concelho de Seia, por Freguesia/União de Freguesias, 2021

Gráfico 108| População Residente com Dificuldades no Concelho de Seia, por Tipo de Dificuldade, 2021

Gráfico 109| Indivíduos com Dificuldade (nº) nos Agregados Domésticos Privados por Local de Residência e Grupo Etário, 2021

Gráfico 110| População com 15 Anos ou Mais com Dificuldades por Condição Perante o Trabalho e Tipo de Dificuldade, 2021

Gráfico 111| Número de Consumidores com Problemas Ligados ao Álcool, por Faixa Etária, 2024

Gráfico 112| Número de Consumidores com Problemas Ligados ao Consumo de Estupefácia no Concelho de Seia, por Faixa Etária, 2024

Gráfico 113| Familiares em Acompanhamento pelo Projeto “Novo Alavanca”, por Faixa Etária, 2024

Gráfico 114| Número de Pessoas Ligadas ao Consumo de Álcool e Estupefácia em Acompanhamento pela Equipa do SAAS, por Faixa Etária, 2024

Gráfico 115| Lesados Ofendidos Identificados em Crimes de VD Contra Cônjugue ou Análogo, por Sexo, Portugal, 2023

Gráfico 116| Nível de Escolaridade das Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, 2023

Gráfico 117| Situação Profissional das Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, 2023

Gráfico 118| Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, por Estado Civil, 2023

Gráfico 119| Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, por Relação com o Agressor, 2023

Gráfico 120| Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, Fontes de Denúncia, 2023

Gráfico 121| Número de Agressores no Concelho de Seia, por Faixa Etária dos/as Agressores/as, 2023

Gráfico 122| Situação Profissional dos/as Agressores/as no Concelho de Seia, 2023

Gráfico 123| Percentagem das Vítimas de Violência Doméstica, Segundo o Sexo, 2023

Gráfico 124| População Imigrante Residente no Concelho de Seia, Segundo a Nacionalidade, 2011-2021

Gráfico 125| População Imigrante Residente no Concelho de Seia, Segundo a Nacionalidade e o Sexo, 2021

Gráfico 126| Entrada de População no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Gráfico 127| Entrada de População no Concelho de Seia, por Motivo, 2021

Gráfico 128| População Estrangeira que Adquiriu Nacionalidade Portuguesa, 2011-2022

Gráfico 129| Evolução do Saldo Migratório e do Saldo Natural no Concelho de Seia e na CIMBSE, 2011-2022

Gráfico 130| Número de Imigrantes Residentes no Concelho de Seia, 2011-2022

Gráfico 131| População Imigrante Residente no Concelho de Seia, Segundo a Nacionalidade, 2022

Gráfico 132 | Estrangeiros com Estatuto Legal de Residente, no Concelho de Seia, por Sexo, 2022

Gráfico 133 | Total de Beneficiários em Acompanhamento pela Equipa do RSI-SAAS, por Idade, Abril de 2024

Gráfico 134 | Titularidade da Prestação de RSI, Abril de 2024

Gráfico 135 | Composição dos Agregado Familiares de Etnia Cigana em Acompanhamento pela Equipa do RSI-SAAS, 2021-2024

Gráfico 136 | Habilidades Literárias dos Titulares de Prestação de RSI de Etnia Cigana no Concelho de Seia em Acompanhamento pela Equipa do RSI-SAAS, 2021-2024

Índice de Quadros

Quadro 1 | População Residente por Freguesia

Quadro 2 | População Residente no Concelho de Seia, por Freguesia e Grupo Etário, 2021

Quadro 3 | Número de Beneficiários de Subsídio Social de Desemprego no Concelho de Seia, por Escalão Etário e Sexo, Abril de 2024

Quadro 4 | Indicadores de Prestações Sociais da Segurança Social por Município, 2022

Quadro 5 | Pensionistas da Segurança Social, por Tipo de Pensão, 2022

Quadro 6 | Principais Prestações Familiares da Segurança Social, 2022

Quadro 7 | Número de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens no Concelho de Seia, por Escalão de Rendimento do Agregado e Majoração Monoparental, Abril de 2024

Quadro 8 | Número de Titulares do Complemento de Garantia para a Infância no Concelho de Seia, por Freguesia e Idade, Abril de 2024

Quadro 9 | Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, por Local de Residência e Grupo Etário, 2022

Quadro 10 | Número de Beneficiários de CSI do Concelho de Seia, por Faixa Etária e por Sexo, Abril de 2024

Quadro 11 | Evolução por Escolas do Número de Alunos no 2º e 3º CEB do Ensino Básico no Concelho de Seia, Anos Letivos entre 2020-2023

Quadro 12 | Evolução do Número de Alunos no Conservatório de Música de Seia, 2019-2023

Quadro 13 | Oferta Educativa do Agrupamento de Escolas de Seia

Quadro 14 | Oferta Formativa da Escola Profissional da Serra da Estrela, 2022-2023

Quadro 15 | Oferta Formativa da Escola Evaristo Nogueira, 2022-2023

Quadro 16 | Oferta Formativa da ESTH, Ano Letivo 2023-2024

Quadro 17 | Número de Alunos Inscritos na ESTH, por Curso, Ano Letivo 2023-2024

Quadro 18 | Alunos Inscritos na ESTH, por Nacionalidade, por Curso, no Ano Letivo de 2021-2022

Quadro 19 | Número de Alunos por Ciclo de Estudos, por AE, Ano Letivo 2022-2023

Quadro 20 | Medidas Seletivas e Adicionais Aplicadas, por AE, Ano Letivo 2022-2023

Quadro 21 | Número de Recursos Humanos, por AE, Ano Letivo 2022-2023

Quadro 22 | Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico e Ensino Secundário no Concelho de Seia, Ano Letivo 2021-2022

Quadro 23 | Taxa de Transição/Conclusão do Ensino Básico e Secundário no Concelho de Seia, Ano Letivo 2021-2022

Quadro 24 | Áreas de Certificação do Centro Qualifica da EPSE

Quadro 25 | Taxa de Analfabetismo (%) por Local de Residência à Data dos Censos (2021)

Quadro 26 | Número de Atendimentos Realizados entre 2019 e 2022 na Unidade de Cuidados Hospitalares

Quadro 27 | Especialidades e Consultas Médicas na SUB Seia, 2023

Quadro 28 | Especialidades Sem Movimento nos Últimos Dois Anos, no HNSA

Quadro 29 | Número de Camas, por Serviço, no HNSA

Quadro 30 | Recursos Humanos, por Serviço, HNSA

Quadro 31 | Número de Utentes Abrangidos pelos UCSP, por Freguesia, Maio de 2024

Quadro 32 | População Inscrita na USCP de Seia, por Sexo e Faixa Etária, Maio de 2024

Quadro 33 | Distribuição dos Recursos Humanos no Centro de Saúde de Seia

Quadro 34 | Número de Médicos/as, Enfermeiros/as e Farmácias e/ou Postos Móveis, por cada 1000 Habitantes

Quadro 35 | Serviços Disponibilizados pela UCC de Seia

Quadro 36 | Constituição da Unidade de Cuidados Continuados Integrados

Quadro 37 | Recursos Humanos da UCCI, 2024

Quadro 38 | Recursos Humanos da CMFR

Quadro 39 | Índice de Dependência no Concelho de Seia, Maio de 2024

Quadro 40 | Número de Partos Realizados, 2011-2022

Quadro 41 | Número de Interrupções Voluntárias da Gravidez, 2008-2016

Quadro 42 | Principais Diagnósticos de Doentes Saídos de Internamento, ULS da Guarda, 2021

Quadro 43 | Diagnósticos Ativos Mais Frequentes em Utentes dos Cuidados de Saúde Primários, ULS da Guarda, 2021

Quadro 44 | Número de Alojamento Familiares no Concelho de Seia, por Problemática Identificada, 2021

Quadro 45 | Edifícios (N.º) por Dimensão de Pisos e Existência de Elevador, no Concelho de Seia, 2021

Quadro 46 | Valor Mediano das Vendas por m² de Alojamentos Familiares por Localização Geográfica, 2021-2022

Quadro 47 | Quadro - Resumo da Criminalidade Juvenil no Concelho de Seia, 2023

Quadro 48 | Capacidade e Taxa de Ocupação das Respostas Sociais para Crianças e Jovens no Concelho de Seia

Quadro 49 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Crianças e Jovens no Concelho de Seia, 2024

Quadro 50 | Caracterização das Crianças e Jovens do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens em Risco - Solar do Mimo, 2024

Quadro 51 | Caracterização dos Jovens do Apartamento de Autonomia - Solar do Mimo, 2024

Quadro 52 | Equipamentos Sociais Segundo a Resposta, a Capacidade, a Taxa de Ocupação e a Lista de Espera das Respostas Sociais para a População Idosa no Concelho de Seia, 2024

Quadro 53 | Capacidade e Taxa de Ocupação das Respostas Sociais para a População Idosa no Concelho de Seia, 2024

Quadro 54 | Equipamentos Sociais no Concelho de Seia, por Resposta, Capacidade, Taxa de Ocupação e Lista de Espera no Âmbito da Deficiência/Incapacidade, 2024

Quadro 55 | Dados Relativos às Pessoas com Deficiência e Incapacidade, no ABPG, 2024

Quadro 56 | Capacidade e Taxa de Ocupação das Respostas Sociais para Famílias e Comunidade no Concelho de Seia, 2024

Quadro 57 | Equipamentos Sociais Segundo a Resposta, a Capacidade e a Taxa de Ocupação das Respostas Sociais para Famílias e Comunidade no Concelho de Seia, 2024

Quadro 58 | Resposta de Emergência Social-Cantina Social no Concelho de Seia, por Equipamento Social e Freguesia, 2024

Quadro 59 | Equipamento Pertencentes à Rede "Entrelaços", Segundo o Número de Famílias, Cidadãos e Crianças e Jovens Apoiados, 2023

Quadro 60 | Número de Pessoas Apoiadas em Despesas com Medicamentos

Quadro 61 | Associações e Coletividades por Freguesia, 2024

Quadro 62 | Mandato Autárquico Seia, 2021-2025

Quadro 63 | População Residente no Concelho de Seia, com Idade Inferior a 19 anos, 2011-2021

Quadro 64 | Volume Processual da CPCJ de Seia, 2020-2023

Quadro 65 | Análise Comparativa Processos Arquivados na CPCJ de Seia, 2020-2023

Quadro 66 | Entidades Sinalizadoras dos Processos Instaurados na CPCJ de Seia, em 2020 e 2023

Quadro 67 | Número de Crianças Acompanhadas por Escalão Etário, Deficiência, Tipologia de Maus-Tratos e Medidas de Promoção e Proteção com Maior Evidência

Quadro 68 | Atividades Realizadas pela CPCJ de Seia, 2023

Quadro 69 | Proporção e Variação de Famílias Monoparentais no Concelho de Seia, 2011-2021

Quadro 70 | Número de Famílias no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Quadro 71| Núcleos Familiares Unipessoais Residentes no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Quadro 72| População com Idade >65 anos Institucionalizada no Concelho de Seia, 2021

Quadro 73| População Inscrita no Programa “Saúde em Movimento”, 2023-2024

Quadro 74| Número de Pessoas Idosas Sinalizadas no Âmbito do Programa “Censos Séniors”, por Faixa Etária, 2023

Quadro 75| Número de Pessoas Idosas Sinalizadas no Âmbito do Programa “Censos Séniors” por Freguesia, 2023

Quadro 76| Quadro Estratégico da UE para as Pessoas com Deficiência

Quadro 77| Eixos Estratégicos da ENIPD

Quadro 78| Número de Pessoas em Acompanhamento pela Equipa do RSI – SAAS, com Problemas de Alcoolismo e Consumos, Abril de 2024

Quadro 79| Prestações Sociais Atribuídas a Indivíduos com CAD, em Acompanhamento pela Equipa do RSI- SAAS, Abril de 2024

Quadro 80| Ocupação/Inserção das Pessoas com CAD, em Acompanhamento pela Equipa RSI-SAAS, Abril de 2024

Quadro 81| Dados do CRI da Guarda Referentes ao Concelho de Seia

Quadro 82| Certificados Emitidos pela AIMA no Concelho de Seia, por Nacionalidade dos Requerentes, 2017-2024

Quadro 83| Famílias em Acompanhamento pelo SAAS, por Nacionalidade, Abril de 2024

PREFÁCIO

*“Para agir é preciso conhecer;
Para conhecer, é preciso diagnosticar!”*
Fialho, C. & Saragoça, J. (2015)

Os municípios desempenham um papel crucial no desenvolvimento local, atuando como catalisadores de mudanças positivas e sustentáveis nas comunidades que administram. Seia não é exceção e tem pautado a sua governação pelo progressivo conhecimento da comunidade, que é um sistema aberto e por isso dinâmico. Os desafios de ontem não são os de hoje e, certamente, não serão os de amanhã. Importante é manter o foco na melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos Senenses e de todos aqueles que, por diversos motivos, veem no concelho de Seia um destino. Enquanto autarca tenho o privilégio de testemunhar, diariamente, os esforços incansáveis da nossa comunidade em tornar o concelho um lugar melhor para viver e trabalhar.

O presente documento - Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social 2024-2026 - que é enquadrado na intervenção da Rede Social, além de um documento estruturante para o desenvolvimento do concelho, é um exemplo claro de auscultação, planeamento e implementação de medidas que promovam o desenvolvimento do território.

O desenvolvimento social de um concelho é essencial para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e promover um ambiente de coesão e inclusão e, neste sentido, a Câmara Municipal de Seia, com o presente documento, tem como principais focos: 1) promoção da inclusão social na busca de um desenvolvimento social que garanta que todos os membros da comunidade tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos, independentemente da sua origem socioeconómica, etnia ou género; 2) melhoria da qualidade de vida, investindo em infraestruturas que melhorem significativamente a qualidade de vida dos cidadãos; 3) fortalecimento da coesão comunitária apostando no incremento dos laços comunitários, incentivando a participação ativa dos cidadãos em projetos e decisões que afetam a sua vida; 4)

estimulação do desenvolvimento económico com o pressuposto de que o desenvolvimento social pode levar à criação de empregos, ao aumento do nível educacional da população e à promoção de pequenas e médias empresas, que são motores fundamentais do desenvolvimento económico local; 5) redução da criminalidade e da marginalização, intervindo na real raiz das causas da exclusão social que, tendencialmente, terá um impacto positivo na segurança do concelho; 6) sustentabilidade e resiliência, viabilizando um desenvolvimento social sustentável que considere o impacto ambiental e a busca de soluções que sejam viáveis a longo prazo, já que, um concelho que integra práticas sustentáveis nos seus projetos sociais estará mais bem preparado para enfrentar desafios futuros, como mudanças climáticas e crises económicas; 7) apoio à saúde mental e bem-estar, pois, para além de serviços de saúde física, é importante investir em apoio psicológico e emocional para a população e em programas que promovem o bem-estar mental essenciais para garantir uma comunidade saudável e resiliente.

O desenvolvimento social é, assim, um pilar fundamental para o progresso de qualquer concelho. Ao priorizar a inclusão, a igualdade de oportunidades e o bem-estar geral, um concelho pode garantir um futuro mais promissor e harmonioso para todos os seus habitantes. Portanto, investir no desenvolvimento social não é apenas uma obrigação moral, mas também uma estratégia inteligente para alcançar um crescimento sustentável e duradouro.

Agradeço a todos os colaboradores, parceiros e cidadãos que, com dedicação e espírito de cooperação, contribuíram para a atualização deste documento. Acredito que este Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social servem como uma fonte de inspiração e motivação para todos, incentivando a participação ativa e contínua na construção do nosso futuro comum.

Em nome da Câmara Municipal de Seia, reitero o compromisso de continuar a trabalhar com transparência, responsabilidade e inovação, sempre em prol dos interesses dos nossos munícipes e do desenvolvimento social do concelho.

Luciano Ribeiro

Resumo

A Rede Social é entendida como uma estrutura que incentiva os organismos do sector público (desconcentrados e autarquias), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a integrarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de trabalho em parceria.

É, assim, no âmbito da competência da Rede Social de Seia que é atualizado o Diagnóstico Social do concelho, que comporta um processo de recolha/levantamento e sistematização de informação, para conhecimento e compreensão dos problemas e necessidades de um determinado contexto, suas causas e evolução ao longo do tempo, assim como os fatores condicionantes e de risco, não negligenciando os recursos e as potencialidades no território.

Do ponto de vista metodológico, o presente documento baseia-se numa estratégia participada e reflexiva de planeamento, onde se valorizaram os dados quantitativos da informação disponível nas diferentes fontes oficiais de informação, nomeadamente INE, PORDATA, documentos estatísticos setoriais, dados dos vários ministérios, bases de dados municipais e de instituições locais. Um dos momentos que se revestiu de grande importância para a atualização deste documento, no contexto dos princípios que se consideraram essenciais - participação e partilha - foi a aplicação de um inquérito por questionário, realizado *online*, dirigido às entidades do Conselho Local de Ação Social de Seia e aos municípios, bem como os *Focus Group* com grupos populacionais vulneráveis e entidades parceiras e ainda análise *Swot* aplicada a diversas entidades do concelho.

O presente documento encontra-se dividido em duas partes. A parte I integra o Diagnóstico propriamente dito, subdividido em 10 tópicos: 1) Demografia; 2) Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos; 3) Educação, Formação e Qualificação; 4) Saúde; 5) Habitação; 6) Acessibilidades; 7) Segurança Pública e Justiça; 8) Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social; 9) Igualdade de Género; 10) Grupos Historicamente Vulneráveis. Na parte II encontra-se o Plano de Desenvolvimento Social, resultante da análise dos indicadores recolhidos e da informação relativa à consciência

coletiva dos problemas/desafios do território, e construído com vista no desenvolvimento social concelhio.

No que à Demografia diz respeito a população do concelho de Seia encontra-se numa curva descendente há várias décadas, sendo contabilizados 21755 residentes em 2021; em curva decrescente encontra-se também a taxa de natalidade e a percentagem de jovens com idades inferiores a 15 anos. Em contrapartida, a taxa de população imigrante entre 2011 e 2022 cresceu 80% e o número de pessoas idosas registou um aumento constante sendo, em 2022, 35,2% da população residente no concelho.

No que concerne às Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos, o número de empresas tem vindo a aumentar, ainda que de forma suave, e assistimos a uma diminuição da taxa de desemprego. Destaca-se, em 2021, uma percentagem de 41,6% dos agregados familiares em situação de pobreza e/ou risco de pobreza e 43,4% da população residente na condição de pensionista (invalidez, velhice ou sobrevivência).

Relativamente à área da Educação, Formação e Qualificação constata-se que o número de alunos matriculados nos níveis de ensino entre o pré-escolar e o secundário tem vindo a decrescer. Verifica-se, também, que a população residente no concelho de Seia tem vindo a aumentar os seus níveis de escolaridade, nomeadamente no que diz respeito ao ensino secundário e ensino superior.

No que se refere à área da Saúde, em 2023, no Serviço de Urgência Básica de Seia verificou-se um aumento dos atendimentos realizados. No que respeita às especialidades, é possível observar que, em 2023, no concelho de Seia, foram realizadas mais consultas ao nível da medicina interna, seguido da urologia, da cirurgia geral e da psiquiatria. Segundo dados do INE, em 2024, do total de pessoas inscritas na USCP de Seia, verifica-se que 17 855 (83,40%) tinha médico de família atribuído e 3 552 (16,59%) não tinha. Regista-se, ainda, a existência dois utentes (0.01%) sem médico de família por opção. No que ao rácio de pessoal médico e de enfermagem diz respeito, ambos estão a baixo da média regional e nacional. A prestação de Cuidados Continuados Integrados (CCI), no Concelho de Seia, é assegurada por unidades de internamento, de ambulatório e por equipas hospitalares e domiciliárias (HNSA e Santa Casa da Misericórdia de Seia). Assistiu-se ainda a um aumento da mortalidade sendo as principais causas de morte: doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e doenças do aparelho respiratório.

Quanto a dados sobre a saúde mental, não foi possível aceder a um número suficiente de indicadores que permitissem uma caracterização fina no domínio da saúde mental, para o concelho de Seia. Todavia, em maio de 2024, o número total de diagnósticos ativos de saúde mental era de 12 229, constatando-se que a prevalência de sintomas se agrava consoante o avançar da idade, sendo na faixa etária dos 60 aos 64 anos que se observa o maior número de pessoas com indicadores de doença neste âmbito.

No concelho de Seia foi reconhecido, em 2023, o estatuto do Cuidador Informal a 59 pessoas (45 são mulheres e 14 são homens), sendo que a maioria se encontra nas faixas etárias dos 40 aos 79 anos. É de salientar a existência de três cuidadoras informais na faixa etária dos 80 aos 99 anos.

No âmbito da Habitação, verifica-se a existência de um grande número dos edifícios que requerem reparação ou melhoramentos, o mesmo ocorrendo com as habitações do concelho. No ano de 2021, o parque habitacional era constituído, por 17631 alojamentos, dos quais 9167 correspondiam a alojamento de residência habitual e 5482 a residência secundária; 1699 encontravam-se disponíveis para venda ou arrendamento, 1273 estavam destinados a outro fim e apenas 10 correspondiam a alojamentos não-clássicos. Comparativamente ao levantamento realizado nos Censos 2011, observou-se uma diminuição de alojamentos clássicos disponíveis e uma redução dos alojamentos não-clássicos. Ainda em 2021, descrito no diagnóstico da ELH de Seia-Alteração de 2023, existiam, à data, 19 alojamentos familiares sem abastecimento de água, 40 sem ligação à rede de esgotos, 10 sem eletricidade, 3 sem qualquer tipo de sistema de aquecimento e, de acordo com a Portaria n.º 243/84, de 17 de abril, 60 sem condições mínimas de habitabilidade. Relativamente ao mercado de arrendamento o mesmo é insuficiente e no que ao índice de preços da habitação diz respeito o mesmo aumentou 8,2% em 2023, face ao valor dos arrendamentos do ano anterior.

Na temática Acessibilidades há que referir que as características do território do concelho de Seia não contribuem para o desenvolvimento desta área, uma vez que o território é muito disperso e marcado por declives. Não obstante, o concelho de Seia não é servido por nenhuma autoestrada, nem por itinerários principais ou complementares. A cobertura da rede de transportes é considerada insuficiente quer no domínio interfreguesias, como na ligação com os concelhos limítrofes, apresentando desafios

relacionados com a capacidade para cobrir vários trajetos, com a frequência e diversidade de horários e com as tarifas praticadas. No ano 2024 foi implementado em parceria com a CIMBSE o Transporte Flexível a Pedido (Mobiflex) com o objetivo de dar resposta às fragilidades sentidas ao nível dos transportes. Tem sido um objetivo do município de Seia tornar o concelho cada vez mais inclusivo, tendo sido realizadas recentemente adaptações em 80% dos espaços públicos com vista à promoção da inclusão e acessibilidade.

A Segurança Pública e Justiça é uma outra temática do presente diagnóstico. Nesta área foi identificado um aumento significativo do número de crimes registados pelas Forças de Segurança com grande prevalência dos crimes “contra as pessoas”. De salientar também que foi identificado que após a pandemia se registou um agravamento da delinquência juvenil.

Relativamente à Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social contabilizam-se diversos equipamentos sociais, sendo os mais representativos ao nível das pessoas idosas, onde a taxa de ocupação excede os 100% na resposta Estrutura Residencial para Idosos e se verificam extensas listas de espera.

Quanto às questões relativas à Igualdade de Género há que referir que na população residente no concelho de Seia, em 2023, foi contabilizada uma maioria relativa de mulheres (52,5%) face aos homens (47,5%). No que à tipologia de famílias diz respeito, onde existem crianças até aos 6 anos, continuam a ser as famílias nucleares as que se encontram em maior número, seguidas das famílias monoparentais femininas (88) e posteriormente as famílias monoparentais masculinas (8). Menciona-se ainda que em 2022, no concelho de Seia, existia uma maioria relativa de mulheres com estatuto legal de residente, face ao número de homens. No que à taxa de desemprego diz respeito, a mesma era superior no sexo masculino.

Relativamente aos Grupos Historicamente Vulneráveis destaca-se o seguinte:

a) Crianças, Jovens e Famílias: em 2021 residiam no concelho 2866 crianças e jovens (até aos 19 anos) o que representava 13,40% do total da população, valores inferiores aos apresentados no ano de 2011; o número de famílias no concelho de Seia, em 2021, era de 9177, o que evidencia um decréscimo face a 2011; a maioria dos agregados familiares são compostos por duas pessoas, seguido dos agregados familiares unipessoais; entre 2011 e 2021, houve um aumento generalizado de famílias monoparentais; em 2021, 11%

da população do concelho de Seia vivia sozinha, o correspondente a 2452 pessoas; a população infantojuvenil regista um decréscimo nas últimas décadas; as sinalizações na CPCJ diminuíram, tendo aumentado o número de processos reabertos;

b) Pessoas Idosas: o número de pessoas com mais de 65 anos tem vindo a aumentar, (em 2022, residiam 7528 pessoas com 65 anos ou mais, o que correspondia a 35,2% da população total), tal como acontece com os agregados unipessoais com mais de 65 anos. O índice de envelhecimento é significativamente elevado;

c) Migrantes e Minorias: em 2021 residiam no concelho de Seia 288 indivíduos de nacionalidade estrangeira, o que equivalia a 15,8% dos imigrantes residentes no distrito e, em 2021, registou-se um aumento do valor apresentado. Relativamente ao ano de 2022, e segundo os dados disponibilizados pelo INE, das 518 pessoas imigrantes residentes no concelho de Seia, a maioria tinha nacionalidade brasileira (27%). Conclui-se que tem sido crescente o número de migrantes em Seia;

d) Pessoas com Deficiência e Incapacidades: Em 2021, residiam no concelho de Seia, 10 931 pessoas, com 15 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, o que representava 50,24 % da população residente.

e) Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências: o álcool surge como a substância psicoativa mais consumida no concelho de Seia (113 indivíduos acompanhados), verificando-se a mesma tendência a nível nacional. No que concerne aos consumidores de estupefacientes, em maio de 2024, eram acompanhados 12 indivíduos. O Centro de Respostas Integradas da Guarda aumentou, no concelho de Seia, os acompanhamentos realizados entre 2021 e 2023. O concelho de Seia conta com equipas de intervenção social que acompanham estas pessoas com vista à minimização da sua exclusão promovendo a inclusão;

f) Pessoas em Situação de Violência Doméstica: No concelho de Seia, em 2023, registaram-se 95 situações de violência doméstica. A maioria das vítimas é do sexo feminino, ainda que os casos masculinos tenham aumentado. Relativamente à relação da vítima com o agressor, no concelho de Seia, 26,31% das vítimas eram cônjuge do agressor, 27,69% eram companheiras do agressor, 13,68% eram ex-companheiras do agressor, 11,59% eram ex-cônjuges do agressor e 11,59% eram mãe do agressor. Verifica-se ainda que houve vítimas de violência doméstica por parte de ex-namorados/as, filhos/as, pais, irmãos/ãs, namorados/as e avós. O concelho não conta com respostas de

apoio social específicas relacionadas com esta problemática, sendo que a sua maioria está sediada noutrou concelho do distrito.

O Plano de Desenvolvimento Social pretende produzir orientações estratégicas para colmatar as áreas mais fragilizadas do concelho de Seia, promovendo as potencialidades da Rede Social. Foram assim identificadas problemáticas, organizadas por prioridades:

Prioridade I: Saúde; Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos; Pessoas Idosas; Pessoas com Deficiência e Incapacidade; Crianças Jovens e Famílias e Pessoas Vítimas de Violência Doméstica.

Prioridade II: Acessibilidades; Educação, Formação e Qualificação; Habitação; Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social; Segurança Pública e Justiça; Igualdade de Género; Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências e Migrantes e Minorias.

Na sequência destas orientações estratégicas é elaborado o Plano de Ação da Rede Social que prevê a operacionalização das ações necessárias para cumprir o seu objetivo principal: promover o desenvolvimento social do concelho de Seia.

Introdução

O presente documento estratégico enquadra-se no âmbito da intervenção do Programa Rede Social. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, define a Rede Social como um fórum de articulação e congregação de esforços baseados na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. Materializa uma estratégia de abordagem de intervenção social baseada num trabalho planeado, realizado em parceria, pretendendo racionalizar e trazer maior eficácia à ação das diversas entidades, que atuam numa mesma unidade territorial, que deverão concentrar os seus esforços para erradicar ou diminuir a situação de pobreza e de exclusão, assim como para promover o desenvolvimento social. A estratégia referida traduz o reconhecimento da inviabilidade de se trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procura evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas.

Neste sentido, o Programa Rede Social privilegia um conjunto de princípios orientadores, nomeadamente:

Integração	Atuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre os três grandes pilares do desenvolvimento territorial (economia, ambiente e social).
Articulação	Articulação da intervenção dos diferentes atores locais que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e corresponsável.
Subsidiariedade	Proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efetivos em termos de eficácia, eficiência e impacto das medidas.

Inovação	Representa o reconhecimento do tipo de sociedade atual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no sentido de se adaptarem e criarem respostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.
Igualdade de Género	O planeamento e a intervenção integram a dimensão da igualdade de género, quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto, e esta está alicerçada no pressuposto de que tem impactos positivos em diversos sectores da vida em sociedade, económica, cultural e política.

No plano metodológico, o Programa Rede Social situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas. Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

A estrutura orgânica da Rede Social é composta pelos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF).

Assim, os CLAS e as CSF constituem as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, a nível concelhio e de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos são órgãos de concertação entre os seus membros.

O modelo de articulação entre as parcerias existentes no território tem por objetivo equacionar propostas locais, assumindo a Rede Social o papel de parceiro enquadrador. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a dispersão de esforços por parte das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactos: 1) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações.

Deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (Plano Diretor Municipal, Planos Estratégicos, etc.) e nacional (Plano Nacional de Ação para a Inclusão, Plano Nacional de Investimentos, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 21-30; Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 21-25; Plano Nacional para o Envelhecimento; Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, etc.), com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

Desta forma, a Rede Social exige uma forte articulação entre os diversos agentes sociais e, num trabalho de parceria e planeamento estratégico, desenvolver e consolidar uma consciência coletiva dos problemas sociais e desafios do território. Com base neste conhecimento, pretende-se a ativação de respostas e a otimização de recursos de intervenção ao nível do concelho e freguesias.

Assim, os objetivos estratégicos da Rede Social de Seia são:

- i. Fomentar a Intervenção Social desenvolvida com base numa parceria efetiva e dinâmica entre entidades públicas e privadas;
- ii. Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- iii. Garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais no concelho e nas freguesias.

Destes objetivos estratégicos surgem os seguintes objetivos específicos:

- a) Realização do diagnóstico com a colaboração dos diversos agentes;
- b) Promover a coordenação das intervenções ao nível do concelho e das freguesias;

- c) Procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- d) Qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local;
- e) Promover uma cobertura concelhia equitativa de equipamentos sociais e serviços;
- f) Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

A Rede Social pressupõe:



A Rede Social de Seia teve o seu início em maio de 2003, em termos operacionais e concretos, materializa-se no CLAS de Seia e no seu Núcleo Executivo, através das adesões livres das entidades locais, e, em termos quantitativos é, atualmente, composta por 61 entidades (Anexo 1) predominando as Instituições Particulares de Solidariedade Social. O Rede Social conta, ainda, com a participação de Entidades Sem Fins Lucrativos, Entidades e Organismos da Administração Pública Local e, com menos expressão, Entidades Com Fins Lucrativos.

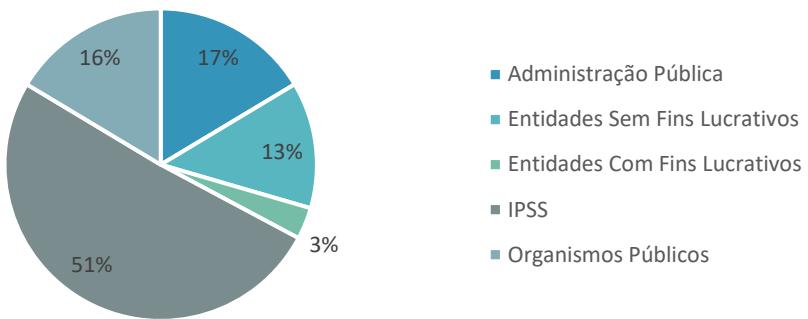


Gráfico 2| Entidade Parceiras do CLAS de Seia, Segundo a Natureza Jurídica

Fonte | Município de Seia

Em 2005 foram elaborados os primeiros instrumentos de planeamento, o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Seia, sendo que o presente documento representa já o sétimo instrumento de planeamento.

Diagnóstico Social

O Diagnóstico Social (DS) é um documento estratégico e assume um papel chave no âmbito do Programa Rede Social, uma vez que é parte integrante de um processo de planeamento de intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio, apresentando-se como um primeiro instrumento de planeamento cuja atualização sistemática é essencial para uma atuação eficaz face à realidade do território.

De atualização trianual, o DS é um instrumento que aponta para uma visão interpretativa da situação social, resultado da colaboração dos diferentes parceiros e/ou interlocutores locais privilegiados e da sistematização e tratamento das informações documentais quantitativas e qualitativas recolhidas, e onde são identificadas, elencadas e fundamentadas as prioridades do concelho para posterior implementação de medidas de intervenção.

Tendo em conta a natureza dinâmica dos principais constrangimentos e vulnerabilidades do território e das suas comunidades em matéria de inclusão social, o DS não encerra um processo, sendo antes um desencadeador de outros, e deverá estar permanentemente aberto a novos contributos e passível de atualizações, de forma a

materializar os processos de levantamento de problemas e necessidades, bem como de identificar recursos e potencialidades existentes no território.

Neste sentido, o DS permite acompanhar a constante mutação social e serve como base para a formulação de políticas públicas, programas sociais e intervenções que contribuam para melhorar a qualidade de vida da população, ou seja, para a coesão e desenvolvimento social, indo ao encontro de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em suma, os objetivos do DS são os seguintes:

Identificação de Problemas Sociais	Mapear as principais questões sociais que afetam a população, como pobreza, desigualdade, violência, saúde, educação, entre outros.
Análise das Condições de Vida	Analizar as condições de habitação, saneamento básico, acesso a serviços públicos, e outras dimensões que influenciam a qualidade de vida.
Mapeamento de Recursos e Serviços	Identificar os recursos disponíveis na comunidade, como serviços de saúde, educação, assistência social, e organizações comunitárias.
Determinação de Vulnerabilidades	Identificar grupos vulneráveis dentro da comunidade, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, e minorias, e analisar as suas necessidades específicas
Proposição de Intervenções	Sugerir intervenções e políticas que possam mitigar os problemas identificados e melhorar as condições de vida da população. Será nesta sequência que é construído o Plano de Desenvolvimento Social do concelho.

Conclui-se, então, que o DS é instrumento estratégico, enquadrado na política social local, que permite identificar e caracterizar os principais problemas e necessidades, constrangimentos e potencialidades, meios, recursos e domínios ou territórios de ação prioritária. O DS facilita, assim, pistas importantes para a definição de uma estratégia de intervenção participada e articulada no seio da Rede Social, dando especial enfoque a contextos ou populações particularmente vulneráveis.

Ao proporcionar uma perspetiva transversal e analítica dos problemas definidos como prioritários, o DS permitirá a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) para o concelho que identifique as necessidades do território e assim possa contribuir para um verdadeiro desenvolvimento social do mesmo, permitindo a concretização de um plano de ação pensado e executado para e com todos.

Tal como o DS, o PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os diversos parceiros, uma vez que, por um lado, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano. Assim, é possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas produzindo respostas concretas; incrementar o número de projetos locais com base na congregação de recursos e capacidades das organizações; melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de empoderamento (individual, coletivo e organizacional).

Em resumo, o PDS deve contemplar:

Definição de Prioridades	Identificar as áreas mais críticas e definir prioridades de intervenção.
Alocação de Recursos	Determinar os recursos necessários (financeiros, humanos, materiais) para implementar as ações propostas.
Monitorização	Criar mecanismos para acompanhar a eficácia das intervenções e ajustar as estratégias conforme necessário.

Objetivos-base e ideias estruturantes

Os objetivos-base nos quais assenta o presente DS foram o de providenciar uma representação atualizada da matriz social concelhia e elaborar uma ferramenta dinâmica de apoio à elaboração do PDS.

Estes objetivos são corroborados através de duas linhas estruturantes:

Identificar perfis, cenários ou contextos da realidade social, particularmente aqueles indicadores de situações de vulnerabilidade ou de exclusão social, atual ou com risco potencial de o vir a ser.

A estratégia e a intervenção social são tão mais eficazes e eficientes quanto mais partirem de sustentação em conhecimento aprofundado acerca de tais perfis, cenários e contextos, nomeadamente acerca da sua configuração no território.

Operacionalização do diagnóstico

A operacionalização do Diagnóstico Social exige um planeamento meticuloso e uma execução rigorosa em todas as etapas do processo.

Assim, realizou-se uma revisão sistemática de documentação estratégica no domínio das políticas e práticas sociais ao nível local, regional e nacional, mas também internacional, nomeadamente, planos e programas estratégicos de múltiplos setores, que foram fundamentais para a definição do conjunto de domínios sobre os quais deveria incidir o trabalho de sistematização e de análise.

A partir dessa revisão elencou-se um vasto conjunto de dimensões-chave e respetivos indicadores, que deveriam permitir caracterizar em profundidade cada um dos domínios temáticos identificados. Partindo de tais indicadores pretende-se identificar contextos e dinâmicas de nível macrossocial que se sabem ser concorrentes para fenómenos de pobreza e de exclusão social.

Domínios temáticos, populações vulneráveis e território

Baseado em diversas orientações estratégicas relevantes para a política social local, construiu-se uma estrutura que cruza domínios temáticos, populações vulneráveis e a dimensão territorial.

Assim, o presente Diagnóstico Social é constituído por 9 domínios que foram identificados como sendo estruturantes das dinâmicas sociais em geral e dos fenómenos de pobreza e de exclusão social, em particular, nomeadamente: Demografia; Atividades

Económicas, Emprego e Rendimentos; Educação, Formação e Qualificação; Saúde; Habitação; Acessibilidades; Segurança Pública e Justiça; Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social; e Igualdade de Género.

No âmbito dos domínios suprareferidos, foram recolhidos diversos dados que permitiram caracterizar 6 grupos populacionais considerados particular e historicamente vulneráveis à pobreza e à exclusão social, nomeadamente: Crianças, Jovens e famílias; Pessoas Idosas; Migrantes e Minorias; Pessoas com Deficiência e Incapacidade; Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências; e Pessoas em Situação de Violência Doméstica.

Por último, procurou-se apresentar análises que, sempre que os dados existentes o permitiram, são realizadas ao nível do território das diversas Freguesias e/ou União de Freguesias.

Múltiplas fontes

O presente Diagnóstico comprehende múltiplas análises aos dados recolhidos provenientes, essencialmente, de fontes públicas de dados estatísticos, nomeadamente, INE, PORDATA, documentos estatísticos setoriais, dados dos vários ministérios, bases de dados municipais e de instituições locais, entre outras.

Outras técnicas de recolha de dados que, cruzadas, se revestiram de grande importância para a atualização deste documento, dentro dos moldes considerados essenciais (participação e partilha) foram: a aplicação de um inquérito por questionário, realizado *online* dirigido às entidades do Conselho Local de Ação Social de Seia e aos municíipes, os *Focus Group* com grupos populacionais vulneráveis e com entidades parceiras, e a análise *SWOT*¹ aplicada a diversas entidades do concelho.

Neste sentido, considera-se pertinente descrever as técnicas referidas:

A) Análise SWOT - Através desta técnica foi possível fazer um mapeamento interno das forças e das fraquezas existentes no concelho de Seia, assim como também analisar o ambiente externo, identificando as possíveis oportunidades e potenciais ameaças.

¹ Análise *SWOT*: é uma técnica usada para identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças com o intuito de desenvolver um plano estratégico

B) Inquérito por questionário a municípios e entidades do CLAS - Através desta técnica foi possível identificar e priorizar as problemáticas e desafios sociais enfrentados pela comunidade de Seia.

Responderam *online* ao inquérito por questionário 53 entidades, das seguintes áreas de intervenção: administração local, educação, saúde, emprego, associativismo, segurança, social e económico/empresarial.

Relativamente ao inquérito por questionário dirigido aos municípios, responderam ao mesmo 199 pessoas que se caracterizam da seguinte forma:

Estatísticas Descritivas

- **Sexo feminino**- 124;
- **Sexo masculino**- 74;
- **Outro**-1;
- **Responderam mais pessoas entre** os 45-54 anos (67), entre os 35-44 anos (64) e entre os 25-34 anos (30);
- **Escolaridade**- licenciatura (87), ensino secundário (72) e mestrado (21);
- **Nacionalidade**- 197 portugueses, 1 cabo-verdiano, 1 brasileiro;
- **Local de residência**- 122 (U.F. São Romão, Seia e Lapa dos Dinheiros), 11 (Santiago)...;
- **Emprego**- 155 por conta de outrem ,19 por conta própria, 7 desempregados há menos de 1 ano, 6 desempregados há mais de um ano, 4 estudantes ou em formação, 4 reformados, 1 doméstico, 3 outros.
- **Rendimento**- 52 (500-999 €), 43 (1000-1499€), 29 (2000-2499€) e 28 (1500-1999€).

C) Focus Group - Através desta técnica foi possível identificar e priorizar as problemáticas e desafios enfrentados por grupos populacionais considerados particular e historicamente vulneráveis à pobreza e à exclusão social, tendo sido privilegiada uma abordagem reflexiva e participativa, com valorização do know-how e experiência daqueles que vivem e contactam com os problemas no quotidiano.

Assim, foram ainda dinamizados 9 *Focus Group*, 6 concretizados com os grupos vulneráveis e 3 realizados com entidades que efetuam intervenção social no Concelho contando com a participação de 47 pessoas.

As fontes e metodologia de trabalho descrita permitiram, assim, depois de identificadas as necessidades/problemáticas da população, desenhar um planeamento estratégico de intervenção social para o triénio 2024-2026: Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Seia e respetivo Plano de Ação.

Limitações múltiplas

Na conceção do presente documento e, tendo em linha de conta a sua amplitude e intervenientes, é importante fazer referência às limitações inerentes ao processo.

De uma forma geral, os municípios e as entidades convidadas a participar nesta análise demonstraram-se cooperantes e colaborantes. Contudo, nem sempre os dados recebidos permitiram realizar a análise pretendida.

Uma das limitações decorre do nível de análise que as fontes disponibilizam para os indicadores, uma vez que os dados recolhidos junto das mesmas, nomeadamente INE, PORDATA e fontes ministeriais, por limitações próprias, nem sempre facultam os dados considerados relevantes para a análise.

Os principais dados obtidos referem-se ao Censos 2021, pelo que, em alguns casos, poderão não ser exatamente os que atualmente representam a comunidade. Daqui decorre outra limitação, que é consequência da periodicidade com que as fontes consultadas fazem a atualização de dados, o que leva a que no decorrer do documento se apresentem dados para períodos temporais diversos.

Uma limitação mais genérica relaciona-se com a impossibilidade de acesso a indicadores relevantes para o aprofundamento das análises em determinados domínios temáticos ou populações vulneráveis, mas cujo acesso não foi possível, quer seja pela sua inexistência quer seja pela indisponibilidade temporária desse mesmo acesso.

Por fim, importa referir que outra das limitações prende-se com o facto de, embora seja possível aceder a conjuntos de dados locais facultados por diferentes entidades, sobre os quais se podem operar análises próprias, o cenário mais comum é o de as “matrizes de dados” fornecidas não permitirem o relacionamento entre variáveis.

Também o facto de diversas fontes facultarem apenas informação sobre “grandes indicadores”, variáveis de ordem supraordenada, sem que seja possível o seu enquadramento nos potenciais fatores que tanto podem ser preditores, como

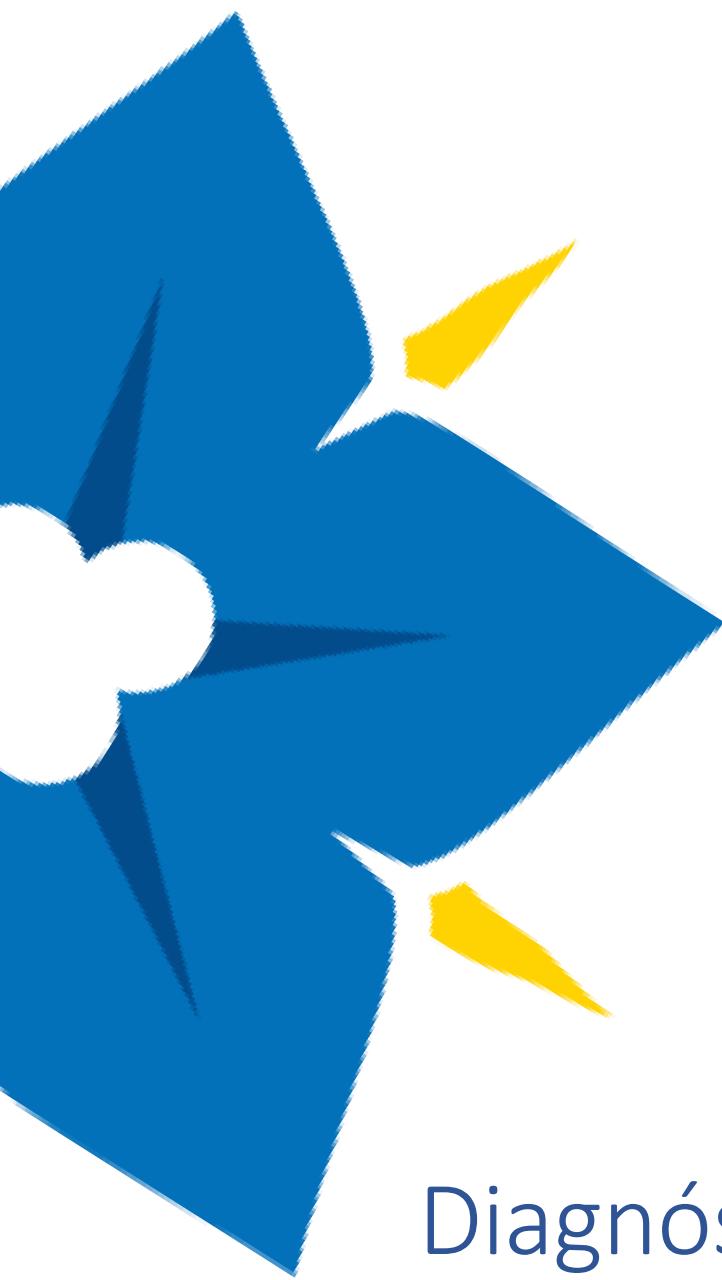
consequência de tais variáveis, constitui uma limitação à elaboração de um Diagnóstico Social mais aprofundado.

Como “consultar” o Diagnóstico Social

Como acima se assinalou, o presente diagnóstico desenhou-se em torno da ideia de criar uma ferramenta passível de permanente atualização, que possa ser consultado em função das necessidades de quem pretenda aceder a análises relativas a indicadores de desenvolvimento social local, baseados em estatísticas públicas.

Partindo daquela premissa, para cada um dos seis domínios temáticos a análise é estruturada nas seguintes três componentes:

- (1) Primeiramente realiza-se um enquadramento do domínio temático no âmbito das diversas políticas e estratégias nacionais associadas aos fenómenos de pobreza e de exclusão social;
- (2) De seguida é apresentado para cada domínio um retrato da situação atual (com dados disponíveis entre 2021-2024), através de um conjunto preestabelecido, coerente e integrado de indicadores caracterizadores da atualidade e comparativos da realidade concelhia com outros territórios de referência, designadamente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), da Região Centro e do País e/ou Continente;
- (3) Optou-se ainda por apresentar ao longo do corpo do documento, sempre que pertinente, caixas com informação relevante obtida através do inquérito por questionário aplicado à população, notas de rodapé e informações eminentemente metodológicas;
- (4) Encerra-se o Diagnóstico apresentando no Plano de Desenvolvimento Social as linhas orientadoras para a intervenção social no concelho de Seia.



Diagnóstico Social 2024-2026

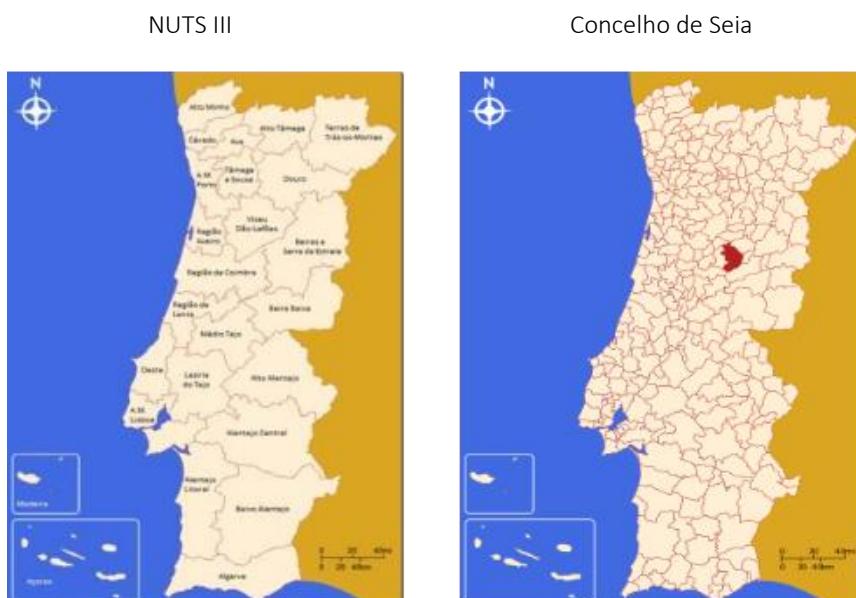
1. Demografia

O conhecimento aprofundado do contexto é fundamental para uma melhor compreensão das mais diversificadas dinâmicas existentes no mesmo e, neste sentido, é importante analisar os aspetos demográficos mais significativos para o adequado enquadramento do presente documento - Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Seia.

Os indicadores aqui apresentados são fruto da análise de dados estatísticos decorrentes dos XV e XVI Recenseamentos Gerais da População (Censos 2011 e 2021), trabalhados pelo INE e pela PORDATA, bem como decorrentes das estimativas anuais realizadas pelas entidades suprareferidas.

O concelho de Seia, no distrito da Guarda, localiza-se na Região Centro (NUT II) e na Sub-Região das Beiras e da Serra da Estrela (NUT III) e é delimitado a oeste por Oliveira do Hospital (distrito de Coimbra), a sul pela Covilhã (distrito de Castelo Branco), a este pelo concelho de Manteigas (distrito da Guarda) e a norte e a nordeste pelo concelho de Gouveia (distrito da Guarda).

O concelho de Seia apresenta uma área total de 436 km² e 21 394 habitantes (INE, 2022).



Após a reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), e tal como consta no Mapa 2, o concelho de Seia encontra-se subdividido em 21 freguesias e uniões de freguesia: Alvoco da Serra, Girabolhos, Loriga, Paranhos, Pinhanços, Sabugueiro, Sandomil, Santa Comba, Santiago, Sazes da Beira, Teixeira, Travancinha, Valezim, Vila Cova à Coelheira, união de freguesias (adiante designadas de U.F.) de Carragozela e Várzea de Meruge, U.F. de Sameice e Santa Eulália, U.F. de Santa Marinha e São Martinho, U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros, U.F. de Torrozelo e Folhadosa, U.F. de Tourais e Lajes e U.F. de Vide e Cabeça.



Mapa 2 | Freguesias do Concelho de Seia
Fonte | Imagem Wikipédia

População

No concelho de Seia residiam, em 2021, segundo o INE, 21755 pessoas, verificando-se uma variação populacional² de -11,93%, comparativamente a 2011, já que, nesse ano, 24702 era o número total de população residente no concelho. Ou seja, entre 2011 e 2021, o concelho de Seia assistiu à perda de 2947 habitantes. As freguesias de Alvoco da Serra (-28,97%), Vide e Cabeça (-25,10%), Girabolhos (-23,97%), Teixeira (-22,90%) e Valezim (-21,61%) foram as que registaram uma maior perda de população.

A densidade populacional³ do concelho de Seia fixava-se, em 2021, em 49,93 habitantes por quilómetro quadrado, com quebra transversal a todas as freguesias, relativamente a 2011, com exceção de Pinhanços onde se assistiu a um aumento do valor.

Quadro 1| População Residente por Freguesia

Freguesias	Área (Km2)	Total de População Residente		Variação Percentagem 2011/2021	Variação Populacional	Densidade Populacional (hab/km2) 2021
		2011	2021			
Alvoco da Serra	37,57	466	331	-28,97	↓	8,81
Girabolhos	17,88	317	241	-23,97	↓	13,59
Loriga	36,52	1053	848	-19,47	↓	23,39
Paranhos	21,01	1503	1265	-15,83	↓	59,59
Pinhanços	7,95	716	727	+1,54	↑	87,27
Sabugueiro	46,47	478	405	-15,27	↓	10,11
Sandomil	14,28	917	745	-18,76	↓	56,35
Santa Comba	11,72	834	725	-13,07	↓	61,28
Santiago	6,49	1205	1163	-3,49	↓	156,53
Sazes da Beira	6,39	283	245	-13,43	↓	31,45
Teixeira	12,88	187	144	-22,99	↓	9,05
Travancinha	12,66	472	387	-18,01	↓	31,03
Valezim	10,94	310	243	-21,61	↓	20,10

² Variação Populacional: diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos);

³ Densidade Populacional: número de habitantes por quilómetro quadrado.

Vila Cova à Coelheira	10,00	404	355	-12,13	↓	46,22
Várzea de Meruge	9,95	249	546	-13,20	↓	54,17
Carragozela		380				
Sameice	13,71	367	508	-20,38	↓	35,60
Santa Eulália		271				
Santa Marinha	19,20	991	1365	-16,21	↓	90,52
São Martinho		638				
Seia	45,53	6342	8705	-7,19	↓	161,80
São Romão		2743				
Lapa dos Dinheiros		294				
Folhadosa	8,30	327	708	-12,38	↓	69,41
Torrozelo		481				
Tourais	26,57	1440	1529	-10,74	↓	58,40
Lajes		273				
Cabeça	59,80	178	570	-25,10	↓	10,09
Vide		583				
TOTAL	435,69	24702	21755	-11,93	↓	49,93

Fonte | INE

Numa análise mais micro ao Quadro 1 e também ao Gráfico 2, observa-se que a união de freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros, em 2021, era a que registava uma maior densidade populacional (161,80 hab./Km2), seguindo-se as freguesias de Santiago (156,53 hab./Km2), Santa Marinha e São Martinho com (90,52 hab./km2) e Pinhanços (87,27 hab./Km2). Antagonicamente, as freguesias de Alvoco da Serra (8,81 bah/Km2), Teixeira (9,05 hab/Km2), Sabugueiro (10,11 hab./Km2) e Vide e Cabeça (10,09 hab./Km2) apresentavam, no mesmo período, indicadores mais reduzidos.

A união de freguesia de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros contava, em 2021, com 8705 residentes, cerca de 40% da população, e a freguesia com menos residentes era Girabolhos, com apenas 241, ou seja, 1,10%.

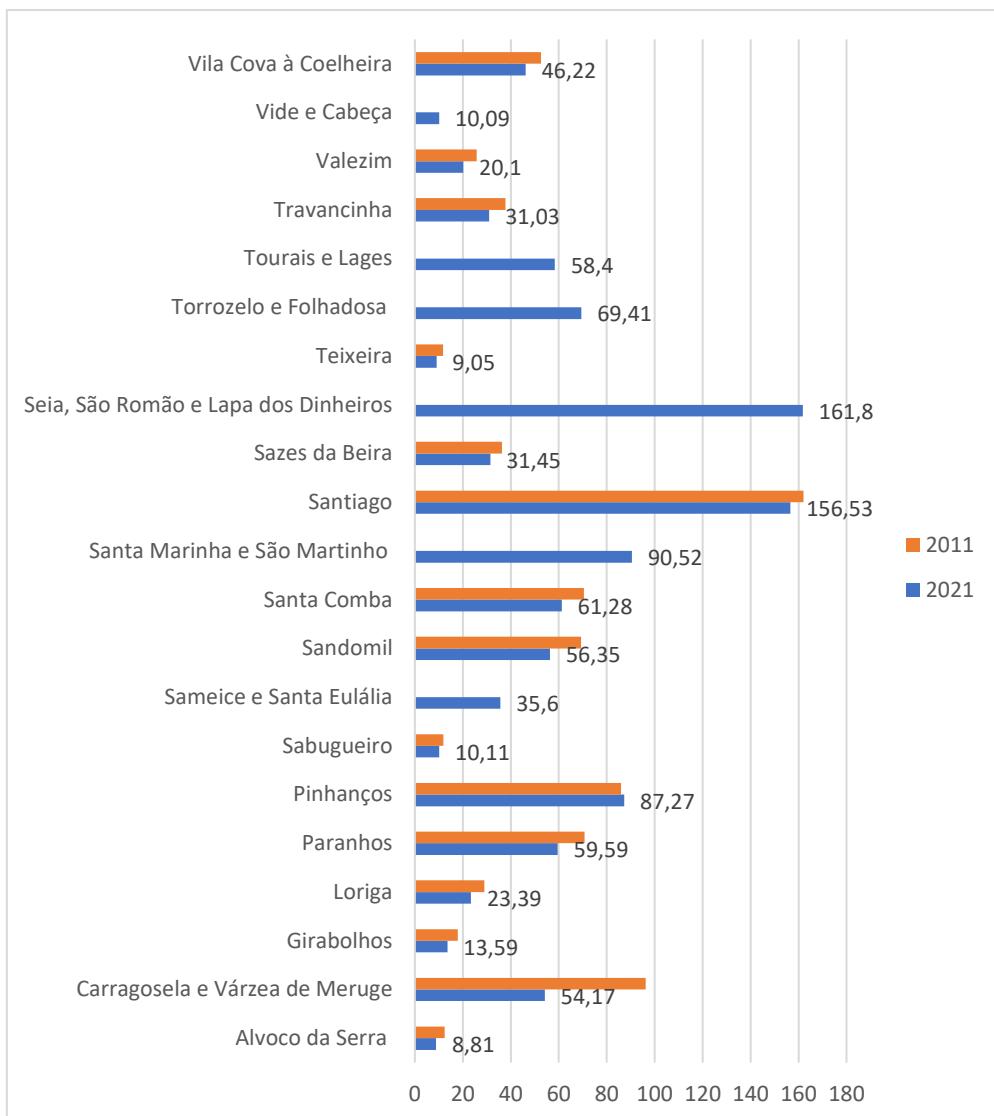


Gráfico 2 | Densidade Populacional do Concelho de Seia, por Freguesia, 2011-2021

Fonte | INE

Em 2021, segundo o INE, e por grupo etário, a população do concelho de Seia era composta por 9,5% residentes entre 0 e 14 anos, 8,3% entre os 15 e os 24, 47,7% entre os 25 e os 64 e 34,5% acima dos 65.

Quadro | 2 População Residente no Concelho de Seia, por Freguesia e Grupo Etário, 2021

Freguesias	População Residente Por Grupo Etário (2021)								Variação (2011-2021)			
	<15 ANOS		15-24 ANOS		25-64 ANOS		> 65 ANOS		0-14 ANOS	15-24 ANOS	25-64 ANOS	65+ ANOS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Alvoco da Serra	6	1,8	17	5,1	149	45,0	159	48,0	-72,7	-67,3	-35,8	-0,6

Girabolhos	11	4,6	10	4,1	93	38,6	127	52,7	-45,0	-63,0	-27,3	-10,6
Loriga	38	4,5	40	4,7	380	44,8	390	46,0	-41,5	-60,8	-33,0	22,3
Paranhos	113	8,9	111	8,8	565	44,7	476	37,6	-38,6	-14,0	-20,4	-0,8
Pinhanços	79	10,9	50	6,9	331	45,5	267	36,7	-10,2	-29,6	-14,9	58,9
Sabugueiro	34	8,4	30	7,4	204	50,4	137	33,8	-30,6	-37,5	-26,1	30,5
Sandomil	44	5,9	62	8,3	334	44,8	305	40,9	-47,6	-30,3	-26,1	4,5
Santa Comba	63	8,7	59	8,1	358	49,4	245	33,8	-39,4	-37,9	-15,4	15,6
Santiago	155	13,3	93	8	550	47,3	365	31,4	7,6	-21,8	-19	38,8
Sazes da Beira	7	2,9	13	5,3	85	34,7	140	57,1	-58,8	-18,8	-28,6	6,9
Teixeira	6	4,2	4	2,8	58	40,3	76	52,8	-40	-78,9	-15,9	-14,6
Travancinha	42	10,9	30	7,8	203	52,5	112	28,9	-19,2	-45,5	-12,1	-16,4
Carragozela e Várzea de Meruge	65	11,9	49	9,0	267	48,9	165	30,2	-25,3	-12,5	-21,2	12,2
Sameice e Santa Eulália	38	7,5	41	8,1	236	46,5	193	38	-46,5	-29,3	-32,6	21,4
Santa Marinha e São Martinho	117	8,6	96	7,0	626	45,9	526	38,5	-15,8	-46,4	-26,5	14,6
Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	973	11,2	817	9,4	4447	51,1	2468	28,4	-20,5	-19,6	-15,1	29,7
Torrozelo e Folhadosa	46	6,5	53	7,5	312	44,1	297	41,9	-32,4	-19,7	-21	6,5
Tourais e Lajes	177	11,6	130	8,5	706	46,2	516	33,7	-15,3	-18,8	-16,6	3,8
Vide e Cabeça	20	3,5	34	6	200	35,1	316	55,4	-59,2	-35,8	-38,1	-6
Valezim	10	4,1	22	9,1	104	42,8	107	44	-65,5	-8,3	-32,0	2,9
Vila Cova à Coelheira	33	9,3	35	9,9	174	49	113	31,8	-28,3	-12,5	-20,5	14,1
Concelho SEIA	2077	9,5	1796	8,3	10382	47,7	7500	34,5	-24,8	-27,4	-20,1	15,8

Fonte| INE

No Quadro 2 podemos ainda verificar que, em 2021, as freguesias do concelho de Seia onde a população residente entre 0 aos 14 anos apresentou valores mais representativos foram Santiago (13,3%), Carragozela e Várzea de Meruge (11,9%) e Tourais e Lajes (11,6%); ainda que destas apenas Santiago tenha evidenciado, entre 2011 e 2021, uma variação populacional positiva. Por oposição, as freguesias onde a variação populacional, entre 2011 e 2021, referente à faixa etária citada foi mais negativa foram as freguesias de Alvoco da Serra (-72,7%) e Valezim (-65,5%).

No que concerne ao grupo etário entre os 15 e os 24 anos, em 2021, os dados mais significativos relativos à população residente referem-se às freguesias de Vila Cova à Coelheira (9,9%), Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (9,4%) e Valezim (9,1%). Pese embora neste grupo etário todas as freguesias tenham apresentado, entre 2011 e 2021, uma variação populacional negativa, as maiores perdas populacionais ocorreram nas freguesias de Teixeira (78,9%), Alvoco da Serra (-67,3%) e Girabolhos (-63%).

No âmbito do grupo etário entre os 25 os 64 anos, em 2021, as freguesias onde se verificou um maior número de residentes foi em Travancinha (52,5%), Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (51,1%) e Sabugueiro (50,4%). À semelhança do que ocorreu no grupo etário entre os 15 e os 24 anos, todas as freguesias registaram uma variação populacional negativa face a 2011, contudo as variações negativas mais expressivas foram observadas na união de freguesias de Vide e Cabeça (-38,1%) e nas freguesias de Alvoco da Serra (-35,8%) e Loriga (-33%).

Por fim, no grupo etário acima dos 65 anos, a maioria da população encontrava-se a residir, em 2021, nas freguesias de Sazes da Beira (57,1%), Vide e Cabeça (55,4%) e Teixeira (52,8%). Neste grupo etário assistiu-se, face a 2011, a uma variação populacional positiva em 15 freguesias do Concelho, sendo as variações mais positivas encontradas nas freguesias de Pinhanços (58,9%) e Santiago (38,8%).

Em suma, no concelho de Seia, e entre 2011 e 2021, o grupo etário com maior variação negativa foi o dos 15 aos 24 anos (-27,4%) e o grupo etário com maior variação positiva foi o dos acima dos 65 anos, sendo este o único com variação positiva.

É factual que, de uma forma geral, no período entre 1960 e 2011, existiu uma evolução numérica positiva da população em Portugal (continente e ilhas), bem como da população em Portugal continental. A partir de 2011, e até 2021, assistiu-se a uma quebra geral na população residente em Portugal, Portugal Continental, Comissão Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) e Seia, tal como evidenciado nos quatro pontos de análise do Gráfico 3.

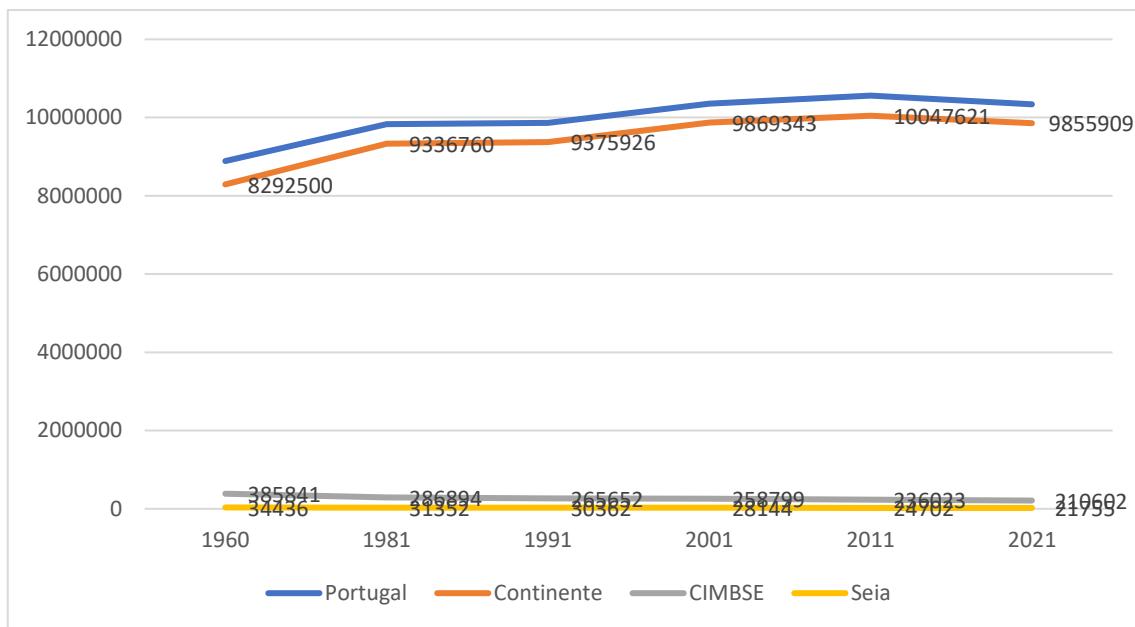


Gráfico 3 | Evolução da População Residente, 1960-2021

Fonte| INE

Apesar do decréscimo populacional verificado em toda a CIMBSE, no ano de 2021, o concelho de Seia era o 4º concelho com mais população residente (Gráfico 4), sendo que no distrito da Guarda era o 2º concelho com mais população.

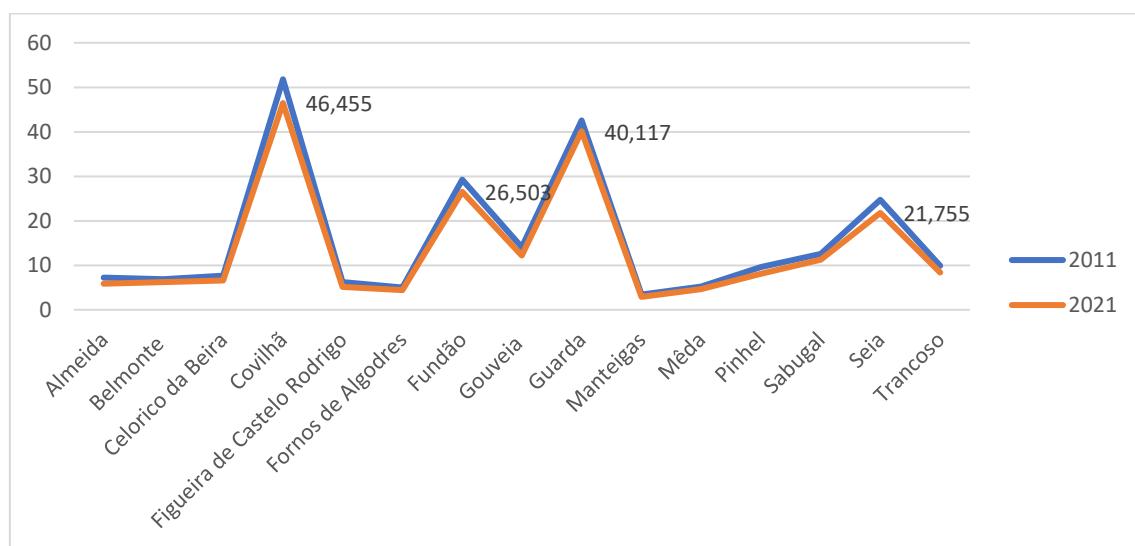


Gráfico 4 | População Residente na CIMBSE, 2011-2021

Fonte| INE

Tal como referido anteriormente (Gráfico 4), entre 2011 e 2021, o concelho de Seia assistiu à perda de 2947 habitantes, o que se traduz numa taxa de variação de -11,93% e, comparativamente às unidades territoriais que compõem o território, verifica-

se que a quebra populacional concelhia foi superior à ocorrida no país (-1,9%), na região Centro (-4,8%) e na sub-região Beiras e Serra da Estrela (-10,8%) (INE, 2021). A tendência de quebra de efetivos acompanhou a evolução demográfica registada nos restantes concelhos da CIMBSE, sendo que os concelhos de Almeida (-18,7%), Figueira de Castelo Rodrigo (-17,8%) e Pinhel (-15,9%) evidenciaram as maiores perdas.

Segundo dados do INE, em 2022, e comparativamente a 2021, a tendência de quebra populacional no concelho de Seia manteve-se, registando uma diferença de 361 pessoas. A estrutura etária da população do concelho de Seia, em 2022, e como podemos observar no Gráfico abaixo, era constituída por 9,57% residentes entre 0 e 14 anos, 8,16% entre os 15 e os 24, 47,07% entre os 25 e os 64 e 35,18% acima dos 65.

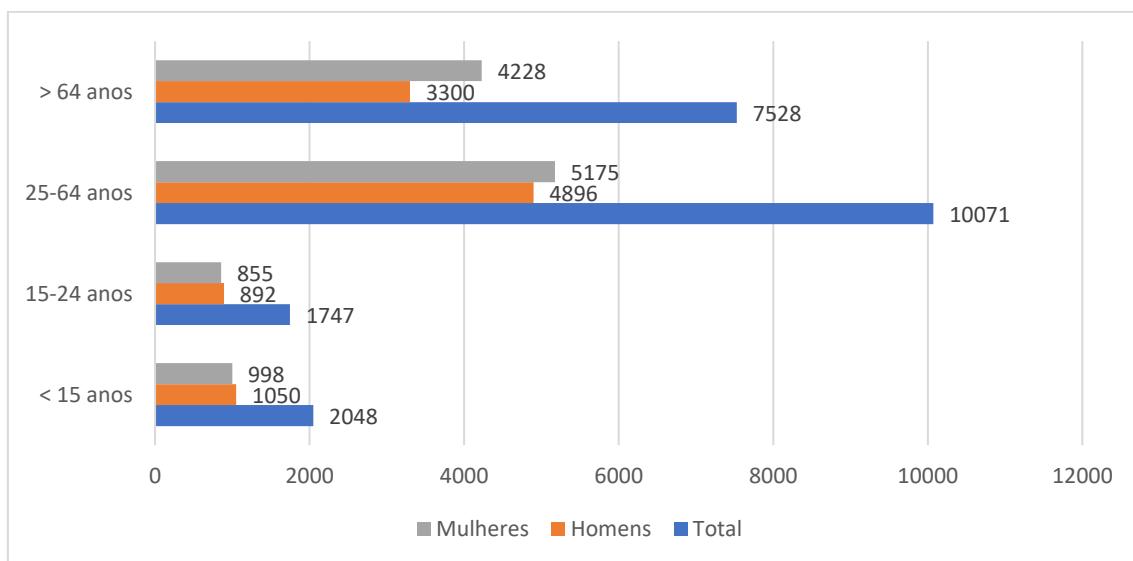


Gráfico 5 | População Residente no Concelho de Seia, por Faixa Etária e Sexo, 2022

Fonte| INE

No Gráfico 5 podemos ainda observar que, em 2022, no concelho de Seia, residiam 11256 mulheres e 10138 homens e, ainda que nas faixas etárias mais jovens a população residente masculina apresente valores superiores à população feminina, com o aumento da idade este indicador inverte-se, sendo mais evidente a partir da faixa etária dos 25 anos.

Importa realçar que, em 2022, a população residente no concelho de Seia diminuiu da faixa etária dos 0 aos 15 anos para a faixa etária dos 15 aos 24, momento a

partir do qual existe um aumento da mesma, sendo o número populacional superior na faixa etária acima dos 65 anos.

A estrutura etária da população residente no concelho de Seia era assim caracterizada por uma base pouco consistente, com o grupo das crianças e jovens pouco representativo, fruto da quebra de natalidade verificada, e um topo incrementado, fruto do aumento da esperança média de vida.

No Gráfico abaixo pode-se também observar que, relativamente ao sexo, o concelho de Seia apresentava, em 2022, uma população maioritariamente feminina, acompanhando assim a tendência nacional.

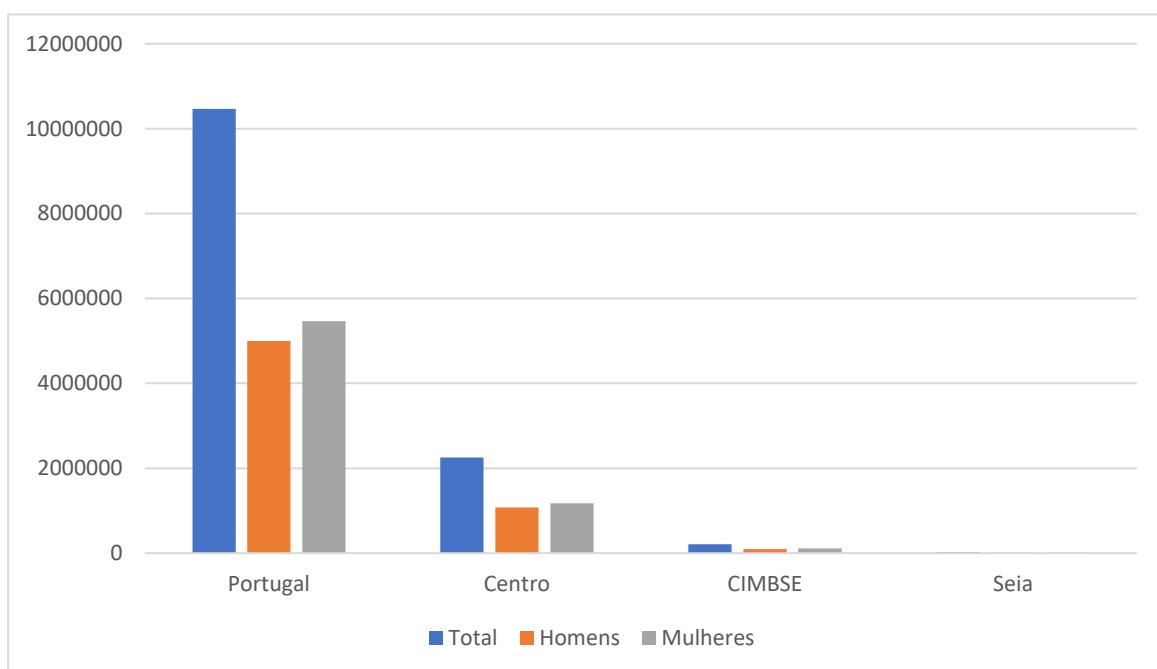


Gráfico 6 | População Residente no Concelho de Seia, por Sexo, 2022

Fonte | INE

Natalidade e Mortalidade

No concelho de Seia, em 2022, segundo o INE, o número de nados-vivos⁴ foi de 87 e, comparativamente a 2011, verificou-se um decréscimo deste número, uma vez que

⁴ Nado-Vivo é um produto da fecundação que manifesta sinais de vida após a expulsão ou extração do corpo da progenitora;

nasceram menos 60 crianças, registando-se assim uma diminuição da taxa bruta de natalidade⁵ de 6% para 4%.

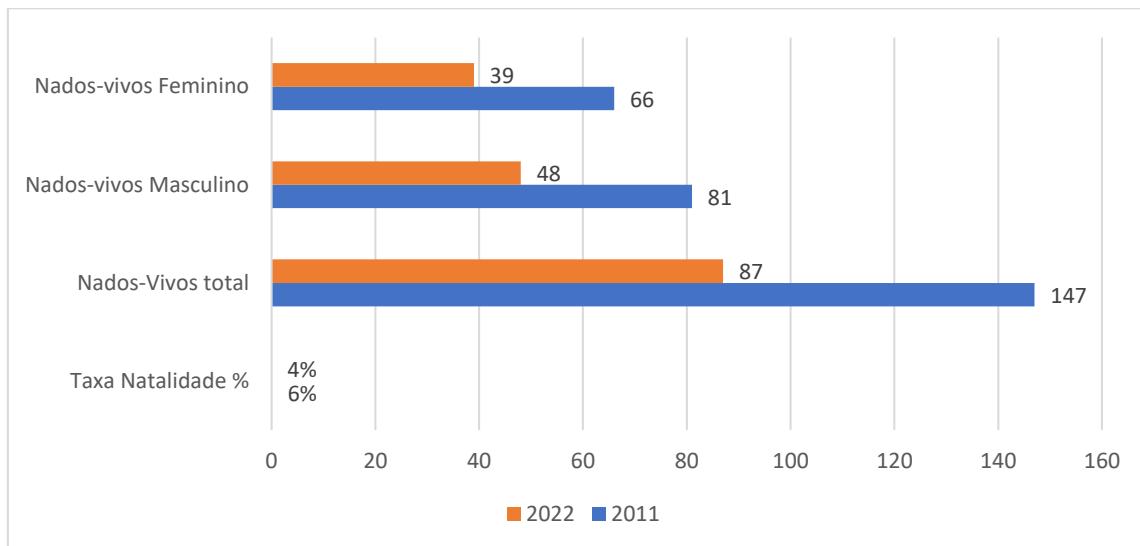


Gráfico 7 | Número de Nados-vivos e Taxa Bruta de Natalidade no Concelho de Seia, 2011-2022

Fonte | INE

No Gráfico 7 verifica-se ainda que, em 2022, do número total de nados-vivos, a maioria eram do sexo masculino, ainda que com uma diferença pouco significativa para o sexo feminino.

É de registar que a taxa bruta de natalidade no concelho de Seia (4%), em 2022, ficou abaixo dos valores apresentados na CIMBSE (5,5%), acompanhando assim a tendência nacional (8%) (Gráfico 8).

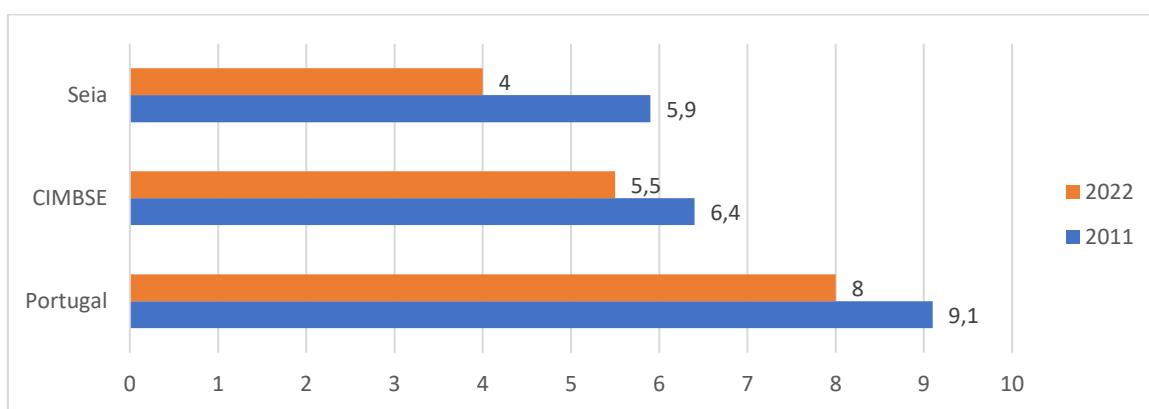


Gráfico 8 | Taxa Bruta de Natalidade no Concelho de Seia, CIMBSE e Portugal, 2011-2022

Fonte | INE

⁵ Taxa Bruta de Natalidade é o número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).

No que à mortalidade diz respeito, no ano de 2022, o panorama do concelho de Seia é inverso, uma vez que apresentava uma maior taxa de mortalidade⁶ (18,5%), comparativamente com a CIMBSE (17,5%) e com o índice nacional (12%) (INE, 2022).

Segundo dados do INE, o número de óbitos, entre 2011 e 2022, no concelho de Seia era mais elevado no sexo feminino, tal como aconteceu no panorama nacional e na CIMBSE, e a taxa de mortalidade aumentou de 14% em 2011 para 19% em 2022.

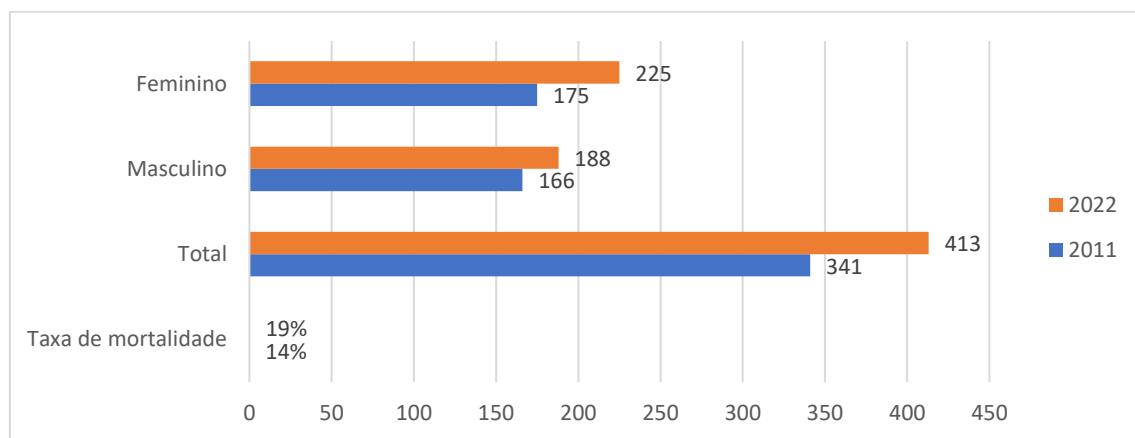


Gráfico 9 | Número de Óbitos no Concelho de Seia, por Sexo e Taxa de Mortalidade, 2011-2022

Fonte | INE

⁶ Taxa de Mortalidade: número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes);

No Gráfico 10 verifica-se que, entre 2011 e 2021, no concelho de Seia a taxa de variação de natalidade foi de (- 0,2%) e a taxa de variação de mortalidade foi de (4,8%).

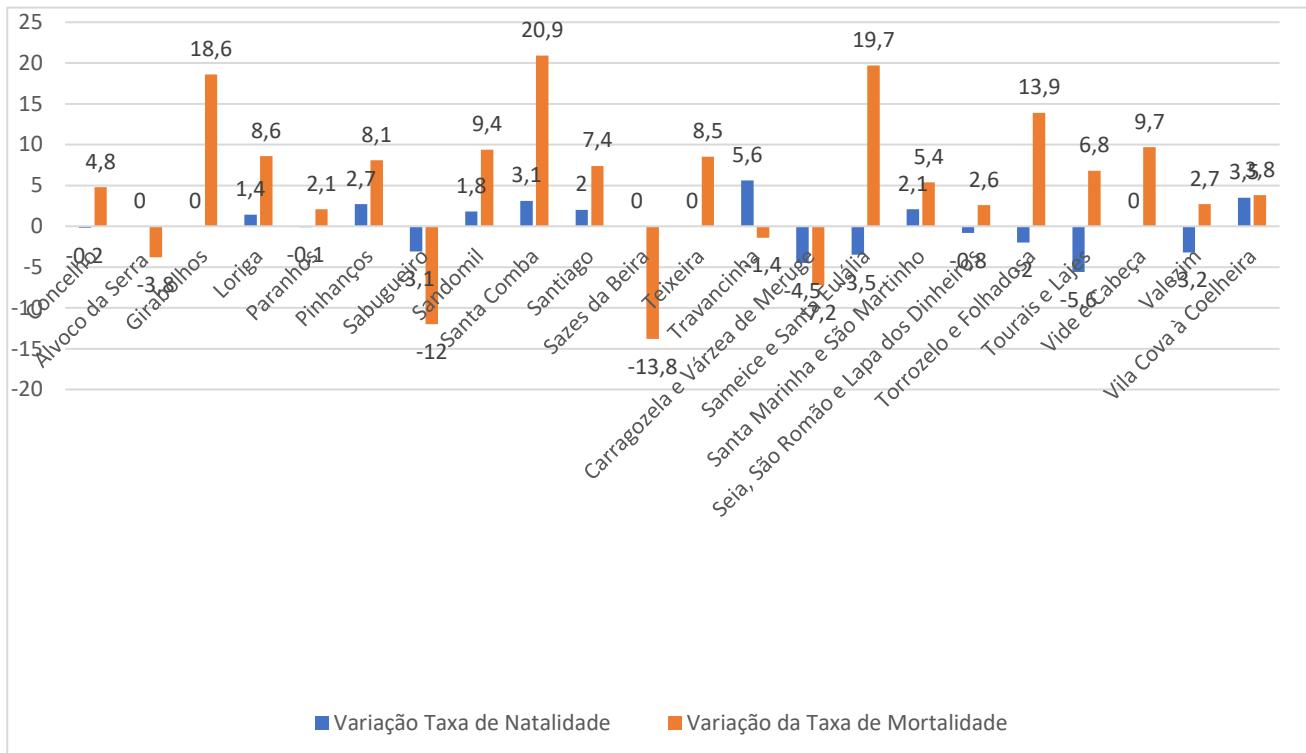


Gráfico 10| Variação da Natalidade e da Mortalidade nas Freguesias do Concelho de Seia (%)- 2011-2021

Fonte | INE

No Gráfico 10 pode-se ainda verificar que, entre 2011 e 2021, registaram-se em cinco freguesias do concelho de Seia taxas de natalidade nulas, designadamente Alvoco da Serra, Girabolhos, Sazes da Beira, Teixeira e Vide e Cabeça. A taxa de variação de natalidade mais positiva foi verificada na freguesia de Travancinha (5,6%), seguida de Vila Cova à Coelheira (3,5%). Antagonicamente, a taxa de variação de natalidade mais negativa foi verificada na união de freguesias de Tourais e Lajes (-5,6%).

No que concerne à variação da taxa de mortalidade, entre 2011 e 2021, cinco freguesias do concelho de Seia assinalaram uma diminuição, sendo a mais significativa a freguesia de Sazes da Beira (-13,8%). Por outro lado, foi na freguesia de Santa Comba que a variação da taxa de mortalidade mais cresceu (20,9%).

Índice de Dependência

No concelho de Seia, e segundo dados do INE, assistiu-se a um ligeiro aumento do índice de dependência dos jovens⁷ entre 2011 e 2022. Em 2022, verificou-se assim um rácio de 17,3 crianças até aos 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa. Este índice foi muito semelhante ao registado pela CIMBSE, de 17,2 crianças até aos 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa tal como se pode observar no Gráfico em baixo.

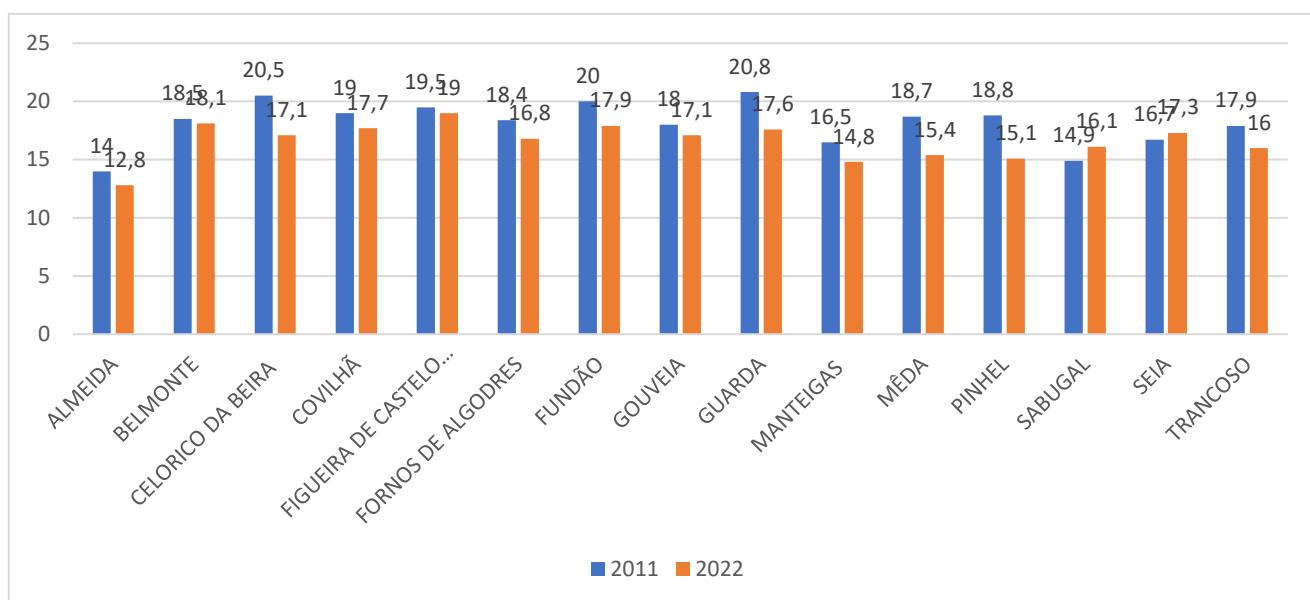


Gráfico 11 | Índice de Dependência dos Jovens na CIMBSE, 2011-2022

Fonte | INE

Relativamente ao índice de dependência dos idosos⁸, para cada 100 pessoas em idade ativa apuram-se, em 2022, no concelho de Seia, 63,7 idosos (65 ou mais anos), um valor significativamente acima do registado em 2011. Este indicador foi superior ao verificado no âmbito da CIMBSE.

⁷ Índice de Dependência dos Jovens: rácio de população jovem (até aos 15 anos) por 100 pessoas em idade ativa;

⁸ Índice de Dependência dos Idosos: rácio de população idosa (> 65 anos) por 100 pessoas em idade ativa.

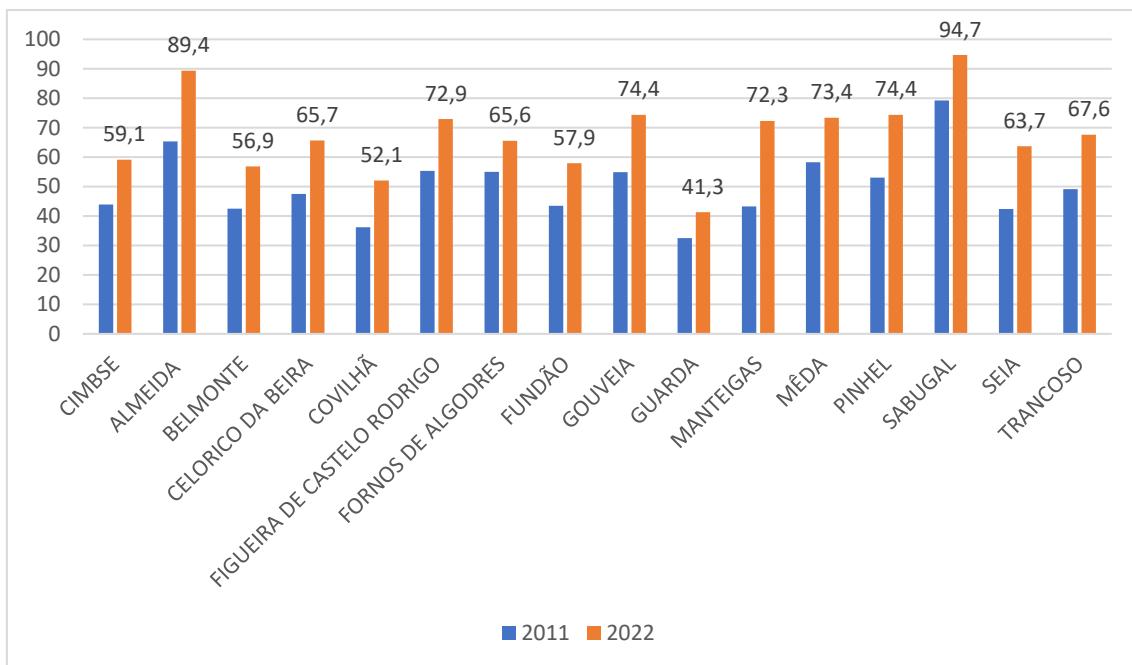


Gráfico 12 | Índice de Dependência dos Idosos na CIMBSE, 2011-2022

Fonte | INE

Face ao Gráfico 13, conclui-se que, entre 2011 e 2021, nas freguesias do concelho de Seia, houve uma tendência generalizada de índices elevados de dependência de idosos contrariado por um baixo índice de dependência de jovens. Entre 2011 e 2021 a maior variação de dependência de idosos foi verificada na freguesia de Sazes da Beira (45,8%), sendo que em todas as freguesias e uniões de freguesia foi possível observar um aumento do valor. Travancinha foi a freguesia do concelho onde se verificou uma menor variação da dependência de idosos (1,2%).

No que ao índice de dependência de jovens diz respeito, apenas quatro freguesias evidenciaram aumento do índice, nomeadamente as freguesias de Santiago (6,1%), Pinhanços (1,6%), Santa Marinha e São Martinho (2,7%) e Tourais e Lajes (0,4%). De referir que as freguesias onde se verificaram maiores quebras do índice de dependência de jovens foram Valezim (-8,4%), Sazes da Beira (-5,4%) e Paranhos (-5,2%).

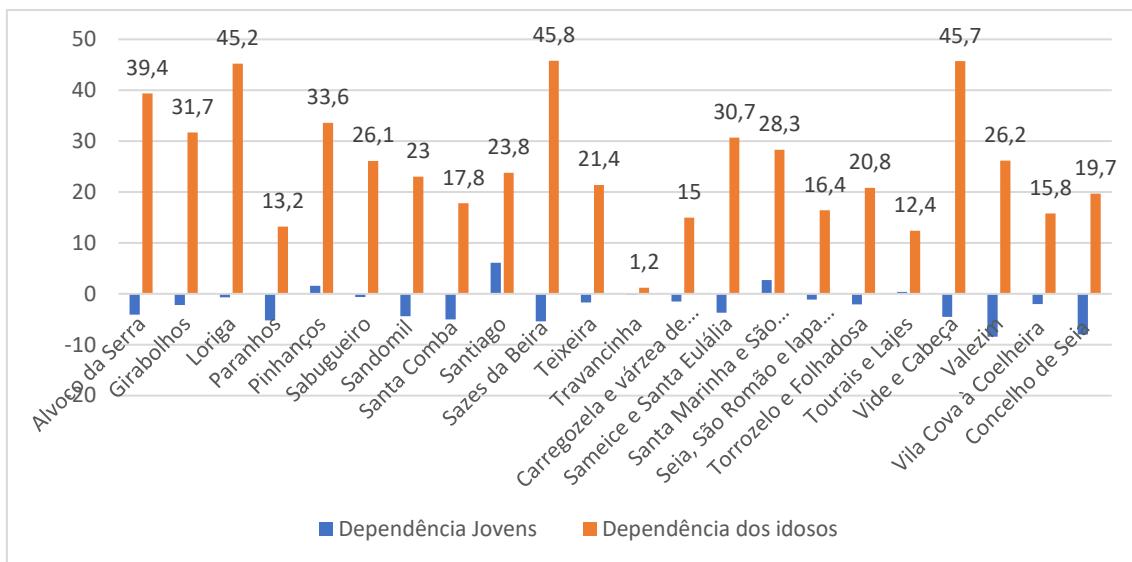


Gráfico 13 | Variação dos Índices de Dependência de Jovens e Idosos, por Freguesia, 2011-2021

Fonte | INE

Envelhecimento

O índice de envelhecimento⁹ no concelho de Seia aumentou significativamente entre 2011 e 2022 e foi, no ano de 2022, de 367,6 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 crianças (até aos 15 anos). Esta tendência de aumento registou-se também, no mesmo período, no continente, na região Centro e na CIMBSE, pese embora no concelho de Seia o índice de envelhecimento tenha sido sensivelmente o dobro do verificado no continente, mas em linha com o da CIMBSE (Gráfico 14).

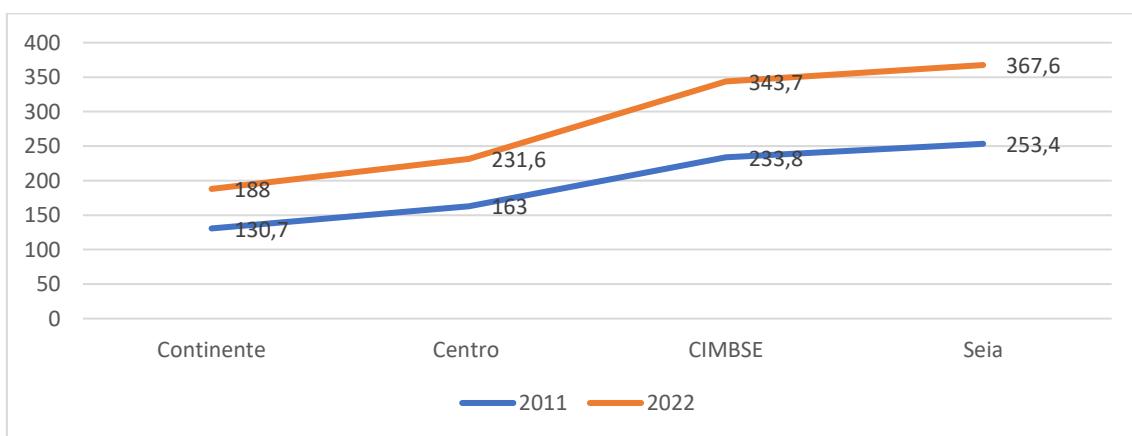


Gráfico 14 | Evolução do Índice de Envelhecimento, 2011-2022

Fonte | INE

⁹ Índice de Envelhecimento: número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 crianças (até aos 15 anos).

Migrações

De acordo com o INE, no ano de 2022 a taxa de crescimento efetivo da população¹⁰ portuguesa foi positiva (0,44%). Importa reforçar que, o crescimento da população registado no ano em análise resulta “*do aumento da taxa de crescimento migratório¹¹, para 0,83%, valor mais alto observado desde 2017, já que a taxa de crescimento natural¹² se manteve negativa, em -0,39%*” (INE, 2024). Neste sentido, é importante olhar o país com atenção aos movimentos e dinâmicas migratórias, o que permite prever os desafios que advirão com a integração de migrantes e a diversidade.

Segundo a PORDATA, no concelho de Seia, em 2022, a taxa de crescimento da população foi negativa, pese embora a taxa de crescimento migratório positiva, muito abaixo dos valores de 2011, mas que não compensou a taxa de crescimento natural (Gráfico 15).

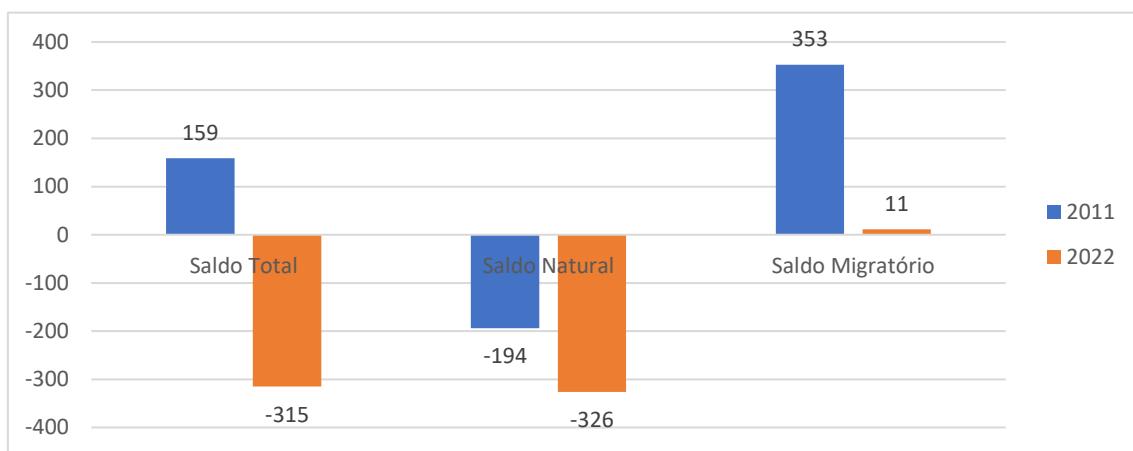


Gráfico 15 | Saldos Popacionais no Concelho de Seia, 2011-2022

Fonte | PORDATA

No concelho de Seia, entre 2011 e 2019, o saldo migratório¹³ foi sempre negativo, mas esta tendência inverteu-se a partir de 2020. Contudo, apesar do saldo positivo em

¹⁰ Taxa de crescimento efetivo da população: variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes);

¹¹ Taxa de crescimento migratório: saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes);

¹² Taxa de crescimento natural: saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

¹³ Saldo Migratório: Diferença entre número de imigrantes e emigrantes;

2020, esta tendência tem vindo a diminuir. Relativamente ao saldo natural¹⁴, este tem-se mantido negativo ao longo do período analisado, com algumas oscilações, atingindo em 2022 o valor mais preocupante (Gráfico 16).

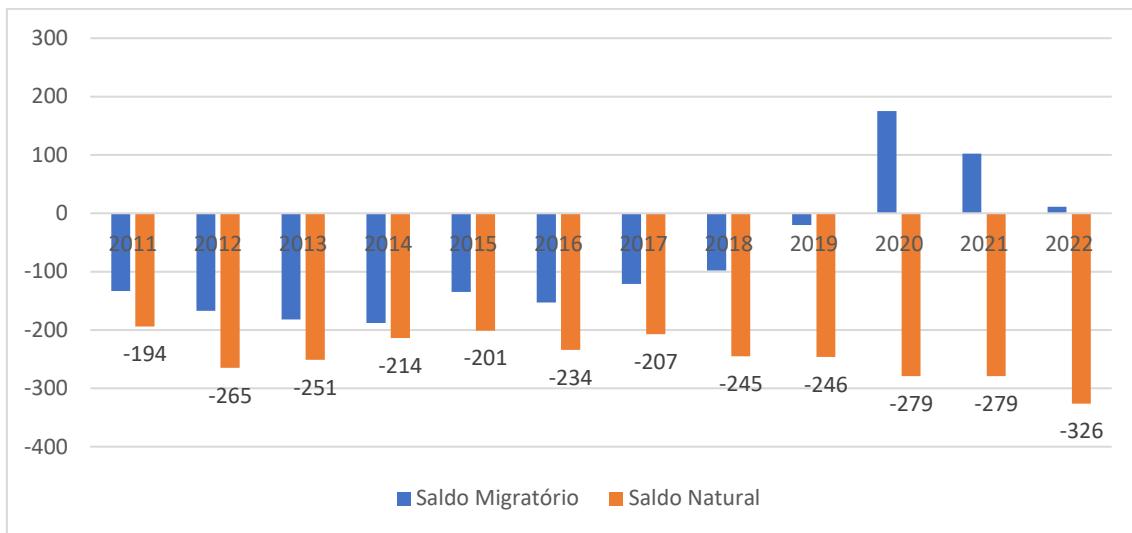


Gráfico 16 | Evolução do Saldo Migratório e do Saldo Natural no Concelho de Seia, 2011-2021

Fonte | INE

No que respeita ao saldo natural, observou-se na CIMBSE a mesma tendência relativamente ao que ocorreu no concelho de Seia, com o ano de 2022 a ser o ano com o valor mais negativo. Quanto ao saldo migratório, é possível perceber que o mesmo evoluiu positivamente a partir de 2019, mas que, a partir de 2020, esta tendência tem vindo a diminuir tal como aconteceu no concelho de Seia (Gráfico 17).

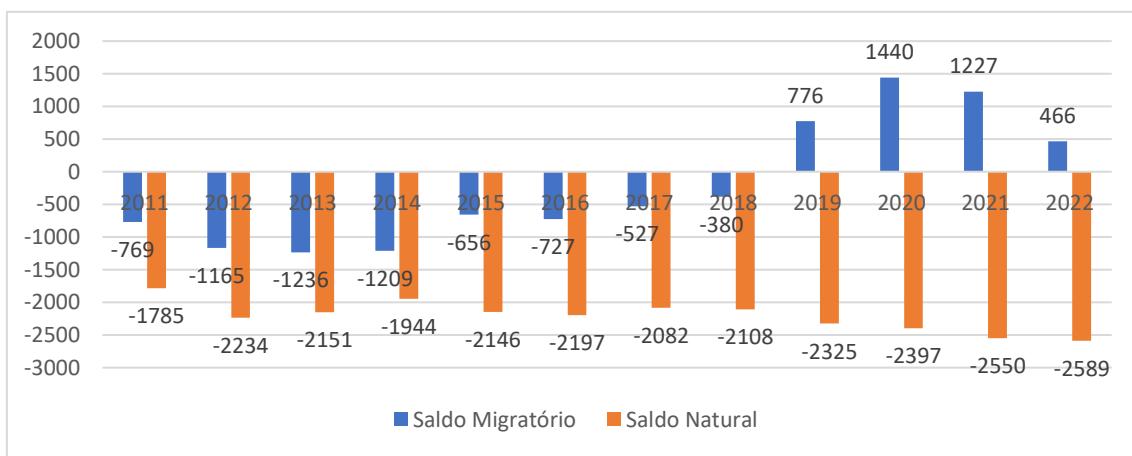


Gráfico 17 | Evolução do Saldo Migratório e do Saldo Natural na CIMBSE, 2011-2022

Fonte | INE

¹⁴ Saldo Natural: Diferença entre número de nascimentos e de mortes.

População Residente com Dificuldade

Segundo o INE, no ano censitário de 2021, mais de metade da população residente no concelho de Seia (53,09%) apresentava pelo menos uma dificuldade. Este foi um valor acima da percentagem a nível nacional (43,68%) e ligeiramente acima da percentagem regional (46,98%) e sub-regional (49,10%).

Através do Gráfico 18 é possível concluir que o número de residentes com pelo menos uma dificuldade aumentou notavelmente em todas as unidades territoriais entre 2011 e 2021.

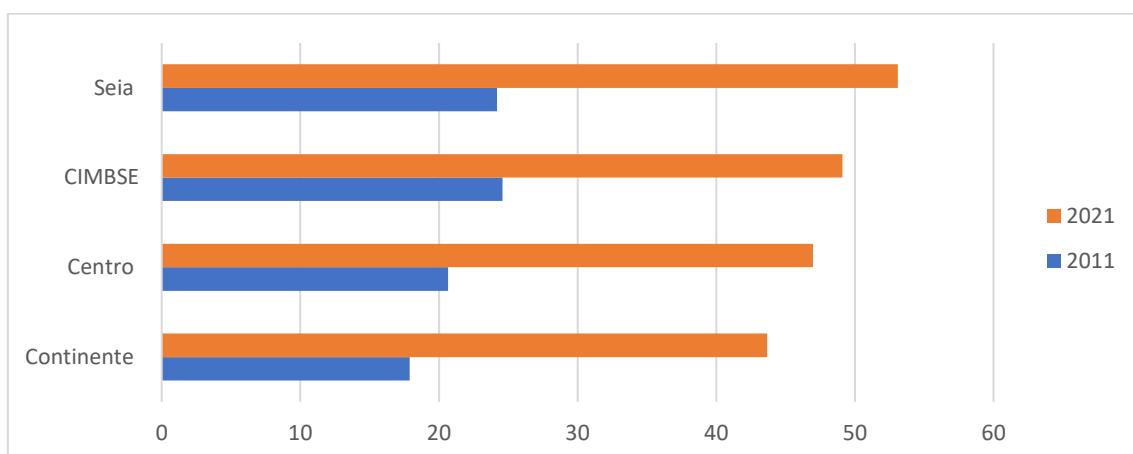


Gráfico 18 | Proporção da População Residente no Concelho de Seia, com pelo Menos Uma Dificuldade, 2011-2021

Fonte | INE

Síntese

- ❖ No ano de 2022, o concelho de Seia apresenta uma área total de 436 km² e 21 394 habitantes;
- ❖ Desde 2013, o concelho de Seia encontra-se subdividido em 21 freguesias e uniões de freguesia;
- ❖ Entre o ano de 2011 e 2021 verificou-se uma variação populacional de -11,93%, representando uma perda de 2947 habitantes. Observa-se ainda que, no ano de 2022, a tendência de quebra populacional se mantém, registando uma diferença de 361 pessoas quando comparado com 2021;
- ❖ Verificamos um decréscimo da densidade populacional que passou de 57 h/km² em 2011 para 49,5 h/km² em 2022;
- ❖ No ano de 2021, a faixa etária mais representativa no concelho de Seia é a dos 25-64 anos seguida da população acima dos 65 anos;
- ❖ No concelho de Seia o saldo natural decresceu significativamente, passando de (-194) para (-326) – período de análise 2011/2022;
- ❖ Verifica-se que desde 1960 o Concelho de Seia a população tem vindo a diminuir e a envelhecer;
- ❖ A taxa de natalidade no concelho de Seia decresceu para 4% em 2022, face aos 5,9% verificados em 2011;
- ❖ A Taxa de mortalidade no concelho de Seia aumentou de 14% em 2011 para 19% em 2022;
- ❖ No concelho de Seia assistiu-se a um ligeiro aumento do índice de dependência dos jovens entre 2011 e 2022. Em 2022, verificou-se um rácio de 17,3 crianças até aos 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa;
- ❖ Relativamente ao índice de dependência dos idosos, para cada 100 pessoas em idade ativa apuram-se, em 2022, no concelho de Seia, 63,7 idosos (65 ou mais anos), um valor significativamente acima do registado em 2011;
- ❖ O índice de envelhecimento, no ano 2022, no concelho de Seia era de 367,6 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 crianças (até aos 15 anos);

- ✿ O saldo migratório apresentou valores positivos no ano de 2020, sendo este o ano com valores mais elevados. Após 2020 observou-se o decréscimo do mesmo ainda que se mantenha positivo;
- ✿ O saldo natural no concelho de Seia, entre o ano de 2011 e 2022 apresentou sempre valores negativos sendo que o valor mais significativo se verificou em 2022;
- ✿ O número de residentes com pelo menos uma dificuldade aumentou significativamente em todas as unidades territoriais no último período intercensitário (2011-2021).

2. Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos

O concelho de Seia é bastante rico nos seus recursos naturais e tem vindo a demonstrar um perfil empreendedor, com a manutenção e surgimento de empresas no âmbito do têxtil, do calçado, do setor agroalimentar, produção de energia e turismo. A revitalização da economia do concelho de Seia é uma temática emergente e crucial no combate ao despovoamento e atração de investimento e jovens, numa sociedade cada vez mais global e em constante mudança.

Importa, neste contexto, fazer referência à Agenda do Trabalho Digno, uma iniciativa promovida pelo governo português, em 2023, para garantir condições de trabalho justas e dignas para todos os trabalhadores. Esta agenda abrange diversas áreas e é composta por várias medidas e objetivos que visam melhorar as condições laborais e garantir direitos fundamentais no ambiente de trabalho, nomeadamente: contratos de trabalho justos; salários justos; saúde e segurança no trabalho; equilíbrio entre trabalho e vida pessoal; formação e qualificação; investir na formação e qualificação dos trabalhadores, garantindo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e a adaptação às novas exigências do mercado de trabalho; igualdade e não discriminação e diálogo social.

Essas medidas visam não só melhorar a qualidade do trabalho, mas também aumentar a produtividade e competitividade das empresas portuguesas, promovendo um ambiente laboral mais justo e sustentável.

Tecido Empresarial

O tecido empresarial no Município de Seia é caracterizado por micro, pequenas e médias empresas que se deparam com alguns constrangimentos no acesso a financiamento, inovação e evolução tecnológica, gestão de recursos humanos, exportação e concorrência do mercado global (Município de Seia, 2024).

No concelho de Seia, no ano de 2022, existiam 2319 empresas, número que tem vindo a evoluir positivamente, ainda que de forma ligeira, acompanhando a tendência de crescimento nacional e da sub-região. A nível nacional verificou-se uma perda do número de empresas entre 2019 e 2020, refletindo os efeitos negativos do confinamento

determinado pela pandemia COVID-19, o que não se verificou no Município de Seia, que registou um aumento ligeiro, mas gradual, desde 2014, tal como consta no Gráfico abaixo.

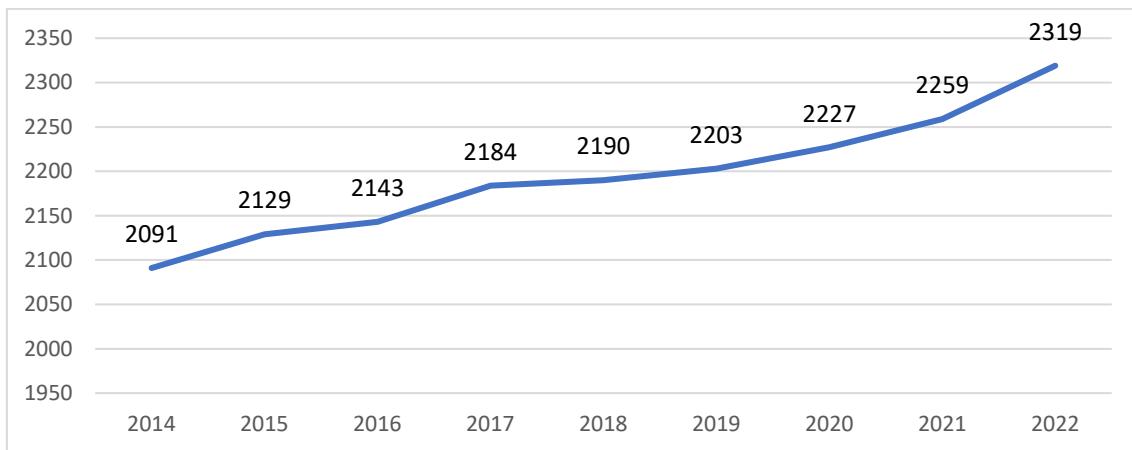


Gráfico 19 | Número de Empresas no Concelho de Seia, 2022

Fonte | Anuário Estatístico Regional, 2022

As empresas do concelho de Seia empregavam 5434 colaboradores, no ano de 2022, sendo que as atividades económicas que acolheram o maior número de trabalhadores foram duas: o “Comércio por grosso e a retalho” e a “reparação de veículos automóveis e motociclos” (26,7%), o “Alojamento, restauração e similares” (13,4%) e a “Construção” (8,9%). As três atividades económicas empregavam 49% dos trabalhadores do concelho de Seia.

Realça-se que, segundo o INE, em 2022, no concelho de Seia, não existiam empresas com atividades económicas no âmbito das “Indústrias extractivas”, “Indústrias transformadoras” e “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, sendo esta última atividade gerida pela empresa intermunicipal APdSE, EIM. S.A.- Águas Públicas da Serra da Estrela.

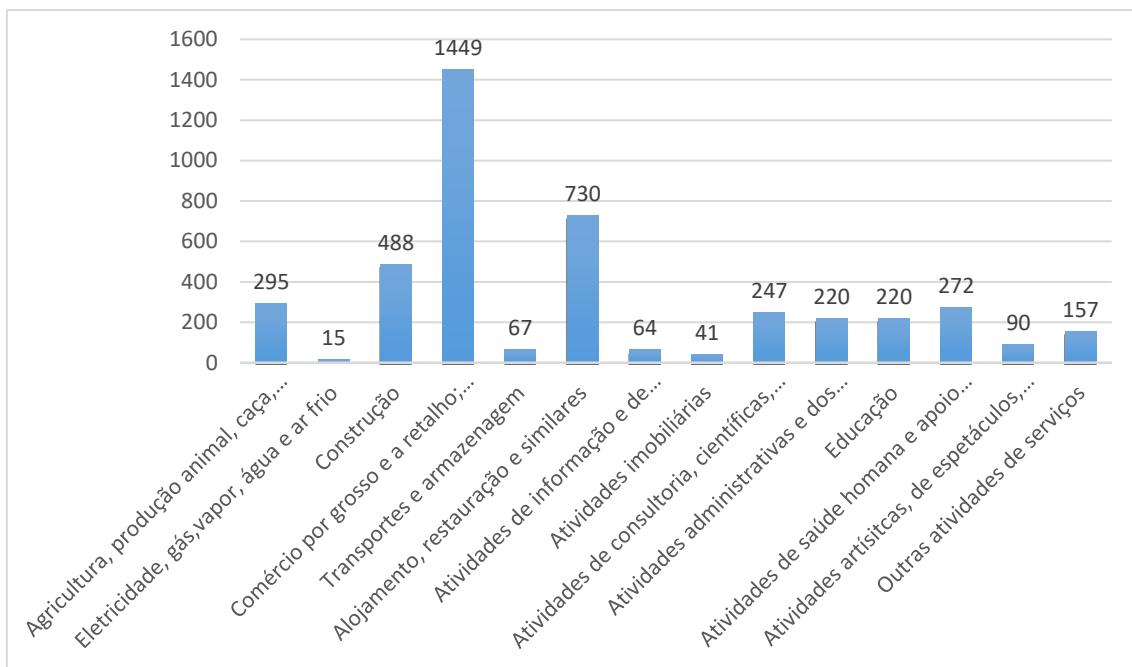


Gráfico 20 | Pessoal ao Serviço das Empresas no Concelho de Seia, por Atividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3), 2022

Fonte | INE

Emprego

Na caracterização do mercado de trabalho no Município de Seia, dos 3125 trabalhadores por conta de outrem, 66,8% encontravam-se, em 2022, inseridos no setor de atividade terciário, o que correspondia a 2089 trabalhadores que exerciam atividade profissional no âmbito dos serviços. O

Inquérito por questionário aplicado à população:
55,77% das pessoas inquiridas consideram que existem poucas ofertas de emprego.

Inquérito por questionário aplicado à população:

40,20% das pessoas inquiridas consideram que existem dificuldades na integração laboral pós-formação.

setor da indústria, construção, energia e água foram responsáveis por empregar 32,2% da população empregada por conta de outrem e o setor primário albergava apenas 1%, apresentando uma percentagem pouco significativa. Um maior número de pessoas a exercer atividade profissional no setor

terciário era evidente no concelho de Seia e verificava-se não só na sub-região das Beiras e Serra da Estrela, mas também nos dados estatísticos nacionais (Gráfico 21).

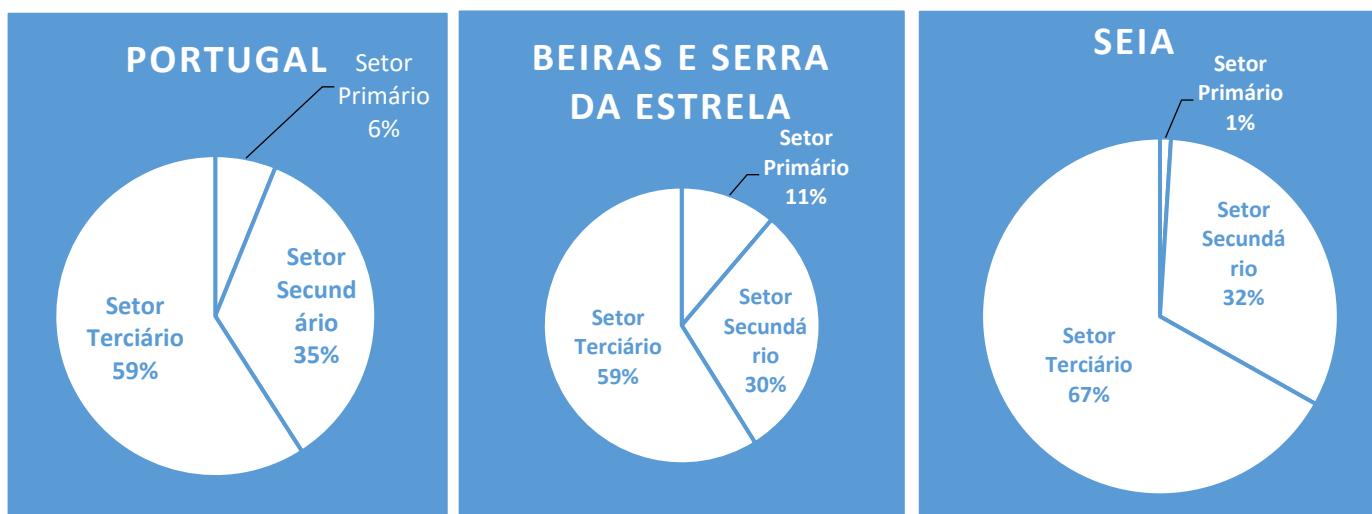


Gráfico 21 | Percentagem de População Empregada por Conta de Outrem no Concelho de Seia, por Sector de Atividade, 2022

Fonte: Anuário Estatístico Regional, 2022

É de salientar, no concelho de Seia, um aumento da escolaridade da população empregada (Gráfico 22), nomeadamente no que respeita ao ensino superior que registou um aumento de 752 pessoas entre 2001 e 2021. Também no que se refere à população empregada sem escolaridade, verificou-se uma evolução bastante positiva, visto que em 2001, 757 pessoas não tinham escolaridade e, em 2021, apenas 51 pessoas não possuíam qualquer nível de escolaridade. Este indicador aponta para um significativo aumento da população escolarizada.

Inquérito por questionário aplicado à população:

28,14% das pessoas inquiridas consideram que ainda se desvaloriza muito a formação profissional.

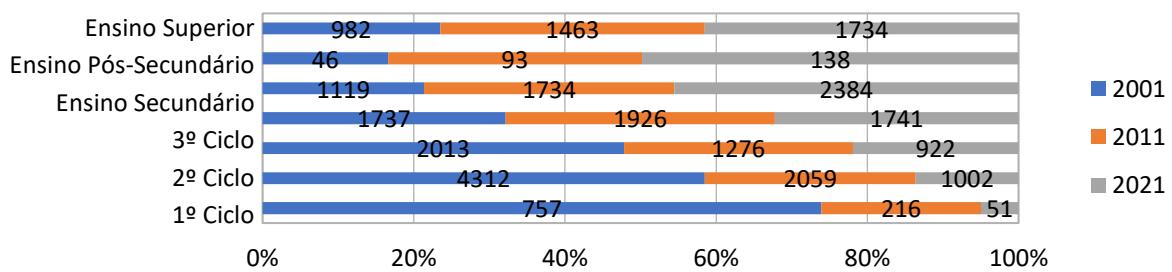


Gráfico 22 | População Empregada no Concelho de Seia, Total e por Nível de Escolaridade Completo, 2001-2021

Fonte | INE

Observando o Gráfico 23, referente aos dados da PORDATA, é possível verificar que desde 2011 e até 2021 a tendência nacional, regional e local foi para um ligeiro aumento da taxa de emprego e uma diminuição da taxa de desemprego. Nessa mesma representação, observa-se que no ano 2021 o concelho de Seia apresentou valores aproximados aos da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, no que respeita quer à taxa de emprego, quer à taxa de desemprego.

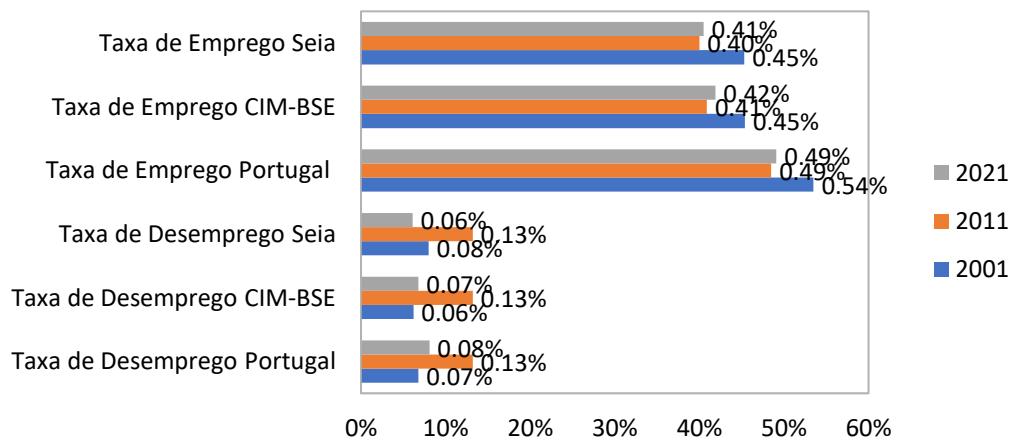


Gráfico 23 | Taxa de Emprego e Desemprego no Concelho de Seia, 2011-2021

Fonte | PORDATA

Não obstante, no que respeita ao desemprego e numa breve consulta aos dados estatístico do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), constata-se que em dezembro de 2022 estavam registados no Município de Seia um total de 665 pessoas em situação de desemprego (mais 80 do que no mês homónimo de 2021), dos quais 100 se tratavam de jovens à procura do 1º emprego e 565 estavam inscritos no centro de emprego há mais de um ano.

Na análise realizada ao retrato municipal do desemprego segundo os grupos etários, constata-se que esta problemática atinge todos os grupos etários, em especial o

Inquérito por questionário aplicado à população:

57,79% das pessoas inquiridas consideram o DESEMPREGO uma problemática. A população que mais assinalou esta resposta encontra-se na faixa etária dos 35-54 anos.

dos 15 aos 24 anos, que em 2011 chegou a apresentar uma taxa de desemprego de 30%. De acordo com a PORDATA (Gráfico 24), em 2021 as taxas de desemprego diminuíram bastante, face a 2011, em todos os grupos etários, continuando o dos 15 aos 24 anos a apresentar os valores mais representativos. O

grupo etário dos 65 ou mais anos, é o grupo exceção que, além de apresentar sempre os valores mais baixos, em 2011 viu a taxa de desemprego diminuir e em 2021 atingiu os valores mais elevados.

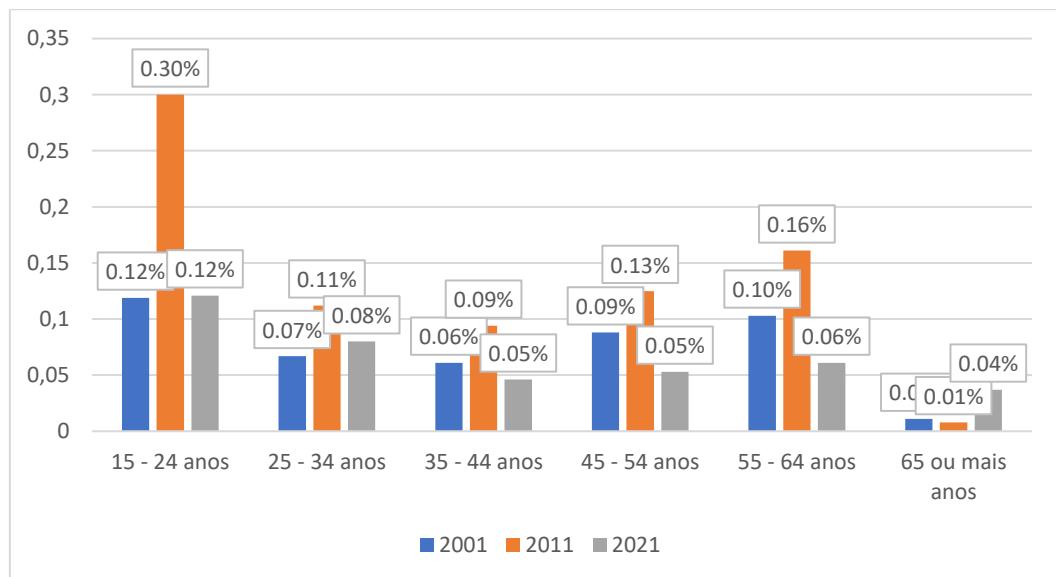


Gráfico 24 | Taxa de Desemprego no Concelho de Seia, por Grupo Etário, 2001-2021

Fonte | PORDATA

No período em análise, a evolução da taxa de desemprego no concelho de Seia tem vindo a apresentar curvas semelhantes em ambos os sexos. Todavia, importa salientar que, enquanto a taxa de desemprego feminino apresenta uma descida acentuada desde 2011 (9 pontos percentuais- p.p), expondo em 2021 um valor mais baixo que a média total, a taxa de desemprego masculino, acompanhando a descida desde 2011, inverteu a tendência anterior e apresenta-se menos favorável face à taxa de desemprego feminina.

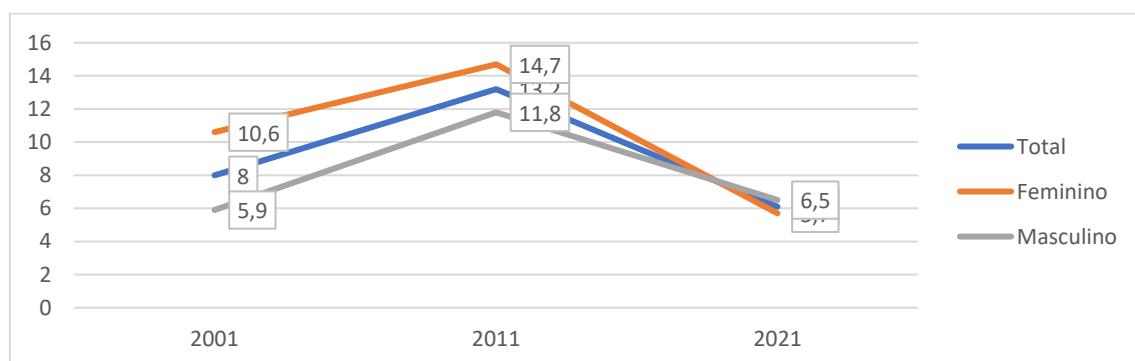


Gráfico 25 | Taxa de Desemprego no Concelho de Seia, Segundo os Censos: Total e por Sexo (%)

Fonte | PORDATA

Recorrendo aos dados relativos ao número de desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional (CEFP), o concelho de Seia tem vindo a registar uma diminuição de inscrições desde 2013, com uma média anual de 1482,8 pessoas inscritas, tendo registado o valor mais baixo dos últimos dez anos em 2022, com uma média anual de 573,7. Em termos percentuais, o Município de Seia apresentava valores equiparados à sub-região das Beiras e Serra da Estrela e nacionais. Comparativamente aos restantes concelhos da CIMBSE, Seia apresenta uma situação idêntica aos concelhos de Celorico da Beira e Covilhã e mais favorável que os municípios de Gouveia, Figueira de Castelo Rodrigo e Fornos de Algodres.

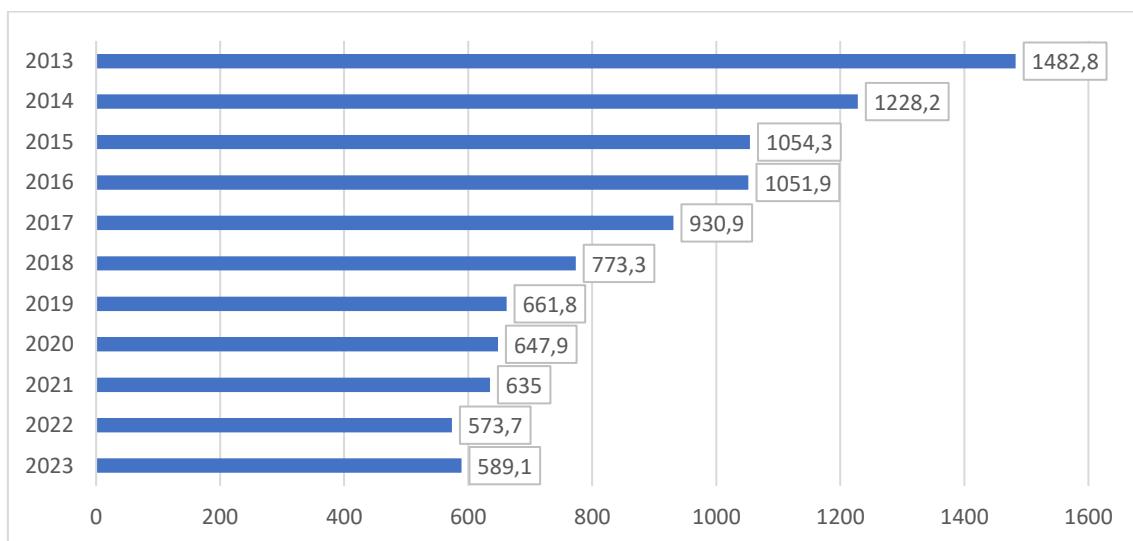


Gráfico 26 | Desempregados Inscritos no CEFP de Seia (Média Anual - 2022)

Fonte| PORDATA

No que concerne ao nível de instrução das pessoas desempregadas inscritas no CEFP em Seia, em 2023, constata-se que a maior percentagem de pessoas em situação de desemprego era detentora de habilitações literárias completas ao nível do ensino secundário (30%), seguido do 3º ciclo de estudos (19,2%). Do universo de pessoas inscritas em 2023 no CEFP de Seia, destaca-se que existiam em menor percentagem as que não eram detentoras de qualquer nível de escolaridade (média anual de 46,5 pessoas), seguidas das que possuíam uma formação no ensino superior (média anual de 75 pessoas).

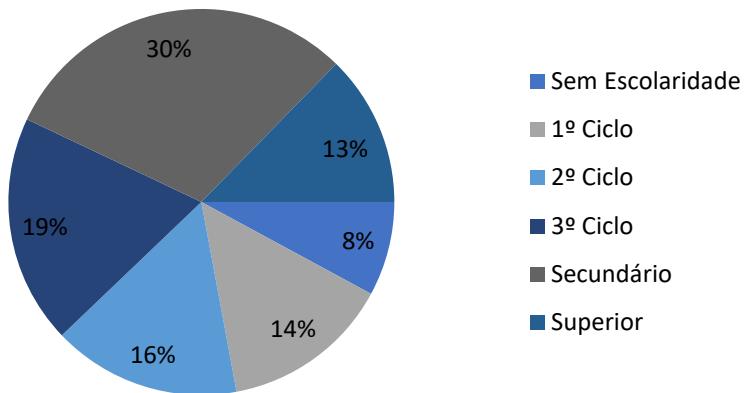


Gráfico 27 | Desempregados Inscritos no CEFP de Seia (Média Anual), por Nível de Escolaridade Completo, 2023

Fonte| PORDATA

Rendimentos

Em Portugal existem diferentes formas de rendimento dos agregados familiares residentes. No caso dos trabalhadores por conta de outrem, a componente mais importante dos seus rendimentos é o salário auferido, já no que se refere aos trabalhadores por conta própria, são as receitas da sua atividade profissional. Por outro lado, existem agregados familiares a subsistir através de benefícios de proteção social, nomeadamente pessoas em situação de desemprego, com acesso ao subsídio de desemprego, ou os trabalhadores reformados que, em regra geral, recebem uma pensão de velhice ou invalidez. Para além destas prestações de proteção social, existem ainda agregados familiares que beneficiam dos abonos de família, no caso de terem crianças/jovens a cargo, o Complemento Social para Idosos (CSI), o Rendimento Social de Inserção (RSI), entre outras. Os rendimentos da população podem também ser provenientes de património existente.

Neste sentido, o orçamento familiar e a capacidade de gestão do mesmo estarão na base da satisfação das necessidades por parte dos agregados familiares, quer das necessidades básicas como o pagamento de bens e serviços essenciais (alimentação, habitação, vestuário ou despesas de saúde e educação), quer as supérfluas como a aquisição de bens ou pagamento de serviços destinados à satisfação de desejos pessoais.

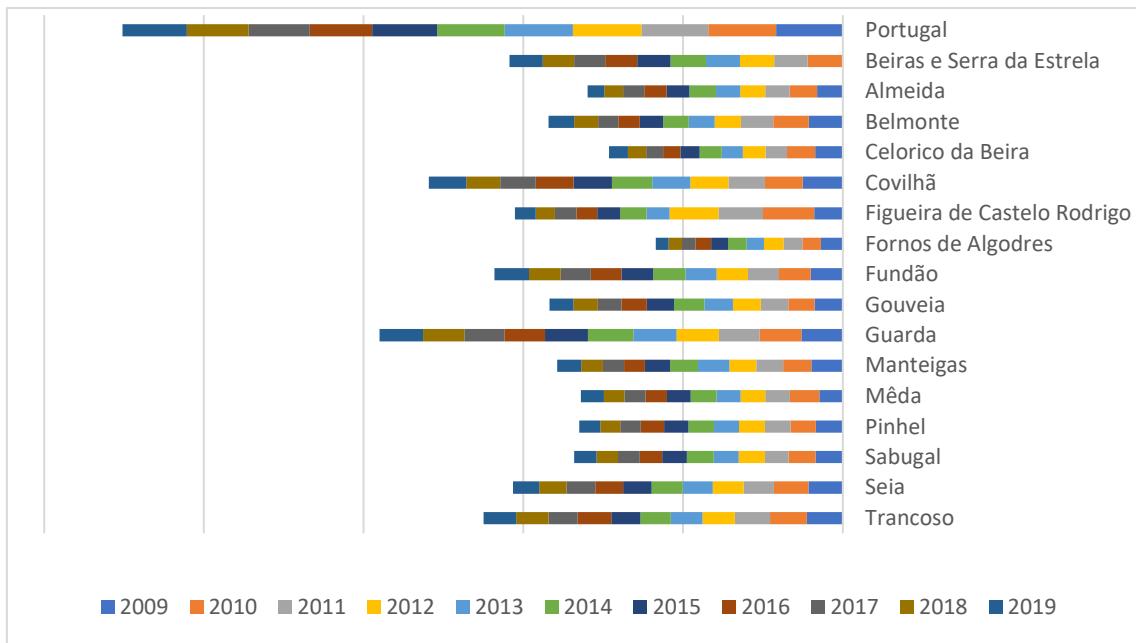
No panorama nacional, os níveis de rendimento auferidos evidenciam e contribuem para a existência de desigualdades, sendo Portugal um dos países onde existem mais desigualdades na União Europeia.

O concelho de Seia, entre 2009 e 2019, segundo o INE, apresentou diferenças menores entre os ordenados mínimo e médio que as registadas na CIMBSE e no país. No que se refere aos municípios pertencentes à sub-região das Beiras e Serra da Estrela, em

Inquérito por questionário aplicado à população:

58,79% das pessoas inquiridas consideram que os salários que recebem são baixos.

2019 (últimos dados registados pelo INE), o concelho de Seia regista menor diferença entre os ordenados mínimo e médio (164€) comparativamente a Trancoso (205€), Guarda (271€), Fundão (217€) e Covilhã (233€), mas superiores aos restantes concelhos.



		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Categorias	Valores de Y										
1	Trancoso	-226	-230	-220	-202	-198	-191	-183	-210	-183	-201	-205
2	Seia	-215	-216	-191	-192	-188	-196	-178	-174	-181	-170	-164
3	Sabugal	-172	-167	-148	-165	-157	-168	-155	-139	-137	-134	-140
4	Pinhel	-169	-159	-160	-163	-156	-160	-153	-146	-127	-124	-133
5	Mêda	-148	-183	-155	-155	-150	-161	-148	-135	-132	-128	-145
6	Manteigas	-197	-177	-167	-170	-195	-174	-160	-129	-133	-137	-150
7	Guarda	-260	-262	-254	-264	-271	-285	-268	-255	-250	-260	-271
8	Gouveia	-177	-164	-173	-174	-178	-190	-171	-159	-147	-154	-150
9	Fundão	-201	-198	-194	-198	-193	-204	-198	-191	-190	-198	-217
10	Fornos de Algodres	-138	-116	-118	-121	-108	-117	-107	-98	-84	-84	-80
11	Figueira de Castelo Rodrigo	-179	-321	-279	-305	-145	-165	-143	-132	-133	-120	-130
12	Covilhã	-251	-237	-228	-238	-240	-252	-241	-235	-223	-213	-233
13	Celorico da Beira	-174	-176	-133	-144	-131	-139	-120	-109	-105	-114	-119
14	Belmonte	-213	-223	-202	-164	-162	-162	-145	-134	-127	-150	-160
15	Almeida	-161	-172	-152	-157	-153	-165	-142	-142	-131	-119	-104
16	Beiras e Serra da Estrela	0	-221	-209	-215	-211	-222	-209	-201	-195	-196	-207
17	Portugal	-418	-424	-420	-429	-427	-422	-406	-392	-383	-387	-401

Gráfico 28 | Diferença Entre o Salário Mínimo e Médio (€), 2009-2019

Fonte | INE

No concelho de Seia tem-se vindo a observar um crescimento no que se refere ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, nomeadamente entre 2018 e 2021, ano em que atingiu o valor mais elevado (968,04€). Analisando as desigualdades salariais entre homens e mulheres, a diferença entre os valores salariais tem vindo a diminuir, tendo os homens visto o vencimento, em média, aumentar 44,33€ e as mulheres obtiveram um aumento médio na ordem dos 113,41€. Ainda assim, é evidente a desvantagem na média mensal do rendimento auferido pelo sexo feminino, que em 2021 ainda recebia, em média, menos 82,32€ que as pessoas do sexo masculino. Não obstante,

no Gráfico 29 pode observar-se oscilações entre os anos em análise, nomeadamente entre 2019 e 2020, em que a curva referente aos ganhos médios mensais do sexo masculino exibe uma descida, voltando novamente a aumentar no ano seguinte.

Em 2021, os trabalhadores por conta de outrem no concelho de Seia auferiam, em média, 968,04€, valor inferior ao da média nacional (1289,50€) e da sub-região das Beiras e Serra da Estrela (1051,24€).

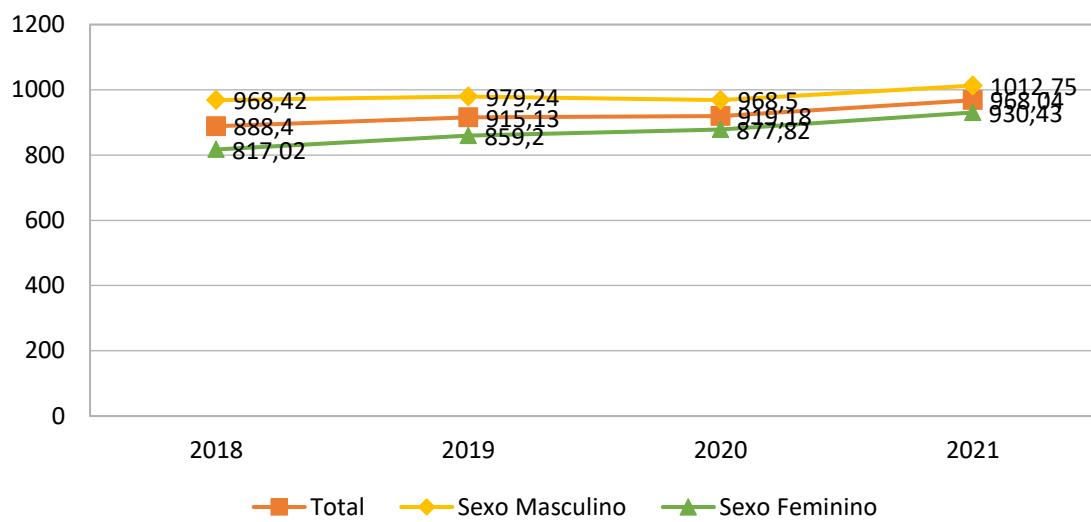


Gráfico 29| Ganho Médio Mensal dos/das Trabalhadores/as por Conta de Outrem nos Estabelecimentos no Concelho de Seia, por Sexo, 2018-2021

Fonte| Anuário Estatístico Regional, 2022

No que diz respeito ao ganho médio mensal, de acordo com o nível de escolaridade, os trabalhadores por conta de outrem no Município de Seia, em 2021, auferiam rendimentos mais baixos que a média nacional e regional, independentemente do grau de instrução. Quanto ao vencimento auferido pela população com nível superior, estes eram os que apresentavam valores mais elevados em todos os concelhos da CIMBSE. Ao nível da licenciatura, no concelho de Seia os trabalhadores auferiam rendimentos mais baixos que nos concelhos da Covilhã, Guarda, Fundão e Trancoso e equiparados a Belmonte e Pinhel. Já no que se refere aos trabalhadores por conta de outrem com o 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), os rendimentos no concelho de Seia equiparavam-se ao Sabugal e Covilhã, mantendo-se inferiores aos dos concelhos de Trancoso, Guarda e Celorico da Beira.

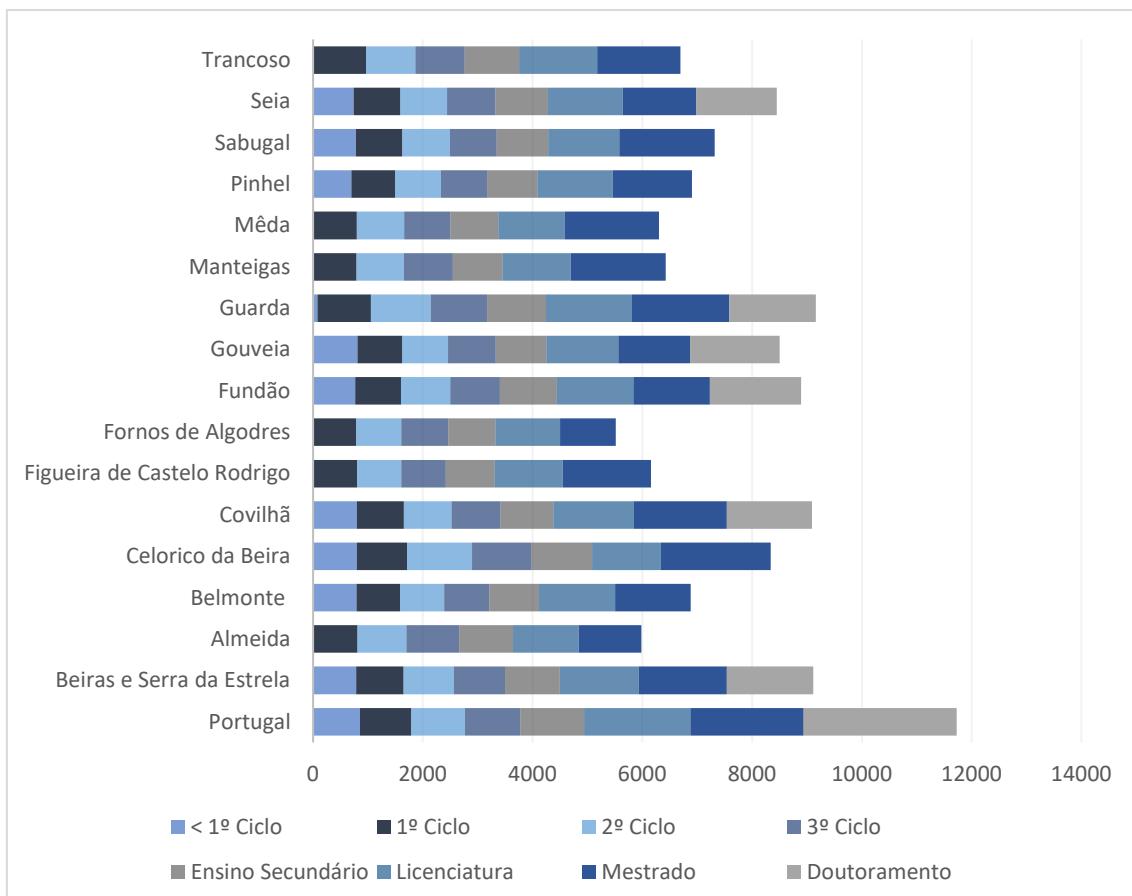


Gráfico 30 | Ganho Médio Mensal dos/das Trabalhadores/as por Conta de Outrem nos Estabelecimentos por Município e Nível de Habilidades, 2021

Fonte | Anuário Estatístico Regional, 2022

Analisando o Indicador *per Capita* (IpC)¹⁵ do poder de compra, através do Gráfico 31, observamos que, entre 2011 e 2021, o poder de compra da população residente no concelho de Seia se encontrava, ao longo de vários anos, abaixo da média regional e do valor de referência nacional. Não obstante, Seia foi acompanhando a tendência da sub-região Beiras e Serra da Estrela, tendo o poder de compra da população caído de 2013 a 2017 e desde então, observou-se um ligeiro aumento. Importa salientar que, em 2021, dos 15 concelhos integrantes da CIMBSE, Seia era o 4º concelho com o IpC mais elevado (78,85€), posicionando-se atrás de Guarda (95,28€), Covilhã (86,9€) e Fundão (79,83€).

¹⁵ IpC: poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, tendo por referência o valor nacional [Portugal = 100]

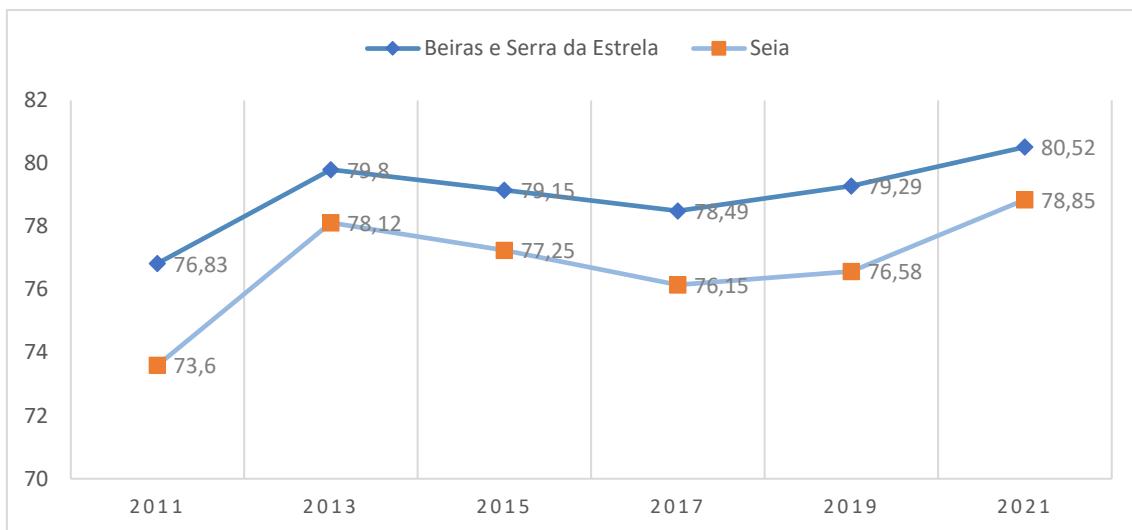


Gráfico 31 | Indicador Per Capita do Poder de Compra (€)

Fonte | INE

Em Portugal, no ano de 2021, o valor do limiar do risco de pobreza¹⁶ era de 6608 euros, pelo que no concelho de Seia pelo menos 8,3% dos agregados fiscais encontravam-se em situação de pobreza e 33,3% numa situação de risco de pobreza.

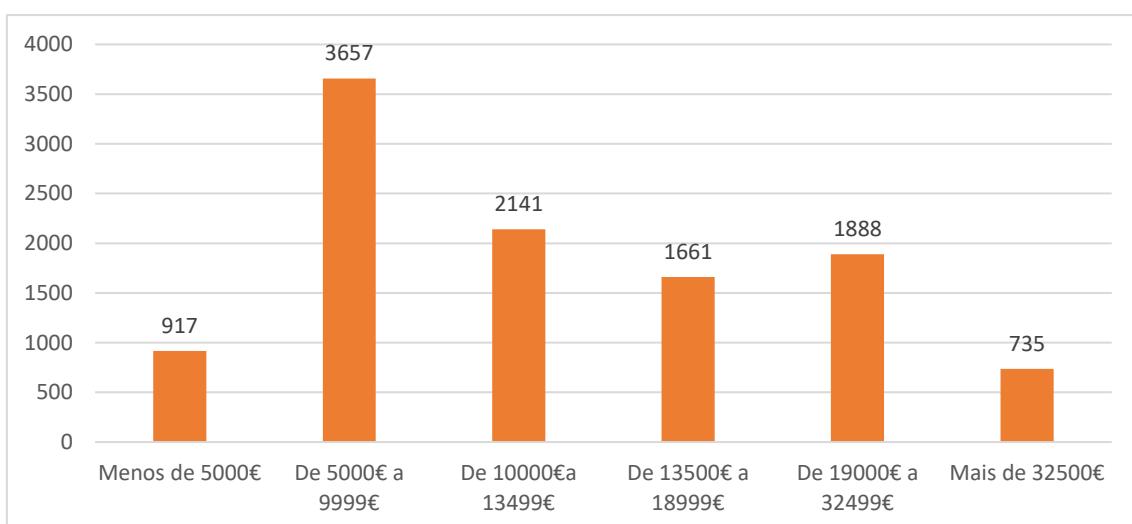


Gráfico 32 | Agregados Fiscais (N.º) por Escalões de Rendimento Bruto Declarado Deduzido do IRS Liquidado no Concelho de Seia, 2021

Fonte | INE

A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) 2021-2030 visa erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais em Portugal. Esta estratégia deve ser abrangente e integrada, abordando as múltiplas dimensões da pobreza e assegurando o bem-estar e a inclusão social de todos os cidadãos. Numa perspetiva inicial, a ENCP 2021-

¹⁶ Limiar de risco de pobreza: limite abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza

2030 pretende realizar um diagnóstico abrangente da situação da pobreza em Portugal, identificando os grupos mais vulneráveis e as áreas geográficas mais afetadas e analisar as causas e as consequências da pobreza, incluindo fatores económicos, sociais, educacionais e de saúde.

Os objetivos gerais da ENCP 2021-2030 são a erradicação da pobreza extrema e reduzir significativamente a pobreza relativa, a promoção da inclusão social e económica de todos os cidadãos e a redução das desigualdades sociais e regionais.

A ENCP 2021-2030 deve ser abrangente, inclusiva e adaptável, respondendo às necessidades de diferentes grupos e regiões. O sucesso desta estratégia dependerá de um forte compromisso político, da colaboração de múltiplas partes interessadas e de uma abordagem baseada em dados e evidências.

Apoios e Prestações Sociais

A proteção social da população visa a promoção do bem-estar social, através de subsídios, reformas, serviços de âmbito social e fiscal, bem como a promoção de outros serviços, programas ou projetos de cariz público (Mckay & Rowlingson, 2003).

Os direitos sociais são um recurso para os cidadãos quando se encontram numa situação de vulnerabilidade económica e social. Neste sentido, a proteção social pressupõe a proteção de indivíduos/famílias nas quais existe uma redução/perda de rendimentos ou um acréscimo inesperado e abrupto dos encargos familiares que impacta a sua integração social e profissional (Carreira, 1996).

No que se refere aos beneficiários de subsídio de desemprego¹⁷, tal como é possível observar no Gráfico 33, o Município de Seia registava, em 2022, 427 cidadãos que auferiam o referido subsídio, anotando valores mais baixos que outros concelhos da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, nomeadamente Covilhã, Guarda e Fundão.

¹⁷ Subsídio de Desemprego: prestação atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego.

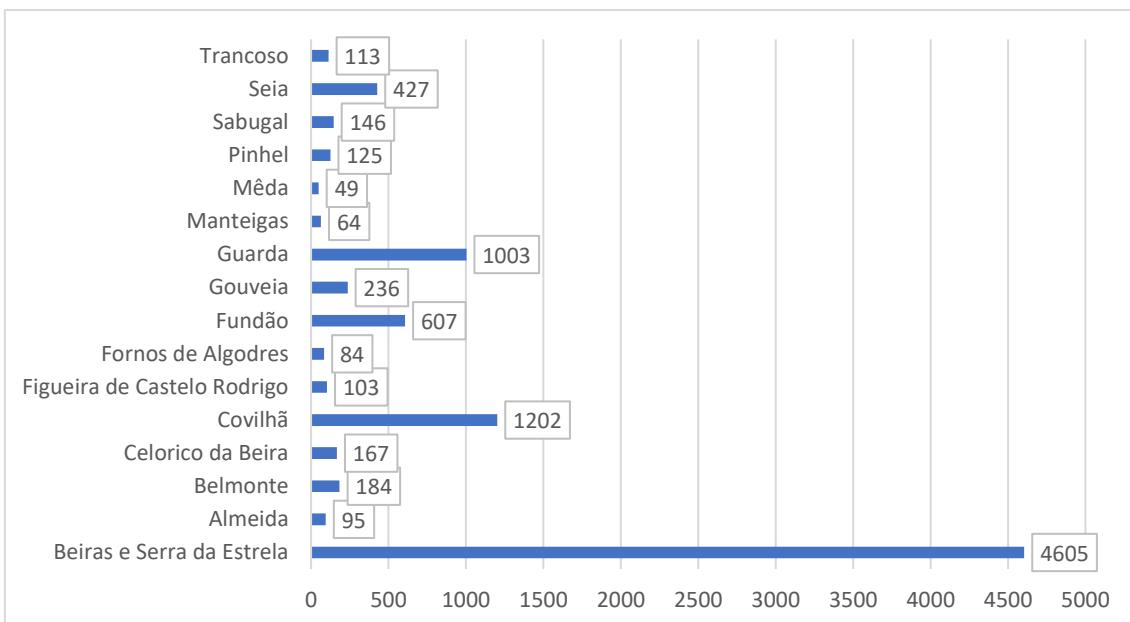


Gráfico 33 | Beneficiárias/os de Subsídios de Desemprego da Segurança Social por Município, 2022

Fonte | INE

Importa destacar, segundo o INE (2022), que existia um maior número de pessoas do sexo feminino nesta condição (250) comparativamente ao sexo masculino (177) e que, segundo o Anuário Estatístico Regional (2022), a faixa etária mais representada era dos 25 aos 29 anos (146), seguido dos 50 aos 54 anos (91) e dos 40 aos 49 anos (80).

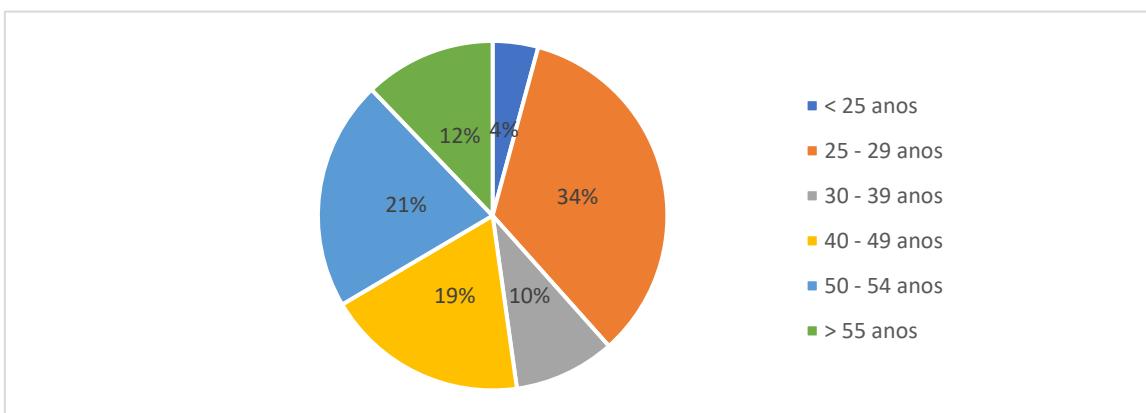


Gráfico 34 | Beneficiárias/os de Subsídios de Desemprego da Segurança Social no Concelho de Seia, por Faixa Etária, 2022

Fonte | Anuário Estatístico Regional, 2022

No que concerne ao subsídio social de desemprego¹⁸, no concelho de Seia, de acordo com o Centro Distrital da Guarda, em abril de 2024, existiam 15 beneficiários do

¹⁸ Subsídio social de desemprego: Apoio que se aplica “nas situações em que não seja atribuível subsídio de desemprego assim como nas situações em que os beneficiários tenham esgotado o período de concessão do subsídio desemprego e desde que se encontrem preenchidas algumas condições”.

subsídio social de desemprego, maioritariamente do sexo feminino, sendo a faixa etária mais representativa a dos 20 aos 29 anos.

Quadro 3| Número de Beneficiários de Subsídio Social de Desemprego no Concelho de Seia, por Escalão Etário e Sexo, Abril de 2024

Faixa etária	N.º	Sexo	N.º
20 - 29 anos	5	Masculino	4
30 - 44 anos	3		
45 - 54 anos	4	Feminino	11
55 - 64 anos	3		

Fonte| Centro Distrital da Guarda

Analizando o Quadro 4, no qual estão espelhados os indicadores de prestações sociais referentes ao ano 2022, e mais concretamente no que se refere ao nível do valor médio das pensões, subsídios de desemprego e por doença, conclui-se que o valor médio anual das pensões de velhice¹⁹ no concelho de Seia era superior aos valores médios das restantes pensões e subsídios, situação que se coadunava com a realidade nacional, bem como da sub-região das Beiras e Serra da Estrela.

Conferindo os restantes concelhos da sub-região na qual se insere o de Seia, verifica-se que este apresentava o valor médio anual das pensões total mais elevado das Beiras e Serra da Estrela. Não obstante, no que se refere aos valores médios anuais da pensão de invalidez²⁰, o concelho de Seia apresentava valores inferiores aos da Covilhã e da Guarda. Relativamente aos valores médios anuais da pensão de velhice, o concelho de Seia também registava um valor inferior ao apresentado pelo da Covilhã. Já no que se refere ao valor médio anual da pensão de sobrevivência²¹, o concelho de Seia

¹⁹ Pensão de velhice: é um valor pago mensalmente às pessoas que sejam beneficiárias do regime geral de Segurança Social, em situação de velhice, e que substitui as remunerações de trabalho em idade de reforma (66 anos e 4 meses em 2024 e 66 anos e 7 meses em 2025);

²⁰ Pensão por invalidez: é um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social nas situações de incapacidade permanente para o trabalho. Considera-se invalidez toda a situação incapacitante, de causa não profissional, que determine incapacidade permanente para o trabalho;

²¹ Pensão de sobrevivência: é uma prestação mensal atribuída aos familiares após a morte de uma pessoa beneficiária da Segurança Social, para compensar a perda de rendimentos da pessoa falecida.

documentava o valor mais elevado da sub-região das Beiras e Serra da Estrela. Ainda assim, é possível observar que os valores médios anuais das pensões de invalidez, de velhice e de sobrevivência no concelho de Seia encontram-se abaixo dos valores registados a nível nacional.

Quadro 4 | Indicadores de Prestações Sociais da Segurança Social por Município, 2022

Território	Valor Médio Anual das Pensões				Valor Médio dos Subsídios de Desemprego			Valor Médio dos Subsídios por Doença
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	HM	H	M	
€								
Portugal	6184	5865	7123	3650	3181	3368	3037	1070
Beiras e Serra da Estrela	4666	5089	5302	2874	3034	3206	2913	1202
Almeida	4085	4453	4637	2567	3333	3741	3073	1517
Belmonte	4723	5147	5353	2823	3295	3204	3347	957
Celorico da Beira	4290	4760	4856	2829	3651	3866	3506	1231
Covilhã	505	5203	5739	3077	2849	2971	2760	966
Figueira de Castelo Rodrigo	4155	4972	4702	2698	2499	2840	2282	1324
Fornos de Algodres	4202	5037	4788	2697	3064	3711	2705	1355
Fundão	4748	5149	5415	2979	3157	3692	2815	988
Gouveia	4408	4904	4988	2675	3115	3261	2980	1155
Guarda	4898	5395	5584	2934	3065	3135	3019	1336
Manteigas	4466	5027	5028	2729	2647	2851	2368	1027
Mêda	3967	4647	4497	2609	2706	2649	2749	1130
Pinhel	4138	4632	4727	2546	2986	3165	2875	1496
Sabugal	3841	4449	4371	2434	3395	3390	3398	1531
Seia	4985	5173	5627	3084	2991	3057	2945	1460
Trancoso	4159	5345	4665	2654	2861	3337	2579	1306

Fonte | Anuário Estatístico Regional, 2022

Quanto às pessoas que beneficiavam de uma pensão da Segurança Social, a 31 de dezembro de 2022, é possível concluir que 43,4% da população residente no concelho de Seia era pensionista (invalidez, velhice ou sobrevivência), o que corresponde a um total de 9292 pessoas. Comparativamente ao território regional no qual se encontra inserido o Município, a percentagem de pensionistas da Segurança Social na sub-região

das Beiras e Serra da Estrela era inferior, situando-se nos 36,7%, bem como a percentagem nacional que apontava para 28,9%. A análise dos dados apresentados, reflete a presença de uma população envelhecida no concelho de Seia, sendo evidente a representatividade das pensões de velhice (Quadro 5).

Quadro 5 | Pensionistas da Segurança Social, por Tipo de Pensão, 2022

Território	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Portugal	3 027 302	163 898	2 009 677	708 576
Região Centro	726 014	38 816	479 792	171 187
Beiras e Serra da Estrela	80 928	3472	53 636	19 393
Seia	9 292	445	6 628	2 219

Fonte | Anuário Estatístico Regional, 2022

Nota: Inclui apenas os pensionistas ativos em 31 de dezembro (não inclui os pensionistas suspensos)

O abono de família para crianças e jovens, o subsídio por assistência de 3^a pessoa²² e o subsídio de funeral²³, são as principais prestações sociais atribuídas pela Segurança Social. Conforme se pode observar no Quadro 6, no Município de Seia, no ano 2022, 2170 crianças/jovens beneficiaram do abono de família²⁴, um valor bastante inferior ao registado a nível nacional e regional, o que se traduziu num montante atribuído de 1271 milhares de euros.

Importa salientar que, dos 1295 milhares de euros atribuídos em prestações familiares no concelho de Seia, 98,2% eram referentes ao abono de família. No que se refere aos subsídios por assistência de 3^a pessoa e de funeral, os dados apresentados foram pouco significativos, para o número total de residentes no concelho.

²² Subsídio por assistência de 3^a pessoa: é uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de terceira pessoa;

²³ Subsídio de funeral: é uma prestação de concessão única para compensar as despesas efetuadas com o funeral de um familiar ou de qualquer outra pessoa (incluindo nados-mortos);

²⁴ Abono de família: é uma prestação em dinheiro, paga mensalmente, para compensar os encargos familiares relativos ao sustento e educação das crianças e jovens.

Quadro 6 | Principais Prestações Familiares da Segurança Social, 2022

Território	Abono de Família Para Crianças e Jovens			Subsídio por Assistência de Terceira Pessoa			Subsídio de Funeral		
	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor Processado	Beneficiários	Descendentes ou equiparados	Valor Processado	Beneficiários	Valor Processado	
	Nrº		Milhares de Euros	Nrº		Milhares de Euros			
Portugal	832999	1238912	813201	12892	13225	17025	7906	1792	
Centro	166328	247985	150945	2204	2252	2899	2001	442	
Beiras e Serra da Estrela	14558	21665	12912	210	214	271	151	33	
Almeida	272	393	225	5	5	7	4	1	
Belmonte	489	727	420	7	7	9	4	1	
Celorico da Beira	445	678	401	10	10	13	7	2	
Covilhã	3518	5166	3147	46	47	58	43	10	
Figueira de Castelo Rodrigo	385	590	374	4	4	5	4	1	
Fornos de Algodres	302	457	288	-	-	-	-	-	
Fundão	1990	3033	1799	34	35	45	34	7	
Gouveia	778	1172	701	5	5	7	8	2	
Guarda	2786	4084	2433	49	51	63	14	3	
Manteigas	182	251	160	-	-	-	-	-	
Mêda	310	468	264	5	5	7	4	1	
Pinhel	512	745	414	6	6	8	4	1	
Seia	1467	2170	1271	18	18	22	11	2	
Trancoso	541	844	489	8	8	11	4	1	

Fonte| Anuário Estatístico Regional, 2022

Dados mais recentes do Instituto de Segurança Social (ISS) revelam que, em abril de 2024, 1914 crianças e jovens residentes no concelho de Seia beneficiavam de abono de família, menos 256 titulares que no ano de 2022, dos quais 49,7% do sexo feminino e 50,3% do sexo masculino.

Relativamente às crianças e jovens beneficiárias da prestação referida, salienta-se que é na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros que há um maior número de titulares (44,3%) e na freguesia de Teixeira verifica-se uma menor concentração destes beneficiários (0,3%), o que se coaduna com as localidades onde existe um maior e menor aglomerado populacional no concelho.

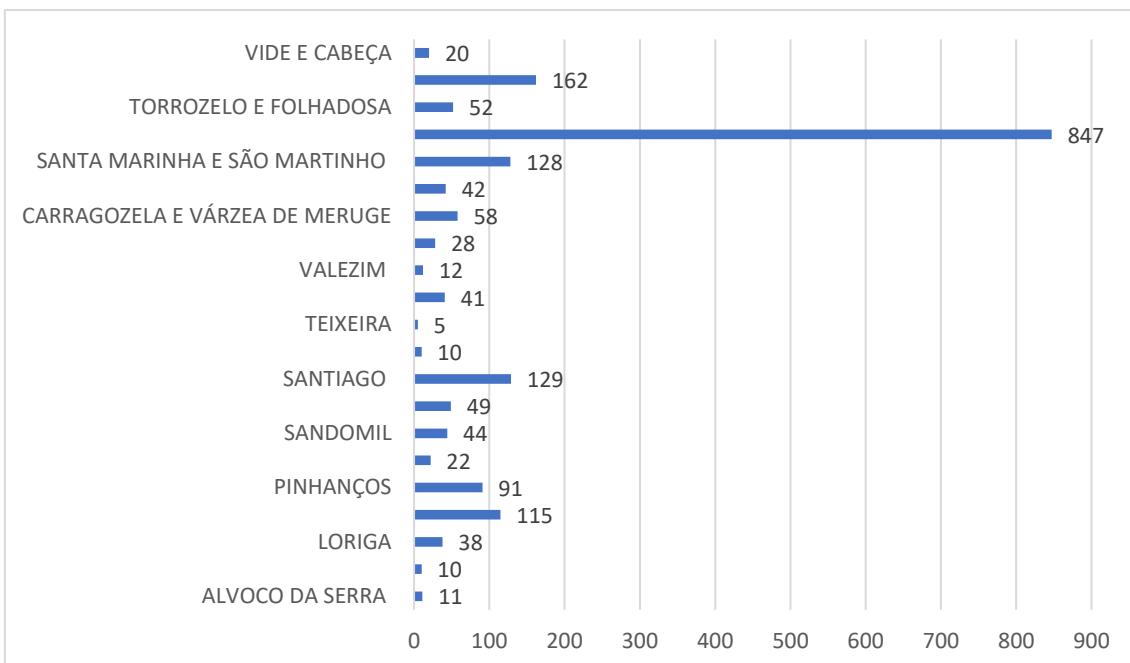


Gráfico 35 | Número de Titulares com Lançamento de Abono de Família no Concelho de Seia, Abril de 2024

Fonte | Centro Distrital da Guarda

No que diz respeito ao número de titulares de abono de família por escalão etário, destaca-se o dos 5 aos 9 anos como o mais representativo (25,8%), seguido do dos 0 aos 4 anos (24,8%).

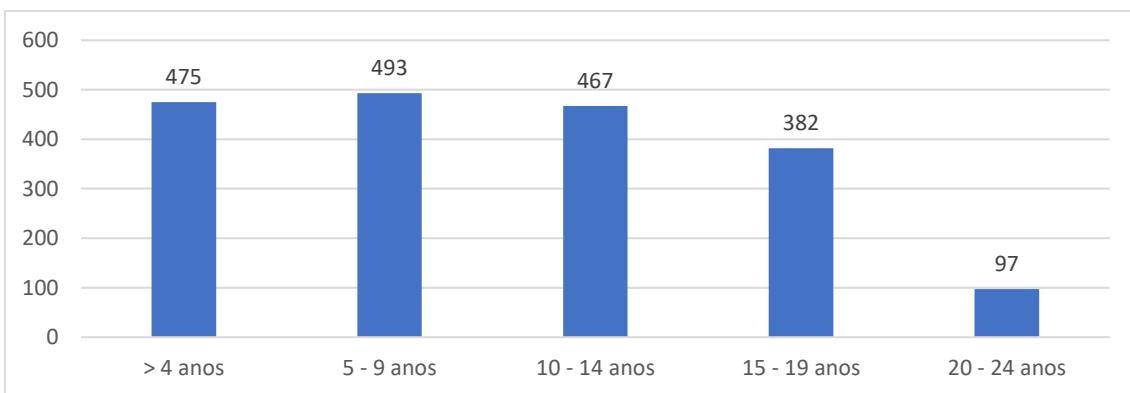


Gráfico 36 | Número de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens no Concelho de Seia, por Escalão Etário, Abril de 2024

Fonte | Centro Distrital da Guarda

No que concerne ao escalão de rendimento ²⁵ do agregado familiar, constata-se que 19% das crianças e jovens se encontram no primeiro escalão de rendimentos, o que

²⁵ Escalões de Rendimento: são os intervalos de rendimento coletável aos quais se aplicam taxas de imposto. Quanto mais elevados forem os rendimentos, maior a taxa a aplicar. A cada escalão de IRS corresponde um intervalo de rendimento coletável e duas taxas de imposto (taxa normal e taxa média).

significa que 364 crianças e jovens do concelho de Seia pertencem a agregados familiares cujos rendimentos são iguais ou inferiores a 0,5 do Indexante dos Apoios Sociais²⁶[IAS] (em 2024 fixado em 509,26 euros). Salienta-se ainda que, em 2024, 22% das crianças e jovens residentes no concelho de Seia beneficiam da majoração monoparental.

Quadro 7 | Número de Titulares de Abono de Família para Crianças e Jovens no Concelho de Seia, por Escalão de Rendimento do Agregado e Majoração Monoparental, Abril de 2024

Escalão	N.º	Majoração Monoparental
1º Escalão	364	421
2º Escalão	553	
3º Escalão	825	
4º Escalão	172	

Fonte| Centro Distrital da Guarda

Com o intuito de dar maior apoio às famílias, em situação de maior vulnerabilidade económica, com crianças e jovens a cargo, os titulares de abono de família poderão ainda ter direito ao complemento da Garantia para a Infância²⁷.

Para beneficiar deste complemento, os beneficiários têm que reunir as seguintes condições: ser titular de prestação de abono de família para crianças e jovens, ter idade inferior a 18 anos e fazer parte de agregado familiar cujo rendimento de referência seja inferior a $0,35 \times \text{IAS} \times 14$.

No concelho de Seia, em abril de 2024, 149 crianças e jovens beneficiavam do complemento da Garantia para a Infância, dos quais 84% têm idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos.

²⁶ IAS: é o referencial utilizado para a fixação, cálculo e atualização dos apoios, assim como das despesas e receitas da administração central do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;

²⁷ Garantia para a Infância: é um “apoio em dinheiro pago mensalmente, que complementa o abono de família para crianças e jovens de modo a garantir o pagamento de um valor total de 122€ (incluindo o montante do abono de família)”.

Quadro 8 | Número de Titulares do Complemento de Garantia para a Infância no Concelho de Seia, por Freguesia e Idade, Abril de 2024

Freguesia	N.º	Idade	N.º
Alvoco da Serra	*	3 aos 5 anos	24
Carragozela e Várzea de Meruge	5		
Girabolhos	*		
Loriga	4		
Paranhos da Beira	11		
Pinhanços	8		
Sabugueiro	*		
Sameice e Santa Eulália	*		
Sandomil	4		
Santa Comba	8		
Santa Marinha e São Martinho	13		
Santiago	19	6 aos 17 anos	125
Sazes da Beira	*		
Seia, São Romão e Lapa Dos Dinheiros	66		
Teixeira	*		
Torrozelo e Folhadosa	3		
Tourais e Lajes	4		
Travancinha	*		
Valezim	*		
Vide e Cabeça	*		
Vila Cova à Coelheira	*		

Fonte | Centro Distrital da Guarda

* Os dados violam o segredo estatístico, pelo que não podem ser divulgados

No concelho de Seia tem sido possível observar um decréscimo na atribuição do Rendimento Social de Inserção (RSI)²⁸, já que em 2014 existiam 844 beneficiários(as) e em 2022 eram 609, refletindo uma redução de 27,8%. Observando a evolução de beneficiários de RSI em Portugal, na região e sub-região nas quais o concelho de Seia está integrado, também é possível verificar, no Gráfico 37, uma tendência de diminuição de pessoas a requerer/beneficiar desta prestação de apoio social.

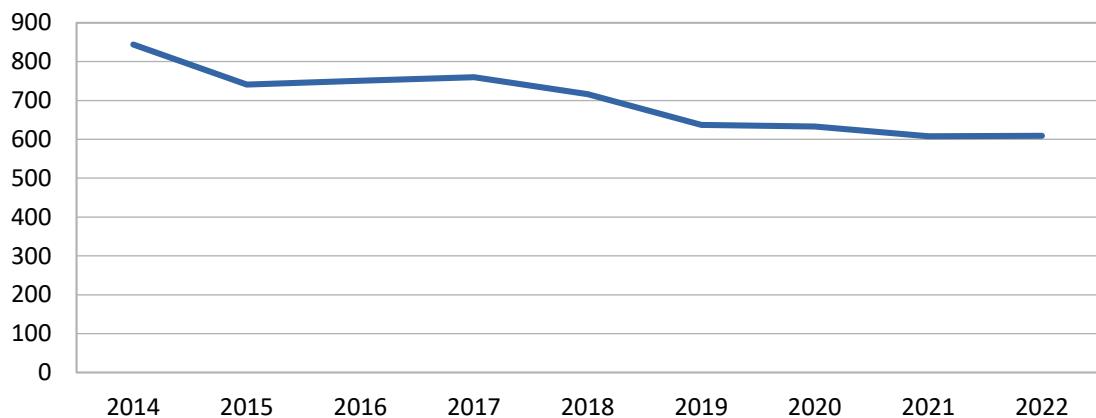


Gráfico 37 | Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no Concelho de Seia, 2014-2022

Fonte| INE

Sendo o RSI um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontram em situação de pobreza extrema, torna-se importante destacar o facto de, no concelho de Seia, em 2022, o grupo etário dos 0 aos 25 anos ser o que tinha o maior número de beneficiários, seguido do grupo etário dos maiores de 55 anos (Quadro 7). Esta realidade observada no concelho de Seia também se repete nos valores apresentados pela CIMBSE e pelo resto do país. A proteção social para crianças, jovens e jovens adultos é, maioritariamente, realizada através da atribuição do abono de família e do RSI, sendo

²⁸ O Rendimento Social de Inserção (RSI) “é um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontram em situação de pobreza extrema, sendo constituído por: 1) uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas e 2) um programa de inserção que integra um conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros” (Segurança Social, 2016). Atualmente, o valor do RSI auferido pelas famílias beneficiárias corresponde à soma dos valores, por cada elemento do agregado familiar, isto é, 237,25€ (100%) por titular, 166,08€ (70%) por cada adulto, além do titular e 118,63€ (50%), por cada criança ou jovem menor de 18 anos.

ambos os apoios sociais atribuídos com base nos valores abaixo do limiar de risco de pobreza. Por outro lado, surge também a faixa etária > 55 anos, que se refere a pessoas que se encontram num grupo etário aproximado da idade da reforma e se deparam com situações de desemprego de longa duração e bastante dificuldade de reintegração no mercado de trabalho, encontrando proteção social na prestação de RSI (Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, 2019).

Quadro 9 | Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, por Local de Residência e Grupo Etário, 2022

Território	Grupo etário				
	Total	< 25 anos	25 – 39 anos	40 – 54 anos	> 55 anos
Portugal	262545	108348	43567	53387	57243
Região Centro	42508	16670	7121	8619	10098
Beiras e Serra da Estrela	5600	2227	937	1163	1273
Almeida	128	39	25	22	42
Belmonte	201	84	30	50	37
Celorico da Beira	171	56	35	23	57
Covilhã	1133	450	185	251	247
Figueira de Castelo Rodrigo	289	15	55	44	35
Fornos de Algodres	99	35	15	26	23
Fundão	850	338	123	180	209
Gouveia	348	141	63	79	65
Guarda	1086	451	206	213	216
Manteigas	67	18	12	16	21
Mêda	94	34	12	23	25
Pinhel	17	61	21	26	39
Sabugal	267	109	45	47	66
Seia	609	218	96	140	155
Trancoso	111	38	14	23	36

Fonte| INE

No concelho de Seia havia, em abril de 2024, 427 idosos a beneficiar do Complemento Solidário para idosos²⁹ (CSI), sendo que o valor médio mensal auferido pela população idosa residente era de 172,78€.

²⁹ O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio mensal para a população idosa, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à Pensão de Velhice do regime geral de Segurança Social, que tem por objetivo combater a pobreza entre os idosos com rendimentos mais reduzidos. O valor do CSI é igual à

De acordo com os dados do Centro Distrital da Guarda, verifica-se que 23,9% dos idosos beneficiários do CSI tinham 85 ou mais anos, o que corrobora o envelhecimento da população do concelho de Seia, e eram maioritariamente do sexo feminino.

Quadro 10| Número de Beneficiários de CSI do Concelho de Seia, por Faixa Etária e por Sexo, Abril de 2024

Faixa etária	N.º	Sexo	N.º
60 – 64 anos	7	Masculino	157
65 – 69 anos	72		
70 – 74 anos	90		
75- 79 anos	82	Feminino	270
80 – 84 anos	71		
> 85 anos	102		

Fonte| Centro Distrital da Guarda

diferença entre o valor de referência deste apoio (7208 euros por ano, em 2024) e os rendimentos anuais do idoso a dividir por 12 meses.

Síntese

- ❖ O número de empresas no concelho de Seia, que tem vindo a evoluir positivamente, ainda que de forma ligeira, era, em 2022, de 2319;
- ❖ As empresas do concelho de Seia empregavam, em 2022, 5434 colaboradores, na sua maioria no “Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos”;
- ❖ No concelho de Seia assinalou-se um aumento da escolaridade da população empregada por conta de outrem, nomeadamente no que respeita ao ensino superior que registou um aumento de 18% de 2001 a 2021;
- ❖ Entre 2011 e 2021 verificou-se, no concelho de Seia, um aumento da taxa de emprego e uma diminuição da taxa de desemprego;
- ❖ Em 2022 estavam registados no Município de Seia um total de 665 pessoas em situação de desemprego (mais 80 do que no mês homónimo de 2021), dos quais 100 se tratavam de jovens à procura do 1º emprego;
- ❖ No concelho de Seia o número de desempregados inscritos no CEFP tem vindo a registar uma diminuição desde 2013;
- ❖ No concelho de Seia 30% das pessoas desempregadas inscritas no CEFP era detentora de habilitações literárias completas ao nível do ensino secundário;
- ❖ O concelho de Seia apresenta diferenças pouco significativas entre os ordenados mínimo e médio;
- ❖ No ano de 2021, o concelho de Seia registava 41,6% dos agregados fiscais em situação de pobreza e/ou risco de pobreza (8,3% em situação de pobreza e 33,3% em risco de pobreza);
- ❖ Em 2022, 43,4% da população residente no concelho de Seia era pensionista (invalidez, velhice ou sobrevivência);
- ❖ No Município de Seia, em abril de 2024, 1914 crianças/jovens beneficiaram do abono de família, sendo o grupo etário mais representativo o dos 5 aos 9 anos (25,8%), seguido do grupo de crianças com idade inferior a 4 anos (24,8%);
- ❖ Desde 2014 que no concelho de Seia se tem observado um decréscimo na atribuição de prestações de RSI;

- ★ Em 2022, 609 pessoas beneficiavam do RSI no concelho de Seia;
- ★ No concelho de Seia, em abril de 2024, o grupo etário mais representativo da população beneficiária do RSI era o dos 0 aos 25 anos;
- ★ No concelho de Seia, em abril de 2024, 427 idosos beneficiavam CSI.

3. Educação, Formação e Qualificação

“A Educação não transforma o mundo. A Educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo”

Paulo Freire

O acesso à Educação e à Cultura é um direito de todos os Portugueses, consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) e na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) ([Lei n.º 46/86, de 14 de outubro](#)).

Igualmente consagrado na Lei está o dever de o Estado *“promover a democratização da educação, assim como de outras condições oferecidas pelas escolas, de forma a contribuir para a igualdade de oportunidades, para a redução de desigualdades económicas, sociais e culturais, para o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, compreensão mútua, solidariedade e responsabilidade, para o progresso social e para o envolvimento democrático na vida pública”*.

Assim, a educação é considerada essencial para o desenvolvimento social do território, na medida em que a literacia da população contribui também para a sua qualidade de vida. Os níveis de escolaridade da população, educação inclusiva, inclusão digital, taxas insucesso, retenção e abandono escolar, são desta forma, indicadores importantes a considerar.

Educação

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) n.º 46/86, 14 de outubro, artigo n.º 4, o sistema de Ensino compreende a Educação pré-escolar, a Educação Escolar e a Educação Extra-escolar.

A educação pré-escolar é a primeira etapa do Sistema Educativo Português e coloca o foco nas crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade (idade de ingresso no Ensino Básico). Esta é de frequência facultativa, pois, de acordo com o artigo nº 4 da LBSE é *“complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual se deve estabelecer estreita cooperação”*. No entanto, considerando o impacto de uma educação pré-escolar de qualidade no sucesso escolar e combate às

desigualdades, têm sido levadas a cabo políticas de desenvolvimento e expansão da rede no sentido de garantir a sua progressiva universalidade, atualmente a partir dos 4 anos de idade (Lei n.º 65/2015, de 3 de julho). A universalidade, referida anteriormente, implica para o Estado, o dever de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangida em regime de gratuidade da componente educativa. A educação pré-escolar é assegurada pelo Estado, por instituições particulares e cooperativas, instituições privadas de solidariedade social e por instituições sem fins lucrativos.

A Educação Escolar compreende os Ensinos Básico, Secundário e Superior. Integra, ainda, modalidades especiais e inclui atividades de ocupação dos tempos livres.

Relativamente ao Ensino Básico, o mesmo é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos. Compreende três ciclos sequenciais: o 1º Ciclo (do 1º ao 4º ano), o 2º Ciclo (do 5º ao 6º ano) e o 3º Ciclo (do 7º ao 9º ano).

No que respeita ao Ensino Secundário, a terceira etapa do sistema educativo português tem duração de 3 anos, ou seja, desde o 10º ao 12º ano e inclui os cursos científico-humanístico; profissionais; artísticos especializados; científico-Tecnológico (cursos com planos próprios). Organiza-se segundo modalidades diferenciadas, ou seja, as que são orientadas para o prosseguimento de estudos e outras de dupla certificação (escolar e profissional). Independentemente da modalidade de ensino, mediante a realização de exames nacionais, todas permitem que os alunos accedam ao ensino superior.

O Ensino Superior estrutura-se de acordo com os princípios de Bolonha e visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural, proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício da atividade profissional e cultural e que fomente o desenvolvimento das capacidades de conceção, análise crítica e inovação.

Este sistema de ensino está organizado num sistema binário, constituído pelo ensino universitário e ensino politécnico. O primeiro deve estar orientado para a oferta de formação científica sólida, juntando competências de unidades de ensino e investigação. O segundo, dirigido para a compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma formação sólida a nível cultural e técnica, o desenvolvimento da capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de

índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais.

Contudo, entre o ensino secundário e o ensino superior existe a possibilidade de integrar uma etapa intermédia, ou seja, os Cursos de Especialização Tecnológica (CET). Geralmente estes cursos têm a duração de 1 ano e destinam-se a jovens com mais de 18 anos que completaram a escolaridade obrigatória.

Os alunos maiores de 23 anos que não possuam habilitações de nível superior, podem aceder ao ensino superior através de exames específicos que comprovem a sua aptidão/capacidade para frequentar o curso ao qual se candidatam.

A Educação Especial, o Ensino Recorrente de Adultos, o Ensino Artístico, a Formação Profissional ministrada nas escolas profissionais e o ensino à distância, constituem modalidades especiais de Educação Escolar.

A Educação Especial, organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração nos estabelecimentos regulares de Ensino embora também se integre em instituições específicas.

O Ensino Recorrente de Adultos destina-se a indivíduos que já não se encontram na idade prevista de frequência dos Ensinos Básico e Secundário, bem como aos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade infanto-juvenil de formação, tendo como objetivo a eliminação do analfabetismo. Desta forma, têm acesso ao Ensino Básico recorrente os indivíduos a partir dos 15 anos e acesso ao Ensino Secundário recorrente os indivíduos a partir dos 18 anos. O Ensino Recorrente atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo Ensino Regular.

A Educação Extraescolar está inserida na perspetiva de educação permanente e visa a globalidade e continuidade da ação educativa. Engloba atividades de alfabetização e de educação base, de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e/ou aperfeiçoamento profissional, realizando-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

O decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico secundário. Conforme disposto no normativo, o agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por

estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de um ou mais níveis e ciclos de ensino, com vista à realização das seguintes finalidades:

- i. Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;
- ii. Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar;
- iii. Reforçar a capacidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram e realizar a gestão racional dos recursos;
- iv. Garantir o funcionamento de um regime de autonomia, administração e gestão.

No Concelho de Seia é prestado um serviço de educação que engloba os vários níveis de ensino, desde a creche ao ensino superior.

Estabelecimentos de Ensino Públicos:

- Agrupamento de Escolas de Seia;
- Agrupamento de Escolas Guilherme Correia de Carvalho;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Escola Superior de Turismo e Hotelaria.

Estabelecimentos de Ensino Privados (Particular e Cooperativo):

- Escola Evaristo Nogueira;
- Escola Profissional da Serra da Estrela;
- Conservatório de Música de Seia.

Estabelecimentos Privados (Jardins-de-Infância - JI):

- Jardim de Infância do Centro Paroquial de Loriga, Loriga;
- Jardim de Infância da Fundação Aurora Borges, Sta. Marinha;
- Jardim de Infância do Centro Social Nª Sra. De La Salette, Paranhos da Beira;
- Jardim de Infância do Centro Paroquial de Seia, Seia;
- Jardim de Infância da Sta. Casa da Misericórdia de Seia, Seia.

Caracterização do ensino Pré-Escolar, Básico, Secundário e Superior

No que respeita aos alunos matriculados no **ensino pré-escolar, básico e secundário**, segundo a PORDATA, o Concelho de Seia assinalou um aumento de 167 alunos matriculados entre 2001 e 2009, acompanhando a evolução nacional, mas em tendência contrária quando comparada com a CIMBSE. Em 2009, o concelho de Seia registou o maior número de alunos matriculados nos anos em análise com um total de 5237 alunos do ensino pré-escolar ao secundário. Desde essa data até 2018 o número de alunos matriculados desceu abruptamente (menos 50%), devido a fatores como a diminuição da natalidade e a emigração. Em 2022 contabilizavam-se 2570 alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário.

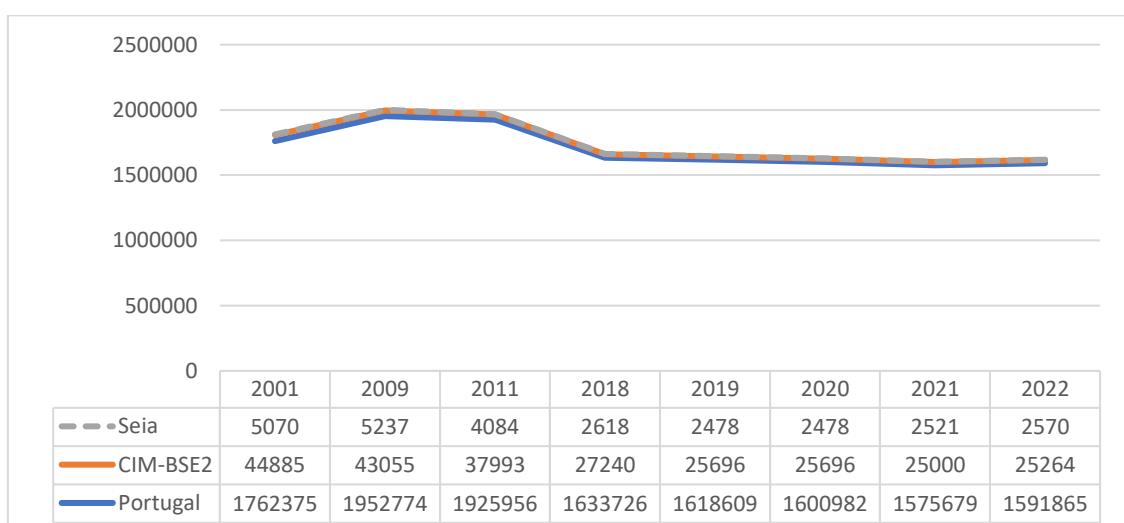


Gráfico 38 | Total de Alunos Matriculados nos Ensinos Pré-Escolar, Básico e Secundário no Concelho de Seia, 2001-2022

Fonte| PORDATA

O maior peso de alunos matriculados em 2022 segue o padrão de 2011 ao concentrar maioritariamente os alunos do 1º CEB (586 e 1066 respetivamente). Seguidamente, verifica-se que o padrão altera, pois em 2011 é o ensino secundário com o segundo maior número de inscritos (859) e, posteriormente, o 3º CEB (651), o que não se verifica em 2022, uma vez que em segundo lugar surge o 3º CEB (508) e em terceiro lugar o Ensino Secundário (453) (Gráfico 39).

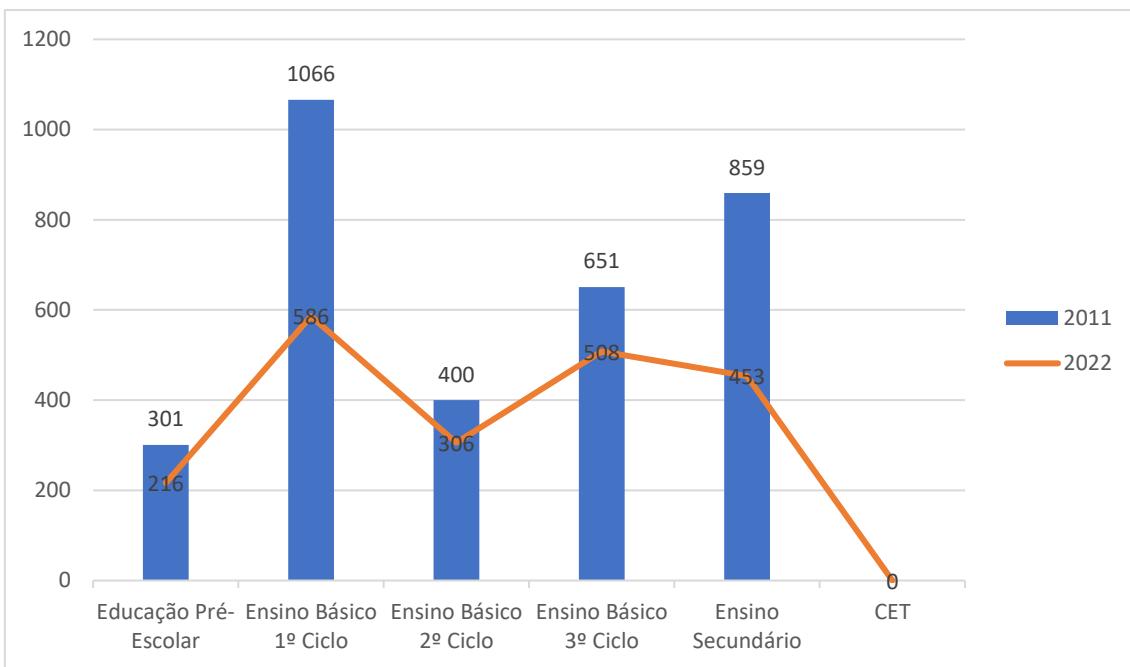


Gráfico 39 | Alunos Matriculados por Nível de Ensino, no Concelho de Seia, 2011-2022

Fonte | PORDATA

Dos 2570 alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário em 2022, e segundo a Pordata, cerca de 80,5%, frequentavam o ensino público (2069), enquanto que 19,5% (501) frequentavam o ensino privado.

O concelho de Seia apresenta uma situação enquadrada com os restantes municípios da CIMBSE, sendo o quarto concelho com maior número de alunos matriculados quer no ensino público quer no ensino privado. O concelho da Covilhã apresenta um maior número de alunos matriculados no ensino público, sendo o concelho da Guarda o que detém maior número de matriculados no ensino privado.

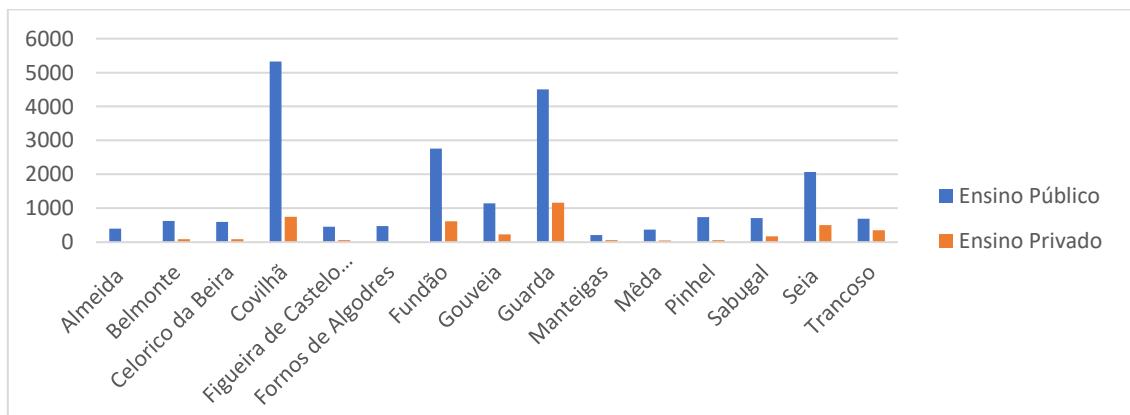


Gráfico 40 | Alunos Matriculados no Ensino Público e no Ensino Privado no Concelho de Seia, 2022

Fonte | PORDATA

Tendo em conta o gráfico 41 e 42, na CIMBSE verifica-se que, em 2022, é sobretudo ao nível dos estabelecimentos de ensino pré-escolar que se observa uma maior concentração de estabelecimentos privados (70,9%).

Relativamente ao concelho de Seia, detém cerca de 12,3% dos estabelecimentos de ensino pré-escolar privado da CIMBSE, não possui nenhum estabelecimento privado de ensino básico de 1º e 2º Ciclo e apresenta-se em número igual aos concelhos de Covilhã, Sabugal e Gouveia, no que diz respeito ao 3º CEB, a seguir ao concelho do Fundão. Destaca-se na CIMBSE e no distrito da Guarda por ser o único concelho com dois estabelecimentos privados (de natureza particular/cooperativa) de ensino secundário (25%), a Escola Profissional da Serra da Estrela e a Escola Evaristo Nogueira (escola profissional).

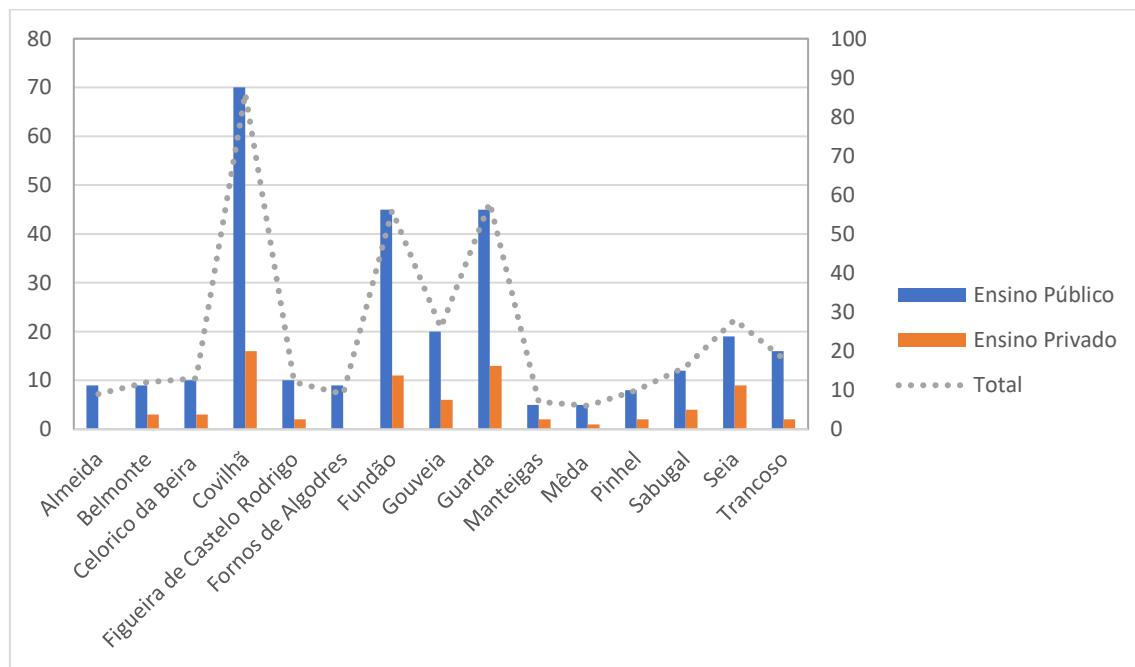


Gráfico 41 | Número de Estabelecimentos de Ensino Público e Privado, por Localização Geográfica, 2022
Fonte| PORDATA

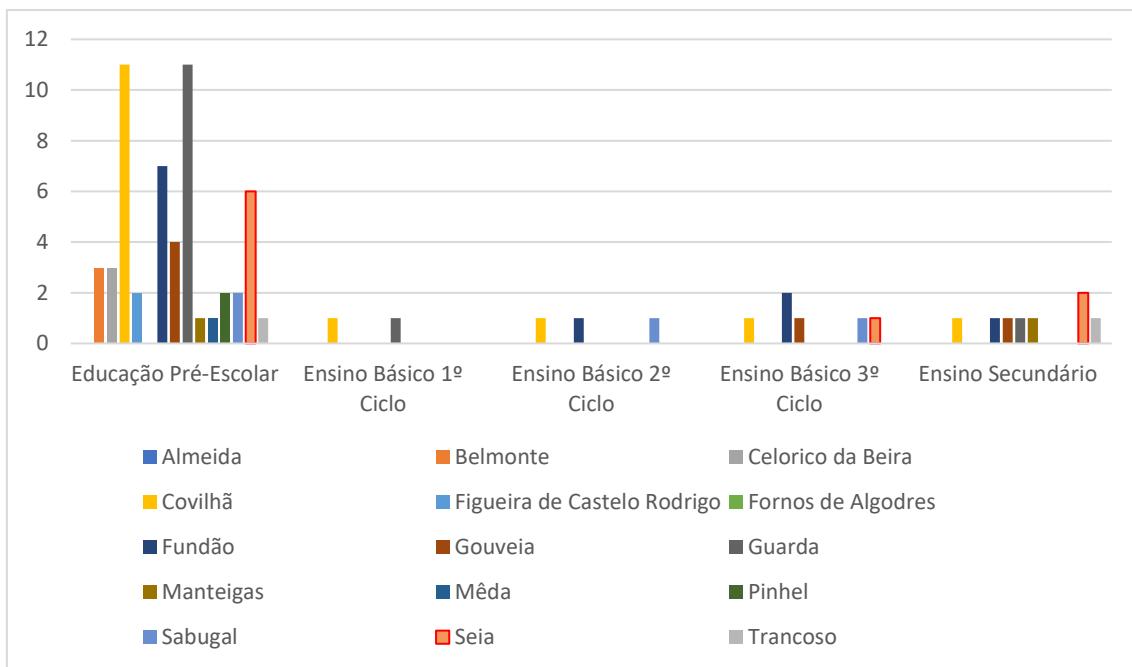


Gráfico 42 | Estabelecimentos de Ensino Privado na CIMBSE, por Nível de Ensino, 2022

Fonte | PORDATA

O concelho de Seia, no conjunto dos municípios constituintes da CIMBSE, era, em 2022, o quarto concelho com maior proporção de pessoas a frequentar o ensino pré-escolar, básico e secundário (11,9%) face ao total da população residente. Com valores superiores, encontram-se os concelhos da Guarda (14,1%), da Covilhã (13,1%) e do Fundão (12,7%).

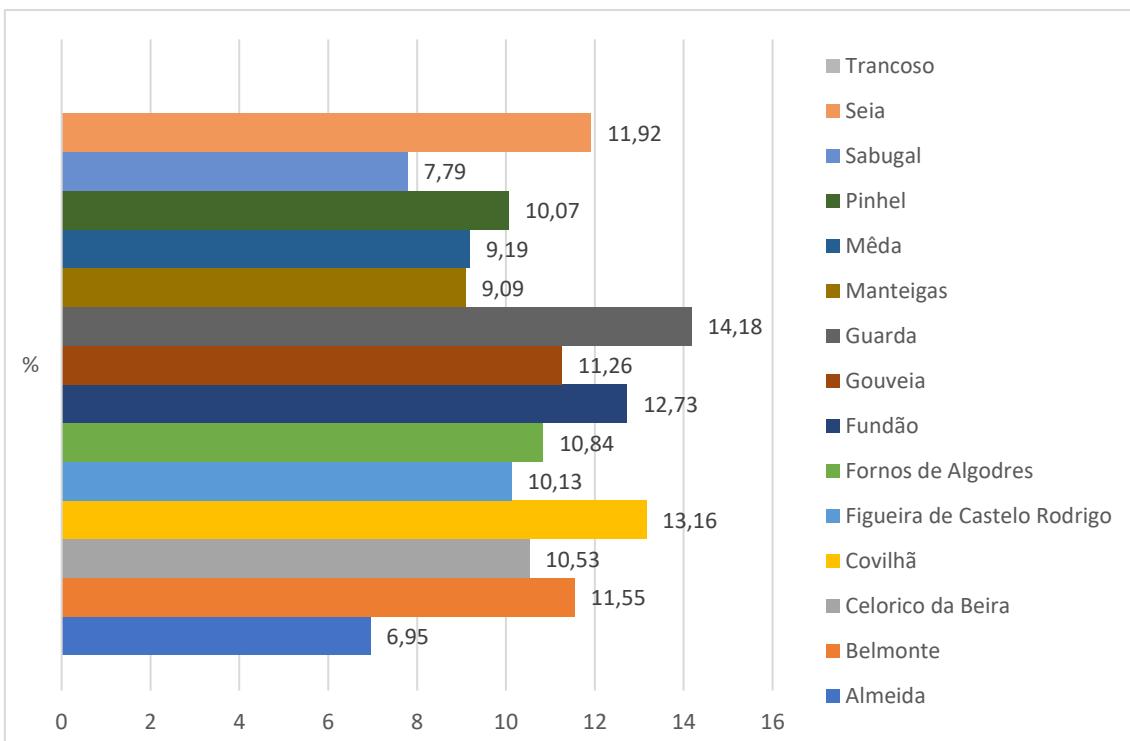


Gráfico 43 | Proporção de Alunos Matriculados no Concelho de Seia, por Nível de Ensino em Relação à População Residente, 2022

Fonte | PORDATA

Relativamente à educação pré-escolar (dos 3 aos 5 anos), considerando os dois agrupamentos existentes no concelho de Seia, no ano letivo de 2020/2021, estavam matriculados, na rede pública, 215 crianças, sendo que no ano letivo seguinte o número de inscritos diminuiu para 198. No entanto, em 2022/2023 observou-se um aumento de 11 alunos (Gráfico 44).

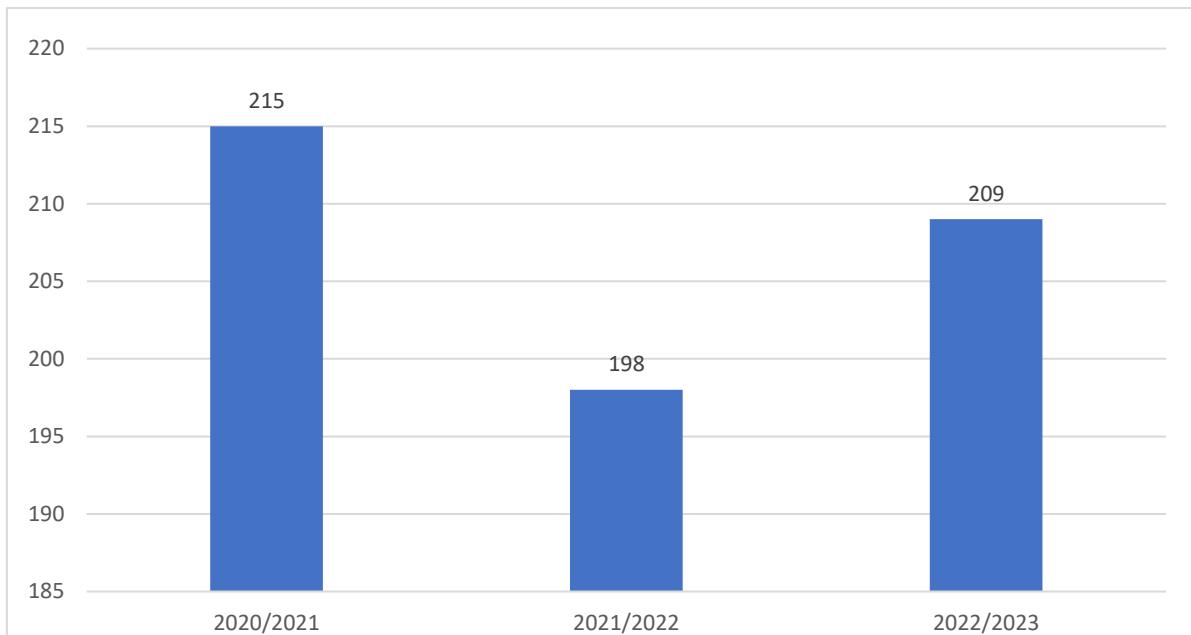


Gráfico 44 | Evolução do Número de Alunos no Ensino Pré-escolar da Rede Pública no Concelho de Seia, Anos Letivos entre 2020-2023

Fonte | Município de Seia

Em análise à frequência por Agrupamento de Escolas (AE), entre 2020 e 2023, no Agrupamento de Escolas de Seia foi o jardim-de-infância da Escola Básica Abranches Ferrão o estabelecimento com maior representatividade e no qual se registou uma evolução positiva das matrículas, com 34 crianças inscritas no ano letivo 2022/2023.

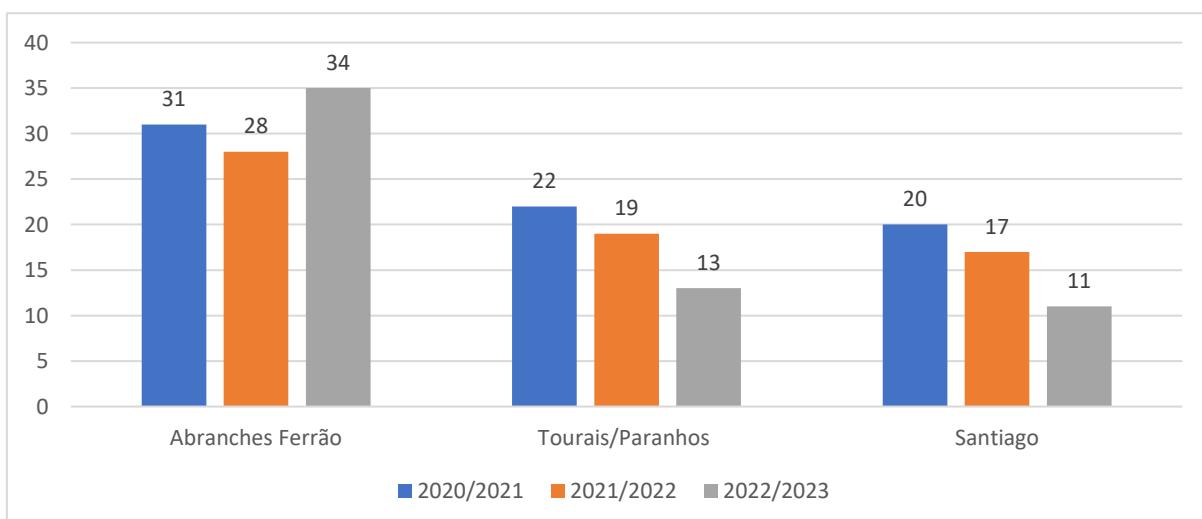


Gráfico 45 | Evolução do Número de Alunos no Ensino Pré-escolar no Agrupamento de Escolas de Seia, por Jardim de Infância

Fonte | Município de Seia

Relativamente aos jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, observa-se que o Centro Escolar de Seia foi o que apresentou maior representatividade, com um total de 79 alunos inscritos, reflexo da concentração de população existente na sede de concelho.

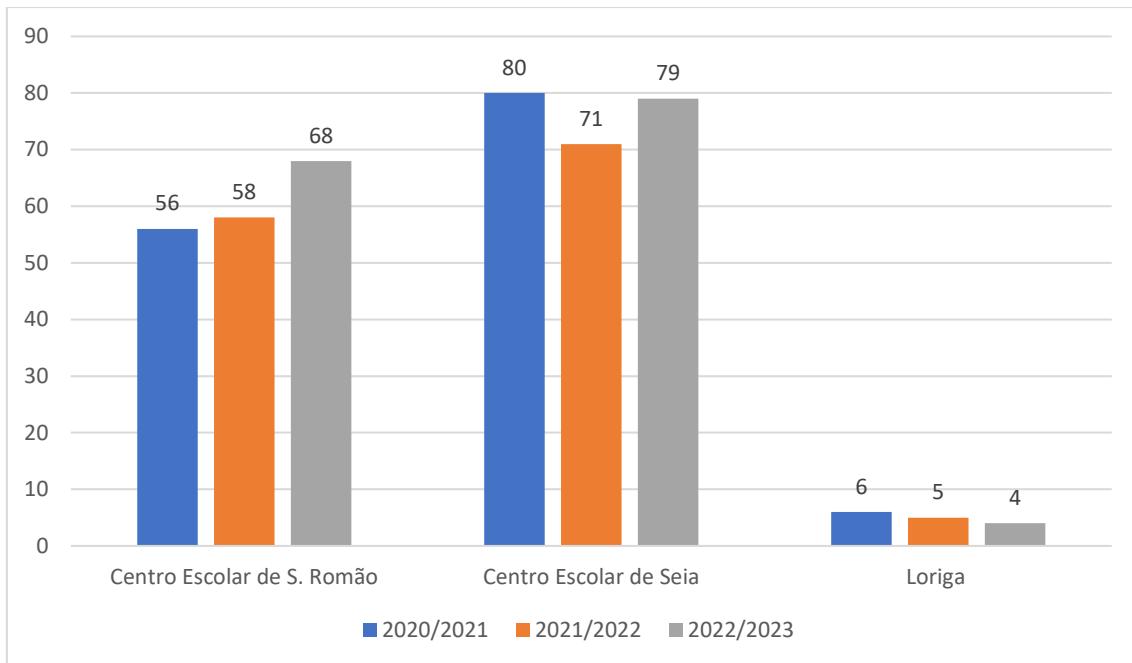


Gráfico 46 | Evolução do Número de Alunos no Ensino Pré-escolar no Agrupamento Guilherme Correia de Carvalho, por Jardim de Infância

Fonte | Município de Seia

No que diz respeito à rede privada de educação pré-escolar, contrariamente ao verificado nos jardins-de-infância da rede pública, verificou-se um aumento de crianças inscritas no ano letivo 2020/2021 (192) e 2021/2022 (219), diminuindo para 194 no ano letivo 2022/2023. O estabelecimento de ensino pré-escolar que apresentava maior representatividade era a Santa Casa da Misericórdia com 100 alunos inscritos.

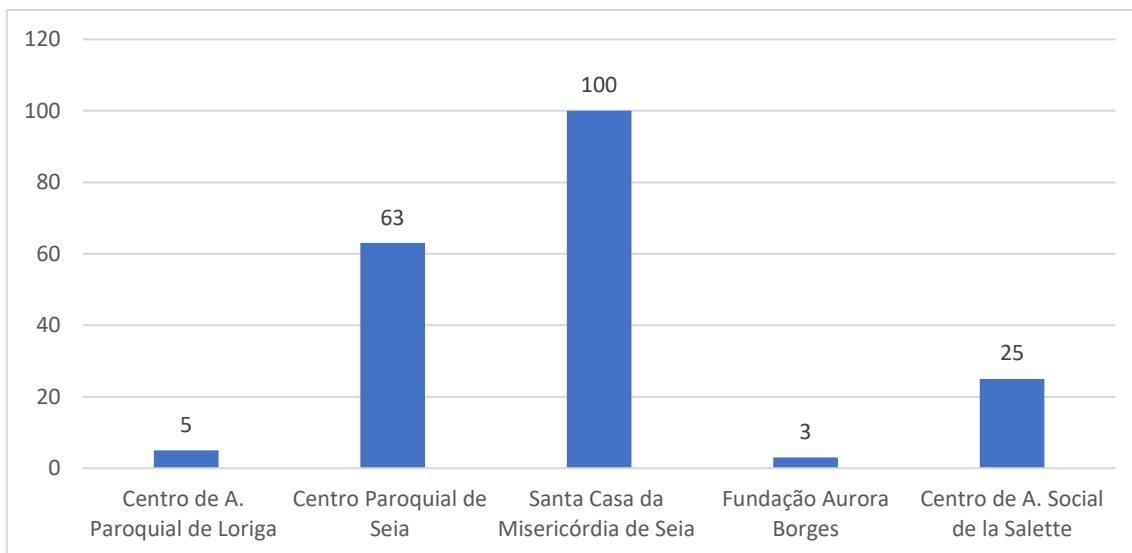


Gráfico 47 | Número de Alunos de Ensino Pré-Escolar na Rede Privada no Concelho de Seia, no Ano Letivo 2022-2023

Fonte | Município de Seia

No que respeita ao 1º CEB, o número de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino apresentou oscilações ao longo dos últimos três anos letivos (2020-2023).

Conforme se pode observar no gráfico abaixo, os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Seia que apresentaram maior número de matrículas no 1º ciclo foram as escolas Abranches Ferrão (77) e Tourais/Paranhos (70). A Escola Básica de Santiago, no último ano letivo em análise, tinha 32 alunos inscritos no 1º CEB.

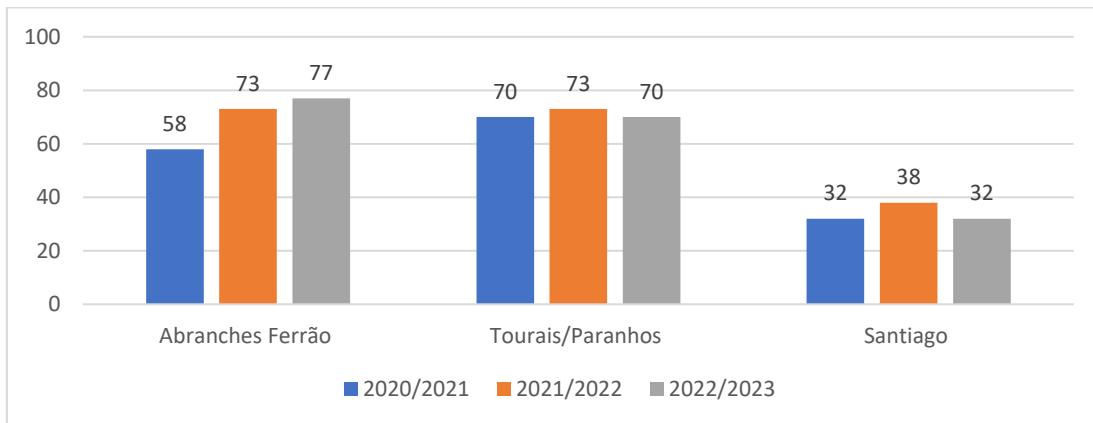


Gráfico 48 | Evolução do Número de Alunos no 1º CEB no Agrupamento de Escolas de Seia, por Escola

Fonte | Município de Seia

No Agrupamento Dr. Guilherme Correia de Carvalho foi o Centro Escolar de Seia que apresentou um maior número de alunos inscritos (272). No extremo oposto apresenta-se a EB1 de Loriga (22).

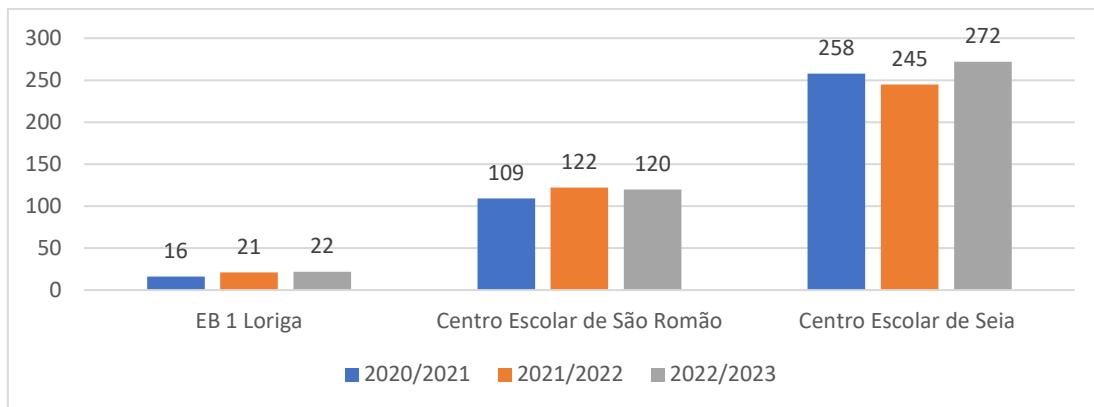


Gráfico 49 | Evolução do Número de Alunos no 1º CEB no Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, por Escola

Fonte | Município de Seia

No que respeita ao Agrupamento Dr. Guilherme Correia de Carvalho, ao nível do 2º CEB verificou-se uma diminuição de alunos matriculados ao longo dos últimos três anos letivos em análise. Quanto ao 3º CEB, o mesmo apresenta oscilações, observando-se um maior número de inscritos no ano letivo de 2022-2023 (Gráfico 50).

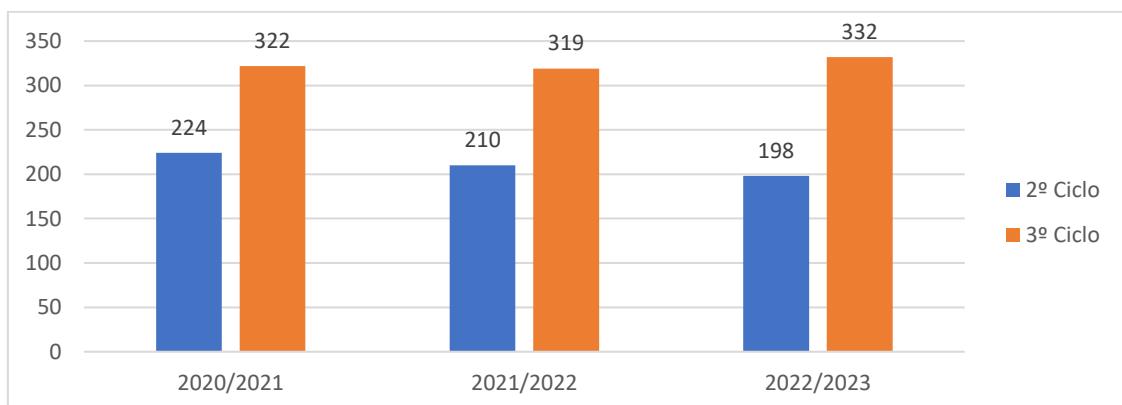


Gráfico 50 | Evolução do Número de Alunos no 2º e 3º CEB - EB 2, 3 Dr. Guilherme Correia de Carvalho

Fonte | Município de Seia

Relativamente ao Agrupamento de Escolas de Seia, podemos verificar (Gráfico 51) uma variação ao nível do número de inscritos no 2º ciclo do ensino básico, bem como um aumento dos alunos matriculados no 3º ciclo do ensino básico ao longo dos três anos letivos em análise.

No que diz respeito aos Cursos de Educação e Formação (CEF) registou-se um aumento de 15 alunos do ano letivo de 2020/2021 face ao período letivo 2021/2022 e uma diminuição de 11 alunos do ano letivo de 2021/2022, comparativamente com o ano letivo de 2022/2023.



Gráfico 51 | Evolução do Número de Alunos, no 2º, 3º CEB e CEF - Agrupamento de Escolas de Seia, Anos Letivos entre 2020-2023

Fonte | Município de Seia

No total, em ambos os AE, verificou-se que do ano letivo de 2020/2021 para o ano letivo de 2021/2022, existiu uma diminuição de 29 alunos matriculados. No ano letivo de 2022/2023 verificou-se um aumento de 7 alunos, comparativamente ao ano anterior.

Quadro 11 | Evolução por Escolas do Número de Alunos no 2º e 3º CEB do Ensino Básico no Concelho de Seia, Anos Letivos entre 2020-2023

Estabelecimento de ensino	2020/2021			2021/2022			2022/2023		
	2º ciclo	3º ciclo	CEF	2º ciclo	3º ciclo	CEF	2º ciclo	3º ciclo	CEF
EB2,3 Guilherme Correia de Carvalho	224	322		210	319		198	332	
EB 2,3 Abranches Ferrão	65	123		57	105	10	63	111	9
EB 2,3 Tourais/Paranhos	36	65		38	62	10	45	60	
Escola Secundária de Seia			5						
Subtotal	325	510	5	305	486	20	306	503	9
Total	840			811			818		

Fonte | Município de Seia

Cursos de Educação e Formação (CEF)

Relativamente ao Agrupamento de Escolas de Seia, como fora mencionado anteriormente, estão em funcionamento Cursos de Educação e Formação (CEF), que constituem uma oportunidade para a conclusão escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos interesses dos alunos que lhes permitam uma entrada qualificada no mundo do trabalho, sendo ministrados ao nível do 2º e 3º ciclo e ensino secundário.

Os CEF integram quatro componentes de formação (componente sociocultural, científica, tecnológica e a prática) conferindo uma dupla certificação (certificação escolar e profissional).

Tal como é possível observar no Quadro 11, no ano letivo 2020/2021 frequentaram turmas CEF 5 alunos, no ano letivo 2021/2022 ingressaram 20 alunos e, por último, no ano letivo 2022/2023 estavam integrados 9 alunos.

Ensino Artístico Especializado

O Ensino Artístico Especializado tem como objetivo inserir indivíduos que revelam potencialidades para o ingresso e progressão numa via de estudos artísticos aprofundados e profissionalizantes. Deste modo, dirige-se a alunos que pretendam uma formação de excelência com o objetivo de vir a exercer uma profissão nessa área ou aceder ao ensino superior artístico.

Algumas escolas oferecem no 1º ciclo uma aprendizagem ao nível da Dança e em Música. Este curso de iniciação tem como meta proporcionar aprendizagens ao nível da música, canto ou dança com impacto no desenvolvimento da sensibilidade estética, na descoberta das potencialidades e capacidades do instrumento ou do corpo, na coordenação motora bem como no aprender a comunicar de modo expressivo.

Os cursos artísticos especializados de nível básico (2º e 3º CEB) visam assegurar aos alunos uma formação geral e uma formação artística especializada nas áreas da Dança, da Música ou do Teatro.

Ao nível do secundário, os cursos artísticos especializados têm a duração de três anos e estão organizados da seguinte forma:

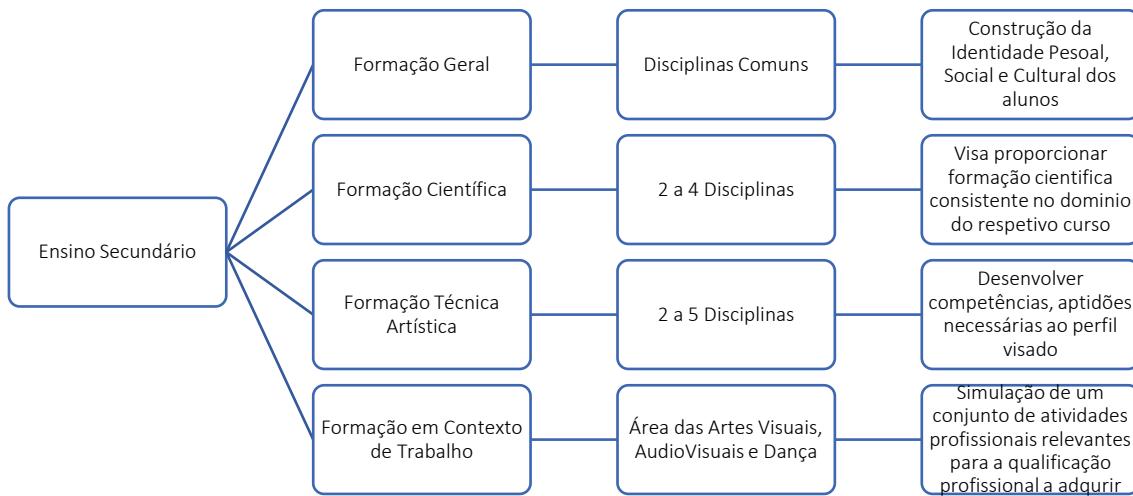


Figura 1 | Organização do Ensino Artístico Especializado

A conclusão dos cursos de ensino artístico especializado depende da apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto designado de Prova de Aptidão Artística (PAA), no qual são demonstrados os conhecimentos e capacidades técnico-artísticas adquiridas e desenvolvidas ao longo da formação.

Estes cursos podem ser frequentados em regime integrado, articulado, supletivo e, ainda, em regime de cursos livres.

Na CIMBSE a oferta do ensino artístico especializado está presente nos Municípios de Seia, Guarda, Fundão, Figueira de Castelo Rodrigo, Covilhã e Belmonte.

Relativamente ao concelho de Seia, este tipo de oferta é assegurado pelo Conservatório de Música de Seia³⁰. A oferta integra cursos de iniciação, cursos básicos, cursos secundários e cursos livres. Os cursos do 2º e 3º ciclo funcionam em regime articulado com a Escola Básica Dr. Guilherme Correia de Carvalho. Importa salientar que todos os cursos estão isentos do pagamento de propinas e funcionam em total compatibilidade horária com as restantes áreas curriculares dos respetivos ciclos.

Com a publicação da Portaria nº. 65/2022, de 1 de fevereiro, no ano letivo de 2022/2023, o Conservatório alargou a sua oferta educativa à área do teatro, também em

³⁰ Conservatório de Música de Seia: Collegium Musicum é uma escola de Ensino Artístico especializado de música, propriedade da Associação de Fomento do Ensino Artístico. Foi criado há cerca de 20 anos e, possibilita às crianças e jovens do concelho e de concelhos limítrofes (Gouveia, Oliveira do Hospital e Nelas) o acesso ao ensino artístico na área da música.

regime articulado com a Escola Básica Dr. Guilherme de Carvalho. No referido ano letivo, frequentaram o curso básico de teatro 9 alunos do 5º ano.

Conforme se verifica no Quadro 12, a procura do ensino artístico tem aumentado por parte dos alunos do concelho em todos os cursos, à exceção do ensino secundário em regime articulado. Destacam-se os cursos de iniciação nos quais se regista um aumento de mais de 100% das matrículas, comparando os inscritos no ano letivo 2019/2020 e 2022/2023.

Quadro 12 | Evolução do Número de Alunos no Conservatório de Música de Seia, 2019-2023

Fonte | Município de Seia

Ensino Secundário

No ano letivo 2022/2023 o Ensino Secundário na CIMBSE abrangeu um total de 4517 alunos (3382 nos cursos científico-humanísticos e 1135 nos cursos profissionais).

Apenas os municípios de Seia, Guarda e Fundão apresentam uma oferta plena ao nível dos quatro cursos científico-humanísticos.

Quadro 13 | Oferta Educativa do Agrupamento de Escolas de Seia

Curso de Educação e Formação tipo 2- 3.º CEB

Cursos CH (Ciências e Tecnologias) - 10º, 11º,12º

Cursos CH (Línguas e Humanidades) - 10

Cursos CH (Artes Visuais) - 10º, 11º, 12º

Curso Técnico de Análises Laboratorial- 10º, 11º, 12º

Curso Técnico de Comércio- 11º

Curso Técnico de Apoio Psicossocial- 11º

Curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural- 10º

Curso Técnico de Informática-Sistemas – 10º, 11º

Curso Técnico de Redes Elétricas – 10º, 12º

Curso Técnico de Desporto- 10º, 11º, 12º

Curso Técnico de Mecatrónica- 10º, 11º, 12º

EFA- 12º

Fonte| Município de Seia

No que respeita ao ensino público, no concelho de Seia, no ano letivo de 2022/2023, as principais escolhas dos alunos foram a área de Ciências e Tecnologia (172 alunos), Ensino Profissional (126 alunos) e Línguas e Humanidades (96 alunos). As áreas que concentraram menos peso foram a das Artes Visuais com 38 alunos e a das Ciências Económicas com 17 alunos.

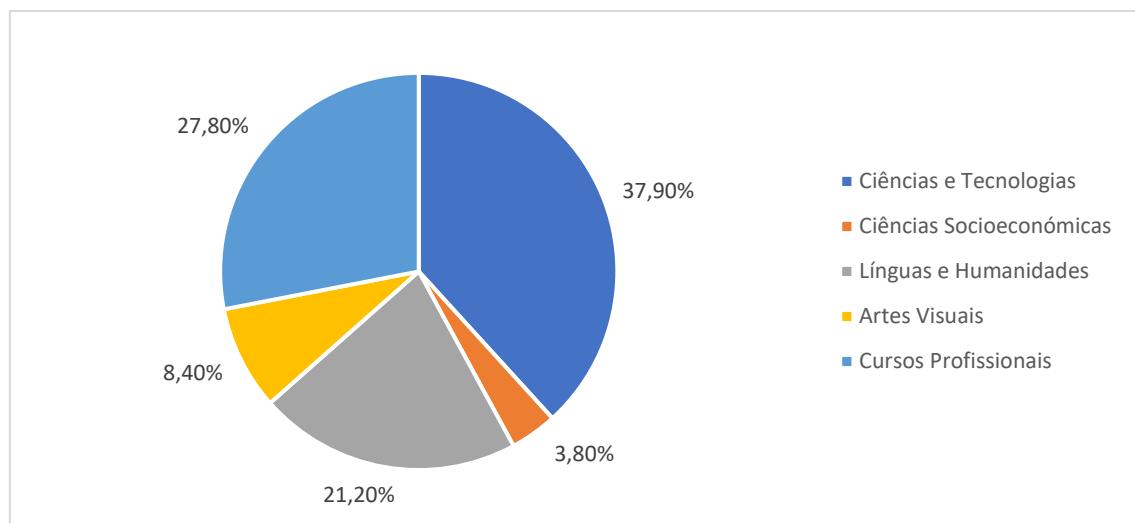


Gráfico 52 | Distribuição de Alunos do Ensino Secundário no Concelho de Seia, por Curso, Ano Letivo 2022-2023

Fonte| Município de Seia

A análise da evolução da frequência no ensino secundário nos diferentes municípios da CIMBSE revela que entre 2017/2018 e 2022/2023 a generalidade dos municípios acompanhou uma tendência de decréscimo.

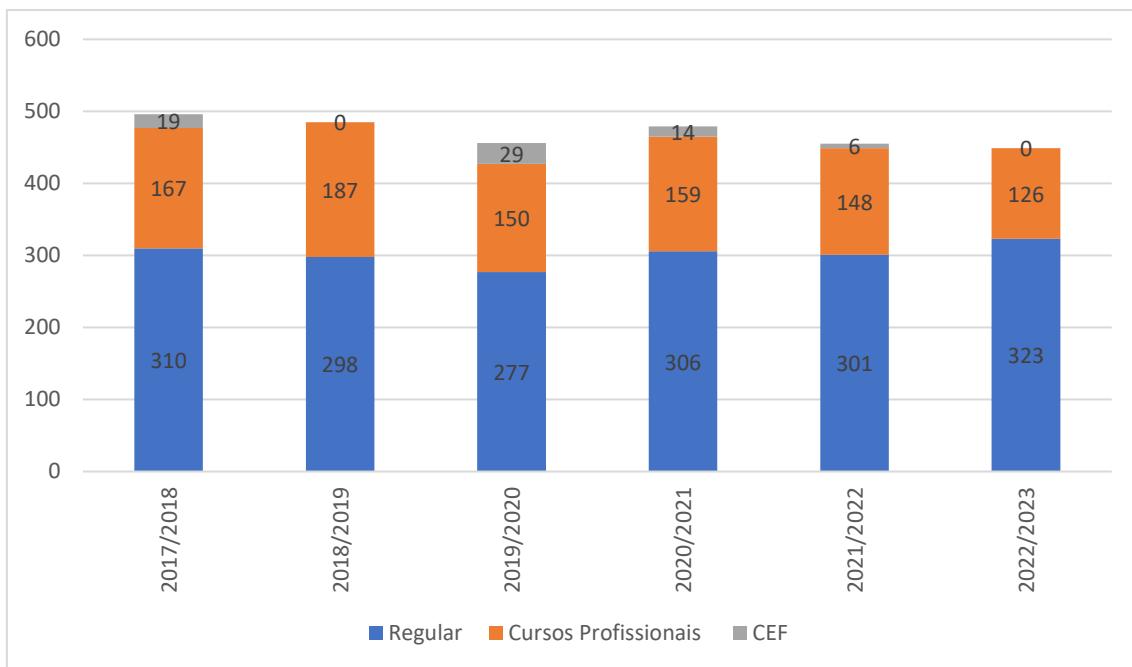


Gráfico 53 | Alunos Matriculados no Ensino Secundário, Concelho de Seia, 2017-2023

Fonte | Município de Seia

Ensino Profissional

No que diz respeito ao Ensino Profissional, no ano letivo de 2022/2023, 1098 alunos frequentaram o ensino profissional na CIMBSE, repartido por sete municípios que concentram escolas profissionais (Seia, Covilhã, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Trancoso).

No que concerne ao ensino profissional no Concelho de Seia, o mesmo é ministrado pela Escola Profissional da Serra da Estrela e pela Escola Evaristo Nogueira.

Quadro 14| Oferta Formativa da Escola Profissional da Serra da Estrela, 2022-2023

	10º Ano	11º Ano	12ºAno	Total
Instrumentista de Cordas e Teclas	2	0	0	2
Técnico de Mecânico de Aeronaves	11	0	0	11
Instrumentista de Sopro e Percussão	2	5	0	7
Técnico Auxiliar de Saúde	11	10	15	36
Técnico de Cozinha e Pastelaria	0	4	0	4
Instrumentista de Sopro e Percussão e Cordas e Teclas	0	0	13	13
Técnico Multimédia	0	0	16	16
Técnico de Termalismo	0	0	12	12

Fonte| Município de Seia

Quadro 15| Oferta Formativa da Escola Evaristo Nogueira, 2022-2023

	10º Ano	11ºAno	12ºAno	Total
Técnico de eletricidade, Automação e Computadores	9	0	0	9
Técnico de Massagem de Estética e de Bem-Estar	6	0	0	6
Técnico de Eletricidade, Automação e Computadores	0	11	0	11
Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade	0	0	11	11

Fonte| Município de Seia

Ao nível do ensino profissional, o Concelho de Seia aparece, em 2022/2023, em quarto lugar na CIMBSE, a seguir ao Município da Guarda, de Trancoso e do Fundão, com 138 alunos inscritos (102 frequentam a Escola Profissional da Serra da Estrela e 37 a Escola Evaristo Nogueira). Desde 2020/2021 até 2022/2023, Seia registou um decréscimo de 52 alunos no ensino profissional (Gráfico 54).

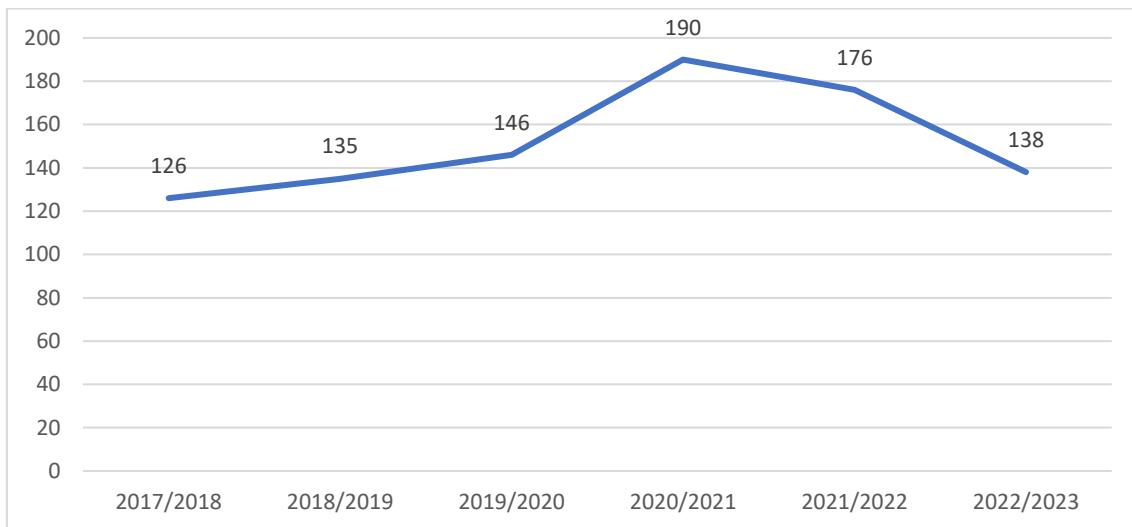


Gráfico 54 | Evolução de Alunos Inscritos no Ensino Profissional, Concelho de Seia, 2017-2023

Fonte | DGESTE

Ensino Superior

Relativamente ao Ensino Superior, a Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH), situada na cidade de Seia, é um dos quatro estabelecimentos de ensino superior que integra o Instituto Politécnico da Guarda (IPG). Tem como missão formar profissionais altamente qualificados, com espírito empreendedor e competências humanas que permitam contribuir positivamente para o desenvolvimento cultural, social e económico da região e do país. Pretende ainda tornar-se num importante e respeitado centro de formação superior nas áreas do turismo, da hotelaria e da restauração. A ESTH tem uma relação privilegiada com os setores referidos anteriormente, o que permite aos estudantes a realização de estágios curriculares, quer em Portugal, quer no estrangeiro, com a finalidade de consolidar o conhecimento adquirido ao longo dos anos de curso.

A ESHT possui como estratégias a internacionalização, envolvendo alunos e pessoal docente e não docente, a investigação conceitual e aplicada com ligação privilegiada ao Centro de Investigação e Desenvolvimento e Inovação em Turismo da Guarda (CITUR-Guarda) e a transferência de conhecimentos para o tecido empresarial e para as instituições locais e regionais.

A oferta formativa da ESTH é diversificada e integra-se nas áreas do turismo, da hotelaria e da restauração, tal como consta no Quadro abaixo.

Quadro 16| Oferta Formativa da ESTH no Ano Letivo 2023-2024

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP's)	Licenciaturas	Mestrados
Cozinha e Produção Alimentar	Gestão Hoteleira Restauração & Catering Gestão do Turismo e da Hospitalidade Turismo e Lazer	Gestão e Sustentabilidade no Turismo
Gestão de Alojamentos Turísticos		
Animação Turística e do Património Cultural e Natural		
Guias da Natureza		
Relações Públicas para o Turismo		
Turismo de Saúde e Bem-estar		

Fonte| Município de Seia

Desta forma, segundo dados provenientes da ESTH (2023), no ano letivo de 2023/2024 estavam inscritos 196 alunos. Destaca-se a licenciatura em Gestão hoteleira com 83 alunos (40,81%), seguida da de Turismo e Lazer com 40 alunos (20,40%) e o CTeSP's de Gestão de Alojamentos Turísticos com 35 alunos (17,85%).

Quadro 17| Número de Alunos Inscritos na ESTH, por Curso, Ano Letivo 2023-2024

Cursos	Número de alunos inscritos 2023/2024	Tipologia de Curso
Turismo e Lazer	40	Licenciatura
Gestão Hoteleira	83	
Restauração & Catering	31	
Gestão de Alojamentos Turísticos	35	CTeSP
Unidades Isoladas	2	-
Erasmus	5	-
Total	196	

Fonte| Município de Seia

De referir que, no ano letivo em análise, existiram cursos sem qualquer inscrição, nomeadamente no CTesP de cozinha e produção alimentar, de animação turística e do património cultural e natural, de guias da natureza, de relações públicas para o turismo e no de turismo de saúde e bem-estar. Ao nível das licenciaturas, a de gestão do turismo e da hospitalidade não obteve qualquer inscrição. No que concerne ao mestrado, nos anos anteriores haviam alunos a frequentar o de gestão e sustentabilidade no turismo, o que não se verificou no ano letivo 2023/2024.

A ESTH promove ainda a internacionalização e mobilidade dos estudantes no espaço de ensino superior europeu e recebe também alunos vindos de outros países. No que concerne à distribuição dos alunos por nacionalidade, o Portal InfoCursos apenas disponibiliza informação relativa ao ano letivo de 2021/2022. No Quadro 18 verifica-se que na maioria dos cursos houve alunos estrangeiros inscritos, nomeadamente no que se refere ao CTesP de Gestão de Alojamentos Turísticos, no qual 50% dos alunos inscritos eram oriundos de outros países e da licenciatura de Turismo e Lazer que apresenta uma percentagem de 44,9 de estrangeiros inscritos.

Quadro 18| Alunos Inscritos na ESTH, por Nacionalidade, por Curso, no Ano Letivo de 2021-2022

	Número de Portugueses	Número de Estrangeiros	Total
Gestão Hoteleira	65	7	72
Turismo e Lazer	49	22	71
Restauração e Catering	30	10	40
Gestão e Sustentabilidade no Turismo	16	0	16
Cozinha e Produção Alimentar	6	0	6
Gestão de Alojamentos Turísticos	13	13	26

Fonte| InfoCursos

A ESTH tem Programas de Mobilidade, proporcionando um contacto com a realidade prática das áreas formativas. Em termos de locais de estágio, existe uma grande diversidade, abrangendo o território nacional, continental e ilhas. Quanto ao estrangeiro, existem acordos de estágio com países como Espanha, Hungria, França, Luxemburgo, República Checa, Reino Unido, Polónia e Irlanda.

Relativamente aos Projetos e Programas existentes, destacam-se os seguintes:

- CITUR- Centro de Investigação e Desenvolvimento e Inovação em Turismo;
- Plano de Turismo do Côa;
- Levantamento do Receituário Tradicional de Portugal;
- Aproveitamento Turístico de Praias Fluviais na Região do Interior;
- Envolvimento nas 7 Maravilhas de Portugal.+

Educação Inclusiva

A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência consagra o direito à educação, no artigo 24.º, onde se pretende a existência de *“um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao longo da vida”*

Tendo em conta a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2009), *a educação inclusiva constitui um processo que tem como objetivo responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida escolar.*

O Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, veio reforçar *“a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social”*.

O Decreto-Lei nº 54/2018 vem ainda concretizar *“o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.”* Define as Medidas de Suporte à Aprendizagem, organizando-as em três níveis de intervenção: Universais, Seletivas e Adicionais, de acordo com as necessidades identificadas em cada um dos alunos.

Reforça-se ainda o papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes um conjunto de direitos e deveres que objetivam o seu envolvimento em todo o processo educativo.

No sentido de conhecer a realidade do concelho de Seia ao nível da implementação e consolidação da Escola Inclusiva, foi obtida informação por parte do

Agrupamento de Escolas de Seia e do Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho sobre a distribuição dos alunos, nos diferentes níveis de ensino, do Pré-escolar, 1º CEB, 2º CEB, 3º CEB e Secundário, com aplicação de medidas de suporte à aprendizagem, nomeadamente, medidas Universais, Seletivas e Adicionais, no ano letivo de 2022/2023.

Consideram-se medidas Universais, as respostas educativas que a escola disponibiliza para todos os alunos com o objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Identificando-se, entre outras: diferenciação pedagógica, acomodações curriculares, enriquecimento curricular, promoção do comportamento pró-social e a intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

Relativamente às medidas Seletivas, as mesmas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas Universais, considerando-se, como tais: percursos curriculares diferenciados, adaptações curriculares não significativas, apoio psicopedagógico, antecipação e reforço das aprendizagens e apoio tutorial. A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas Seletivas é realizada pelos responsáveis da sua implementação de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.

No que respeita às medidas Adicionais, as mesmas têm como objetivo colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão. A mobilização destas medidas depende da demonstração da ineficácia das medidas Universais e Seletivas. Deve ser baseada em evidências e constar do relatório técnico-pedagógico. Consideram-se medidas Adicionais: frequência do ano de escolaridade por disciplinas, adaptações curriculares significativas, plano individual de transição, desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

No Agrupamento de Escolas de Seia, no ano letivo 2022/2023, contavam-se 297 alunos com medidas de suporte à aprendizagem e no Agrupamento Dr. Guilherme Correia de Carvalho 97 (Gráfico 55).

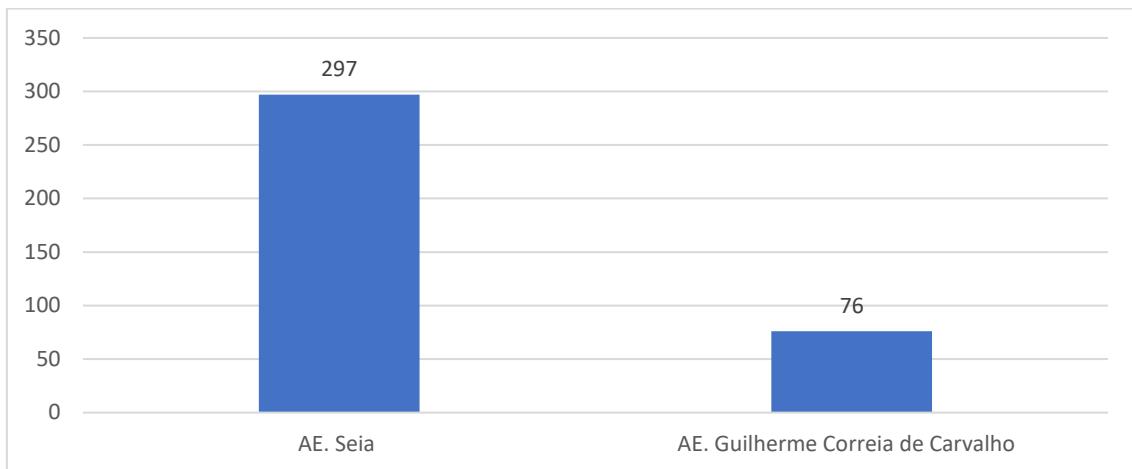


Gráfico 55 | Número Total de Alunos com Medidas (Seletivas e Adicionais) por AE, Ano Letivo 2022-2023

Fonte | Município de Seia

No Quadro 19 podemos observar a distribuição de alunos com medidas relativamente ao ciclo de estudos frequentado, tendo o secundário o número mais elevado.

Quadro 19 | Número de Alunos com por Ciclo de Estudos, por AE, Ano Letivo 2022-2023

	EPE	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário
Escola Básica Dr. Guilherme C. Carvalho			25	30	
Escola Básica de São Romão	1	6			
Escola Básica de Seia	1	13			
Escola Básica Dr. Reis Leitão, Loriga					
Escola Básica Dr. Abrantes Ferrão		34	29	39	
Escola Básica de Tourais/Paranhos		21	24	32	
Escola Básica de Santiago		11			
Escola Secundária de Seia					107

Fonte | Município de Seia

No que diz respeito à mobilização de medidas de suporte à aprendizagem, no Agrupamento de Escolas de Seia aplicaram-se na totalidade, no ano letivo 2022/2023, 220 medidas Seletivas e 33 medidas Adicionais e, no Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, aplicaram-se 173 medidas Seletivas e 43 medidas Adicionais. No quadro 20 é possível observar a distribuição específica de medidas.

Quadro 20| Medidas Seletivas e Adicionais Aplicadas, por AE, Ano Letivo 2022-2023

		Nº de crianças/alunos	Nº de crianças/alunos	Total
		AEGCC	AES	
Seletivas	Percursos curriculares diferenciados	0	0	0
	Adaptações curriculares não significativas	39	52	91
	Apoio psicopedagógico	75	78	153
	Antecipação e reforço das aprendizagens	54	82	136
	Apoio tutorial	5	8	13
Adicionais	Frequência do ano de escolaridade por disciplinas	0	0	0
	Adaptações curriculares significativas	17	12	29
	Plano individual de transição	2	6	8
	Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado	10	5	15
	Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social	14	10	24

Fonte| Município de Seia

No que concerne ao número de recursos humanos que prestaram apoio, no ano letivo 2022/2023, aos alunos com medidas de suporte à aprendizagem, os dois Agrupamentos de Escolas existentes no concelho de Seia apresentam um total de 46 técnicos, tal como consta no Quadro 21.

Quadro 21| Número de Recursos Humanos, por AE, Ano Letivo 2022-2023

	Recursos	Nº AEGCC	Nº AES	Total
Outros:	Docente de educação especial	8	10	18
	Psicólogo(a)	1,5	3	4,5
	Terapeuta da fala	0	1,5	1,5
	Terapeuta ocupacional	0,5	0,5	1
	Fisioterapeuta	0	0	0
	Assistente técnico	0	0	0
	Assistente operacional	3	3	6
	Docente de Educação Musical		1	1
	Docente de Educação Física		4	4
	Docente E.F. Município(parcerias)		4	4

Docentes de Apoio Educativo		4	4
Docente grupo disciplinar de Artes		1	1
Técnico de Hipoterapia (parcerias)		1	1

Fonte| Município de Seia

Inclusão Digital: acesso a computador e internet

Da análise ao Gráfico 55, constata-se que o rácio de alunos com computador e ligação à internet no ensino básico e secundário tem vindo globalmente a diminuir, ao longo do período compreendido entre 2019 e 2022. Estes valores poderão dever-se às medidas implementadas durante a pandemia COVID-19, no âmbito da escola digital. Estas medidas tiveram como objetivo, para além de disponibilizar computadores e internet a todos os alunos, promover a colaboração entre professores e escolas e potenciar o ensino e a aprendizagem em ambiente digital.

De referir que esta medida não se repercutiu apenas na inclusão digital, mas também na inclusão social, permitindo às famílias com carências socioeconómicas aceder ao mundo digital. No entanto, segundo os dados, podemos observar que no ensino secundário, no último ano em análise, ainda não existe um computador com acesso à internet para cada aluno, sendo o rácio de cerca de 1,7 alunos por computador.

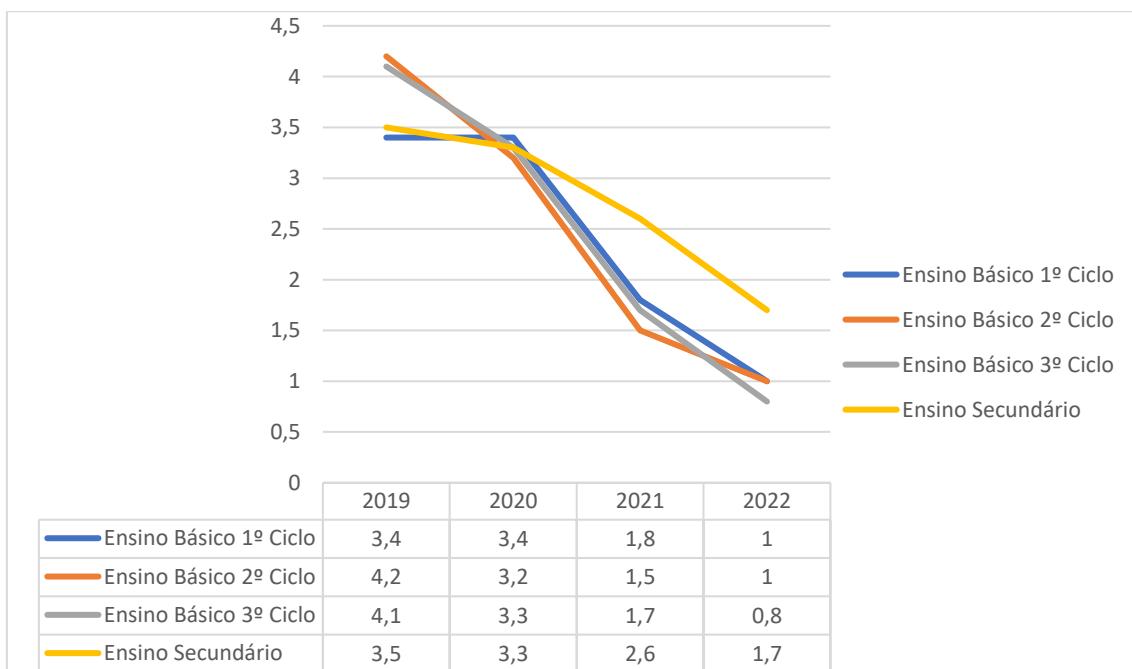


Gráfico 56| Número Médio de Alunos com Computador e Ligação à Internet no Ensino Básico e Secundário no Concelho de Seia, 2019-2022

Fonte| PORDATA

Sendo a educação é um aspeto fundamental do desenvolvimento pessoal e social e numa era em que a tecnologia desempenha um papel basilar, a inclusão digital é de extrema importância, tendo em conta que é também através da tecnologia que os cidadãos têm acesso à educação e a outros componentes da vida moderna. Desta forma, o acesso à tecnologia nas escolas é essencial para preparar os alunos para o mundo digital. No entanto, isso não significa que eles apenas aprenderão a usar os dispositivos e aplicativos, mas pode também desenvolver as suas habilidades críticas, pensamento computacional e resolução de problemas (Costa, 2024).

Insucesso, Retenção e Abandono Escolar

No que concerne aos dados relativos à retenção e desistência no ensino básico, observa-se que, a taxa³¹ referente ao concelho de Seia, no ano letivo 2021/2022, foi inferior quando comparada com a CIMBSE e com o panorama nacional (Quadro 22).

No que diz respeito ao ensino secundário, a taxa de retenção e desistência foi superior à das Beiras e Serra da Estrela, no entanto foi menor quando comparada com Portugal. Uma análise por orientação curricular mostra que os valores foram significativamente superiores nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais e inferiores nos cursos gerais/científico-humanísticos. É de destacar ainda que a taxa de retenção e desistência foi aumentando à medida que se avança nos níveis de ensino.

Quadro 22 | Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico e Ensino Secundário no Concelho de Seia, Ano Letivo 2021-2022

Território	Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico	Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário	Cursos Gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos/profissionais
Portugal	3,0%	8,6%	8,3%	9,0%
Centro	2,6%	7,4%	-	-
Beiras e Serra da Estrela	3,4%	5,9%	5,1%	7,1%
Seia	1,2%	6,4%	5,6%	7,2%

Fonte| INE; PORDATA

³¹ Taxa de Retenção e Desistência: Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que ficaram retidos e/ou desistiram/alunos matriculados * 100).

Relativamente à taxa de transição/conclusão³², no ensino básico, o Concelho de Seia, posicionou-se acima, no ano letivo 2021/2022, quando comparado com Portugal e com a CIMBSE, alcançando valores perto dos 100%, enquanto que no ensino secundário, apresenta valores de transição/conclusão ligeiramente abaixo da CIMBSE, mas relativamente superiores aos de Portugal.

Quadro 23 | Taxa de Transição/Conclusão do Ensino Básico e Secundário no Concelho de Seia, Ano Letivo 2021-2022

Território	Ensino Básico				Ensino Secundário		
	TOTAL	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	TOTAL	Cursos Gerais	Cursos Tecnológicos
Portugal	96,9%	98,2%	96,9%	95,5%	91,4%	91,7%	91,0 %
Centro	97,4%	98,4%	97,6%	96,3%	92,6%	92,8%	92,4%
Beiras e Serra da Estrela	96,6%	97,6%	96,0%	95,7%	94,1%	94,9%	92,9%
Seia	98,8%	98,8%	99,0%	98,8%	93,6%	94,4%	92,8%

Fonte | INE

No âmbito da análise ao sucesso escolar, importa sublinhar o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, conhecido como PIPSE 2030. Trata-se de uma iniciativa do Governo Português que visa melhorar a qualidade da educação e aumentar as taxas de sucesso escolar em todo o país. Este programa é uma resposta aos desafios educativos contemporâneos e tem como objetivo garantir que todos os alunos tenham as condições necessárias para alcançar o sucesso académico. Os principais pontos e objetivos do PIPSE 2030 prendem-se com: redução do abandono escolar; melhoria dos resultados académicos; inclusão e equidade; formação de professores; parcerias com a comunidade; ambientes educativos inovadores; monitorização e avaliação e, por fim, com o foco no bem-estar escolar.

O PIPSE 2030 visa criar um sistema educativo mais justo e eficiente, que prepare os alunos para uma vida de aprendizagem contínua e para a sua plena participação na sociedade. Este programa é uma componente crucial do esforço nacional para construir um futuro mais inclusivo e próspero para todos os cidadãos.

³² Taxa de transição/conclusão: Relação entre o número de alunos que transitaram ou concluíram um nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (Alunos que transitaram ou concluíram/alunos matriculados * 100).

Atendendo a que o sucesso escolar vai para além de bons resultados académicos, importa referir o Plano Local de Leitura, assinado pelo Município de Seia em 2018, e que prevê iniciativas desenvolvidas a nível municipal com o objetivo de promover a leitura e a literacia em todas as idades e em todos os setores da comunidade. Estes planos fazem parte de uma estratégia mais ampla de incentivo à leitura, reconhecendo o seu papel fundamental no desenvolvimento pessoal, académico e social. Os principais objetivos e ações dos Planos Locais de Leitura são: promoção da leitura em contexto escolar; acesso a livros e recursos de leitura; leitura em família; eventos culturais e literários; inclusão e diversidade; parcerias e colaboração e o uso das tecnologias.

Os Planos Locais de Leitura são fundamentais para a construção de comunidades mais leitoras e informadas, promovendo a leitura como um prazer e uma ferramenta essencial para o desenvolvimento contínuo dos cidadãos.

Alunos Imigrantes no concelho

A diversidade é um fator de valorização da comunidade educativa e da aprendizagem. Para que este propósito se cumpra, os alunos migrantes devem ser abrangidos por medidas de integração efetiva no sistema educativo e, simultaneamente, na sociedade em geral. Efetivamente, a LBSE, o Decreto-Lei n.º 54/2018 e o Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, e as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho, já consagram estes propósitos.

Uma inclusão bem-sucedida é um processo contínuo que requer, por um lado, flexibilidade e adaptação às necessidades individuais dos alunos e, por outro, preparação e mudanças nas dinâmicas e cultura da escola. Por conseguinte, atualmente, este desafio implica que a escola se organize e estruture a sua atuação, de forma intencional e integrada, para que a diversidade seja um fator de união entre toda a comunidade educativa, como garantia do direito de todos à educação e à igualdade de oportunidades preconizado na Convenção dos Direitos da Criança.

No Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, no ano letivo de 2022/2023, não havia alunos matriculados com o estatuto de refugiado. Ao nível do português língua não materna (PLNM), beneficiaram do mesmo 5 alunos do 1º CEB, 6 alunos do 2º CEB e 6 alunos do 3º CEB.

Neste agrupamento, no ano letivo de 2022/2023, estavam matriculados 112 alunos de diferentes nacionalidades, sendo a mais representativa a Brasileira, como podemos observar no Gráfico 57.

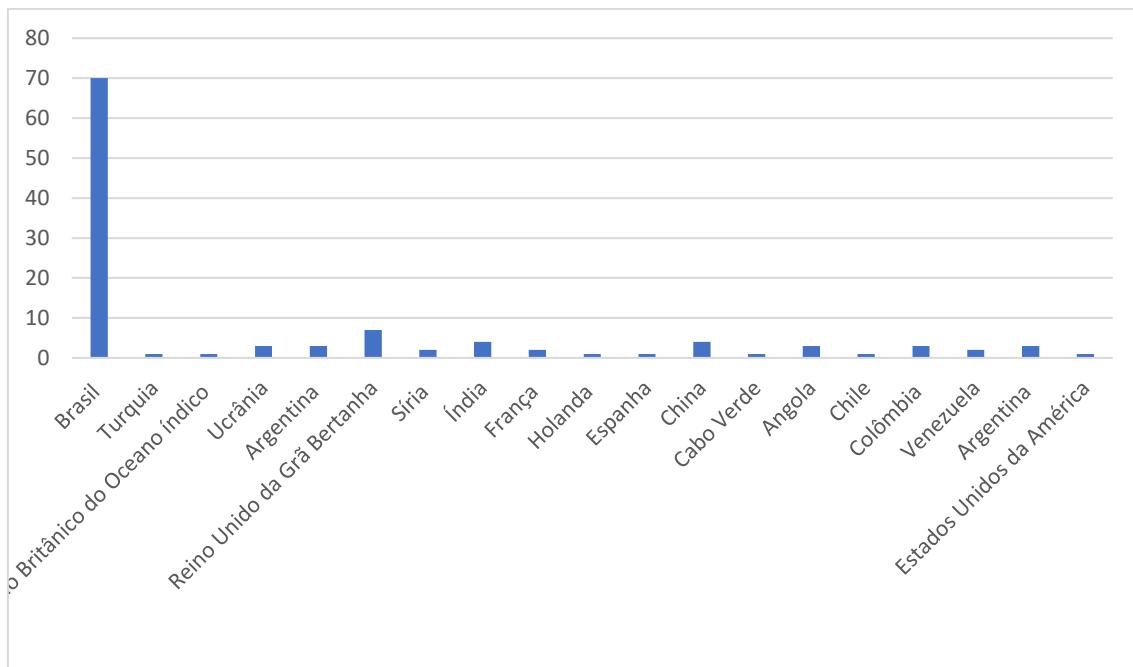


Gráfico 57 | Alunos Estrangeiros Matriculados no AE Dr. Guilherme Correia Carvalho, Ano Letivo 2022-2023

Fonte | Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, 2024

No ano letivo de 2023/2024, no mesmo agrupamento, estavam matriculados 116 alunos de diferentes nacionalidades, continuando a ser a nacionalidade Brasileira aquela que mais se destaca, como podemos observar no Gráfico 58.

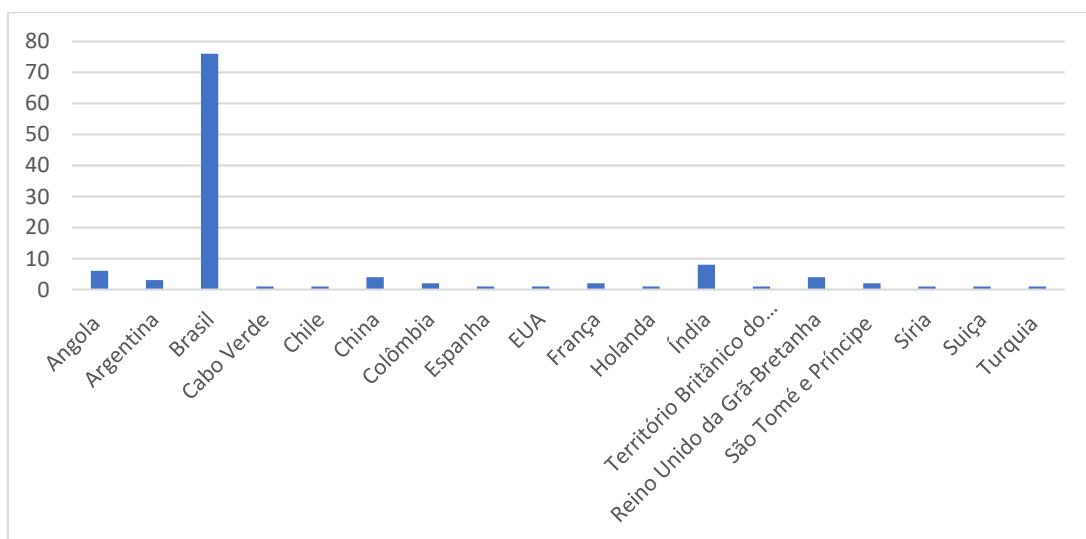


Gráfico 58 | Alunos Estrangeiros Matriculados no Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia Carvalho, Ano Letivo 2023/2024

Fonte | Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho

No Agrupamento de Escolas de Seia, no ano letivo de 2022/2023, ao nível do PLNM, beneficiaram do mesmo 1 aluno do jardim-de-infância, 2 alunos do 1º CEB, 5 alunos do 2º CEB, 7 alunos do 3º CEB e 2 alunos do ensino secundário.

Neste agrupamento, no ano letivo de 2022/2023, estavam inscritos 29 alunos de diferentes nacionalidades, sendo a mais representativa a Brasileira, como podemos observar no Gráfico 59.

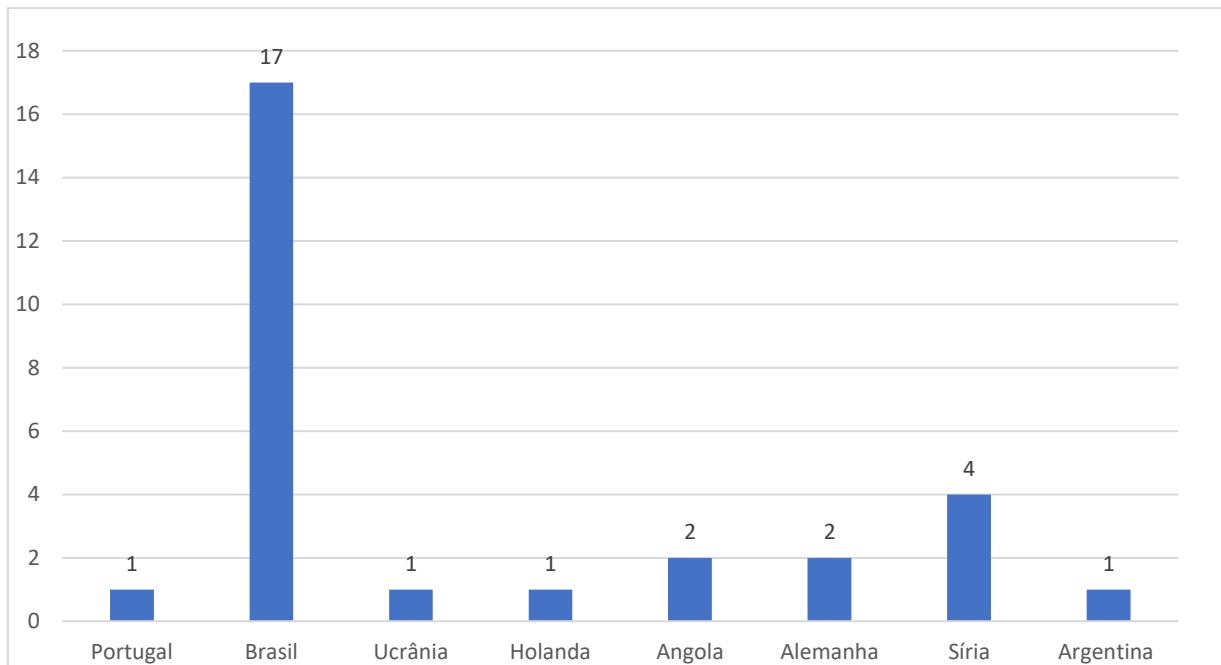


Gráfico 59 | Alunos Estrangeiros Matriculados no Agrupamento de Escolas de Seia, Ano Letivo 2022-2023

Fonte | Agrupamento de Escolas de Seia, 2024

No ano letivo de 2023/2024, no Agrupamento de Escolas de Seia havia 5 alunos matriculados com o estatuto de refugiado. Relativamente ao PLNM, beneficiaram 2 alunos do 2º CEB, 2 alunos do 3º CEB e 9 alunos do ensino secundário. No ano letivo em análise estavam inscritos 51 alunos de nacionalidades diferentes, sendo a mais representativa a Brasileira, como podemos observar no Gráfico 60.

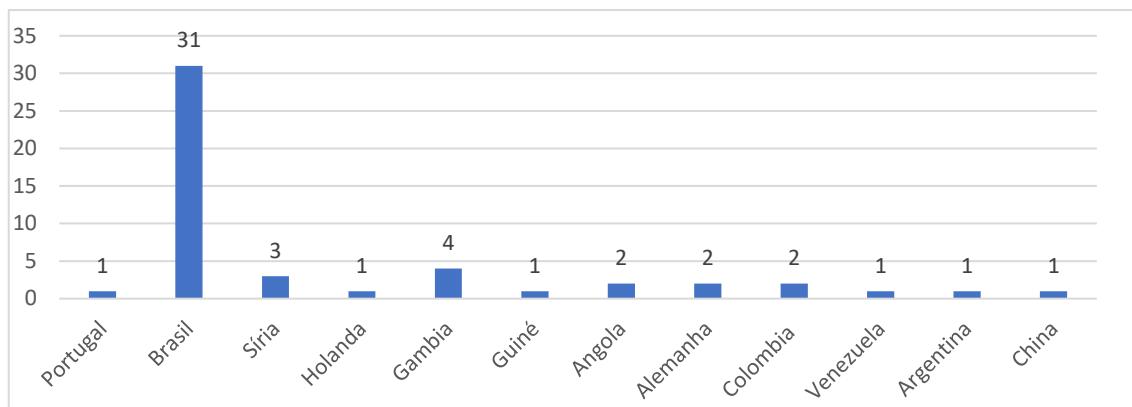


Gráfico 60 | Alunos Estrangeiros Matriculados no Agrupamento de Escolas de Seia, Ano letivo 2023-2024

Fonte | Agrupamento de Escolas de Seia, 2024

Formação

No que respeita ao Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), enquanto serviço público de emprego nacional, este apresenta-se como um importante promotor de formação profissional. Posto isto, importa analisar a evolução das medidas de emprego e formação ao longo dos últimos anos e o número de pessoas abrangidas.

Relativamente aos Cursos de Educação e Formação de Adultos, designados pela Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro, de Cursos EFA, apresentam-se como uma modalidade de formação de dupla certificação (escolar e profissional), adaptada às necessidades dos adultos sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho.

Estes cursos desenvolvem-se de acordo com os referenciais de competências e de formação associados às qualificações que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e permitem a obtenção do 1º ciclo do ensino básico ou de qualificação de nível 1,2,3 ou 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNN).

Os percursos formativos deverão ser flexíveis, adaptados às competências que os adultos já possuem e que asseguram, ao mesmo tempo, o aumento dos seus níveis de qualificação profissional e/ou escolar.

Inquérito por questionário aplicado à população:

100% das pessoas inquiridas entre os 65 e os 74 anos consideram que existe desvalorização da formação ao longo da vida.

Relativamente à Escola Secundária de Seia, no ano letivo de 2022/2023, os cursos EFA funcionaram em regime noturno. A média de idades dos alunos a frequentar situava-se nos 23 anos.

No que concerne ao Centro Qualifica da Serra da Estrela, instalado no edifício da Escola Profissional da Serra da Estrela, desenvolve atividades na área da informação, orientação e encaminhamento de jovens NEET (*Not in Employment, Education or Training*) e adultos; desenvolvimento de ações de informação e divulgação; reconhecimento, validação e certificação de competências escolares, profissionais e de dupla certificação.

Este Centro desenvolve diversas atividades, nomeadamente:

- Envolvimento em eventos organizados pela entidade promotora;
- Reforço das ações de divulgação realizadas em entidades da rede de oferta de educação e formação e nas entidades empregadoras, com vista à promoção da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o aperfeiçoamento, a especialização e a reconversão dos trabalhadores. Reuniões com os órgãos diretivos das referidas entidades para eventual aplicação direta das valências do Centro na sua atividade;
- Mailing de divulgação a um vasto número de empresas locais, bem como publicação nos jornais locais e outros meios de comunicação social da zona;
- Atualização da página web da escola com a informação sobre o Centro Qualifica e aperfeiçoamento dos panfletos e outros instrumentos de divulgação criados propositadamente para o efeito;
- Publicações de informação acerca do Centro Qualifica nas redes sociais da entidade promotora;
- Participação em Feiras e mostras locais e regionais no sentido de dar visibilidade ao Centro;
- Recolha, tratamento e divulgação de informação – nomeadamente panfletos, brochuras e cartazes fornecidos, bem como prints dos websites das diferentes entidades sobre o tecido empresarial, as oportunidades de emprego e as ofertas de qualificação para jovens e adultos nos concelhos de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres a nível particular e outros a nível regional;

- Articulação do serviço do Centro Qualifica com os serviços de orientação e encaminhamento da própria escola – Serviço de Psicologia e Orientação (SPO);
- Recolha e análise de pré-inscrições/manifestações de interesse para a aquisição de competências e transferências e atualização de processos em sistema;
- Participação em ações de formação/seminários no âmbito da iniciativa;
- Reuniões com o executivo das Juntas e Uniões de Freguesias do concelho de Seia para divulgação e eventuais itinerâncias;
- Identificação como mais um Centro Ler + Qualifica após aprovação do Plano Nacional de Leitura (PNL) 2027;
- Desenvolvimento de processos Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), de qualificação escolar e/ou profissional, encaminhamentos e Comissões de Certificação e Avaliação – CAC.

As áreas de certificação do Centro Qualifica da Escola Profissional da Serra da Estrela são diversas, tal como consta no Quadro 24.

Quadro 24| Áreas de Certificação do Centro Qualifica da EPSE

▪ Técnico/a de Logística	▪ Técnico/a de Contabilidade
▪ Técnico/a de Vitrinismo	▪ Técnico/a de Apoio à Gestão
▪ Operador/a de Logística	▪ Técnico/a de Secretariado
▪ Técnico/a Comercial	▪ Assistente Administrativo/a
▪ Técnico/a de Marketing	▪ Técnico/a Administrativo
▪ Operador de Distribuição	▪ Técnico/a de Informática – Inst. e Gestão de Redes
▪ Técnico/a de Vendas	▪ Técnico/a de Eletrotecnia
▪ Técnico/a de Organização de Eventos	▪ Técnico/a de Redes Elétricas
▪ Eletromecânico/a de Refrigeração e Climatização	▪ Técnico/a de Apoio Familiar de Apoio à Comunidade
▪ Eletricista de Instalações	▪ Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade
▪ Eletricista de Redes	▪ Técnico/a de Cozinha/Pastelaria
▪ Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Fotovoltaicos	▪ Empregado/a de Restaurante/Bar
▪ Técnico/a de Ótica Ocular	▪ Cozinheiro/a
▪ Técnico/a Auxiliar de Saúde	▪ Técnico/a de Restaurante/Bar

▪ Técnico/a de Ação Educativa	▪ Bombeiro/a
▪ Agente em Geriatria	▪ Bombeiro/a N2
▪ Animador Sociocultural	▪ Técnico de Proteção Civil
▪ Técnico/a Especialista em Design de Calçado	

Fonte| Centro Qualifica EPSE, 2024

É possível observar no gráfico seguinte que, de 2020 a 2023, o número de certificações tem aumentado. A intervenção deste Centro Qualifica não se restringe apenas ao concelho de Seia, abrangendo toda a CIMBSE. Para além destas áreas geográficas, também são certificados elementos do concelho de Nelas, pois manifestam preferência neste Centro Qualifica.

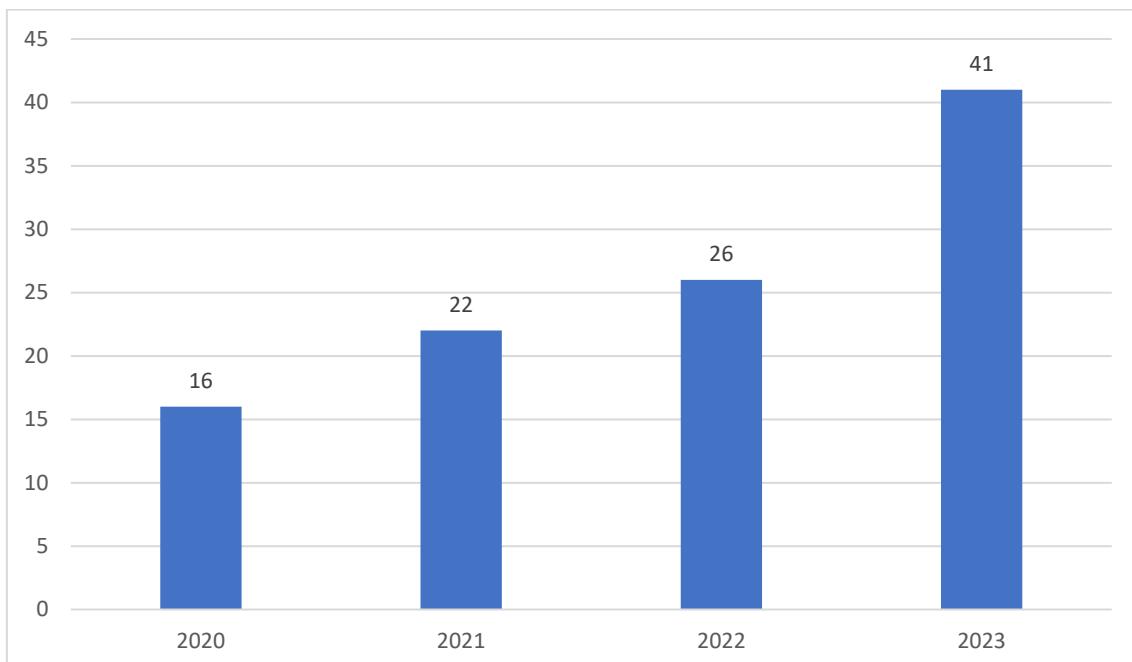


Gráfico 61 | Alunos Certificados nos Últimos Quatro Anos, 2020-2023

Fonte| Centro Qualifica da Escola Profissional da Serra da Estrela, 2024

Os candidatos do Centro Qualifica são, maioritariamente, detentores do 9º ano de escolaridade, embora ainda se registem escolaridades mais baixas em número significativo (o que dá ainda mais razão à existência deste tipo de oferta formativa). As faixas etárias dos candidatos encontravam-se entre os 25 e os 55 anos na grande maioria e, existe uma distribuição equitativa relativamente ao sexo.

Qualificação

No que concerne ao nível de escolaridade da população residente no concelho de Seia, observando o Gráfico 62, é possível constatar a existência de uma percentagem significativa de pessoas sem qualquer nível de escolaridade ou apenas com o 1º CEB.

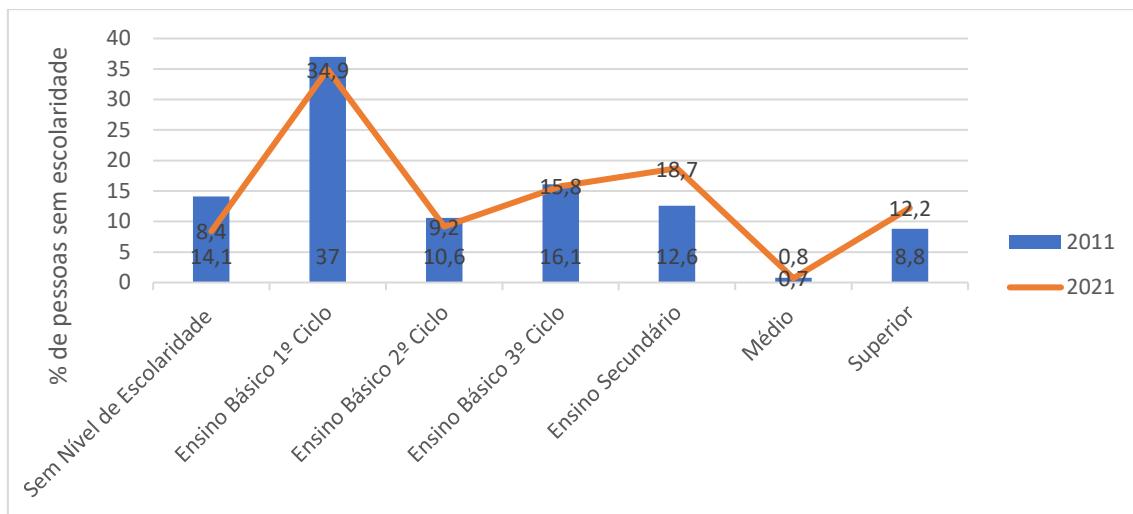


Gráfico 62 | Habilidades Literárias da População no Concelho de Seia, 2011-2021

Fonte| PORDATA

Contudo, entre 2011 e 2021, assistiu-se a uma diminuição da percentagem de pessoas sem nenhum nível de escolaridade ou apenas com o 1º CEB, em 7,8 pontos percentuais, e a um aumento da população residente com o ensino secundário, o ensino pós-secundário e ensino superior. Desta forma, a população residente no concelho de Seia tem vindo a aumentar os níveis de escolaridade, nomeadamente no que diz respeito ao ensino secundário e ensino superior.

Abordando a temática da escolaridade, é necessário dar ênfase ao fenómeno complexo do analfabetismo³³, que resulta de diversos fatores, designadamente fatores pessoais, sociais e culturais. No panorama nacional, destaca-se o grupo etário das pessoas idosas como o grupo particular no qual esta problemática tende a ser mais perceptível, todavia, esta está também presente em todos os grupos etários, com especial enfoque nos territórios do interior, zonas rurais e mais isoladas geograficamente.

No concelho de Seia, no ano 2011, 7,25% da população residente com idade igual

³³ Analfabetismo: Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa (INE, consultado a 23-05-2024)

ou superior a 10 anos, era analfabeto. Já à data dos Censos 2021, e tal como indica o Quadro 25, esta percentagem diminuiu para 4,74%, o que equivale a um total de 970 pessoas nesta circunstância. Comparativamente, Seia apresenta valores superiores à realidade nacional (3,08%), contudo regista valores mais favoráveis que a média sub-regional das Beiras e Serra da Estrela, que apresenta uma taxa de analfabetismo de 5,4%, em 2021.

Quadro 25| Taxa de Analfabetismo (%) por Local de Residência à Data dos Censos (2021)

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal			
	Período de referência dos dados			
	2021			
	HM	H	M	%
Portugal	3,08	2,10	3,96	
Continente	3,04	2,03	3,95	
Centro	3,65	2,31	4,84	
Beiras e Serra da Estrela	5,40	3,61	7,02	
Seia	4,74	3,32	6,01	
Região Autónoma dos Açores	3,10	3,40	2,82	
Região Autónoma da Madeira	4,51	3,68	5,24	

Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Fonte| INE (2021)

Síntese

- ✿ No concelho de Seia é prestado um serviço de educação que engloba os vários níveis de ensino, desde a creche ao ensino superior;
- ✿ Os estabelecimentos de ensino públicos do concelho de Seia são: o Agrupamento de Escolas de Seia, o Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho e a Escola Superior de Turismo e Hotelaria;
- ✿ Os estabelecimentos de ensino privado do concelho de Seia são: Escola Evaristo Nogueira, Escola Profissional da Serra da Estrela e o Conservatório de Música de Seia;
- ✿ Ao nível dos estabelecimentos privados podemos ainda referir que o concelho de Seia detém 5 jardins de infância, sendo que um deles está localizado em Loriga, um em Santa Marinha, um em Paranhos da Beira e dois em Seia;
- ✿ Entre o ano de 2009 e 2018 o número de alunos, do concelho de Seia, matriculados no ensino pré-escolar, básico e secundário diminuiu cerca de 50%. Desde 2018 até ao ano de 2022 o número de alunos matriculados aumentou de forma pouco significativa;
- ✿ O maior peso de alunos, do concelho de Seia, matriculados em 2022, segue o padrão de 2011 ao concentrar maioritariamente os alunos do 1º CEB, seguido do 3º CEB e, posteriormente, do Ensino Secundário;
- ✿ Cerca de 80,5% dos alunos do concelho de Seia frequentam o ensino público e 19,5% frequentam o ensino privado, no ano de 2022;
- ✿ Tendo como referência a CIMBSE, em 2022, o concelho de Seia é o 4º com maior número de alunos matriculados;
- ✿ Seia destaca-se na CIMBSE por ser o único concelho com dois estabelecimentos privados (de natureza particular/cooperativa) de ensino secundário, a Escola Profissional da Serra da Estrela e a Escola Evaristo Nogueira;
- ✿ Ao nível do ensino pré-escolar, considerando os dois agrupamentos existentes, estavam matriculados, no concelho de Seia, no ano letivo de 2022/2023, mais 11 alunos do que no ano letivo anterior. No Agrupamento de Escolas de Seia, o Jardim de Infância com maior representatividade foi o JI Abranches Ferrão e no

Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho foi o JI de Seia (reflexo da concentração de população existente, pois é sede de concelho);

- ❖ Verificou-se ainda, nos JI da rede privada, uma diminuição de crianças inscritas no ano letivo 2022/2023, comparativamente ao ano letivo anterior;
- ❖ No que respeita ao 1º CEB, no ano letivo 2022/2023, os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Seia que apresentaram maior número de matrículas no 1º ciclo foram as escolas Abranches Ferrão e Tourais/Paranhos. No Agrupamento Dr. Guilherme Correia de Carvalho foi o Centro Escolar de Seia que apresentou um maior número de alunos;
- ❖ No que concerne ao ensino básico do 2º e 3º ciclo, verificou-se, no concelho de Seia, uma diminuição relativamente ao número de alunos matriculados, em todas as escolas, no ano letivo de 2022-2023;
- ❖ O Agrupamento de Escolas de Seia ministra CEF;
- ❖ O Agrupamento Dr. Guilherme Correia de Carvalho articula com o Conservatório de Música de Seia o ensino artístico especializado. A oferta educativa iniciou com música, tendo alargado no ano letivo de 2022-2023 também à área do teatro;
- ❖ O ensino secundário é fornecido pelo Agrupamento de Escolas de Seia, apresentando uma oferta plena ao nível dos quatro cursos científico-humanísticos, profissional e EFA;
- ❖ A Escola Profissional da Serra da Estrela e a Escola Evaristo Nogueira também detém oferta a nível do ensino profissional;
- ❖ Relativamente ao Ensino Superior, situa-se na sede de concelho a Escola Superior de Turismo e Hotelaria com a oferta de 6 CTeSP's, 4 licenciaturas e um mestrado. A licenciatura em Gestão Hoteleira foi a que deteve um maior número de alunos no ano letivo 2022/2023;
- ❖ Ambos os agrupamentos de escolas do concelho de Seia mobilizam medidas de suporte à inclusão, com o objetivo de colmatar as dificuldades existentes;
- ❖ Ao nível da inclusão digital, no concelho de Seia, o rácio de alunos com computador e ligação à internet diminuiu no período de 2019-2022;
- ❖ Relativamente à taxa de retenção e desistência no ensino básico, verifica-se que, no ano letivo 2021/2022, a mesma é baixa quando comparada com a CIMBSE e

Portugal e, no ensino secundário é mais baixa do que em Portugal, mas superior à CIMBSE;

- ❖ A taxa de transição/conclusão, no ano letivo 2021/2022, é de quase 100% no ensino básico, mas no ensino secundário, o concelho de Seia está abaixo da média da CIMBSE, embora esteja acima da média do país;
- ❖ Relativamente ao apoio ao emprego no concelho de Seia, o mesmo é prestado pelo IEFP local e, no que respeita à formação profissional, para além do IEFP, é prestada também pelo o Centro Qualifica da Escola Profissional da Serra da Estrela;
- ❖ Relativamente à Qualificação, entre 2011 e 2021, assistiu-se no concelho de Seia a uma diminuição da percentagem de pessoas sem nenhum nível de escolaridade ou apenas com o 1º CEB, em 7,8 pontos percentuais, e a um aumento da população residente com o ensino secundário, o ensino pós-secundário e o ensino superior.

4. Saúde

As Nações Unidas decidiram, após a Segunda Guerra Mundial “...reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas; estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade” (Carta das Nações Unidas, 1945).

Através da publicação, a 10 de dezembro de 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos o respeito pela dignidade e valor da pessoa humana foi reforçado “no seu direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar” (art.º 25), através do acesso a bens e recursos que assegurem assistência médica, direito à segurança na doença, na invalidez ou em caso de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

A 25 de abril de 1976, após as primeiras eleições gerais livres em Portugal, espelha-se na Constituição da República Portuguesa, no n.º 1 do artigo 9º, que “Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover, sendo o mesmo realizado através de um serviço de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”. Posteriormente, a 15 de setembro de 1979, é publicada a Lei nº 56/79 que estabelece a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), concretizando o direito à proteção da saúde, a prestação de cuidados globais de saúde e o acesso a todos os cidadãos, apesar da sua condição económica e social.

Mais tarde, em 1990, é publicada a Lei de Bases da Saúde (LBS) que define os princípios da política da saúde, nomeadamente o direito à proteção da saúde como o “direito de todas as pessoas gozarem do melhor estado de saúde físico, mental e social, pressupondo a criação e o desenvolvimento de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam níveis suficientes e saudáveis de vida, de trabalho e de lazer”.

A criação do SNS, possibilitou o aumento da esperança de vida saudável à nascença de homens e mulheres; a diminuição de casos de internamento por problemas

de saúde que atualmente se encontram integrados nos cuidados de saúde primários; a diminuição de casos de incapacidade permanente; a diminuição da percentagem de pessoas que consideram não ter as suas necessidades de saúde satisfeitas, bem como o aumento de pessoas que classificam a sua saúde como boa ou muito boa.

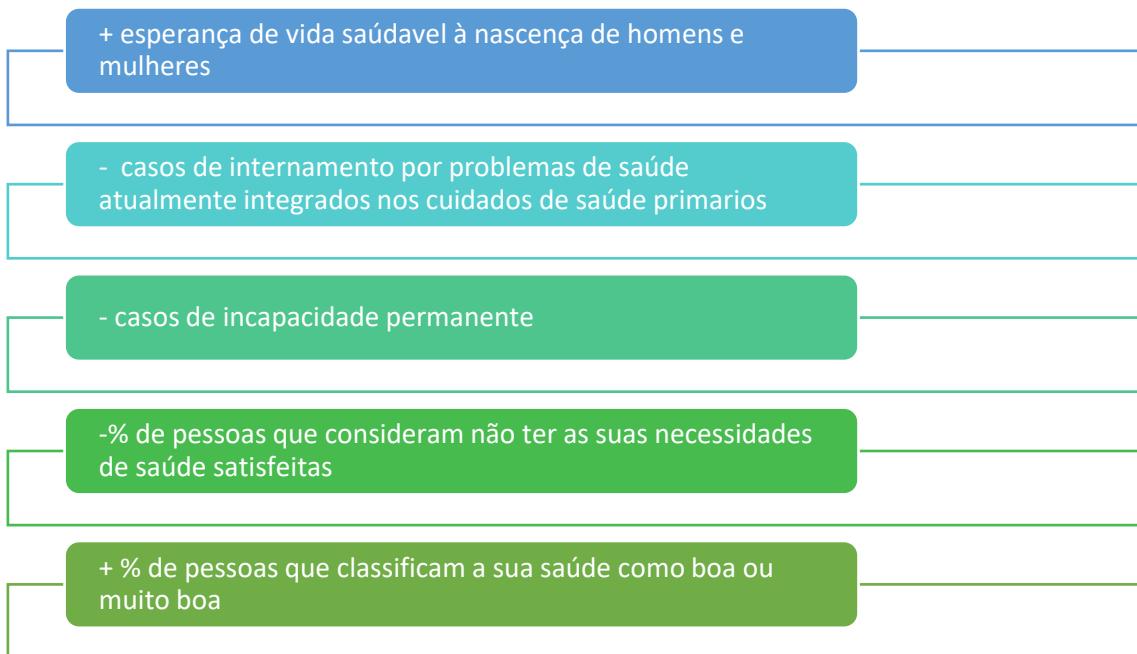


Figura 2 | Melhorias Potenciadas pela Criação do SNS em Portugal

Em 2019, dez anos após a criação da LBS, através da Lei n.º 59/2019, o SNS vê aprovado o seu novo estatuto que *“assume o propósito de clarificar o papel e a relação entre os vários atores do sistema de saúde, reafirmando a sua centralidade”*.

A intervenção das autarquias no SNS realiza-se através do acompanhamento aos sistemas locais de saúde, em especial nos cuidados de proximidade e nos cuidados na comunidade, no planeamento da rede de estabelecimentos prestadores e na participação nos órgãos consultivos e de avaliação do sistema de saúde (n.º 2, base 8 da Lei das Bases da Saúde). O papel de proximidade com os órgãos de gestão local pode ser uma potencialidade, dado que permitem o acesso a conhecimento mais efetivo sobre os determinantes em saúde no seu território, de fatores que representam maior ou menor impacto na sustentabilidade do SNS, bem como na capacidade de os municípios se poderem assumir como promotores da sua condição de saúde, em virtude da influência que esses mesmos fatores acarretam para a saúde individual e coletiva (George, 2004).

A atuação dos sistemas locais de saúde sob os determinantes da saúde (ambientais, biológicos, comportamentais, relacionados com o sistema de saúde e prestação de cuidados de saúde e demográficos-sociais e económicos), nomeadamente através dos cuidados de saúde primários, dos cuidados de saúde hospitalares e da rede de prestadores do setor privado com os quais o Estado contratualiza serviços de saúde, poderão contribuir para uma maior robustez das respostas comunitárias que os determinantes indicam.

No que respeita ao concelho de Seia, cuja atuação do SNS é coordenada pela Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), encontram-se abaixo descritas as infraestruturas que dão resposta no âmbito da saúde (Unidade Local de Saúde da Guarda-Cuidados de Saúde Hospitalares, Cuidados de Saúde Primários e Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados) realizando-se um breve retrato da capacidade de resposta das mesmas às necessidades da população, bem como a análise dos indicadores de saúde (índice de dependência, taxa de natalidade, mortalidade infantil e fecundidade, partos, interrupções voluntárias da gravidez, mortalidade geral, saúde mental) (DGS,2024).

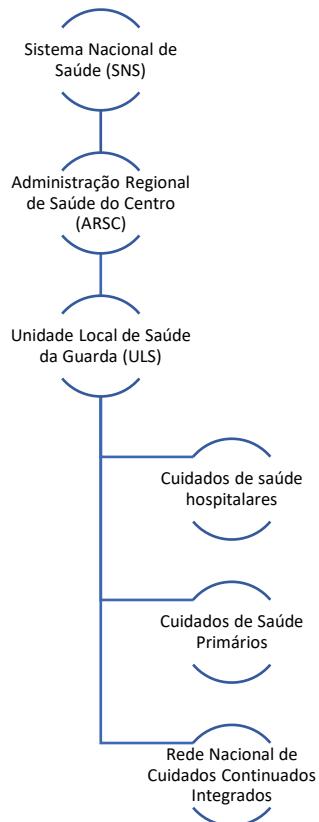


Figura 3 | Organograma do Serviço de Saúde

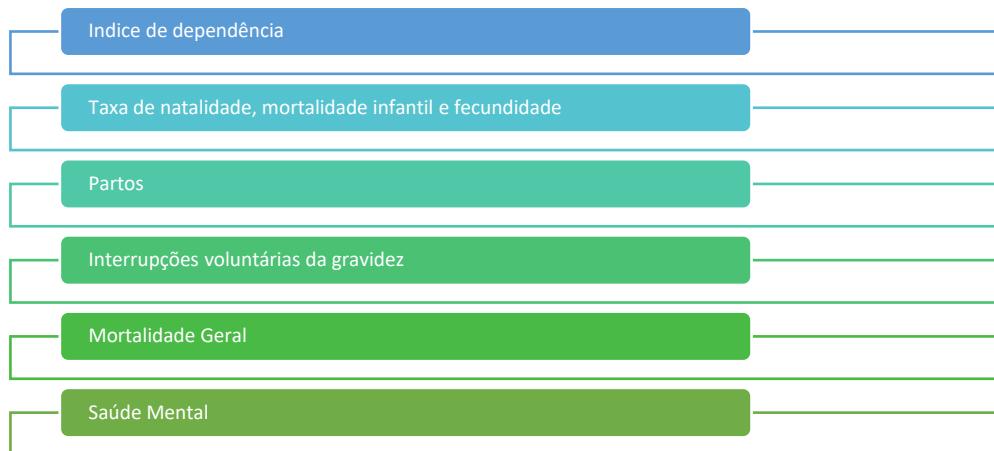


Figura 4 | Indicadores de Saúde da População

Cuidados de Saúde Hospitalares

Os Cuidados de Saúde Hospitalares (CSH) são prestados a pessoas referenciadas pelas equipas de saúde familiar ou que, por iniciativa própria, procuram os serviços de urgência (Ministério da Saúde, Grupo Técnico para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Primários, 2012). Assim, os cidadãos reconhecem aos CSH uma maior capacidade de resposta, ou seja, os utentes do SNS assumem que os CSH dispõem de meios mais adequados para a realização de exames e tratamentos especializados.

Importa respeitar a diferenciação de tipologias de cuidados de saúde, compreendendo e respeitando as missões, preocupações e práticas, estruturas organizacionais e funcionais de cada uma delas. Embora distintas, são complementares e é fundamental que cada setor possa assumir o papel social que lhe é pedido na assistência, na proteção e na promoção de saúde (Ministério da Saúde, Grupo Técnico para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Primários, 2012).

A Unidade Local de Saúde da Guarda, foi criada em 01/10/2008, através do Decreto-Lei nº 183/2008, de 4 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 12/2009, de 12 de janeiro, sob a forma de Entidade Pública Empresarial, possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro e apresenta a seguinte constituição: os cuidados hospitalares são aplicados pelo Hospital Sousa Martins (Guarda), pelo Hospital Nossa Senhora da Assunção (Seia) e pelo Serviço de Urgência Básica de Vila Nova de Foz Côa.

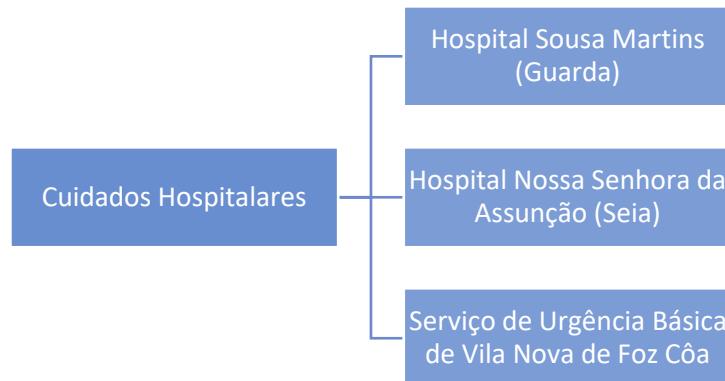


Figura 5 | Constituição dos Cuidados de Saúde Hospitalares da Unidade Local de Saúde da Guarda

Relativamente ao número de atendimentos em urgência nos Cuidados Hospitalares da ULS da Guarda, no triénio 2019-2021, bem como no ano de 2023, observou-se, no Serviço de Urgência Básica de Seia (SUB-Seia), uma redução entre 2019 e 2020 (menos 10413 atendimentos em urgência) e um aumento entre 2020 e 2021 (mais 1838 atendimentos em urgência). No que concerne ao ano de 2023, verifica-se um aumento considerável do número de atendimentos em urgência em relação ao ano de 2021 (mais 9546 atendimentos).

Inquérito por questionário aplicado à população:

78,34% das pessoas inquiridas consideram que para ter acesso a cuidados médicos necessitam de esperar muito tempo. Especial enfoque para as pessoas com idade superior a 55 anos, onde 93,33% das mesmas assinalam esta problemática.

Quadro 26| Número de Atendimentos Realizados entre 2019 e 2022 na Unidade de Cuidados Hospitalares

Tipo de Urgência	Atendimentos Urgência				
	2019	2020	2021	2022	2023
Geral	45 438	30 983	34 500	-	-
SUB Seia	24 515	14 102	15 940	-	25 486

Fonte | ULS Guarda, 2024

No que respeita às especialidades, é possível observar que, em 2023, no concelho de Seia, foram realizadas mais consultas ao nível da medicina interna, seguido da urologia, da cirurgia geral e da psiquiatria; menos ao nível da psicologia clínica e da nutrição; e nenhuma ao nível da ortopedia e neurologia (Quadro 27).

Quadro 27 | Especialidades e Consultas Médicas na SUB Seia, 2023

Especialidade	Consultas médicas	
	2023	Total
Cirurgia Geral	1167	
Dermatologia	530	
Urologia	1711	
Cardiologia	443	
Medicina Interna	2815	
Ortopedia	0	
Pneumonologia	670	
Reumatologia	601	
Unidade da Dor	671	
Ginecologia	469	
Obstetrícia	161	
Pediatria	668	
Psiquiatria	941	
Neurologia	0	
Anestesiologia	267	
Medicina Física e Reabilitação	239	
Cuidados Paliativos	609	
Saúde Ocupacional	131	
Nutrição	31	
Psicologia Clínica	20	

Fonte | ULS Guarda, 2024

Segundo dados provenientes do Hospital Nossa Senhora da Assunção, no Quadro 28 são apresentadas as especialidades sem movimento nos últimos dois anos, nomeadamente a ortopedia, ortopedia/adicional, fisioterapia, consulta de exames admissão, medicina no trabalho, consulta de acidente de trabalho, consulta de crise, psiquiatria DMC e psiquiatria ligação.

Quadro 28| Especialidades Sem Movimento nos Últimos Dois Anos, no HNSA.

Especialidades
HNSA - Ortopedia
HNSA - Ortopedia/Adicional
HNSA - Fisiatria
HNSA - Cons. Exames Admissão
HNSA - Medicina do Trabalho
HNSA - Acidente Trabalho
HNSA - Consulta de Crise
HNSA - Psiquiatria DMC
HNSA - Psiquiatria/Ligaçāo

Fonte| ULS Guarda, 2024

No que respeita ao número de camas, o Hospital da Nossa Senhora da Assunção disponha, em 2023, de 73 camas, sendo que o serviço detentor do maior número de camas era o Serviço de Medicina (Internamento), com 25 camas disponíveis.

Quadro 29| Número de Camas, por Serviço, no HNSA

Serviço	Nº Camas
	31/12/2023
Serviço de Medicina (Internamento)	25
Unidade Convalescença	16
Unidade Cuidados Paliativos	11
Urgência Básica Seia	8
Cirurgia Ambulatório (Recobro 1)	4
Cirurgia Ambulatório (Recobro 2,3)	9
Total Geral	73

Fonte| ULS Guarda, 2024

Inquérito por questionário aplicado à população:

Mais de 50 % das pessoas acima dos 65 anos consideraram a centralização dos cuidados de saúde um problema.

50% das pessoas com idades entre os 19 e os 24 anos consideraram o mesmo.

O número de recursos humanos, em 2023, no Hospital da Nossa Senhora da Assunção, era de 220 e distribuídos pelos seguintes serviços: unidade de convalescença, unidade de cuidados paliativos, serviço de medicina (internamento), urgência básica Seia, cirurgia geral, medicina interna, cirurgia ambulatório, patologia clínica, radiologia,

técnicas terapêuticas, atos diagnósticos, psicologia, serviço social, serviços farmacêuticos, serviços alimentar dietético, oficinas, central telefónica, serviço de viaturas, adjuntos direção enfermagem, serviços financeiros, serviços de a provisão, gestão de pessoal, serviço de informática, gestão de utentes (Quadro 30).

Quadro 30| Recursos Humanos, por Serviço, HNSA

Serviços	N.º RH a 31/12/2023
Unidade Convalescença	23
Unidade Cuidados Paliativos	22
Serviço de Medicina (Internamento)	43
Urgência Básica Seia	30
Cirurgia Geral	3
Medicina Interna	5
Cirurgia de Ambulatório	16
Patologia Clínica	5
Radiologia	11
Técnicas terapêuticas	16
Actos Diagnósticos	3
Psicologia	1
Serviço Social	1
Serviços Farmacêuticos	7
Serviço Alim. Dietético	1
Oficinas	2
Central telefónica	1
Serviço de Viaturas	2
Adjuntos Direção Enfermagem	1
Serviços Financeiros	1
Serviço de Aprovisionamento	2
Gestão de Pessoal	1
Serviço de Informática	2
Gestão de Utentes	21
Total Geral	220

Fonte| ULS Guarda, 2024

Cuidados de Saúde Primários

Do ponto de vista funcional, os Cuidados de Saúde Primários (CSP) instalados no concelho de Seia também se encontram sob supervisão da Unidade Local de Saúde da Guarda (ULS), E.P.E. Esta tipologia de serviço tem como missão proporcionar o acesso da população a cuidados de saúde, de uma forma multidisciplinar e interligada com os restantes serviços do SNS, baseando-se na prestação de serviços de proximidade, ou seja, de primeira linha.

Na Unidade Local de Saúde da Guarda, em 2024, no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários, observam-se:

- 13 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP): Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa;
- 3 Unidades de Saúde Familiar (USF): A Ribeirinha (Guarda), Carolina Beatriz Ângelo (Guarda), Mimar Mêda (Mêda);
- 8 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC): Almeida, Gouveia, Guarda, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso;
- 9 Serviços de Atendimento Complementar (SAC): Almeida, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso;
- 1 Serviço de Atendimento Permanente (SAP): Figueira de Castelo Rodrigo;
- 1 Unidade de Saúde Pública (Guarda).

A UCSP de Seia, vocacionada para a saúde familiar é composta pela sede e 8 polos, nomeadamente Seia, São Romão, Loriga, Paranhos da Beira, Pinhanços, Vide, Sandomil, Torroselo, Tourais. (Figura 6).

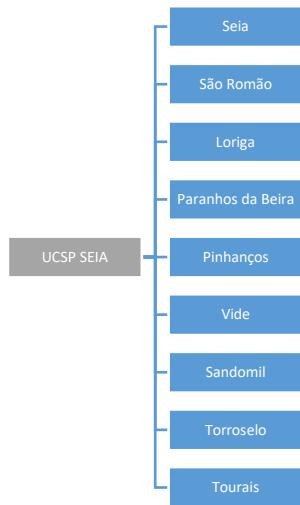


Figura 6 | Constituição da Unidade de Cuidados de Saúde Primários do Concelho de Seia

Segundo dados facultados pela ULS da Guarda, em todos os polos da USCP de Seia, em maio de 2024, estavam inscritas mais mulheres do que homens, à exceção de Girabolhos, Loriga e Vila Cova à Coelheira, como se pode observar no Gráfico 63.

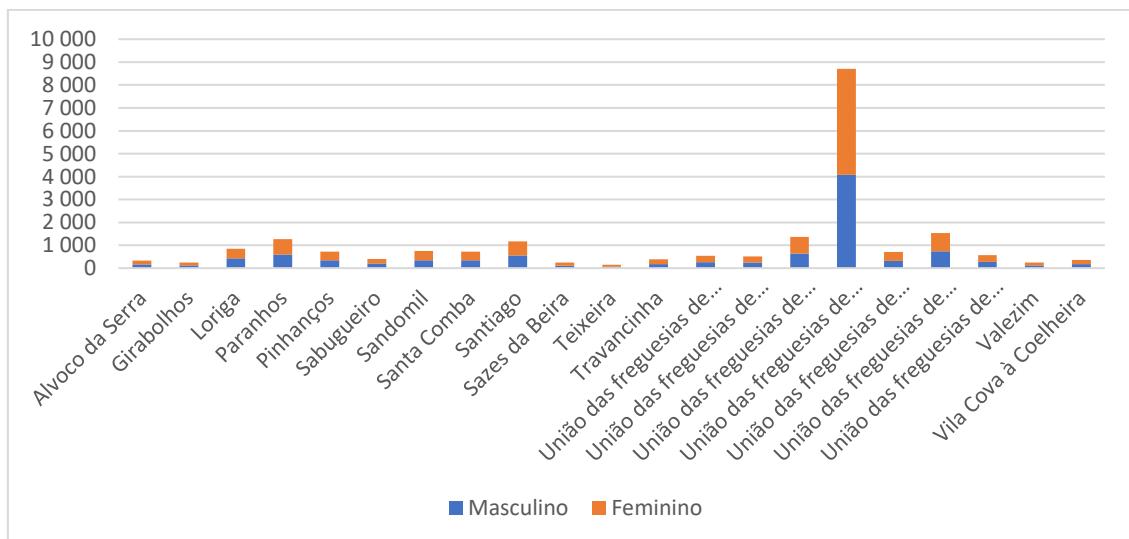


Gráfico 63 | Distribuição de Utentes Inscritos na USCP de Seia, por Polos e por Sexo, Maio de 2024
Fonte | ULS Guarda

Quanto à distribuição dos utentes inscritos na USCP de Seia, por polos e faixa etária, em maio de 2024, constata-se que a maioria se encontrava na faixa etária dos 15 aos 64 anos, variando entre o mínimo de 62 pessoas (Junta de Freguesia, adiante designada de J.F., da Teixeira) e o máximo de 5265 (U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros). Na faixa etária inferior aos 15 anos, o número de utentes inscritos variava

entre o mínimo de 6 (J.F. Alvoco da Serra e J.F. Teixeira) e o máximo de 973 (U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros). Finalmente, na faixa etária com 65 ou mais anos, o número mínimo apresentado era de 76 (J.F. Teixeira) e máximo era de 2468 (U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros) (Gráfico 64 e Figura 7).

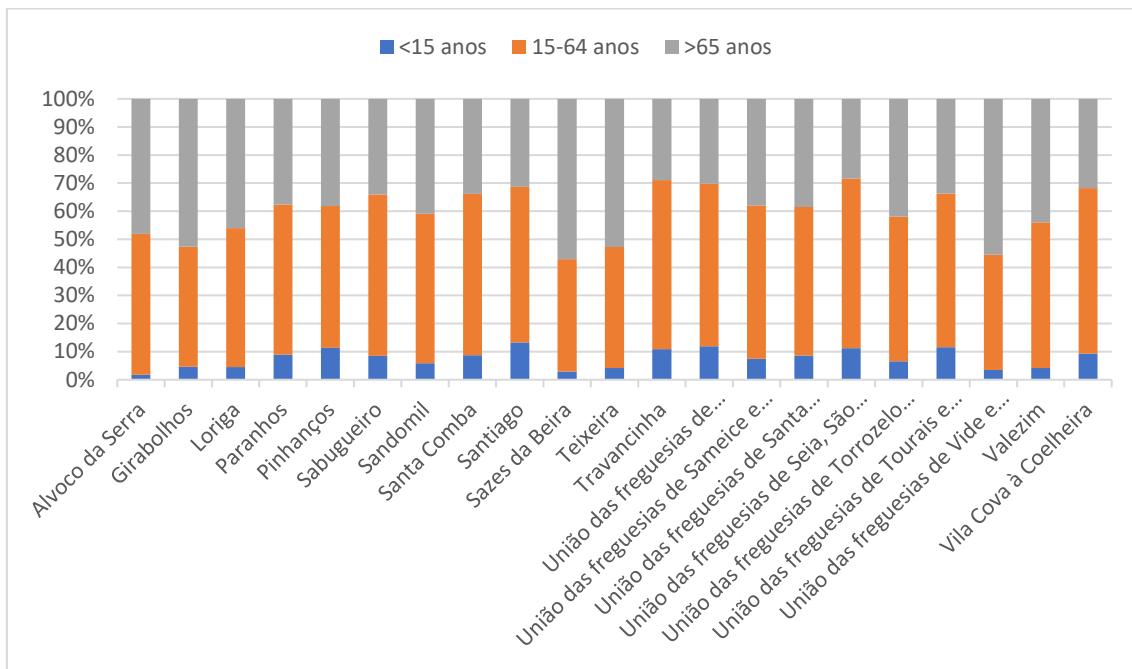


Gráfico 64 | Distribuição de Utentes Inscritos na USCP de Seia, por Polos e Faixa Etária, Maio de 2024

Fonte | ULS Guarda

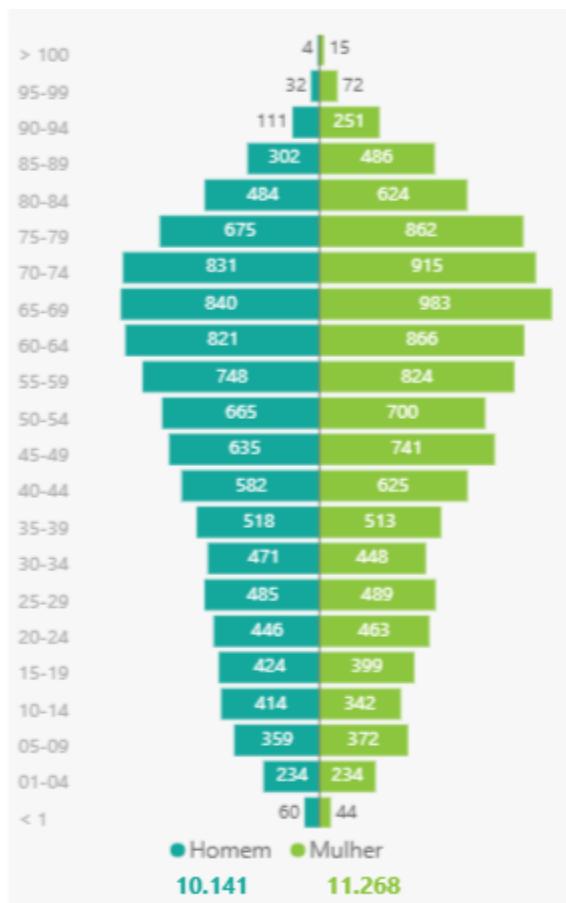


Figura 7 | Pirâmide Etária dos Utentes Inscritos na UCSP de Seia

Fonte | BI-CSP (acedido em maio de 2024)

No Quadro 31 é possível verificar que o número de utentes abrangidos pelas UCSP, por freguesia, à data de maio de 2024, totaliza os 20 719 e que a U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros era a que totalizava mais utentes abrangidos (8430) e a freguesia de Teixeira a que totalizava menos (117).

Quadro 31 | Número de Utentes Abrangidos pelas UCSP, por Freguesia, Maio de 2024

Freguesia	Utentes Abrangidos
Alvoco da Serra	348
Girabolhos	259
Loriga	788
Paranhos	1258
Pinhanços	675

Sabugueiro	358
Sandomil	679
Santa Comba	690
Santiago	1169
Sazes da Beira	206
Teixeira	117
Travancinha	251
U.F. de Carragozela e Várzea de Meruge	543
U.F. de Sameice e Santa Eulália	474
U.F. de Santa Marinha e São Martinho	1321
U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	8430
U.F. de Torrozelo e Folhadosa	611
U.F. de Tourais e Lajes	1522
U.F. de Vide e Cabeça	449
Valezim	259
Vila Cova à Coelheira	312

Fonte| BI-CSP (acedido em maio de 2024)

Analizando a população inscrita na USCP de Seia, à data de maio de 2024, é possível verificar que a maioria era do sexo feminino e que a faixa etária com mais inscritos era a dos 7 aos 64 anos (Quadro 32).

Quadro 32| População Inscrita na USCP de Seia, por Sexo e Faixa Etária, Maio de 2024

Grupo Etário	Masculino	Feminino	Total
≤6 Anos	432	418	850
07-64 Anos	6 430	6 642	13 072
65-74 Anos	1 671	1 898	3 569
≥75 Anos	1 608	2 310	3 918
Total	10 141	11 268	

Fonte| SNS-BI-CSP: consultado em maio de 2024

Segundo dados do INE, em 2024, do total de pessoas inscritas na USCP de Seia, verifica-se que 17 855 (83,40%) tinha médico de família atribuído e 3 552 (16,59%) não tinha. Regista-se, ainda, a existência dois utentes (0.01%) sem médico de família por opção.

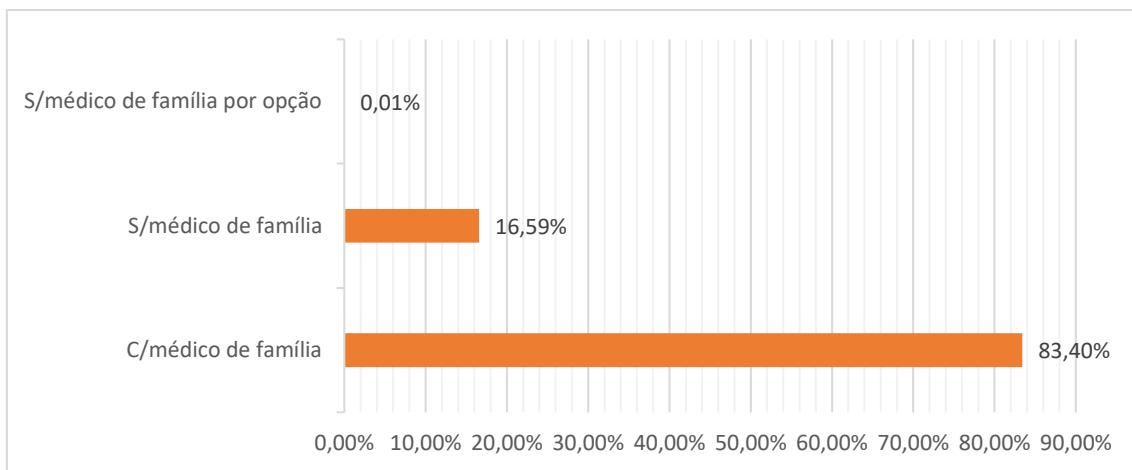


Gráfico 65 | Proporção de Pessoas Inscritas na USCP Seia, Segundo a Atribuição de Médico de Família
 Fonte| INE

Relativamente aos recursos humanos, o Centro de Saúde de Seia conta, em 2024, com 63 profissionais distribuídos por diversos serviços (Quadro 33).

Quadro 33 | Distribuição dos recursos humanos no Centro de Saúde de Seia

	Serviços	N.º de Profissionais
UCSP Seia		54
UCC Seia		6
USP		2
Serviço de Viaturas		1
Total Geral		63

Fonte| ULS Guarda, 2024

No concelho de Seia, designadamente ao nível da distribuição dos profissionais de saúde, em 2024, verifica-se um rácio de 3 médicos por cada 1.000 habitantes, estando os valores apresentados abaixo da média da CIMBSE (4,3), bem como da média nacional (5,8). No que diz respeito ao número de enfermeiros por cada 1000 habitantes, este município encontra-se em terceiro lugar na CIMBSE, com um rácio de 7,2 e ligeiramente abaixo da média nacional (7,8). Relativamente ao número de farmácias e postos farmacêuticos (estáticos ou móveis), o concelho de Seia apresenta um rácio de 0,5, encontrando-se duas décimas acima da média nacional (0,3) (Quadro 34).

Inquérito por questionário aplicado à população:

81,91% das pessoas inquiridas consideram a insuficiência de médicos de família como uma problemática.

Quadro 34 | Número de Médicos/as, Enfermeiros/as e Farmácias e/ou Postos Móveis, por cada 1000 Habitantes

Local de Residência	Enfermeiros por 1 000 habitantes	Médicos/as por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes
Portugal	7,8	5,8	0,3
Beiras e Serra da Estrela	9,1	4,3	0,5
Almeida	6,0	3,3	0,4
Belmonte	4,7	2,1	0,3
Celorico da Beira	2,6	0,9	0,6
Covilhã	12,3	6,0	0,5
Figueira de Castelo Rodrigo	5,5	2,8	0,6
Fornos de Algodres	3,9	3,4	0,5
Fundão	3,5	2,9	0,4
Gouveia	4,2	2,2	0,6
Guarda	18,7	8,0	0,3
Manteigas	6,6	2,4	0,7
Mêda	5,1	1,8	0,2
Pinhel	6,4	2,7	0,6
Sabugal	3,4	1,3	0,8
Seia	7,2	3,0	0,5
Trancoso	4,5	2,7	0,7

Fonte| INE (2024)

De salientar que, para além das consultas de Medicina Geral e Familiar existe um conjunto de respostas desenvolvidas nos Cuidados de Saúde Primários, destinadas a diversos grupos da população, tendo como missão a promoção da saúde e a adoção de estilos de vida saudáveis. Posto isto, podemos referir que a UCSP tem à disposição:

- Consulta de Saúde do Adulto;
- Consultas ao Domicílio;
- Consultas integradas nos Programas Nacionais de Saúde:
 - Diabetes;
 - Doenças Cardiovasculares (e.g. Hipertensão Arterial);
 - Saúde da Mulher (Planeamento Familiar, Saúde Materna, Rastreio do Cancro do Colo do Útero);

➤ Saúde Infantil e Juvenil;

- Consulta de recurso (utentes que não têm médico atribuído ou para situações em que o respetivo médico de família se encontre ausente);
- Consultas de enfermagem;
- Vacinação;
- Tratamentos e Injetáveis;
- Cuidados de Enfermagem ao Domicílio a utentes dependentes.

De referir que, os Cuidados de Saúde Primários foram reorganizados por Unidades Funcionais com o objetivo de que estas unidades constituam um todo numa articulação harmoniosa. Posto isto, o Centro de Saúde de Seia passou a contemplar uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), que tem como desafio permanente a missão de contribuir para a melhoria do estado da população da sua área de intervenção. Esta equipa é constituída por 6 enfermeiros de várias especialidades (médico-cirúrgica, reabilitação e saúde infantil e pediátrica), sendo que 5 deles se encontram a tempo completo; 1 nutricionista a tempo parcial, bem como 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 médica de saúde pública e 3 médicos de medicina geral e familiar.

No que respeita aos indicadores de saúde na população, importa salientar que nos últimos anos se tem verificado uma melhoria em alguns desses indicadores na população infantil (a nível das doenças infeciosas e nutricionais). No entanto, ao mesmo tempo que se verificam alterações positivas a nível da saúde, também emergem novos problemas de saúde (devido a comportamentos e hábitos adquiridos durante a infância e adolescência, bem como a fatores ambientais). Desta forma, a família e a escola desempenham um papel crucial no processo de aquisição e posterior manutenção de hábitos de vida, sejam eles positivos ou prejudiciais para a saúde do individuo.

Apesar da intervenção da medicina familiar dirigida a crianças e a jovens ser de extrema importância para a deteção, prevenção e tratamento, pode não ser suficiente com vista à promoção e à educação para a saúde. Neste sentido, é necessário trabalhar a e com a comunidade. A escola é um setor chave que pode complementar a prestação de cuidados personalizados. Assim, surge o Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE), com o objetivo geral de contribuir para mais saúde, mais educação, mais equidade e

maior participação e responsabilização de todos/as com o bem-estar e a qualidade de vida de crianças e jovens.

Este programa, revisto em 2015, Despacho nº 7/2015, de 20 de julho, publicado através do despacho (extrato) n.º 8815/2015 no Diário da República, 2.ª série, nº 154, 10 de agosto de 2015, tem como finalidade promover estilos de vida saudáveis e aumentar a literacia para a saúde na comunidade educativa; melhorar a qualidade do ambiente escolar e diminuir os riscos para a saúde; promover saúde, prevenir doença da comunidade educativa e diminuir o impacto dos problemas de saúde no desempenho escolar dos alunos e, por fim, estabelecer parcerias para a qualificação profissional, investigação e inovação em promoção e educação para a saúde em meio escolar.

Objetivos

Promover estilos de vida saudáveis e + a literacia para a saúde na comunidade educativa

Melhorar qualidade do ambiente escolar e - riscos para a saúde

Promover saúde, prevenir doença da comunidade educativa e - impacto dos problemas de saúde no desempenho escolar dos alunos

Estabelecer parcerias para a qualificação profissional, investigação e inovação em promoção e educação para a saúde em meio escolar

A UCC de Seia, em articulação com a USP, abrange todas as escolas do concelho, desde o ensino pré-escolar, ao ensino básico e secundário.

Ensino Pré-Escolar

Ensino Básico

Ensino Secundário

A UCC de Seia pretende continuar a desenvolver a sua intervenção para responder de forma eficaz aos objetivos propostos pelo PNSE³⁴ com vista ao aumento dos ganhos em saúde.

³⁴ Apesar da gestão do PNSE estar atribuída à USP, a sua operacionalização deve ser feita através de equipas multidisciplinares, incluindo os profissionais da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social

2024-2026

Para além do PNSE, a UCC apresenta, em maio de 2024, os seguintes serviços: gestão de saúde, gestão da doença crónica e outros serviços de carteira básica (Quadro 35).

Quadro 35 | Serviços Disponibilizados pela UCC de Seia

Serviços- UCC Seia

Serviços- UCC Seia	
Gestão de Saúde	Criança e Adolescência
	Saúde Reprodutiva
	Saúde do Adulto e do Idoso
	Saúde Escolar
	Outros Programas de Gestão de Saúde
Gestão da Doença Crónica	Cuidados Continuados Integrados
	Reabilitação e Fisioterapia
	Saúde Mental
	Abordagem Paliativa
	Gestão de outras Doenças Crónicas
Outros Serviços de Carteira Básica	Participação na equipa Local de Intervenção Precoce
	Apoio a Crianças e Jovens em Risco
	Participação no Núcleo Local de Inserção Social
	Participação na Equipa de Prevenção da Violência em Adultos
	Participação na Rede Social Comunitária
	Colaboração com outras Unidades Funcionais

Fonte| Departamento de Cuidados de Saúde Primários (ULS Guarda, 2024).

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) surge em substituição da Rede Mais, pelo Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, e resulta de uma parceria entre o Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e do Ministério da Saúde. É constituída por unidades e equipas de cuidados continuados de saúde, e/ou apoio social, de cuidados e ações paliativas, com origem nos serviços

(UCSP), Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP). (Orientação nº 8/2010 da DGS).

comunitários de proximidade, abrangendo os hospitais, os centros de saúde, os serviços distritais e locais da Segurança Social, a Rede Solidária e as autarquias locais.

A RNCCI assumiu como sua prioridade a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência. O objetivo dos cuidados prestados centra-se na recuperação global da pessoa, de forma a promover a sua autonomia, ou seja, compreender os processos da reabilitação, da readaptação e da reintegração social e a provisão e manutenção de conforto e qualidade de vida, mesmo em situações irrecuperáveis.

A prestação de Cuidados Continuados Integrados (CCI) é assegurada por unidades de internamento, de ambulatório e por equipas hospitalares e domiciliárias (Quadro 36).

Quadro 36| Constituição da Unidade de Cuidados Continuados Integrados

Unidade de Internamento	Unidade de Ambulatório	Equipas Hospitalares	Equipas Domiciliárias
Unidade de Convalescença	Unidade de dia	Equipas de gestão de altas e intra-hospitalares de suporte em cuidados hospitalares	Equipas que prestam suporte em cuidados paliativos
Unidade de Média Duração e Reabilitação			
Unidade de Longa Duração e Manutenção Cuidados Paliativos	Promoção de autonomia	suporte em cuidados hospitalares	

Fonte| SNS, 2024

A Santa Casa da Misericórdia de Seia, que presta cuidados no concelho de Seia, apresenta como valências a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) e a Clínica de Medicina Física e de Reabilitação (CMFR).

A UCCI da Santa Casa da Misericórdia de Seia é uma unidade de serviços integrada na RNCCI, exercendo a sua atividade no contexto da tipologia de média duração e reabilitação. Presta cuidados clínicos, de reabilitação (fisioterapia, terapia da fala e terapia ocupacional) e apoio psicossocial por situação clínica decorrente de um processo agudo ou de descompensação patológico a pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável.

No que respeita à população a quem a UCCI da Santa Casa da Misericórdia de Seia presta serviço, a mesma é do sexo feminino e/ou masculino, não existindo limite de idade e estendendo a sua intervenção ao país. Relativamente às problemáticas existentes, estas

são, sobretudo, relativas a acidentes vasculares cerebrais, fraturas, traumatismos crânioencefálicos, doenças degenerativas, úlceras de pressão e quadros pós cirúrgicos.

Ao nível do tempo de espera, não é aplicável uma vez que não é esta unidade a gerir este parâmetro. Ao nível dos recursos humanos, a UCCI conta com 97 profissionais das mais várias áreas (Quadro 37).

Quadro 37 | Recursos Humanos da UCCI, 2024

Enfermeiros	15
Auxiliares de ação médica	17
Fisioterapeutas	4
Terapeuta da fala	1
Terapeuta ocupacional	1
Animador	1
Nutricionista	1
Psicólogo/Diretor técnico	1
Técnico de serviço social	1
Administrativos	2
Trabalhadores auxiliares	3
Trabalhadores de serviços gerais	5
Médicos (Prestadores de serviços)	7

Fonte | Santa Casa da Misericórdia de Seia, 2024

A CMFR tem a sua atividade clínica especializada na Medicina Física e Reabilitação, com tratamentos diários de fisioterapia, cujo atendimento se pretende o mais individualizado e diferenciador possível. São prestadas ainda outras especialidades médicas (Fisiatria, Medicina Desportiva, Medicina Geral e Familiar, Ortopedia, Pneumologia e Otorrinolaringologia), bem como outros serviços clínicos (Acupuntura, Psicologia Clínica, Testes Psicotécnicos, Osteopatia, Nutrição, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Pilates Clínico, Podologia, Massagem Terapêutica e Enfermagem). No que respeita à CMFR, ao nível da população alvo esta é igual à da UCCI, mas difere no tipo de problemática tratada (acidentes vasculares cerebrais, fraturas, doenças degenerativas, quadros pós-cirúrgicos, quadros de dor aguda e crónica [lomgalgias, tendinopatias e cervicalgias]), bem como no tempo de espera para ingresso (1 a 2

semanas). Ao nível dos recursos humanos, a CMFR conta com 20 profissionais (Quadro 38).

Quadro 38| Recursos Humanos da CMFR

Fisioterapeutas	3
Administrativo	1
Trabalhador de serviços gerais	1
Prestadores de serviços (médicos e terapeutas)	15

Fonte | Santa Casa da Misericórdia de Seia, 2024

Indicadores de Saúde

Índice de Dependência

Relativamente ao Índice de Dependência³⁵, a população do concelho de Seia apresentava, em maio de 2024, um valor de 80,47%, sendo que 17,36% eram jovens e 63,11% idosos. Quando comparados com os dados da última análise, em 2021, é possível concluir que este índice aumentou quer na população mais jovem, quer na população mais idosa (Quadro 39).

Quadro 39| Índice de Dependência no Concelho de Seia, Maio de 2024

Ano	Utentes Abrangidos	Jovens	Idosos
2021	22506	16,89%	56,96%
2024	21 409	17,36%	63,11%

Fonte | INE e RNU (acedido a maio de 2024).

³⁵ Índice de dependência: relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Taxa de natalidade, mortalidade e fecundidade

As taxas de natalidade³⁶, mortalidade³⁷ e fecundidade³⁸ são indicadores demográficos relacionados com a saúde da população.

No concelho de Seia é possível observar que a taxa de fecundidade geral aumentou (0,26%), bem como a taxa de mortalidade (4,6%). Relativamente à taxa de natalidade observou-se uma diminuição de 0,3%.

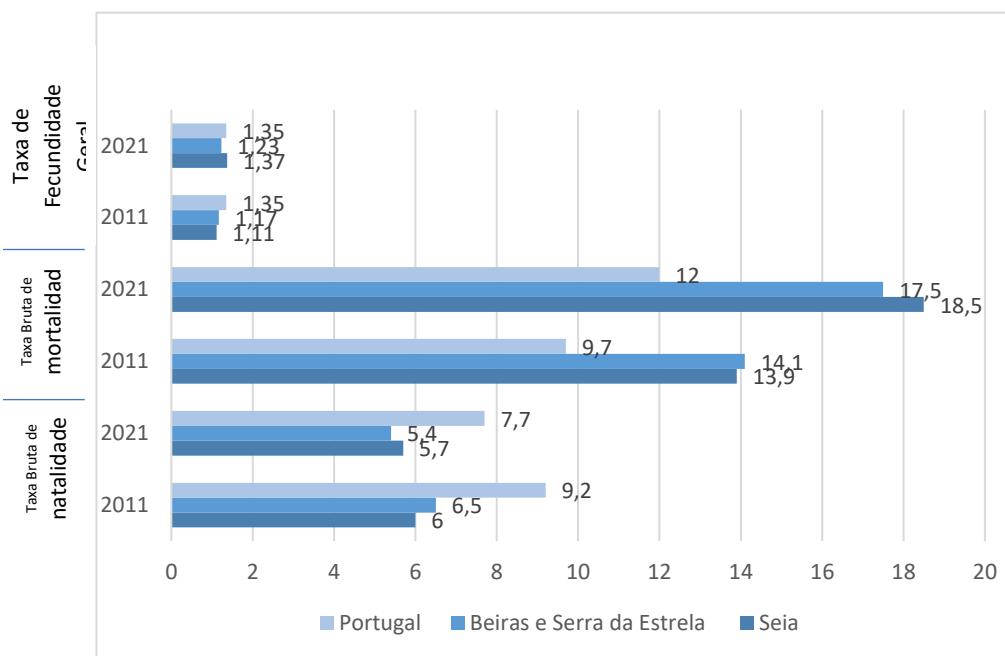


Gráfico 66 | Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade, Fecundidade e Natalidade, 2011-2021
Fonte| INE

Através do Gráfico 66 é ainda possível destacar o facto de, no ano de 2021, a taxa de natalidade no concelho de Seia (5,7%) ter sido inferior à média nacional (7,7%), mas ligeiramente superior à registada na sub-região das Beiras e Serra da Estrela (5,4%). No que diz respeito à taxa de fecundidade, verifica-se que, no concelho de Seia (1,37%) esta

³⁶ Taxa de Natalidade é o número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) habitantes);

³⁷ Taxa de Mortalidade: número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes);

³⁸ Taxa de Fecundidade: Número de nados vivos observados durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período.

foi ligeiramente superior quer à média nacional (1,35%), quer à média observada na CIMBSE, tal como a taxa de mortalidade (18,5%) que apresentou valores consideravelmente mais elevados que a média nacional (12%) e 1 ponto percentual acima da média da Região em que o concelho se insere.

Assim, de acordo com os últimos dados disponíveis, em 2021, no concelho de Seia nasceram em média, aproximadamente, 6 crianças por mil habitantes e registaram-se cerca de 19 óbitos por cada mil habitantes.

Relativamente à taxa de mortalidade infantil³⁹, esta está relacionada com a evolução dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem num maior cuidado com a higiene e com a alimentação, bem como com o maior acesso à informação por parte das famílias (Direção Geral da Saúde - Comunidade sobre Mortalidade Infantil, 2019).

No que diz respeito à taxa de mortalidade infantil, o concelho de Seia apresentava, em 2021, e segundo dados do INE, uma taxa de 1,6%, valor abaixo dos observados quer na CIMBSE (2,1%) quer no país (2,7%). Relativamente à taxa de mortalidade neonatal⁴⁰, esta era de 1,6%, valor superior à CIMBSE (1,2%), mas inferior ao observado no panorama nacional (1,9%). Por último, a taxa de mortalidade perinatal⁴¹, a mesma foi 0% em todos os concelhos da CIMBSE, bem abaixo da média registada a nível nacional (3,5%) (Gráfico 67).

³⁹Taxa de mortalidade infantil: Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10³) nados vivos);

⁴⁰Taxa de mortalidade neonatal: Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 (10³) nados vivos);

⁴¹Taxa de mortalidade perinatal: Número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade por 1000 (10³) nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

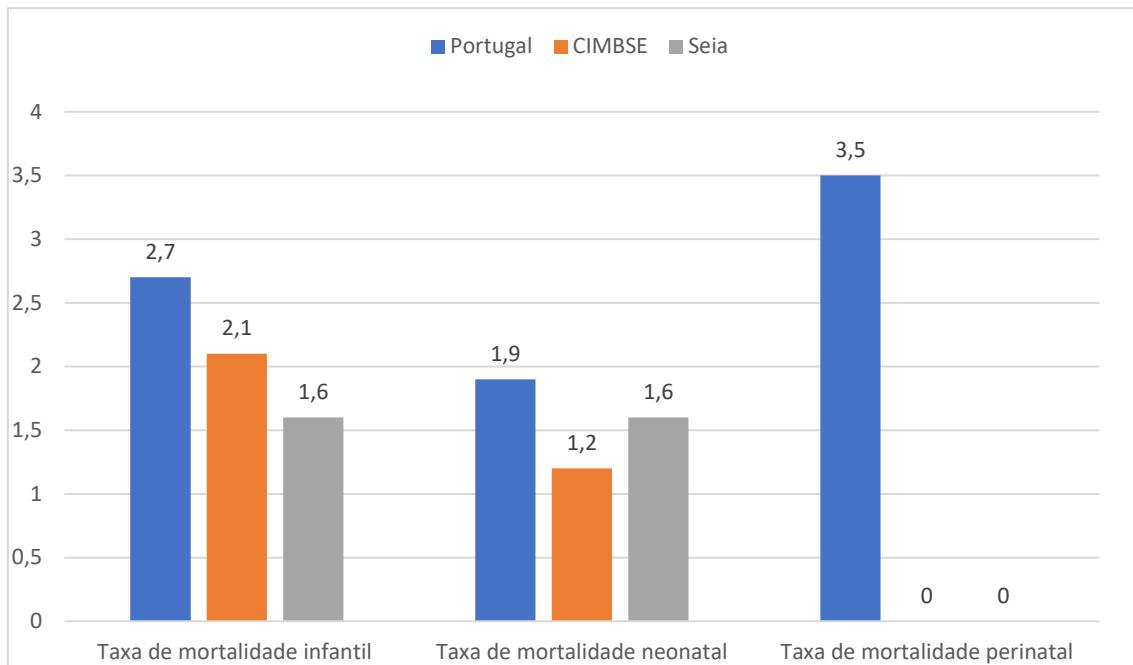


Gráfico 67 | Taxa de Mortalidade Infantil, Neonatal e Perinatal, 2021

Fonte| INE

Partos

Entre 2011 e 2022, registou-se um decrescimento no número de partos, sendo que, a nível nacional, ocorreram menos 13098. Na sub-região das Beiras e Serra da Estrela verificaram-se, entre 2011 e 2022, menos 281 partos e no distrito da Guarda foram efetuados menos 671, sendo que na Unidade Hospitalar de Seia não ocorreu nenhum (Quadro 40).

Quadro 40| Número de Partos Realizados, 2011-2022

Território	Partos	
	2011	2022
Portugal	77623	Pro. 64525
Região Beiras e Serra da Estrela	1281	Pro. 1000
Distrito da Guarda	1156	485
Seia	0	Pro 0

Fonte| INE, 2024

Interrupções Voluntárias da Gravidez (IVG)

Relativamente ao número de Interrupções Voluntárias da Gravidez (IVG), entre 2008 e 2016, podemos observar que estas diminuíram a nível nacional (menos 2648), a nível da CIMBSE (menos 165) e a nível concelhio (menos 7) (Quadro 41).

Quadro 41 Número de Interrupções Voluntárias da Gravidez, 2008-2016

Território	IVG	
	2008	2016
Portugal	18.607	15.959
Região Beiras e Serra da Estrela	243	78
Distrito da Guarda	59	33
Seia	18	11

Fonte| INE, 2024

Nota: Pro - Probabilidade

Mortalidade Geral

No que concerne à taxa de mortalidade, verificou-se um aumento, entre 2011 e 2021, a nível nacional e regional e ainda ao nível do concelho de Seia, sendo que neste último esse aumento foi mais exponencial (4,6%) (Gráfico 68).

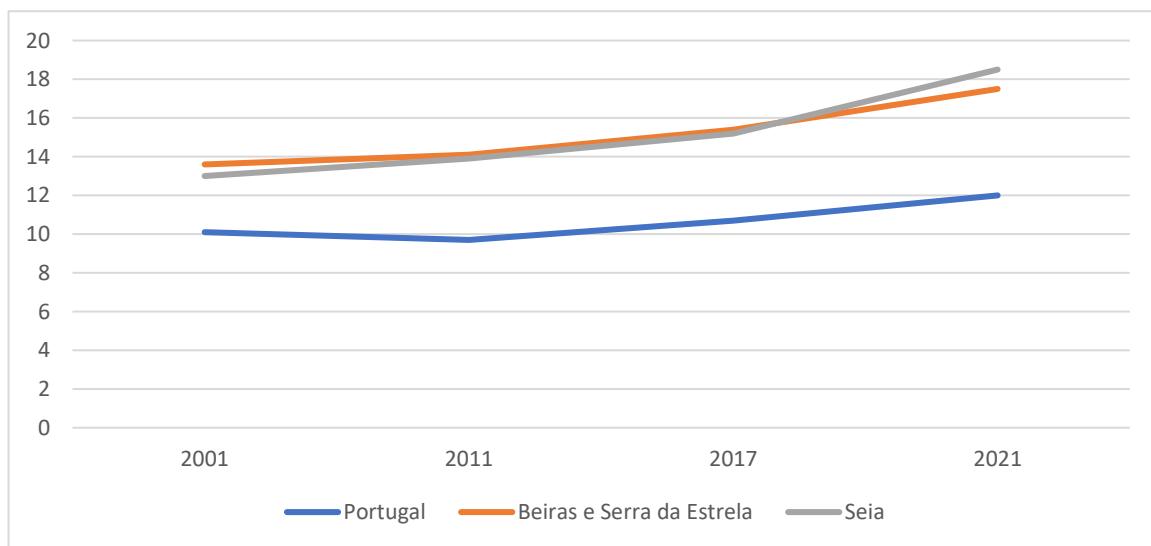


Gráfico 68| Evolução da Taxa de Mortalidade, 2001-2021

Fonte| PORDATA

No que diz respeito às principais causas de morte no concelho de Seia, entre 2019 e 2022, estas deviam-se maioritariamente a doenças do aparelho circulatório, seguido dos tumores malignos e a doenças do aparelho respiratório (Gráfico 69).

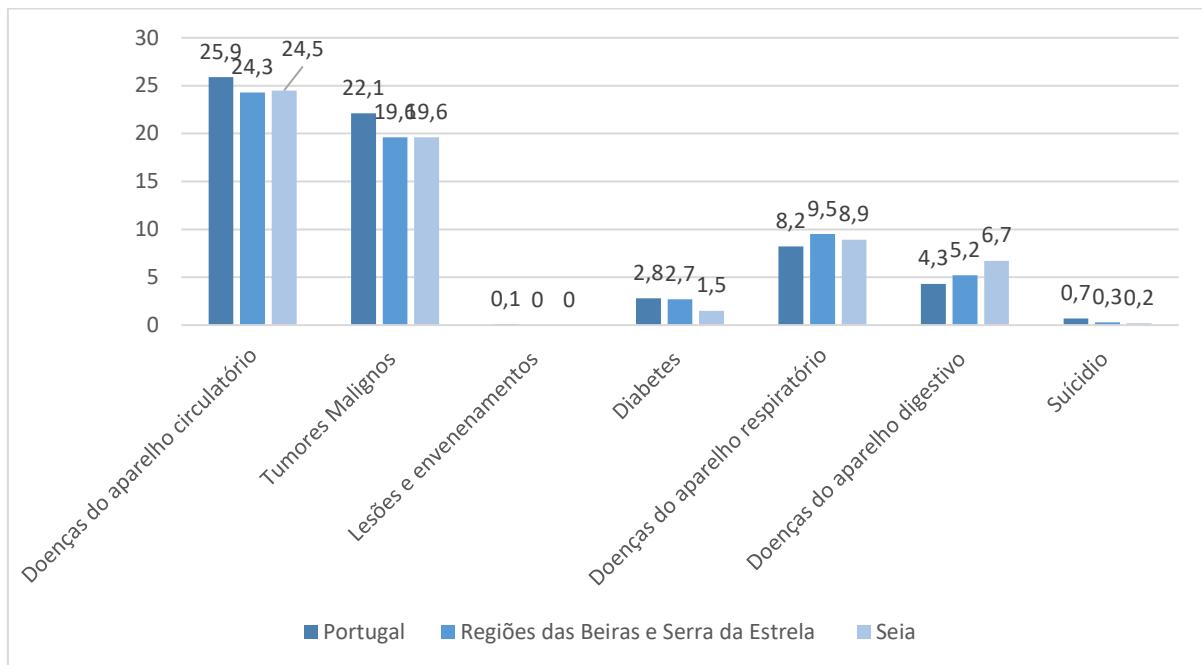


Gráfico 69 | Percentagem de Óbitos, por Causa de Morte, 2019-2022

Fonte| PORDATA

Na Figura 10, encontram-se descritas as Taxas de Mortalidade Padronizadas⁴² (TMP), por causa de morte, com valores significativamente superiores observados na ULS Guarda quando comparados com a ARSC e o Continente nos triénios 15-17/16-18/17-19.

⁴² Taxa que resulta da aplicação das taxas brutas de mortalidade por idades, a uma população padrão cuja composição etária é fixa e se distribui pelos mesmos grupos etários das taxas brutas de mortalidade (expressa em número de óbitos por 100 000 habitantes). Cálculo com base na população padrão europeia (IARC, Lyon 1976) definida pela Organização Mundial de Saúde.

Grandes grupos de causas de morte	Continente			ARS Centro			ULS Guarda		
	15-17	16-18	17-19	15-17	16-18	17-19	15-17	16-18	17-19
Todas as causas de morte	329,9	328,2	324,3	319,9	316,9	313,4	340,5	336,1	333,4
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	8,0	7,6	7,1	6,3	5,7	5,3	5,7	4,5	4,2
Tuberculose	0,8	0,8	0,8	0,6	0,5	0,6	0,4	0,2	0,0
VIH/sida	3,2	3,0	2,7	1,6	1,5	1,4	1,0	1,0	0,5
Tumores malignos	137,6	136,9	136,3	128,0	127,0	127,8	131,0	125,5	126,3
Tumor maligno do lâbio, cavidade bucal e faringe	5,8	6,0	5,9	5,4	6,0	6,1	5,1	7,1	6,4
Tumor maligno do esófago	3,7	3,8	3,8	3,7	3,3	3,5	3,0	2,7	3,6
Tumor maligno do estômago	11,4	11,0	11,0	9,8	9,5	9,3	9,6	8,7	9,8
Tumor maligno do colón	11,2	10,8	10,6	11,1	10,3	10,7	11,2	9,2	10,2
TM da junção rectosigmoidoidea, recto, ânus e canal anal	5,5	5,4	5,2	6,2	6,2	5,9	6,3	5,8	6,7
Tumor maligno do fígado e vias biliares intra-hepáticas	7,0	7,1	7,2	7,3	7,0	6,7	7,2	7,7	7,9
Tumor maligno do pâncreas	7,6	7,8	7,9	7,2	7,8	7,9	7,5	6,4	8,0
Tumor maligno laringe, traqueia, brônquios e pulmões	28,7	28,7	28,8	22,7	22,8	23,5	23,9	25,0	25,9
Melanoma maligno da pele	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,2	0,7	0,7
Tumor maligno do rim, excepto pelve renal	2,0	2,0	2,1	1,9	1,9	1,6	2,2	3,1	2,9
Tumor maligno da bexiga	3,5	3,6	3,2	3,0	3,2	2,8	3,7	3,3	2,3
Tumor maligno do tecido linfático e hematopoiético	10,4	10,1	9,9	10,3	10,1	10,2	9,4	8,3	7,5
Doenças do sangue e órgãos hematopoiéticos	1,0	1,0	1,0	1,3	1,3	1,2	2,2	2,6	2,4
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	12,5	11,8	11,1	12,1	11,4	10,6	17,4	14,0	11,4
Diabetes mellitus	9,3	8,7	8,1	8,4	8,0	7,4	11,8	10,7	8,6
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	9,9	10,2	10,2	10,0	10,4	9,7	8,9	10,0	10,6
Doenças do aparelho circulatório	66,7	66,0	64,9	58,3	57,9	56,8	60,0	59,2	56,1
Doenças isquémicas do coração	24,1	24,1	24,0	16,9	17,3	16,7	17,4	19,2	18,9
Outras doenças cardíacas	10,1	10,2	10,4	11,2	11,0	11,2	15,5	14,4	13,6
Doenças cerebrovasculares	20,5	19,8	19,0	19,7	19,4	19,1	18,4	18,9	18,7
Doenças do aparelho respiratório	18,8	18,8	17,6	18,5	18,5	17,7	24,5	23,0	20,2
Pneumonia	6,9	6,8	5,8	7,9	7,6	6,3	9,1	8,5	6,4
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	5,4	5,4	5,4	4,3	4,0	4,3	4,4	4,9	4,8
Doenças do aparelho digestivo	19,0	18,9	18,4	20,0	20,2	18,8	27,1	27,8	24,0
Doenças crónicas do fígado (inclui cirrose)	8,8	8,6	8,4	10,0	10,2	9,6	15,2	16,4	14,3
Doenças do sistema osteomuscular/ tecido conjuntivo	1,4	1,4	1,6	1,5	1,6	1,9	0,9	2,4	2,9
Doenças do aparelho genitourinário	4,0	4,0	3,9	4,3	4,0	4,2	6,0	4,7	4,9
Doenças do rim e uréter	1,6	1,6	1,6	1,7	1,6	1,7	1,7	1,9	2,1
Algumas afecções originadas no período perinatal	2,0	2,1	1,9	1,8	1,7	1,7	2,7	1,4	0,5
Sintomas, sinais e achados anormais não classificados	14,5	14,9	14,9	17,9	17,8	17,9	14,3	21,2	27,2
Causas externas	27,0	26,6	26,7	32,7	31,7	31,1	31,5	31,6	33,5
Acidentes de transporte	6,4	6,3	6,5	9,3	8,5	8,2	7,1	7,9	10,3
Quedas accidentais	2,1	2,1	2,0	2,4	2,3	2,2	2,9	2,8	2,6
Suicídos e lesões autoprovocadas voluntariamente	7,9	7,6	7,6	7,9	7,0	7,1	7,7	7,4	8,0
Lesões (ignora-se se foram accidentais ou intenc. Inflictedas)	3,6	3,6	3,7	4,8	5,2	5,3	5,6	5,8	5,8

- A TMP é inferior com significância estatística
- A TMP é inferior sem significância estatística
- A TMP é superior sem significância estatística
- A TMP é superior com significância estatística

Figura 8 | Causas de Morte, Triénio 15-17/16-18 e 18

Fonte | Diagnóstico de Saúde Guarda 2019-2022

Na figura 10 é ainda possível observar que a ULS da Guarda apresenta TMP superiores às observadas em Portugal Continental e à ARSC, nas seguintes causas de morte:

- Doenças do aparelho digestivo (TMP de 24%);
- Doenças do fígado [inclui cirrose] (TMP de 14,3%);
- Sintomas, sinais e achados anormais não classificados (TMP de 27,2%).

Relativamente aos principais diagnósticos de doentes saídos do internamento, na ULS da Guarda, em 2021, destaca-se a COVID19, com 567 doentes e a Pneumonia com 406 (Quadro 42).

Quadro 42 | Principais Diagnósticos de Doentes Saídos de Internamento, ULS da Guarda, 2021

Diagnóstico	2021
COVID-19 (U071)	567
Pneumonia (J189)	406
Parto único eutóxico(Z3800)	296
Parto único espontâneo (080)	187
Parto único por cesariana (z3801)	175
Doença Cardíaca hipertensiva com insuficiência cardíaca congestiva (I110)	124
Septicémia não especificada (A419)	118
Calculose da vesícula biliar com colecistite aguda (k8000)	107
Embolismo Pulmonar (I2699)	97
Pancreatite aguda (k8510)	97
Bronquite Aguda (J209)	93
Trabalho de parto complicado (0750)	90
Apendicite aguda (K3580)	80
Falência Cardíaca (I509)	85
Neoplasia maligna do pulmão (c3490)	81
Falência renal aguda (N179)	80
Doença renal crónica hipertensiva (I130)	78
Bronquiolite aguda (j219)	78
Doença pulmonar obstrutiva crónica com exacerbação (J441)	76
Fratura do fémur esquerdo (S72012A)	72
Exacerbação aguda de Asma (J45901)	67
Infeção do trato urinário (N390)	65

Fonte | Diagnóstico de Saúde Guarda, 2019-2022

Ainda em 2021, dos 21 diagnósticos ativos mais frequentes em utentes dos CSP da ULS da Guarda, verifica-se que o principal enfoque se encontra nas alterações do metabolismo dos lípidos (25,79%), na hipertensão (24,85%), nas perturbações depressivas (12,11%), na obesidade (9,27%) e na diabetes mellitus (9,12%) (Quadro 43).

Quadro 43 | Diagnósticos Ativos Mais Frequentes em Utentes dos Cuidados de Saúde Primários, ULS da Guarda, 2021

Diagnóstico	Nº problemas dez/2021	Proporção inscritos c/diagnóstico dez/2021
Alterações do Metabolismo dos Lípidos (T93)	39 022	25,79%
Hipertensão (k86 ou k87)	37 592	24,85%
Perturbações Depressivas (P76)	18 320	12,11%
Obesidade (T82)	14 019	9,27%
Diabetes (T89 ou T90)	13 790	9,12%
Osteoartrose do Joelho (L90)	10 035	6,63%
Osteoartrose da Anca (L89)	6 325	4,18%
Osteoporose (L95)	5 539	3,66%
Doença Cardíaca Isquémica (K74 OU K76)	3 965	2,62%
Asma (R96)	2 932	1,94%
Bronquite Crónica	2 291	1,51%
Trombose/AVC (K90)	2 089	1,38%
Demência (P70)	1 549	1,02%
Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (R95)	1 505	0,99%
Neoplasia Maligna da Mama (x76)	1 382	0,91%
Neoplasia Maligna do Colón/Recto (D75)	1 185	0,78%
Neoplasia Maligna da Próstata (Y77)	1 138	0,75%
Enfarte Agudo do Miocárdio (K75)	1 125	0,74%
Neoplasia Maligna do Estômago (D74)	260	0,17%
Neoplasia Maligna dos Brônquios/Pulmão (R84)	143	0,09%
Neoplasia Maligna do Colo (X75)	134	0,09%

Fonte| Diagnóstico de Saúde Guarda, 2019-2022

Saúde Mental no Concelho de Seia

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define, no ano de 2013, a saúde mental como “o estado de bem-estar no qual o indivíduo tem consciência das suas capacidades, pode lidar com o stress habitual do dia-a-dia, trabalhar de forma produtiva e frutífera, e é capaz de contribuir para a comunidade em que se insere”.

De acordo com a Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, a Saúde Mental engloba o bem-estar psicológico, mas não se reduz a este. Ela baseia-se no

equilíbrio das funções mentais e traduz-se em comportamentos adaptados às diferentes circunstâncias em que o indivíduo se encontra envolvido, nomeadamente: desenvolver e manter relacionamentos, estudar, trabalhar ou seguir com os seus interesses e tomar, diariamente, decisões sobre educação, emprego, habitação ou outras escolhas. Se o equilíbrio estiver fragilizado ou alterado por uma perturbação psiquiátrica ou médica, verifica-se uma diminuição das funções a nível individual, mas também a um nível mais amplo com perdas de bem-estar para a família e sociedade.

De acordo com o relatório “A Reforma da Saúde Mental em Portugal - três anos de transformação, 2024) os dados epidemiológicos e clínicos demonstram que em Portugal, os problemas mentais e do comportamento representam 12% da carga global de doenças, mais do que as doenças oncológicas (10,4%), e apenas precedidas pelas doenças cerebrais/cardiovasculares, com um peso global de 14%” (Xavier, 2024).

Seguindo as tendências europeias, Portugal, desde 1998, tem vindo a promover a desinstitucionalização das pessoas e a promover o desenvolvimento dos cuidados na comunidade, no entanto, o que se verifica é que a falta de respostas adequadas e em tempo útil faz com que estas pessoas não tenham o devido acompanhamento dos serviços competentes, ficando dependentes dos cuidados dos seus familiares e de infraestruturas de saúde não vocacionadas para a saúde mental.

As principais políticas e estratégias de saúde mental no contexto nacional e internacional, de forma cronológica foram:

1998- A Lei de Saúde Mental (Lei n.º 36/98, de 24 de julho) estabelece os princípios gerais da política de saúde em Portugal;

2001- O Relatório Mundial da Saúde é pela primeira vez dedicado à saúde mental e apresenta uma perspetiva de saúde pública bem como orientações para decisores políticos;

2001- O Atlas de Saúde Mental forneceu, pela primeira vez, dados comparativos da maioria dos países sobre alguns indicadores básicos de serviços e sistemas de saúde mental. O Atlas contou com novas edições em 2005, 2011, 2014 e 2017;

2008- O Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016) define as estratégias para a área da saúde mental em Portugal, nomeadamente a reforma dos serviços de saúde mental;

2013- O Plano de Ação para a Saúde Mental (2013-2020) da OMS é adotado com o compromisso político de 194 países na Assembleia Mundial da Saúde, apresentando objetivos claros, indicadores e metas até 2020;

2013- A Ação Conjunta para a Saúde e Bem-Estar Mental (2013-2016) produziu um enquadramento para as políticas de saúde mental na União Europeia;

2015- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece a promoção da saúde mental e a prevenção das perturbações mentais e associadas ao consumo de substâncias como metas do Objetivo 3;

2017- A Avaliação do Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 e propostas prioritárias para a extensão a 2020. Identifica os principais constrangimentos na implementação do Plano Nacional de Saúde Mental e atualiza-o para o período 2017-2020, devidamente alinhado com o Plano Nacional de Saúde;

2024- Reforma da Saúde Mental em Portugal- Três anos de transformação.

Indicadores de Saúde Mental

Cuidados de Saúde Primários (CSP)

Ao nível dos dados sobre a saúde mental, não foi possível aceder a um número suficiente de indicadores que permitissem uma caracterização fina no domínio da saúde mental, para o concelho de Seia. Todavia, segundo o Gráfico 69, podemos observar que, nos CSP de Seia, em maio de 2024, o número total de pessoas com indicadores de saúde mental era de 12 229 e que a prevalência de sintomas se agrava consoante o avançar da idade, sendo na faixa etária dos 60 aos 64 anos que se observa o maior número de pessoas com indicadores de doença neste âmbito.

Inquérito por questionário aplicado à população:

24,62% das pessoas inquiridas consideram que existe défice de respostas no âmbito da saúde mental.

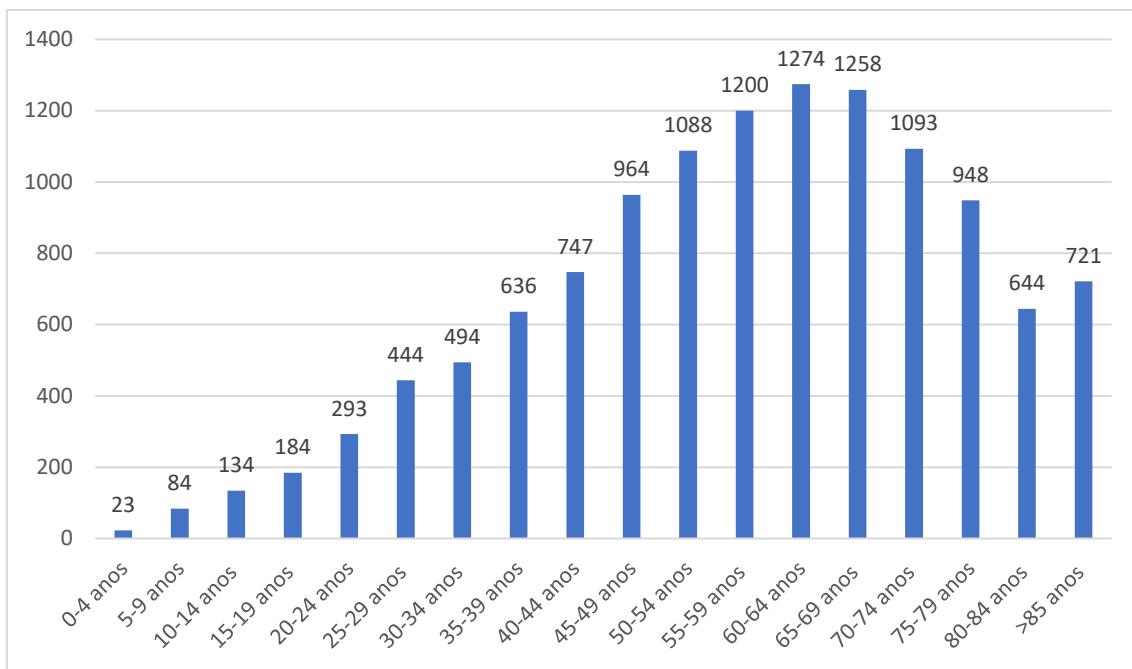


Gráfico 70 | Número Total de Diagnósticos Ativos de Doença Mental, por Faixa Etária, nos CSP Seia, Maio de 2024

Fonte| ULS Guarda

Da análise do gráfico abaixo, constata-se que do total de 12 229 diagnósticos ativos no domínio da saúde mental, em 2024, nos CSP de Seia, as perturbações depressivas foram as que registaram maior prevalência (3482 pessoas), seguidas dos distúrbios ansiosos (1721 pessoas) e ainda o abuso do tabaco (1646 pessoas). Foram ainda significativas as sintomatologias relacionadas com as perturbações do sono (1087 pessoas), com a sensação de ansiedade/nervosismo/tensão (943 pessoas), com o abuso crónico do álcool (497 pessoas) e com as demências (382 pessoas).

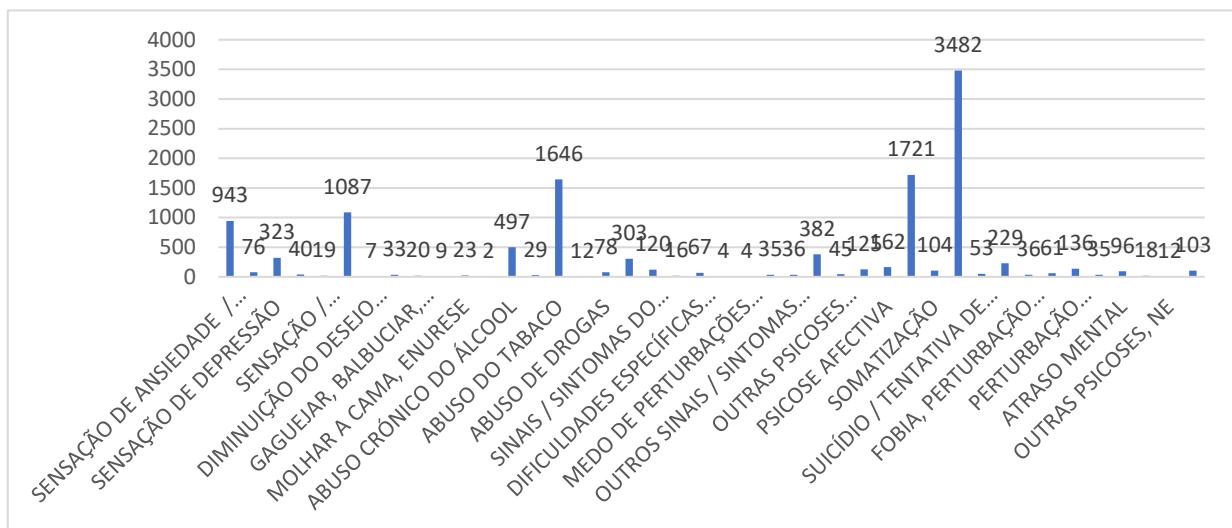


Gráfico 71 | Número Total de Diagnósticos Ativos por Sintomatologia, nos CSP de Seia, Maio de 2024

Fonte| ULS da Guarda

Com o atual diagnóstico, percebe-se ainda que no concelho de Seia não existem respostas institucionais na comunidade para a integração de pessoas com patologias, acabando por as mesmas terem de ser integradas em Centros do Dia ou em Estrutura Residencial para Idosos (ERPI). Continua assim a ser necessário apostar em atividades de psicoterapia, com o alargamento e descentralização desse serviço de saúde. A par dos serviços clínicos terapêuticos, considera-se pertinente a criação de uma resposta inovadora de integração de doentes, não enquadráveis nas respostas clínicas, mas que necessitam de um suporte para o seu dia-a-dia.

Respostas Promotoras de Saúde Existentes no Concelho

O Município de Seia, enquanto entidade organizadora e executadora, detém os seguintes projetos de intervenção promotores de saúde:

- **Saúde em movimento**, para pessoas com mais de 55 anos ou em situação de reforma. As atividades desenvolvidas são: atividade física funcional; boccia; adaptação ao meio aquático; hidroginástica; natação; percursos pedestres; rastreios; avaliação física; estímulos cognitivos; encontros intermunicipais e integeracionais e comemoração do dia mundial do coração.
- **Cidade amiga das crianças**- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), cujo público-alvo são as crianças, adolescentes e a comunidade em geral. As

atividades desenvolvidas são: capacitação e formação; dinâmicas de grupo; jogos pedagógicos; atividades físicas regulares e atividades lúdicas, recreativas e culturais em contexto formal e não formal.

- **SaltaRicos**, desenvolvido a pensar nas crianças do ensino público pré-escolar. As atividades desenvolvidas neste âmbito são: atividade física e adaptação ao meio aquático.
- **Atividade física adaptada**, para alunos com adaptações curriculares significativas individuais, para Instituições Particulares de Solidariedade Social e para a comunidade. Pretende incidir no campo da hidroterapia e da atividade física adaptada.
- **Sala de estimulação multissensorial e integração sensorial**, para municípios até aos 100 anos. Tem como objetivo desenvolver atividades no âmbito da estimulação multissensorial, da integração sensorial, sessões de sensibilização, formação, musicoterapia, dançoterapia e terapia por ultrassons.

A Liga Portuguesa Contra o Cancro e o Centro de Saúde de Seia, através da Unidade de Cuidados na Comunidade, desenvolvem o projeto:

- **Supersaudáveis**, para alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, cujo objetivo é desenvolver dinâmicas de grupo bem como realizar jogos pedagógicos.

A Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a Sida”, dinamiza:

- **O Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens da Beira Alta (CAOJ)**, cujo público é a comunidade em geral (dos 3 aos 90 anos de idade) e desenvolve atividades como o Projeto Nacional de Educação pelos Pares; sessões de esclarecimento no âmbito da sexualidade, da cidadania, do voluntariado e das emoções; realiza rastreios do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV); teatro do oprimido e intervenção multicultural.

A Associação de Beneficência do Sabugueiro promove o projeto:

- **Novo Alavanca**, para indivíduos com comportamentos aditivos e dependências nos concelhos de Seia e Gouveia. Desenvolve atividades como o acompanhamento psicossocial; oficinas ocupacionais (informática, técnicas de

jardinagem e manutenção de terrenos, trabalhos manuais e técnicas de artesanato, gestão do orçamento familiar, regulação emocional e comportamento assertivo); gabinete de apoio ao emprego; ações de informação; formação para a comunidade e reuniões de sinalização e acompanhamento.

O Instituto da Segurança Social, implementa a medida:

- **Estatuto de Cuidador informal**, para municíipes com idade superior a 18 anos, que se encontrem a prestar apoio indispensável a membros do seu agregado familiar. Desenvolvem atividades formativas e de capacitação, bem como disponibilizam manuais temáticos (pessoas dependentes, prevenção de quedas, demência e alimentação).

A Santa Casa da Misericórdia de Seia, realiza a seguinte ação:

- **Iniciativa VAMOS**, para pessoas com demência. Intervêm em equipa multidisciplinar e prestam apoio psicossocial, acompanhamento domiciliário, capacitam, formam e disponibilizam manuais temáticos. Desenvolveram o campo dos sentidos (local específico para a intervenção cognitiva e sensorial orientado para a ruralidade e a proximidade à terra), bem como o kit do cuidador (conjunto de materiais e ferramentas de apoio para os cuidadores).

Cuidadores Informais

O Estatuto do Cuidador Informal, aprovado pela [Lei n.º 100/2019](#), distingue o cuidador informal em cuidador informal principal e cuidador informal não principal. O cuidador informal principal é “*o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4.º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada, que acompanha e cuida de forma permanente, que com ela vive em comunhão de habitação e que não aufera qualquer remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada*”. O cuidador informal não principal é “*o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4.º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada, que acompanha e cuida de forma regular, mas não permanente, podendo auferir ou não remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada*”.

No concelho de Seia foi reconhecido, em 2023, Estatuto do Cuidador Informal a 59 pessoas, sendo que a maioria se encontra nas faixas etárias dos 40 aos 79 anos. É de salientar a existência de três cuidadoras informais na faixa etária dos 80 aos 99 anos. Entre os 59 cuidadores informais, 45 são mulheres e 14 são homens.

De acordo com o artigo 10.º da Lei n.º 100/2019 “*ao cuidador informal principal pode ser reconhecido o direito ao subsídio de apoio ao cuidador informal principal (SACI), a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º, mediante condição de recursos. O subsídio de apoio ao cuidador informal principal é uma prestação do subsistema de solidariedade*”.

No concelho de Seia, dos 59 cuidadores reconhecidos, 42% beneficiam do SACI.

No que respeita às pessoas cuidadas, existem 61 cidadãos que têm cuidador informal, ou seja, existem cuidadores informais com mais do que uma pessoa a seu cargo. Aproximadamente 41% das pessoas cuidadas encontram-se na faixa etária dos 80 aos 99 anos, sendo que 36 são pessoas do sexo feminino e 25 do sexo masculino, na sua maioria residentes na União de Freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros. Quanto ao nível de dependência, registam-se 41 pessoas semi-dependentes, 16 pessoas dependentes e 4 pessoas dependentes com deficiência; das 61 pessoas que são cuidadas, 49,2% não têm transporte.

Síntese

- ❖ No que concerne ao ano de 2023, verifica-se um aumento considerável do número de atendimentos em urgência em relação ao ano de 2021 (mais 9546 atendimentos);
- ❖ No que respeita às especialidades, é possível observar que, em 2023, no concelho de Seia, foram realizadas mais consultas ao nível da medicina interna, seguido da urologia, da cirurgia geral e da psiquiatria; menos ao nível da psicologia clínica e da nutrição; e nenhuma ao nível da ortopedia e neurologia;
- ❖ No concelho de Seia, as especialidades sem movimento nos últimos dois anos, nomeadamente a ortopedia, ortopedia/adicional, fisiatra, consulta de exames admissão, medicina no trabalho, consulta de acidente de trabalho, consulta de crise, psiquiatria DMC e psiquiatria ligação;
- ❖ No que respeita ao número de camas, o Hospital da Nossa Senhora da Assunção disponha, em 2023, de 73 camas, sendo que o serviço detentor do maior número de camas era o Serviço de Medicina (Internamento), com 25 camas disponíveis.
- ❖ O número de recursos humanos, em 2023, no Hospital da Nossa Senhora da Assunção, era de 220 e distribuídos pelos diversos serviços;
- ❖ Os cuidados de saúde primários do Concelho de Seia estão divididos em 8 polos (Seia, São Romão, Loriga, Paranhos da Beira, Pinhanços, Vide, Sandomil, Torrozelo e Tourais);
- ❖ Nos indicadores gerais relativos aos serviços de saúde, no concelho de Seia, verifica-se um rácio de 3 médicos por cada 1.000 habitantes, estando abaixo da média regional e nacional, um rácio de 7,2 enfermeiros encontrando-se também abaixo da média nacional e, por fim, um rácio de 0,5 postos farmacêuticos, acima da média;
- ❖ Relativamente aos indicadores demográficos da saúde, constata-se que a taxa de fecundidade (0,26%) cresceu, ainda que de forma pouco significativa, que a taxa de mortalidade aumentou 4,6% e que a taxa de natalidade diminuiu 0,3%;
- ❖ Relativamente à taxa de mortalidade infantil, o concelho de Seia apresentava valores abaixo da média (1,6) quando comparado com a CIMBSE (2,1) e do país

(2,7), a taxa de mortalidade neonatal (1,6) apresenta valores acima da média da CIMBSE (1,2) e abaixo da média nacional (1,9) e, por fim, a taxa de mortalidade perinatal, no concelho de Seia é nula;

- ❖ Entre 2011 e 2022 verificou-se um decréscimo no número de partos, acompanhando a tendência nacional;
- ❖ Os dados relacionados com as interrupções voluntárias da gravidez (IVG) datam de 2008-2016 e, através dos mesmos conseguimos constatar que o número de IVG's diminuiu nesse período no concelho de Seia à semelhança do país;
- ❖ No que diz respeito à mortalidade geral, registou-se um aumento entre 2011 e 2021, acompanhando a tendência geral;
- ❖ As principais causas de morte no concelho de Seia devem-se a doenças do aparelho circulatório, seguido dos tumores malignos e, posteriormente, as doenças do aparelho respiratório;
- ❖ A Unidade de Cuidados de Saúde Primários de Seia contempla ainda uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC);
- ❖ Nos cuidados de saúde primários, os principais diagnósticos ativos mais frequentes são a alteração do metabolismo dos lípidos, a hipertensão e as perturbações depressivas;
- ❖ A Unidade de Cuidados Continuados Integrados é uma das valências da Santa Casa da Misericórdia de Seia e trata sobretudo acidentes vasculares cerebrais, fraturas, traumatismos crânioencefálicos, doenças degenerativas, úlceras de pressão e quadros pós cirúrgicos;
- ❖ No que diz respeito à saúde mental, as perturbações depressivas foram as situações clínicas com maior prevalência de diagnósticos ativos, seguidas dos distúrbios ansiosos e o abuso do tabaco;
- ❖ O Município de Seia, enquanto entidade organizadora e executadora, detém os seguintes projetos de intervenção promotores de saúde: Saúde em Movimento: Cidade Amiga das Crianças-Unicef; Saltaricos; Atividade Física Adaptada; Sala de Estimulação Multissensorial e Integração Sensorial;
- ❖ A Liga Portuguesa Contra o Cancro e o Centro de Saúde de Seia, através da Unidade de Cuidados na Comunidade, desenvolvem o projeto Supersaudáveis para alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico;

- ❖ A Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a Sida”, dinamiza o Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens da Beira Alta (CAOJ);
- ❖ A Associação de Beneficência do Sabugueiro promove o projeto Novo Alavanca para indivíduos com comportamentos aditivos e dependências;
- ❖ O Instituto da Segurança Social, implementa a medida Estatuto de Cuidador Informal;
- ❖ No concelho de Seia foi reconhecido, em 2023, Estatuto do Cuidador Informal a 59 pessoas, sendo que a maioria se encontra nas faixas etárias dos 40 aos 79 anos. É de salientar a existência de três cuidadoras informais na faixa etária dos 80 aos 99 anos. Entre os 59 cuidadores informais, 45 são mulheres e 14 são homens;
- ❖ A Santa Casa da Misericórdia de Seia, realiza a ação Iniciativa VAMOS para pessoas com demência.

5. Habitação

O direito a uma habitação “*de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto*” é um direito social instituído pela Constituição da República Portuguesa (artigo 65º). Contudo, existem ainda famílias que enfrentam constrangimentos no acesso a uma habitação digna. A Estratégia Nacional para a Habitação (2015-2031) refere que a “*necessidade de alargar o acesso a uma habitação e de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos impõe medidas transversais perspetivadas a longo prazo e articuladas com soluções urbanas sustentáveis*”. Neste sentido, a Estratégia Local de Habitação (ELH) de Seia, no ano de 2023, pretendia responder aos desafios e problemas do mercado imobiliário do concelho, nomeadamente no que diz respeito à ausência de dinamismo na oferta do setor habitacional e ao aumento dos custos de aquisição e arrendamento para as famílias.

No âmbito da temática da habitação, atualmente os municípios enfrentam vários desafios. As problemáticas prevalentes prendem-se com a resposta do parque habitacional às necessidades da população, as condições de salubridade e conforto das famílias, a sobrelocação dos alojamentos e os custos associados à compra/arrendamento das habitações.

No concelho de Seia, à data do Censos 2021, o parque habitacional era constituído, tendo em conta o (Gráfico 72 e 74), por 17631 alojamentos, dos quais 9167 correspondiam a alojamento de residência habitual e 5482 a residência secundária; 1699 encontravam-se disponíveis para venda ou arrendamento, 1273 estavam destinados a outro fim e apenas 10 correspondiam a alojamentos não-clássicos. Comparativamente ao levantamento realizado nos Censos 2011, observou-se uma diminuição de alojamentos clássicos disponíveis e uma redução dos alojamentos não-clássicos.

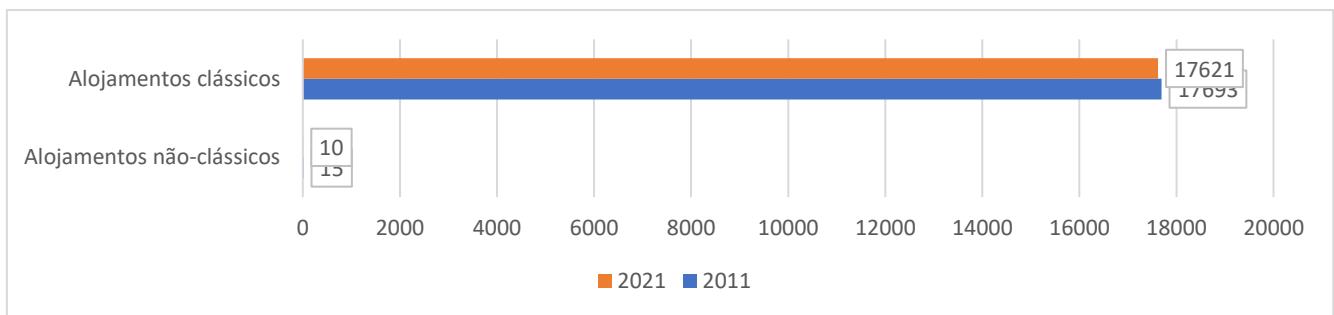


Gráfico 72 | Número de Alojamentos no Concelho de Seia, 2011-2021

Fonte| PORDATA

À data dos censos 2021, os alojamentos familiares não-clássicos representavam 0,06% do parque habitacional, apresentando uma diminuição face ao valor apresentado em 2011. Na distribuição por freguesias, a freguesia de Santa Comba é a que concentra o maior número de pessoas residentes em alojamentos familiares não-clássicos (19), seguida da U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (9) e, por fim, a freguesia de Pinhanços (2) (Gráfico 73).

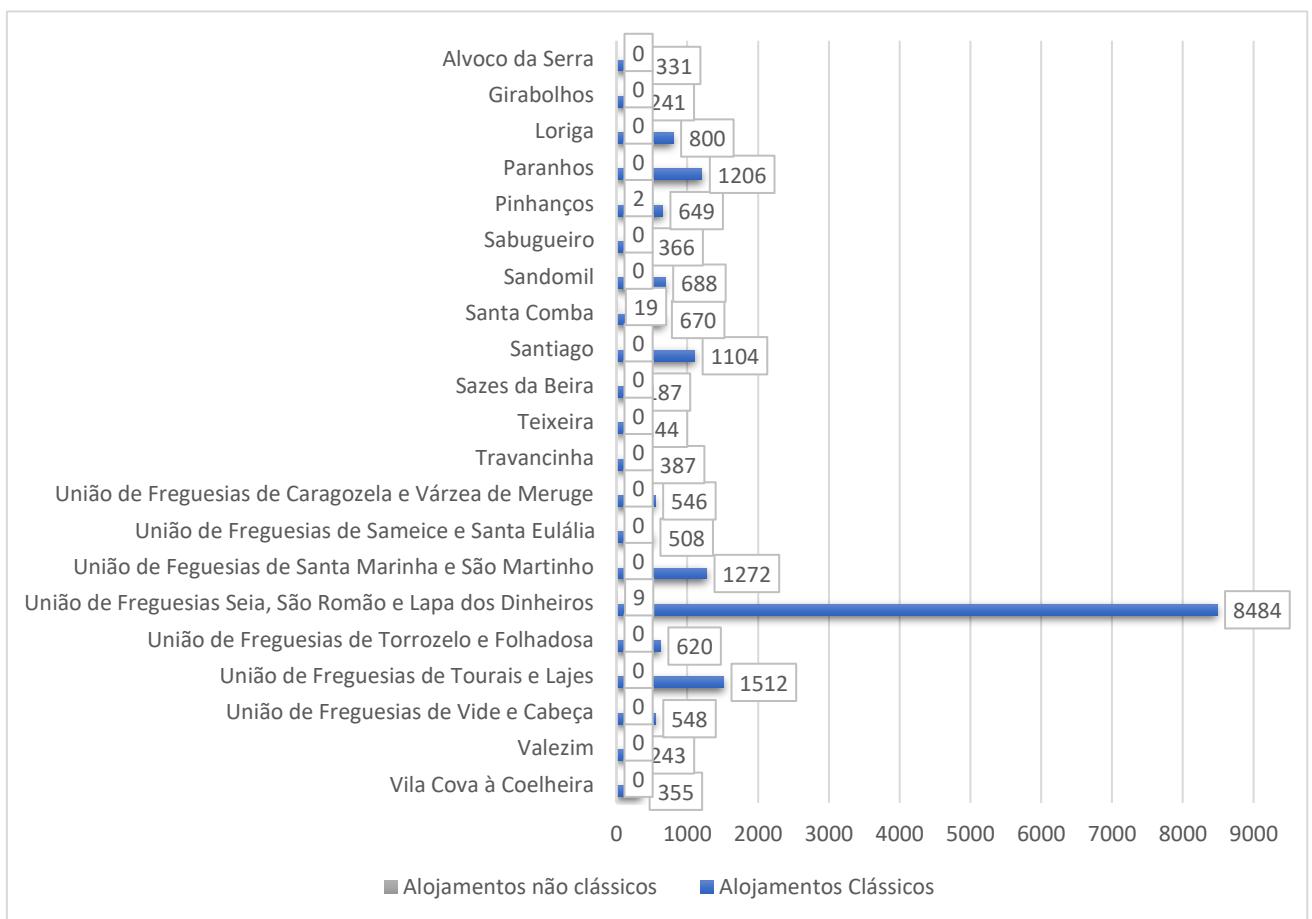


Gráfico 73 | População Residente nos Alojamentos, por Local de Residência e Tipo (alojamento), 2021

Fonte| INE

O regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, no concelho de Seia caracterizava-se, em 2021, por uma maior proporção de ocupantes proprietários, isto é, aproximadamente 81% dos alojamentos clássicos de residência habitual, comparativamente a cerca de 13% de ocupantes inquilinos. Em análise ao Gráfico 74, é perceptível que o mercado de arrendamento no concelho de Seia era, em 2021, pouco dinâmico, dado o número reduzido de fogos destinados ao arrendamento e de alojamentos efetivamente arrendados, existindo uma predominância de proprietários ocupantes. De acordo com a ELH de Seia (2023), este predomínio de proprietários ocupantes associado à “relativa debilidade económica e idade avançada dos proprietários, tem contribuído para o agravamento do estado de conservação do parque habitacional, em particular dos edifícios mais antigos”.

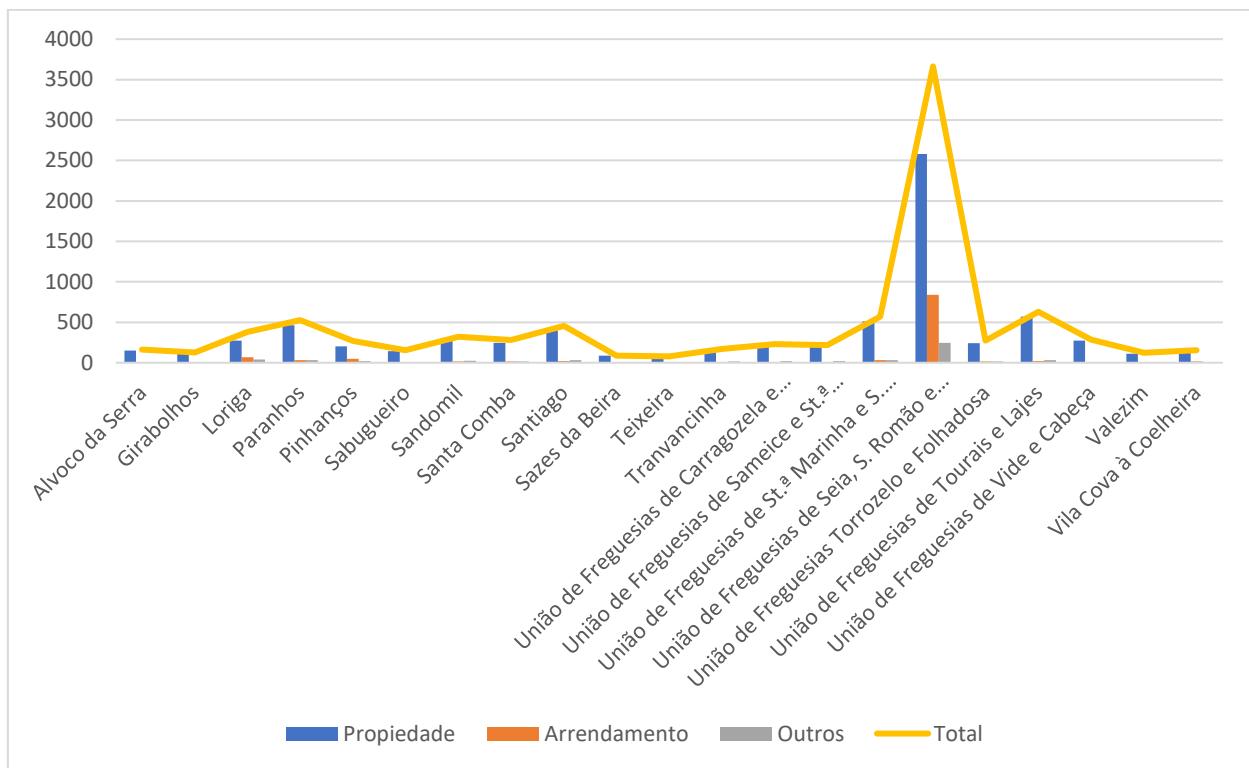


Gráfico 74 | Número de Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual, por Freguesia e Regime de Ocupação, 2021

Fonte | INE

Em análise ao estado de conservação e manutenção do parque habitacional na CIMBSE (Gráfico 75), em 2021, o concelho de Seia registava uma proporção de edifícios com necessidade de reparação (34%) ligeiramente inferior à média da sub-região (36%) e nacional (35,8%).

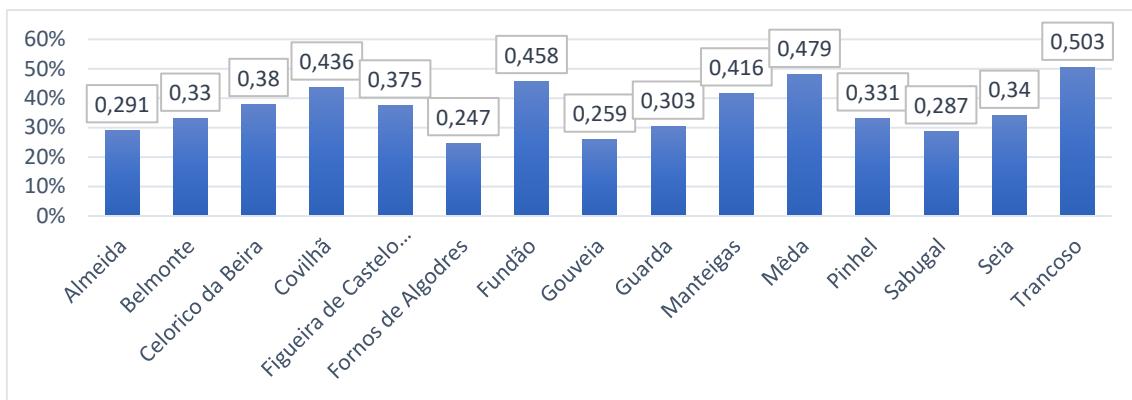


Gráfico 75 | Proporção de Edifícios com Necessidade de Reparação (%) no Concelho de Seia, por Local de Residência, 2021

Fonte | INE

Não obstante, em 2021, no concelho de Seia era possível identificar freguesias com uma proporção de edifícios com necessidade de reparação superior a 50%, nomeadamente Alvoco da Serra, Girabolhos, Paranhos, Pinhanços, Sabugueiro, U.F. de Carragozela e Várzea de Meruge, U.F. de Sameice e Santa Eulália e U.F. de Vide e Cabeça. Para além das freguesias enumeradas, a U.F. de Tourais e Lajes e a freguesia de Vila Cova à Coelheira careciam de maior atenção, dada a proporção de edifícios com necessidade de reparação ultrapassar os 60% (Gráfico 76).

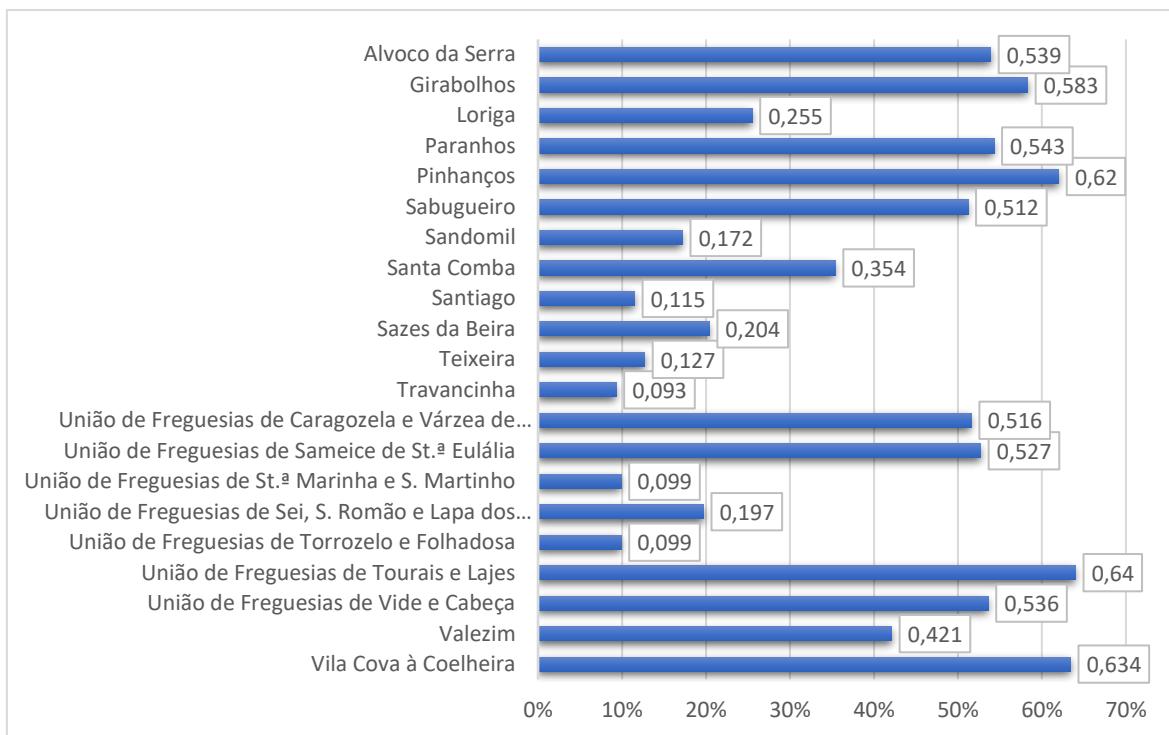


Gráfico 76 | Proporção de Edifícios com Necessidade de Reparação (%) no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Fonte| INE

As condições de habitabilidade da população residente no concelho têm associados diversos problemas, entre os quais a ausência de instalações, de aquecimento ou a sobrelotação dos alojamentos.

Segundo o levantamento realizado por parte do Município de Seia, em 2021, descrito no diagnóstico da ELH de Seia - Alteração de 2023, existiam, à data, 19 alojamentos familiares sem abastecimento de água, 40 sem ligação à rede de esgotos, 10 sem eletricidade, 3 sem qualquer tipo de sistema de aquecimento e, de acordo com a Portaria n.º 243/84, de 17 de abril, 60 sem condições mínimas de habitabilidade. Importa referir ainda que, no decorrer do referido levantamento se identificaram 112 habitações em que existiam sinais/indícios de presença ativa de pragas ou substâncias nocivas para a saúde dos ocupantes, presentes nos materiais construtivos, nos equipamentos ou nos terrenos envolventes às habitações (Quadro 44).

Quadro 44| Número de Alojamento Familiares no Concelho de Seia, por Problemática Identificada, 2021

Problemática	Nº de Alojamentos
Sem abastecimento de água	19

Sem rede de esgotos	40
Sem equipamento de duche/banho	49
Sem sistema de drenagem de águas residuais	42
Sem sistema de distribuição de água	49
Sem qualquer equipamento de cozinha	7
Sem eletricidade	10
Sem aquecimento	3
Com sinais/indícios de presença ativa de pragas ou substâncias nocivas para a saúde	112
Sem condições mínimas de habitabilidade	60

Fonte| Estratégia Local de Habitação de Seia - Alteração de 2023

De acordo com os dados recolhidos na Estratégia Local de Habitação de Seia (alteração 2023), no que respeita ao aquecimento, à data dos censos 2021, 26,4% da população dispunha de aquecimento central na sua habitação e 61,9% de algum tipo de aquecimento, não central.

Outra problemática associada às condições de habitabilidade, tendo em conta o Gráfico 77, prende-se com a lotação dos alojamentos. No concelho de Seia, de acordo com os dados recolhidos nos Censos 2021, 592 famílias residiam em habitações sobrelotadas, na sua maioria na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (45,4%). A realidade da sobrelotação habitacional também se encontrava espelhada nas restantes freguesias do concelho, mas com uma expressão bastante inferior.

Em contrapartida, verificou-se também a necessidade de proporcionar uma resposta imediata em termos de alojamento temporário/habitação pois, no ano de 2022, existiam 4 pessoas em situação de sem abrigo, tendo este número duplicado no ano seguinte, observando-se a necessidade de prestar apoio em termos de alojamento a 8 pessoas (2 *sem teto*⁴³ e 6 *sem casa*⁴⁴) que recorreram ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Seia (SAAS). Considerando a grande dificuldade de enquadramento destas pessoas em alojamento/habitações e/ou em respostas sociais

⁴³ *Sem teto*, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;

⁴⁴ *Sem casa*, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

disponíveis, quer localmente, quer fora do concelho de Seia, o Município de Seia, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, viu aprovada, em 2024, a candidatura à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), na resposta social de Apartamento de Transição⁴⁵. Os destinatários são vítimas de violência doméstica, beneficiários de proteção internacional, estatuto de refugiados, Indivíduos/agregados familiares que encontrem em situação de insalubridade e insegurança habitacional, pessoas em situação sem-abrigo (Sem casa e/ou Sem Teto), entre outros.

Os objetivos desta medida prendem-se com a operacionalização de uma resposta habitacional de caráter temporário que permita apoiar as pessoas na (re)construção de um projeto de vida com vista à sua autonomização pessoal e profissional. Pretende-se também promover a sua qualidade de vida e cidadania, desenvolver as capacidades e potencialidades dos residentes e avaliar a possível necessidade de encaminhamento para respostas sociais adequadas.

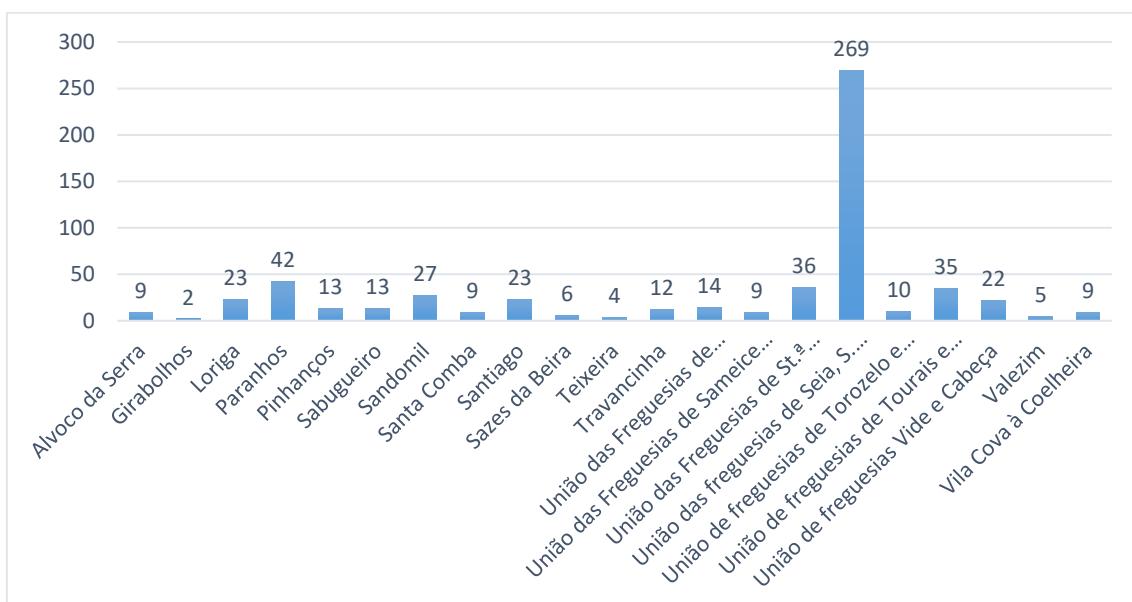


Gráfico 77 | Agregados Domésticos Privados (N.º) nos Alojamentos Familiares Clássicos Sobrelotados no Concelho de Seia, 2021

Fonte| INE

⁴⁵ Apartamento de Transição: é uma resposta social, dirigida a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, que pretende assegurar o alojamento temporário e garantir o acesso a condições básicas e acompanhamento psicossocial.

No seguimento das problemáticas identificadas no parque habitacional de Seia, surge também a dificuldade de as pessoas com mobilidade reduzida ou com dificuldade na locomoção acederem autonomamente a determinados edifícios do concelho, devido à inexistência de elevador. Assim, de acordo com o Quadro 45, é possível verificar que dos 14713 edifícios existentes no concelho, menos de 1% tinham, em 2021, elevador.

Quadro 45 | Edifícios (N.º) por Dimensão de Pisos e Existência de Elevador, no Concelho de Seia, 2021

Edifícios	N.º	%
Total	14713	100%
Com Elevador	131	0,9%
Sem Elevador	14582	99,1%
1 piso	2078	100%
Com Elevador	0	0%
Sem Elevador	2078	100%
2 pisos	6114	100%
Com Elevador	16	0,3%
Sem Elevador	6098	99,7%
3 pisos	5521	100%
Com Elevador	22	0,4%
Sem Elevador	5499	99,6%
4 pisos	836	100%
Com Elevador	24	2,9%
Sem Elevador	812	97,1%
5 pisos	99	100%
Com Elevador	5	5,1%
Sem Elevador	94	94,9%
6 pisos	31	100%
Com Elevador	30	96,8%
Sem Elevador	1	3,2%

7 ou mais pisos	34	100%
Com Elevador	34	100%
Sem Elevador	0	0%

Fonte| INE

No que diz respeito ao preço de aquisição das habitações em Portugal, de acordo com o INE, o índice de Preços da Habitação aumentou 8,2% em 2022, mais 4,4 p.p. que no ano anterior. Para além disto, constatou-se que o valor das habitações já existentes sofreu um aumento superior ao valor das habitações novas que, ainda assim, também assistiram a um aumento de preço. Relativamente a 2022, no ano de 2023 existiram menos transações de habitações, sendo este o ano que registou valores mais baixos, desde 2017.

O panorama concelhio acompanha a tendência nacional, observando-se um aumento do valor de aquisição dos imóveis ao longo dos últimos anos (Quadro 46).

Quadro 46 | Valor Mediano das Vendas por m² de Alojamentos Familiares por Localização Geográfica , 2021-2022

Território	2021		2022
	€		
<i>Portugal</i>	1297		1484
<i>Beiras e Serra da Estrela</i>	550		570
<i>Seia</i>	442		489

Fonte| INE

Também no que respeita ao arrendamento, no ano de 2023, segundo o INE, verificou-se um aumento da renda mediana dos novos contratos de arrendamento a nível nacional, no valor de 7,21 €/m², em relação ao ano anterior.

No concelho de Seia, o aumento do encargo com a habitação também se fez sentir, tendendo a

Inquérito por questionário aplicado à população:

45,73% das pessoas inquiridas consideram que o preço de venda das habitações é inadequado.

Inquérito por questionário aplicado à população:

66,83% das pessoas inquiridas consideram existir escassez de oferta de arrendamento. As faixas etárias onde esta opinião mais se evidencia são: dos 19-34 anos, dos 55 aos 64 anos e >75 anos.

aumentar desde 2011. De salientar que, desde 2011 até 2021, o valor dos arrendamentos de alojamentos familiares aumentou, em média, 23,39€ (INE). Estes aumentos têm vindo a contribuir para o aumento dos encargos familiares, levando algumas famílias a não conseguir fazer face a todas as suas despesas mensais.

No sentido de dar resposta às necessidades da população residente no concelho de Seia, o plano de ação da ELH de Seia - Alteração de 2023, vem propor diversas medidas que *“abrangerão 406 pessoas, que integram 167 núcleos familiares/alojamentos, e 6 soluções de alojamento direcionadas para carências de precariedade e situações de pessoas vulneráveis (onde se enquadrarão 19 pessoas), residentes em todo o território concelhio, através de intervenções focadas, maioritariamente, na reabilitação do edificado, complementadas por construção em autopromoção pelos agregados familiares e de aquisição e reabilitação de frações/prédios por parte do Município”* (ELH de Seia-Alteração de 2023).

Síntese

- ✿ No concelho de Seia, em 2021, o parque habitacional era constituído por 17631 alojamentos: 9167 alojamentos de residência habitual, 5482 residências secundárias, 1699 para venda ou arrendamento, 1273 destinados a outro fim e 10 alojamentos não-clássicos;
- ✿ A freguesia de Santa Comba era a que, em 2021, concentrava o maior número de pessoas residentes em alojamentos familiares não-clássicos;
- ✿ O mercado de arrendamento no concelho de Seia, em 2021, era pouco dinâmico, uma vez que apenas cerca de 13% dos alojamentos de residência habitual tinham este fim;
- ✿ No concelho de Seia, em 2021, 34% dos edifícios tinham necessidade de reparação;
- ✿ Na U.F. de Tourais e Lajes e na freguesia de Vila Cova à Coelheira, em 2021, mais de 60% dos edifícios tinham necessidade de reparação;
- ✿ Em 2021, 112 habitações do concelho de Seia exibiam sinais/indícios de presença ativa de pragas ou substâncias nocivas para a saúde dos ocupantes, presentes nos materiais construtivos, nos equipamentos ou nos terrenos envolventes às habitações;
- ✿ De acordo com o levantamento realizado no Censos 2021, 592 famílias do concelho de Seia residiam em habitações sobrelotadas;
- ✿ Em 2023, o índice de Preços da Habitação em Portugal aumentou 8,2%, mais 4,4 p.p. que no ano anterior.

6. Acessibilidades

Rede de Acessibilidades Regionais e Locais

A nível regional, Seia encontra-se na área de influência dos eixos fundamentais IP⁴⁶2/A⁴⁷23, IP5/A25 e IP1/A1, estando os mesmos ligados a Seia pela EN⁴⁸17, pela EN231 e pela EN230 - todas sobre jurisdição das Infraestruturas de Portugal.

Seia possui níveis de acessibilidade média inferiores à grande maioria dos polos urbanos da região, resultado das ligações deficitárias da rede viária constituída pelas estradas nacionais aos eixos fundamentais.

Relativamente à rede viária municipal, a mesma encontra-se ligada aos condicionalismos físicos do próprio território, bem como da região envolvente. Assim, numa análise à morfologia do município é possível observar uma distribuição bastante heterogénea dos declives, com predomínio das classes mais elevadas, o que se apresenta como barreira à implementação das infraestruturas viárias.

Importa referir que o concelho de Seia não é servido por nenhuma autoestrada, nem por itinerários principais ou complementares, sendo através da EN17 e EN231, que se situam a norte do município, que se efetua a ligação ao IP5/A25, eixo rodoviário estruturante que assegura a principal ligação rodoviária entre o litoral e o interior (Aveiro e Vilar Formoso).

A antiga EN17 inicia o seu traçado na cidade de Coimbra atravessando o território Senense no sentido sudoeste/nordeste em direção ao concelho de Celorico da Beira. Esta

Inquérito por questionário aplicado à população:

55,28% das pessoas inquiridas referem como problemática o estado da rede viária.

⁴⁶ Itinerário Principal: são as vias de comunicação de maior interesse nacional, servem de base de apoio a toda a rede rodoviária nacional, e asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supra distrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras;

⁴⁷ Autoestrada: via pública destinada ao trânsito rápido de veículos com separação física de faixas de rodagem, sem cruzamentos de nível nem acesso a propriedades marginais, com acessos condicionados e sinalizada como tal;

⁴⁸ Estrada Nacional: é um termo usado para designar as estradas cuja manutenção compete ao governo. O organismo a cargo desta tarefa se denomina-se Direcção-Geral de Viação.

via de comunicação assume um papel fundamental no contexto da rede viária do território municipal sobretudo ao nível dos fluxos com os municípios de Oliveira do Hospital e Gouveia, sendo ainda a principal via de acesso a Torroselo, Santiago e Pinhanços.

Por seu turno, o traçado da via que se apresentava anteriormente integralmente classificada como EN231 efetua a ligação ao IP5/A25 (Norte) e ao IP2/A23 (Leste), cujo troço tem início no município de Viseu terminando no lugar de Pedras Lavradas, no limite entre os concelhos de Seia e Covilhã, sendo o principal acesso a Loriga, Valezim, Lapa dos Dinheiros, Alvoco da Serra, Tourais e Paranhos.

A EN339/EN338 que efetua a ligação entre o município de Seia e o município da Covilhã, atravessando a Serra da Estrela é a principal via de acesso à freguesia do Sabugueiro.

Finalmente, a EN230 que faz a ligação à cidade da Covilhã, ladeando a vertente sul da Serra da Estrela, assumindo-se como principal via de acesso a Vide e Teixeira.

Em complemento à rede viária suprarreferida surgem um conjunto de vias de âmbito municipal, que estabelecem a relação entre a sede de município e os diferentes lugares sede de freguesia, desempenhando um papel importante na mobilidade local.

Assim, no sector ocidental do município, a EM⁴⁹504 faz a ligação a Travancinha e Sameice, a EM504-2 efetua a ligação a Santa Eulália e Carragosela e a EM503 a Várzea de Meruge. Importa ainda referir a EM516 que faz a ligação a Vila Cova à Coelheira, a EM517-2 que faz a ligação a Folhadosa e a EM515 a Sandomil e Sazes da Beira. No sector nordeste, a EM502-1 faz a ligação a Girabolhos, a EM506 faz a ligação a Lajes, a EM521 efetua a ligação a Santa Comba de Seia e a EM522 a São Martinho e Santa Marinha. No sector sul, a EM518 efetua a ligação a Cabeça e, por último, São Romão, localizado no sector central do município é servido pela EM512.

⁴⁹ Estrada Municipal: estrada que, não estando classificada como nacional, é julgada de interesse para um ou mais concelhos, ligando as respetivas sedes às diferentes freguesias e povoações, e estas entre si ou às estradas nacionais.

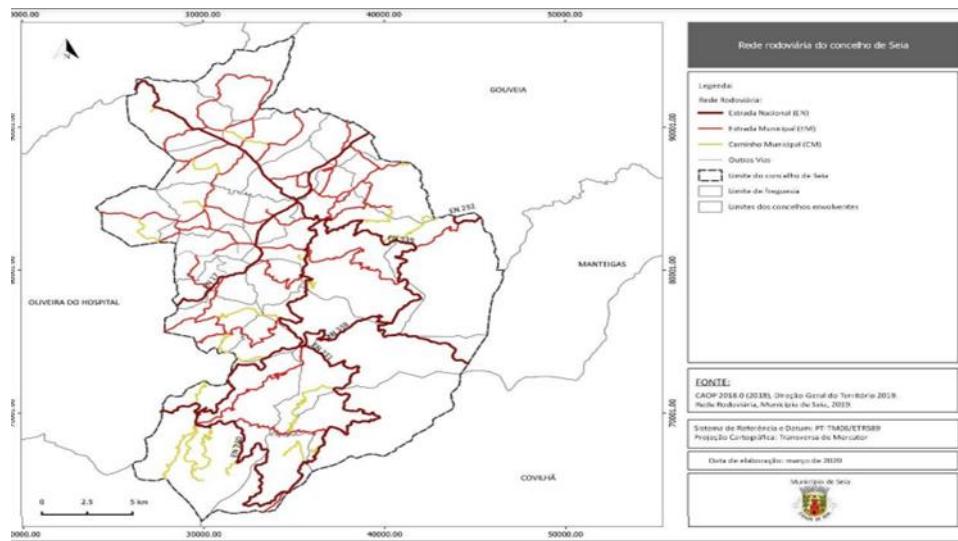


Figura 9 | Acessibilidades, Concelho de Seia, 2024

Fonte | Câmara Municipal de Seia

Ao visualizarmos a Figura 11, podemos concluir que o Concelho de Seia apresenta uma rede viária bastante deficitária e que se verifica uma menor densidade de ligação no setor montanhoso, devido aos fortes declives, em oposição ao setor mais aplanado, onde a rede viária é maior, o que facilita a mobilidade populacional.

Uso e Cobertura da Rede de Transportes

A rede de transportes é uma das infraestruturas com maior impacto direto no quotidiano dos cidadãos. As necessidades e os desafios de mobilidade da sociedade são cada vez mais exigentes sendo que o transporte público tem um papel social em matérias como o acesso aos locais de emprego, a escolas, a serviços de saúde e a equipamentos culturais e de lazer, pelo que este recurso deve estar devidamente estruturado para responder às diversas precisões da população e contribuir efetivamente para a diminuição de assimetrias e desigualdades de mobilidade.

Os maiores desafios que se colocam estão relacionados com as rotas (capacidade para cobrir vários trajetos), com a frequência e diversidade de horários e com as tarifas praticadas.

De facto, a eficácia da rede de transportes tem influência direta no emprego e na gestão familiar e doméstica, uma vez que uma maior distância entre casa e o local de trabalho pode significar um aumento do tempo dispensado nas deslocações casa – trabalho – casa e, consequentemente, menor disponibilidade temporal para a realização de outras tarefas.

Seguidamente, apresenta-se a abrangência das carreiras públicas existentes no concelho de Seia operadas pelas empresas Auto Transportes do Fundão e Marques, Lda. As carreiras públicas abrangem grande parte das localidades do concelho. No entanto, as mesmas são realizadas apenas durante a semana.

As carreiras públicas da Auto Transportes do Fundão abrangem a zona sul do concelho de Seia (U.F. Vide e Cabeça, Teixeira, Alvôco da Serra, Loriga, Sazes da Beira, Valezim, Sandomil, Vila Cova à Colheira, U.F. Torrozelo e Folhadosa) com circulações menos frequentes no horário da manhã comparativamente ao horário da tarde.

Relativamente às carreiras públicas da empresa Marques, Lda, estas abrangem a zona norte do concelho de Seia (Girabolhos, Paranhos, U.F. Tourais e Lajes, Pinhanços, Santa Comba, U.F. Sameice e Santa Eulália, U.F. Carragosela e Várzea de Meruge, U.F. Santa Marinha e São Martinho, Santiago, Travancinha). Estas carreiras circulam com mais frequência, fazendo a ligação entre o município de Seia e o município de Gouveia, permitindo uma maior mobilidade da população.

Para facilitar a mobilidade dos municípios dentro da cidade de Seia e em São Romão, a Câmara Municipal de Seia criou, em 2009, um circuito urbano de transportes, assegurado até então por um miniautocarro, designado por VaieVem. Entretanto, visando possibilitar uma resposta mais alargada aos municípios, foram criados novos circuitos do VaieVem, um a operar entre Seia e São Romão e outro apenas em Seia.

Complementarmente aos autocarros, o município colocou em funcionamento, em 2020, um

Inquérito por questionário aplicado à população:

67,84% das pessoas inquiridas consideram existir défice na rede de transportes. As faixas etárias que mais partilham desta opinião são a dos 35 aos 44 anos, a dos 65 aos 74 e a dos acima dos 75.

Inquérito por questionário aplicado à população:

Em todas as faixas etárias, mais de 50% das pessoas inquiridas consideram haver reduzida diversidade de meios de transporte.

sistema de uso partilhado de bicicletas elétricas, a GINGA, um meio alternativo de deslocação aos modos de transporte habituais, mais amigo do ambiente. Composto por um total de quinze bicicletas e três locais de parqueamento na cidade, a Ginga tem vindo a conquistar cada vez mais utilizadores. Ainda que não seja de forma massificada, esta é uma opção válida, tanto nas deslocações diárias, para a realização das tarefas dos cidadãos ou para as atividades de lazer.

A generalidade dos municípios que integram a CIMBSE, onde se inclui o município de Seia, constituem territórios de baixa densidade e pouco procurados enquanto meio de mobilidade, não cumprindo com os níveis mínimos de serviços definidos no Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), sendo a oferta regular de transportes públicos reduzida, principalmente em períodos de interrupção escolar e em horários a meio do dia (exemplo: Viagem Vide → Seia/Seia → Vide, com dois horários de saída com diferença de 5 min (06:35h e às 6:40h) e apenas duas possibilidades de regresso sendo que a primeira é às 13:30h e a última às 18:00h), não satisfazendo, por isso, as necessidades de mobilidade da população mais idosa, razão pela qual se justifica a necessidade de reforço da oferta.

Importa referir que a CIMBSE é a autoridade de transporte competente relativamente aos serviços públicos de transporte de passageiros que se desenvolvem integral ou maioritariamente na área geográfica do município de Seia, por delegação de competências do município em contrato de partilha e delegação de competências assinado em 02/07/2018, nos termos do artigo 10.º do RJSPTP.

A exploração do serviço público de transporte de passageiros flexível (TPF) pode ser efetuada numa ou várias das modalidades previstas no n.º 2 do artigo 34.º do RJSPTP, parte integrante da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho: (i) flexibilidade total ou parcial na determinação das paragens, dos itinerários, das frequências, e dos horários dos serviços; (ii) flexibilidade na capacidade e características dos veículos a afetar a cada serviço; (iii) existência de sistemas de solicitação ou reserva de serviço pelo passageiro (transporte a pedido).

A CIMBSE definiu que os serviços públicos TPF a implementar no seu território se realizariam mediante regime de reserva prévia, de acordo com itinerários, paragens e horários pré-definidos.

Neste contexto, no ano de 2024, foi aprovada a implementação do TPF no concelho de Seia. Um exemplo de uma rota em execução é: Sabugueiro→Póvoa Velha→Aldeia da Serra→Póvoa Nova→Vales→Seia.

Acessibilidades nos Espaços Públicos

O espaço público é um elemento estruturador de uma cidade e tem uma vasta importância na qualidade de vida dos seus habitantes. Este espaço é palco, quer dos equilíbrios, quer das tensões existentes na sociedade, pelo que, no processo de planeamento e construção, a sua valorização se demonstra fundamental.

No concelho de Seia foram reunidos esforços para tornar as instalações mais inclusivas e acessíveis. Cerca de 80% dos espaços públicos, nomeadamente, Biblioteca Municipal, Casa da Cultura, Casa das Artes, Centro de Interpretação da República Afonso Costa e o edifício da Câmara Municipal, foram, recentemente, alvo de intervenções significativas. Alguns destes edifícios foram parcialmente remodelados de modo a estarem adequadamente adaptados para garantir que todos tenham acesso, incluindo áreas críticas como as casas de banho, a pontos de acesso a informação (Balcão Único), instalações culturais, ensino e lazer e pontos turísticos. O objetivo não se prende apenas com o cumprimento de Normas Técnicas de Acessibilidade, mas também com o reforço do compromisso do município de Seia com a inclusão, tornando os serviços públicos acessíveis a toda a comunidade.

Síntese

- ❖ A nível regional, Seia encontra-se na área de influência dos eixos fundamentais IP2/A23, IP5/A25 e IP1/A1, estando os mesmos ligados a Seia pela EN17, pela EN231 e pela EN230- todas sobre jurisdição das Infraestruturas de Portugal;
- ❖ Seia possui níveis de acessibilidade média inferiores à grande maioria dos polos urbanos da região, resultado das ligações deficitárias da rede viária constituída pelas estradas nacionais aos eixos fundamentais;
- ❖ O concelho de Seia não é servido por nenhuma autoestrada, nem por itinerários principais ou complementares, sendo através da EN17 e EN231, que se situam a norte do município, que se efetua a ligação ao IP5/A25, eixo rodoviário estruturante que assegura a principal ligação rodoviária entre o litoral e o interior (Aveiro e Vilar Formoso);
- ❖ O Concelho de Seia apresenta uma rede viária bastante deficitária e que se verifica uma menor densidade de ligação no setor montanhoso, devido aos fortes declives, em oposição ao setor mais aplanado, onde a rede viária é maior, o que facilita a mobilidade populacional;
- ❖ Existem duas entidades que prestam serviço na carreira pública: Autotransportes do Fundão (cobre a zona sul do concelho) e a Marques (cobre a zona norte do concelho);
- ❖ O município de Seia, para facilitar a mobilidade dos cidadãos, criou em 2009, o transporte (miniautocarro) que se estende até São Romão;
- ❖ Em 2020, o município criou um sistema de uso partilhado de bicicletas elétricas, a GINGA, um meio alternativo de deslocação aos modos de transporte habituais, mais amigos do ambiente;
- ❖ No ano de 2024, iniciou-se a implementação do transporte de passageiros flexível a pedido no concelho de Seia;
- ❖ A CIMBSE é a autoridade de transporte competente relativa aos serviços públicos de transporte de passageiros que se desenvolvem integral ou maioritariamente na área geográfica do Município de Seia;

- ✿ A CIMBSE definiu que os serviços de transporte flexível a implementar no seu território se realizarão mediante regime de reserva prévia do serviço, ou seja, na modalidade de Transporte Flexível a Pedido, de acordo com itinerários, paragens e horários pré-definidos;
- ✿ No Concelho de Seia foram reunidos esforços para tornar as instalações mais inclusivas e acessíveis. Cerca de 80% dos espaços públicos foram, recentemente, alvo de melhorias;
- ✿ O Município de Seia mantém o compromisso com a inclusão, tornando os serviços públicos acessíveis a toda a comunidade.

7. Segurança Pública e Justiça

“A segurança é, indiscutivelmente, um fator relevante à coesão social e desenvolvimento económico de um país”

Pereira (2012)

A vivência num ambiente social de paz, ordem e tranquilidade por parte da população está diretamente relacionada com o sentimento de segurança. Neste sentido, a criminalidade e a violência têm impactos negativos no bem-estar dos cidadãos.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Pública, em 2022, existiram no país mais 14,1% participações que no ano anterior. A tendência de aumento da criminalidade foi acompanhada pela sub-região das Beiras e Serra da Estrela e pelo concelho de Seia.

No concelho de Seia, no período analisado, houve um ligeiro aumento do número de crimes, uma vez que em 2021 foram registados pelas forças policiais 676 crimes e em 2022 foram mais 19, ou seja, 695. Todavia, entre 2022 e 2023 assistiu-se a um aumento mais significativo, mais 127, perfazendo um total de 822. À exceção dos municípios da Covilhã, Guarda e Trancoso, os restantes concelhos pertencentes à CIMBSE acompanharam a mesma evolução que o de Seia (Gráfico 78).

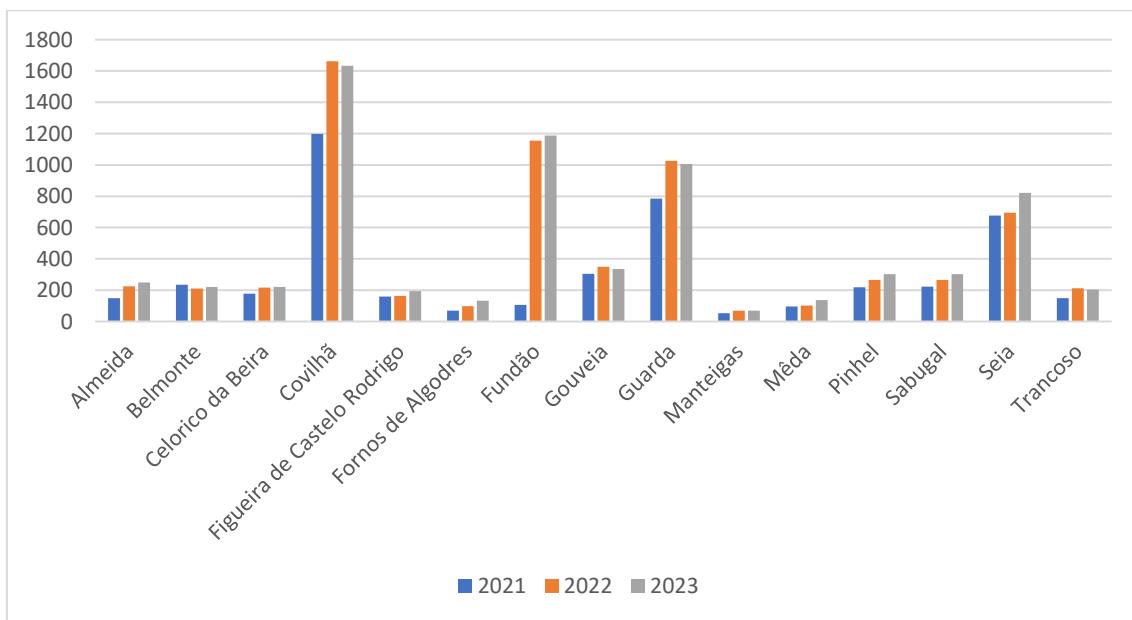


Gráfico 78 | Número de Crimes Registados pelas Polícias, na CIMBSE, 2021-2023

Fonte| PORDATA

No ano de 2023, as polícias no concelho de Seia registaram crimes de distintas tipologias, dos quais se destacam os crimes contra as pessoas (310), que perfaz um total de 37,7% dos crimes registados; os crimes contra o património (285), com 34,7% e os crimes contra a vida em sociedade (111), com 13,5%. Importa ainda realçar que foi apenas registado 1 crime contra a identidade cultural e integridade pessoal, ou seja, 0,1% dos crimes registados (Gráfico 79).

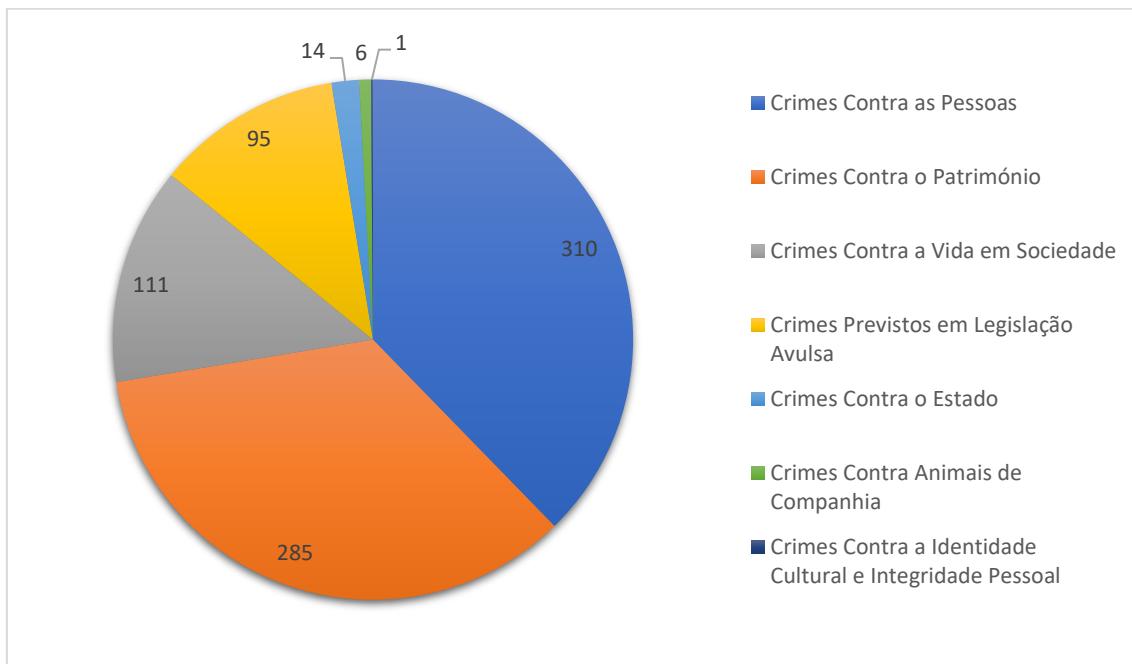


Gráfico 79 | Número de Crimes Registados pelas Polícias no Concelho de Seia, por Tipo, 2023

Fonte| GNR

Segundo a Guarda Nacional Republicana, entre 2022 e 2023, no concelho de Seia, os crimes contra pessoas, contra o património, contra animais de companhia e de legislação avulsa e outros aumentaram e os crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado diminuíram.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, de 2022, após a pandemia tem-se assistido a um agravamento da delinquência juvenil e, no que se refere ao concelho de Seia, em 2023, foram registadas 7 ocorrências, das quais 4 enquadradas na tipologia de crimes contra as pessoas e 3 na tipologia crimes previstos em legislação avulsa (Quadro 47).

Quadro 47 | Quadro - Resumo da Criminalidade Juvenil no Concelho de Seia, 2023

Crimes contra as pessoas	Crimes previstos em legislação avulsa	Tipologia de Crime		N.º de Jovens
		Masculino	Feminino	
4	3	5	2	
Faixas Etárias				
Entre os 12 e os 17 anos				

Fonte| GNR

O Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Seia dinamiza vários projetos dirigidos à população Infantojuvenil no sentido de prevenir comportamentos de risco, tendo sido realizadas 176 ações de sensibilização e temáticas, nomeadamente no âmbito de:

- Internet Segura/Utilização Segura Novas Tecnologias
- Cidadania e Não Discriminação
- Bombas de Carnaval
- Burlas
- Ciberbullying
- Delinquência Juvenil
- O Papel da GNR
- Violência Doméstica
- Prevenção da Radicalização (Terrorismo)
- Violência entre Pares (Ex: Bullying)
- Violência na Escola
- Violência no Namoro
- Segurança Infantil
- Prevenção do Consumo do Álcool
- Prevenção do Consumo de Drogas

Inquérito por questionário aplicado à população:

24,62% das pessoas inquiridas consideram os roubos e furtos um problema;

32,16% das pessoas inquiridas consideram a violência contra idosos um problema. As faixas etárias que mais partilham desta opinião são a dos 35 aos 44 anos e dos 45 aos 54;

37,69% das pessoas inquiridas consideram o tráfico de estupefacientes um problema. A faixa etária que mais partilha desta opinião é a dos 25 aos 34 anos com 46,67%;

39,20% das pessoas inquiridas consideram a violência doméstica um problema. A faixa etária que mais partilha desta opinião é a dos 55 aos 64 anos. Respondem afirmativamente 41,13% pessoas do sexo feminino.

Síntese

- ❖ De acordo com o Relatório Anual de Segurança Pública, em 2022, existiram no país mais 14,1% participações que no ano anterior. A tendência de aumento da criminalidade foi acompanhada pela sub-região das Beiras e Serra da Estrela e pelo concelho de Seia;
- ❖ No concelho de Seia houve um ligeiro aumento do número de crimes, uma vez que em 2021 foram registados pelas forças policiais 676 crimes e em 2022 foram mais 19, ou seja, 695. Todavia, entre 2022 e 2023 assistiu-se a um aumento mais significativo, mais 127, perfazendo um total de 822;
- ❖ No concelho de Seia os crimes “contra pessoas” perfazem um total de 37,7% dos crimes registados em 2023;
- ❖ De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2022, após a pandemia tem-se assistido a um agravamento da delinquência juvenil. No concelho de Seia foram registadas sete ocorrências das quais 4 enquadradas na tipologia de crimes contra as pessoas e 3 na tipologia crimes previstos em legislação avulsa;
- ❖ O Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Seia dinamiza vários projetos dirigidos à população Infantojuvenil no sentido de prevenir comportamentos de risco, tendo sido realizadas 176 ações de sensibilização.

8. Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social

Ao longo do tempo tem-se assistido a várias transformações sociais, tanto demográficas como familiares. É fundamental inovar a intervenção social e ajustar as respostas sociais no sentido de dar resposta a algumas dessas alterações, nomeadamente o envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida, a estrutura e modelos de família e os indicadores de exclusão social. Hoje, mais do que nunca, os equipamentos e respostas sociais precisam de se tornar flexíveis para conseguir responder de forma eficaz às mudanças constantes e complexas da realidade social.

Rede de Equipamentos e Respostas Sociais

A rede de equipamentos e respostas sociais do concelho de Seia é crucial no desenvolvimento e proteção social, uma vez que promove a inclusão e coesão social e proporciona respostas sociais adequadas às necessidades da população residente, em particular, às pessoas em situação de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade dos grupos sociais prende-se com problemáticas cada vez mais amplas e abrangentes, o que exige uma intervenção de proximidade, integrada e inovadora, que seja eficiente na minimização/erradicação das necessidades diversificadas da população pertencente aos referidos grupos.

No concelho de Seia, em maio de 2024, existiam 46 equipamentos sociais⁵⁰, sendo 11 dirigidos a crianças e jovens (24%), 28 à população idosa (64%), 3 a pessoas com deficiência e/ou incapacidade (6%) e 4 à comunidade em geral (9%). A proporção de equipamentos sociais dirigidos às pessoas idosas traduz o acentuado envelhecimento da população no território em análise (Gráfico 80).

⁵⁰ Equipamento social: Toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas.

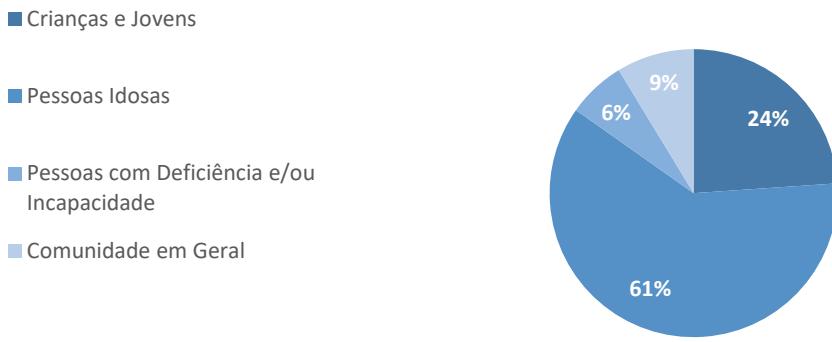


Gráfico 80 | Equipamentos Sociais Segundo a População-Alvo no Concelho de Seia, 2024

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Da análise ao Gráfico 81, constata-se que, em maio de 2024, a maioria das respostas sociais⁵¹ existentes no concelho, 70, pertencem à rede solidária (86%), existindo apenas 8 respostas no âmbito da rede pública (10%) e 3 da rede privada (4%). Importa salientar que, no que se refere à rede pública, a oferta cinge-se aos Agrupamentos de Escolas e às Unidades de Cuidados Hospitalares e Primários da ULS da Guarda. Quanto à rede lucrativa, esta agrupa apenas Estruturas Residenciais para Idosos.

Inquérito por questionário aplicado à população:

66,67% das pessoas com idade superior a 65 anos consideram existir défice de vagas nos equipamentos sociais.

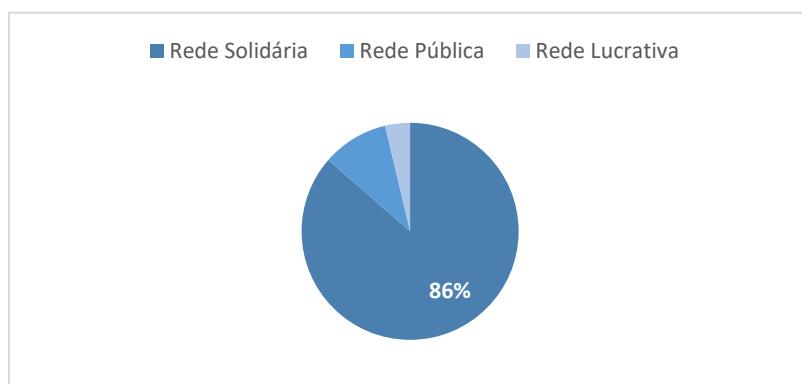


Gráfico 81 | Respostas Sociais, por Natureza Jurídica, no Concelho de Seia, 2024

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais

⁵¹ Resposta social: Conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidos em equipamentos, ou a partir destes, vocacionados para o apoio a pessoas e/ou famílias. As respostas sociais enquadradas na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais.

Respostas Sociais no âmbito da Infância e Juventude

No concelho de Seia existiam, em maio de 2024, cinco tipos de respostas sociais para crianças e jovens: creche⁵², jardim-de-infância⁵³, centro de atividades de tempos livres⁵⁴, centro de acolhimento para crianças e jovens em risco⁵⁵ e apartamento de autonomização⁵⁶. Assim, nesse âmbito, existiam 22 respostas sociais destinadas à população em epígrafe, designadamente 5 creches, 11 jardins-de-infância, 4 Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) e 2 respostas sociais para crianças e jovens em perigo (um centro de acolhimento de crianças e jovens em risco e um apartamento de autonomização).

Em análise à taxa de ocupação das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens no concelho de Seia, é possível verificar que, em maio de 2024, esta era de 91% em creche, no que se refere aos estabelecimentos de educação pré-escolar era de 66% e na resposta social de CATL era de 71%. Relativamente às respostas sociais para crianças e jovens em perigo, constata-se que o centro de acolhimento de crianças e jovens em risco detinha uma taxa de ocupação de 75% e o apartamento de autonomização de 100% (Quadro 48).

De acordo com os dados recolhidos junto das entidades em causa no que se refere às listas de espera das respostas sociais para crianças e jovens, verifica-se que, em maio de 2024, no concelho de Seia, havia 2 crianças em lista de espera para a valência de creche, na freguesia de Paranhos, e 20 crianças/jovens em lista de espera para o CATL na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros.

⁵² Creche: Resposta social, de natureza socioeducativa, para crianças dos 4 meses aos três anos de idade;

⁵³ Jardim-de-Infância: Resposta vocacionada para o desenvolvimento da criança dos 3 anos 6 anos de idade, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família;

⁵⁴ Centro de Atividades de Tempos Livres: Resposta social, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho;

⁵⁵ Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência: Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, destinada ao acolhimento urgente determinado pela necessidade de proteção imediata em situação de perigo atual ou eminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança/jovem;

⁵⁶ Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção da Autonomia dos Jovens: Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em espaços habitacionais (apartamento de autonomização) destinados a preparar os jovens para a vida ativa, desde que para tal demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades, devendo ser salvaguardada a sua individualidade e privacidade por forma a que possam adquirir, progressivamente, autonomia de vida.

Quadro 48| Capacidade e Taxa de Ocupação das Respostas Sociais para Crianças e Jovens no Concelho de Seia

Resposta Social	Capacidade	Taxa de Ocupação
Creche	286	91%
Jardim-de-Infância	570	66%
CATL	185	71%
Centro de Acolhimento	15	75%
Apartamento de Autonomização	5	100%

Fonte| Dados disponibilizados pelas entidades sociais

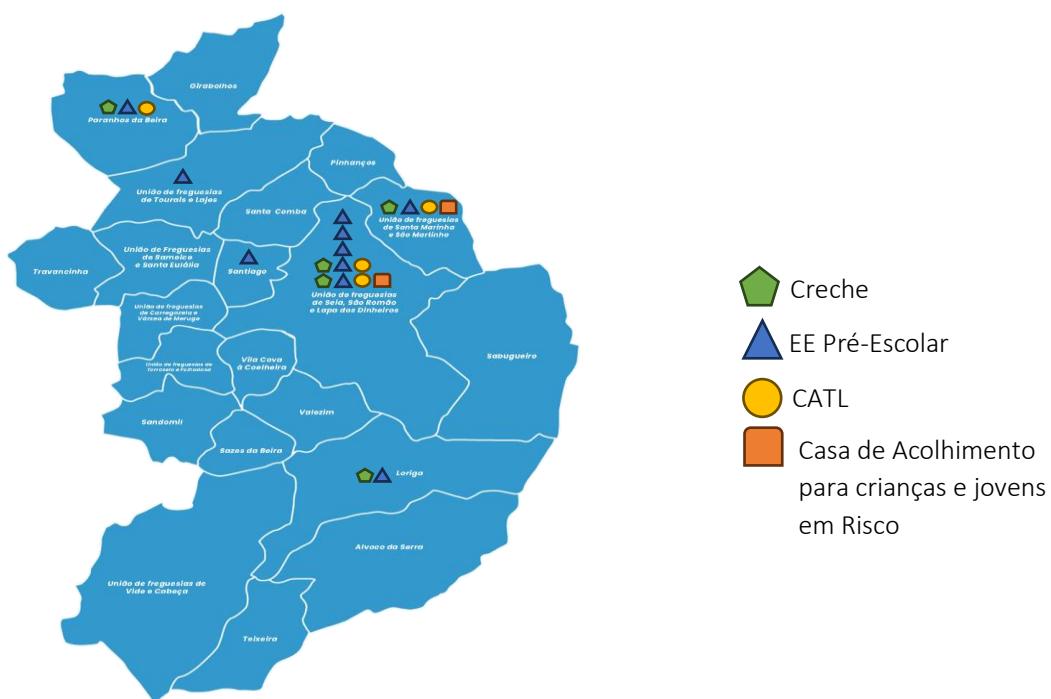
No Município de Seia, existiam, em maio de 2024, 14 equipamentos sociais, dispersos pelo concelho, que disponibilizavam as 22 respostas sociais para crianças e jovens apresentadas (Quadro 49 e Figura 12).

Quadro 49| Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Crianças e Jovens no Concelho de Seia, 2024

Freguesia	Equipamento Social	Resposta Social
Loriga	Escola Básica Dr. Reis Leitão (AE Dr. Guilherme Correia Carvalho)	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	Centro de Assistência Paroquial de Loriga	Creche
		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
Paranhos	Centro de Assistência Social Nossa Senhora de La Salette	Creche
		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
		CATL
Santiago	Jardim de Infância de Santiago (AE Seia)	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
U.F. Santa Marinha e São Martinho	Fundação Aurora da Ressurreição Coelho Borges	Creche
		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
		CATL
	Solar do Mimo	Casa de Acolhimento com unidade de apoio e promoção da autonomia dos jovens – apartamento de autonomização
	Escola Básica de Seia (AE Dr. Guilherme Correia de Carvalho)	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

U.F. Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	Escola Básica de S. Romão (AE Dr. Guilherme Correia de Carvalho)	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	Escola Básica Dr. Abrantes Ferrão (AE Seia)	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	Casa do Povo de Seia	CATL
	Centro Paroquial de Seia	Creche
		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
		CATL
	Santa Casa da Misericórdia de Seia	Creche
		Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
U.F. Tourais e Lajes	Solar do Mimo	Casa de Acolhimento para Respostas a situações de Emergência
	Escola Básica de Tourais/Paranhos (AE Seia)	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais



Mapa 3 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Crianças e Jovens, 2024

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Impõem-se agora referenciar, destacar e caracterizar, devido à sua especificidade, duas respostas sociais para crianças e jovens que atuam no concelho de Seia,

nomeadamente o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental⁵⁷ (CAFAP), e o Solar do Mimo.

CAFAP - SOS da Guarda da Associação das Aldeias de Crianças SOS Portugal

As principais funções dos CAFAP incluem:

1. Apoio à Parentalidade: oferecer orientação e suporte aos pais para melhorar as competências parentais e promover o bem-estar das crianças e jovens.
2. Intervenção Familiar: trabalhar diretamente com as famílias para resolver conflitos, melhorar a comunicação e fortalecer os laços familiares.
3. Prevenção de Situações de Risco: implementar programas e ações que visem prevenir situações de risco social, como abandono escolar, violência doméstica e negligência infantil.
4. Acompanhamento Psicossocial: proporcionar intervenção de cariz psicológico e social às famílias para ajudar a superar dificuldades emocionais e sociais.
5. Promoção da Inclusão Social: desenvolver atividades e projetos que promovam a inclusão social das famílias e indivíduos, facilitando o acesso a serviços e recursos comunitários.

Os CAFAP são geridos por instituições particulares de solidariedade social, associações e cooperativas, em parceria com organismos públicos e entidades locais. Estes centros desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar das famílias e na proteção dos direitos das crianças e jovens em Portugal.

No concelho de Seia existe a intervenção de um CAFAP - SOS da Guarda da Associação das Aldeias de Crianças SOS Portugal - que em maio de 2024 tinham em intervenção 10 famílias do concelho. Através destas 10 famílias foi proporcionada intervenção junto de 20 crianças com idades compreendidas entre os 3 os 16 anos, sendo 11 do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Destas 20 crianças, 2 encontravam-se em acolhimento residencial. A totalidade das famílias intervencionadas foram encaminhadas

⁵⁷ Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: Resposta social, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

pelo Tribunal e /ou Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal (EMAT). No que à modalidade de intervenção diz respeito, as 10 famílias encontravam-se distribuídas pelas 3 modalidades do CAFAP: 2 na modalidade de Preservação Familiar⁵⁸, 3 na modalidade Reunificação Familiar⁵⁹ e 5 na modalidade Ponto de Encontro Familiar⁶⁰.

Solar do Mimo

O Solar do Mimo é uma instituição dedicada ao acolhimento e apoio de crianças e jovens em situação de risco. Através de um Centro de Acolhimento, oferece um ambiente seguro, promovendo o bem-estar e o integral desenvolvimento das crianças e jovens. Além do Centro de Acolhimento, o Solar do Mimo dispõe de um apartamento de autonomização, destinado a jovens que estão em transição para a vida adulta, proporcionando-lhes a oportunidade de desenvolver competências essenciais para a independência. No apartamento de autonomização, os jovens aprendem a gerir as suas finanças, cuidar do lar, preparar refeições e tomar decisões de forma responsável, sempre com o acompanhamento e orientação da equipa técnica da instituição.

O Solar do Mimo trabalha diariamente para criar um futuro melhor para todas as crianças e jovens que acolhe, garantindo-lhes as ferramentas necessárias para uma vida autónoma e realizada.

Através do Quadro 50 e 51, verifica-se que o Centro de Acolhimento de crianças e jovens em risco - Solar do Mimo, em maio de 2024, acolhia 11 crianças e jovens provenientes de diversos pontos do país, sendo que 9 eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Relativamente aos jovens que se encontravam no apartamento de

⁵⁸ Modalidade de Preservação Familiar visa prevenir a retirada da criança ou do jovem do seu meio natural de vida;

⁵⁹ Modalidade de Reunificação Familiar visa o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção focalizada e intensiva que pode decorrer em espaço domiciliário e ou comunitário;

⁶⁰ Modalidade de Ponto de Encontro Familiar constitui -se como um espaço neutro e idóneo que visa a manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares nos casos de interrupção ou perturbação grave da convivência familiar, designadamente em situação de conflito parental e de separação conjugal, mediante uma atuação que: a) Proporcione encontros familiares em condições adequadas de segurança e bem -estar para as crianças ou jovens, designadamente no que respeita ao regime do exercício das responsabilidades parentais em situações de divórcio ou separação de pessoas; b) Promova e facilite um clima de consenso e responsabilidade, através de um trabalho psicopedagógico e social, conducente a uma mínima intervenção judicial.

autonomia, estes eram 5, todos do sexo masculino, e provenientes da Gâmbia e Guiné-Bissau.

Quadro 50| Caracterização das Crianças e Jovens do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens em Risco - Solar do Mimo, 2024

Idade	N.º	Proveniência	N.º	Sexo	N.º
8 anos	1	Cantanhede	2	Masculino	9
13 anos	1	Castelo Branco	1		
14 anos	1	Fornos de Algodres	2		
15 anos	2	Foz Côa	1	Feminino	2
16 anos	3	Seia	2		
17 anos	1	Trancoso	1		
18 anos	2	Viseu	2		

Fonte| Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Quadro 51| Caracterização dos Jovens do Apartamento de Autonomia - Solar do Mimo, 2024

Idade	N.º	Proveniência	N.º	Sexo	N.º
17 anos	1	Gâmbia	1	Masculino	5
18 anos	4	Guiné-Bissau	4		

Fonte| Dados disponibilizados pelas entidades sociais

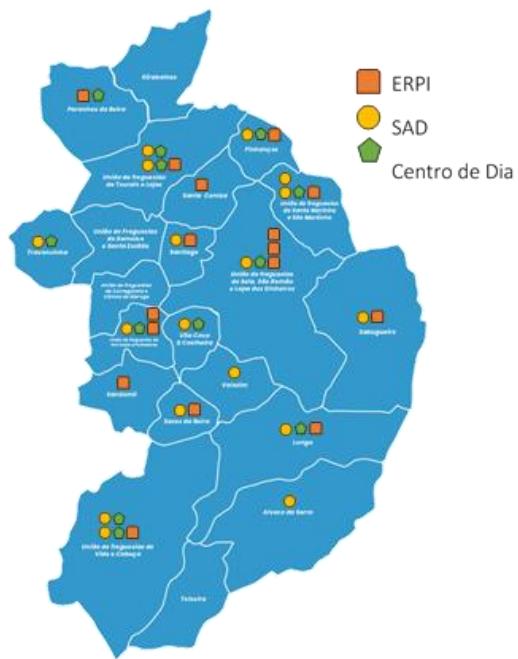
Respostas Sociais no âmbito do Envelhecimento

No concelho do Seia existiam, em maio de 2024, três tipos de respostas sociais para a população idosa: Centro de Dia⁶¹, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)⁶² e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)⁶³, distribuídas pelo território (Figura 13).

⁶¹ Centro de Dia: Resposta social, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar;

⁶² Estrutura Residencial para Pessoas Idosas: Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem;

⁶³ Serviço de Apoio Domiciliário: Resposta social, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.



Mapa 4 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Pessoas Idosas no Concelho de Seia, 2024

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Assim, em maio de 2024, existiam, no concelho de Seia, 26 equipamentos sociais e 49 respostas sociais, designadamente 13 Centros de Dia, 16 ERPI e 17 SAD, tal como consta no Quadro 52.

Quadro 52| Equipamentos Sociais Segundo a Resposta, a Capacidade, a Taxa de Ocupação e a Lista de Espera das Respostas Sociais para a População Idosa no Concelho de Seia, 2024

Freguesia	Equipamento Social	Resposta Social	Capacidade	Taxa de Ocupação	Lista de Espera
Alvoco da Serra	Centro Paroquial de Assistência de Alvoco da Serra	SAD	42	79%	-
Loriga	Associação Loriguense de Apoio à 3ª Idade	SAD	27	100%	10
		Centro de Dia	16	100%	-
	Centro de Assistência Paroquial de Loriga	Centro de Dia	25	60%	-
		ERPI	42	100%	67

Paranhos	Associação Humanitária de Paranhos da Beira	Centro de Dia	12	33%	-
		ERPI	55	100%	30
Pinhanços	Associação Humanitária, Social e Cultural de Pinhanços	SAD	90	78%	-
		Centro de Dia	15	100%	-
		ERPI	65	100%	10
Sabugueiro	Associação de Beneficência do Sabugueiro	SAD	32	47%	-
		ERPI	39	100%	2
Sandomil	Associação Humanitária de Sandomil	ERPI	58	100%	5
Santa Comba	A Casa dos Meus Avós	ERPI	39	100%	-
Santiago	Santa Casa da Misericórdia de Seia	SAD	30	90%	-
		ERPI	65	100%	77
Sazes da Beira	Centro Social Paroquial de Sazes da Beira	SAD	12	67%	-
		ERPI	58	100%	10
Travancinha	Fundação Angelina Ferreira Moutinho	SAD	24	88%	-
		Centro de Dia	21	81%	-
U.F. de Santa Marinha e São Martinho	Centro Social Paroquial de Santa Marinha	SAD	50	100%	-
	Fundação Aurora da Ressurreição Coelho Borges	Centro de Dia	20	5%	-
		ERPI	60	100%	2
		SAD	40	85%	-
U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	Centro Paroquial de Seia	ERPI	60	100%	71
	Centro Social Quinta do Monterroso	Centro de Dia	10	80%	-
		SAD	35	74%	-
		ERPI	52	100%	14
	Residência Séniior Dona Emília	ERPI	41	100%	10
	Associação de Beneficência e Solidariedade Social de Torrozelo	Centro de Dia	31	6%	-

U.F. de Torrozelo e Folhadosa		SAD	30	47%	-
		ERPI	21	100%	13
	Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque - Casa de Repouso Nossa Senhora do Socorro	ERPI	60	113%	250
U.F. de Tourais e Lajes	Ass. Beneficência e Solidariedade de Lajes	SAD	40	68%	-
		Centro de Dia	6	100%	-
	Ass. Beneficência Social e Cultural de Tourais	SAD	62	94%	-
		Centro de Dia	20	60%	-
	Casa do Divino Salvador - Acolhimento e Apoio à 3ª Idade	ERPI	16	100%	3
U.F. de Vide e Cabeça	Associação de Promoção Social dos Habitantes da Freguesia de Vide - Lar D. Guiomar de Almeida Santos	ERPI	20	100%	3
	Casa do Povo de Vide	SAD	65	71%	-
		Centro de Dia	16	94%	-
	Centro de Apoio à 3ª Idade de Cabeça	SAD	65	37%	-
		Centro de Dia	8	25%	-
Valezim	Ass. Valezinense de Apoio à 3ª Idade	SAD	39	72%	-
Vila Cova à Coelheira	Centro de Solidariedade Social de Vila Cova à Coelheira	SAD	20	70%	-
		Centro de Dia	6	100%	-

Fonte| Dados disponibilizados pelas entidades sociais

No que concerne à taxa de ocupação, no concelho de Seia, em maio de 2024, na resposta Centro de Dia esta era de 58%, na da ERPI era de 103%, e, por último, a resposta de SAD registava uma taxa de ocupação de 74% (Quadro 53).

Inquérito por questionário aplicado à população:

31,15% das pessoas inquiridas consideram que existem poucos centros de convívio para idosos não institucionalizados.

Quadro 53| Capacidade e Taxa de Ocupação das Respostas Sociais para a População Idosa no Concelho de Seia, 2024

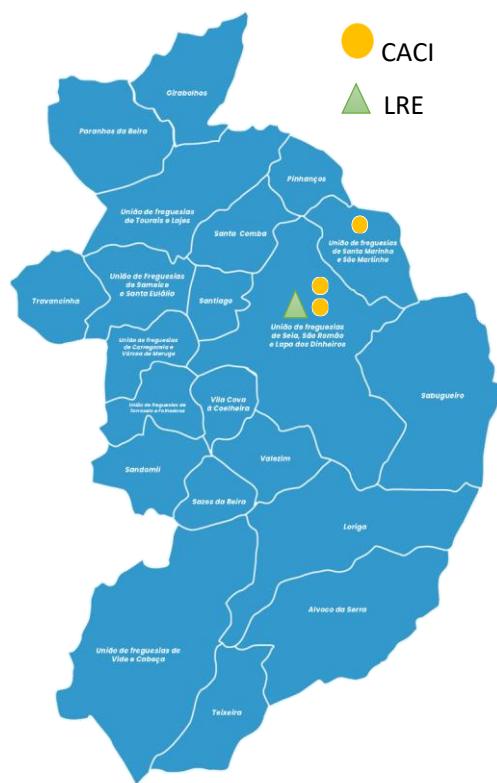
Resposta Social	Capacidade	Taxa de Ocupação
Centro de Dia	206	58%
Estrutura Residencial para Idosos	739	103%
Serviço de Apoio Domiciliário	703	74%

Fonte| Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Assim, considerando o Quadro 52 e 53, conclui-se que, em maio de 2024, a única resposta social destinada à população idosa que apresentava lista de espera eram as ERPI. Nestas, e apesar de a taxa de ocupação já ultrapassar os 100%, uma vez que existiam equipamentos sociais a dar resposta a situações emergentes, havia ainda 557 pessoas em lista de espera nas várias ERPI do concelho.

Respostas sociais para Pessoas com Deficiência e Incapacidade

No concelho de Seia existiam, em maio de 2024, dois tipos de respostas sociais para pessoas com deficiência e incapacidade: Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e Lar Residencial (LRE), num total de 4 equipamentos sociais, que eram assumidos por 3 instituições, designadamente a Casa do Povo de Seia, a Casa Santa Isabel e a Fundação Aurora Ressurreição Coelho Borges. De referir ainda que, à mesma data, 2 instituições de outros concelhos davam resposta a esta população, nomeadamente a Associação de Beneficência Popular de Gouveia (ABPG) e a Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres (APSCDFA) (Figura 14).



Mapa 5 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Em análise ao Quadro 54, é possível concluir que a taxa de ocupação das respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência e incapacidade, em maio de 2024, era de 100% em LRE e também em todos os CACI, à exceção do da Casa do Povo de Seia que era de 73,33%. Relativamente à lista de espera, esta existia em todos os equipamentos sociais, para a valência de CACI e LRE, não sendo possível quantificar o número com exatidão. O número total de utentes, nas 3 instituições, era de 101, a partir dos 18 anos, sendo maioritariamente do sexo masculino.

Quadro 54 | Equipamentos Sociais no Concelho de Seia, por Resposta, Capacidade, Taxa de Ocupação e Lista de Espera no Âmbito da Deficiência/Incapacidade, 2024

e Lapa dos Dinheiros						26 – 35 anos	4	Masc	2
								Fem	2
						36 -45 anos	5	Masc	3
								Fem	2
						46 – 55 anos	7	Masc	5
								Fem	2
U.F. Seia, S. Romão e Lapa dos Dinheiros	Casa Santa Isabel	CACI	45	100%	-	56 – 65 anos	3	Masc	0
								Fem	3
						18 – 25 anos	2	Masc	2
								Fem	0
						26-35 anos	12	Masc	7
								Fem	5
						36-45 anos	17	Masc	11
								Fem	6
						46-55 anos	8	Masc	3
								Fem	5
			45	100%	-	56-65 anos	4	Masc	2
								Fem	2
						>65 anos	2	Masc	2
								Fem	0
						18 – 25 anos	1	Masc	1
								Fem	0
						26-35 anos	12	Masc	6
								Fem	6
						36-45 anos	11	Masc	8
								Fem	3

U.F. Seia, S. Romão e Lapa dos Dinheiros	Casa Santa Isabel	LRE	-	46-55 anos	13	Masc	8
						Fem	5
				56-65 anos	6	Masc	2
						Fem	4
				>65 anos	2	Masc	2
						Fem	0
U.F. Santa Marinha e S. Martinho	Fundação Aurora Ressurreição Coelho Borges	CACI e LRE (Utentes em CACI estão em LRE)	24	100%	≈10	18-25 anos	0
						26-35 anos	4
						Masc	1
						Fem	3
						36-45 anos	6
						Masc	3
						Fem	3
						46-55 anos	8
						Masc	4
						Fem	4
Fornos de Algodes	APSCDFA	CACI	19	84,2%	-	56-65 anos	4
						Masc	2
						Fem	2
						> 65 anos	2
						Masc	0
						Fem	2

Fonte| Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Quanto à Associação de Beneficência Popular de Gouveia, esta dava resposta, em maio de 2024, a 141 pessoas com deficiência e incapacidade, nomeadamente em Lar Residencial e em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, não divulgando, contudo, o concelho de proveniência dos mesmos. Todavia, é possível verificar que a lista de espera é deveras significativa (Quadro 55).

Quadro 55| Dados Relativos às Pessoas com Deficiência e Incapacidade, no ABPG, 2024

Equipamento	Tipologia	Capacidade	N.º de Utentes	N.º de Acordos de Cooperação	Nº de Utentes Comparticipados	Lista de Espera
Equipamento Social da Associação de Beneficência Popular de Gouveia - Lar Residencial São Mamede	Lar residencial	51	52	51	51	30
Equipamento Social II da Associação de Beneficência Popular de Gouveia	Centro de atividades e capacitação para a inclusão	60	59	60	58	20
Equipamento Social da Associação de Beneficência Popular de Gouveia - Lar Residencial Nun' Álvares	Lar residencial	30	30	30	28	50

Fonte | Câmara Municipal de Gouveia

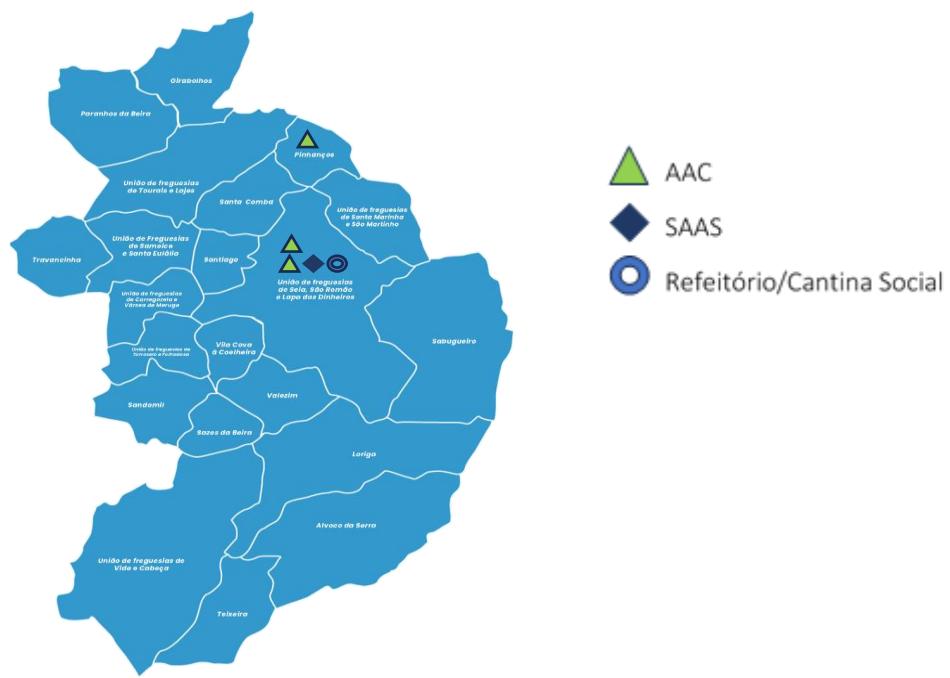
Respostas Sociais de Apoio à Família e à Comunidade

No concelho do Seia existiam, em maio de 2024, três tipos de respostas sociais no âmbito do apoio à família e à comunidade: Ajuda Alimentar a Carenciados (AAC)⁶⁴, Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)⁶⁵ e Refeitório/Cantina

⁶⁴ Ajuda Alimentar a Carenciados: Resposta social, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias;

⁶⁵ Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social: Serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social;

Social⁶⁶. Assim, contabilizavam-se 4 AAC assumidos pela Associação Humanitária, Social e Cultural de Pinhanços, pelo Centro Paroquial de Seia, pela Casa do Povo de Vide e pela Santa Casa da Misericórdia de Seia, que assumia também 1 Refeitório/Cantina Social. O Centro Social Quinta do Monterroso era a responsável pelo único SAAS existente (Figura 15).



Mapa 6 | Distribuição Territorial das Respostas Sociais para Família e Comunidade no Concelho de Seia, 2024

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Relativamente a taxa de ocupação da resposta social AAC, esta era, em maio de 2024, de 94% e a resposta social Refeitório/Cantina Social registava uma taxa de ocupação de 92% (Quadro 54). O SAAS, não tendo capacidade máxima para apoio à comunidade, não regista taxa de ocupação (Quadro 56).

Quadro 56 | Capacidade e Taxa de Ocupação das Respostas Sociais para Famílias e Comunidade no Concelho de Seia, 2024

Resposta Social	Capacidade	Taxa de Ocupação
Ajuda Alimentar a Carenciados	365	94%

⁶⁶ Refeitório/Cantina Social: Resposta social, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

Refeitório/Cantina Social	13	92%
---------------------------	----	-----

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais

As respostas sociais para Famílias e Comunidade no Concelho de Seia, estavam assim integradas em 5 equipamentos sociais (Quadro 57).

Quadro 57| Equipamentos Sociais Segundo a Resposta, a Capacidade e a Taxa de Ocupação das Respostas Sociais para Famílias e Comunidade no Concelho de Seia, 2024

Freguesia	Equipamento Social	Resposta Social	Capacidade	Taxa de Ocupação
Pinhanços	Associação Humanitária, Social e Cultural de Pinhanços	AAC	136	100%
UF Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	Centro Paroquial de Seia	AAC	138	100%
	Centro Social Quinta do Monterroso	SAAS	-	-
	Santa Casa da Misericórdia de Seia	AAC	75	100%
UF Vide e Cabeça	Casa do Povo de Vide	Refeitório/Cantina Social	13	92%
		AAC	16	75%

Fonte | Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Outros Serviços e Apoios Sociais Existentes no Concelho de Seia

Cantina Social

Para além das respostas sociais apresentadas, o concelho de Seia contava ainda, em 2024, com outras medidas/apoios à comunidade e às famílias, nomeadamente a Cantina Social, da Segurança Social, no âmbito do Programa de Emergência Social (PES).

O apoio de emergência alimentar (Cantina Social) concretizava-se através do fornecimento de refeições diárias e gratuitas, no sentido de colmatar necessidades da população ao nível da alimentação. Dispersos pelo concelho, existiam 6 equipamentos sociais que disponibilizavam a resposta de emergência social apresentada,

nomeadamente a Associação Loriguense de Apoio à 3^a Idade, a Associação Humanitária, Social e Cultural de Pinhanços, a Fundação Aurora Ressurreição Coelho Borges, o Centro Social Quinta do Monterroso, a Associação de Beneficência Social e Cultural de Tourais e a Casa do Povo de Vide; com uma taxa de ocupação total de 94% (Quadro 58).

Quadro 58 | Resposta de Emergência Social—Cantina Social no Concelho de Seia, por Equipamento Social e Freguesia, 2024

Freguesia	Equipamento Social	N.º Refeições Protocoladas	Taxa de Ocupação
Loriga	Ass. Loriguense de Apoio à 3 ^a Idade	9	100%
Pinhanços	Associação Humanitária, Social e Cultural de Pinhanços	12	100%
UF de Santa Marinha e S. Martinho	Fundação Aurora Ressurreição Coelho Borges	6	83%
UF de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	Centro Social Quinta do Monterroso	7	100%
UF Tourais e Lajes	Associação de Beneficência Social e Cultural de Tourais	30	90%
UF Vide e Cabeça	Casa do Povo de Vide	7	100%
Total		71	94%

Fonte | Carta Social Intermunicipal CIMBSE 2024-2028

Lojas Sociais

O concelho de Seia dispunha, em maio de 2024, de uma rede de lojas sociais. A rede “Entrelaços”, criada em 2010, é um projeto abrangente que procura dar resposta a necessidades prioritárias da população, com o objetivo de 1) promover e contribuir para uma melhoria das condições de vida dos indivíduos ou famílias em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição de bens de diversa ordem (constituem exemplo de bens: vestuário, calçado, têxteis, eletrodomésticos, mobiliário, equipamento doméstico, bem como alimentos, equipamento de ajudas técnicas, artigos para a infância, brinquedos, entre outros); 2) estimular a participação e o trabalho em rede com

os parceiros locais, para o qual cada entidade da “Entrelaços” fica responsável pela manutenção do seu centro de recursos; 3) dinamizar a plataforma informática da gestão em rede das várias entidades recetoras de bens pertencentes à “Entrelaços”, implicando a partilha de dados ao nível do registo de bens existentes e das famílias, evitando a sobreposição na intervenção com as mesmas; 4) promover a preservação ambiental, contribuindo para o combate ao desperdício e procedendo ao reaproveitamento de bens e equipamentos; 5) Apoiar a população do concelho, na melhoria das condições de organização, salubridade e conforto do lar dos seus habitantes; 6) ampliar o envolvimento de empresas e instituições, apelando à responsabilidade social das mesmas; 7) estimular a sociedade civil na recolha de bens, mas também no “apadrinhamento” e identificação/encaminhamento de situações de carência para a Loja Social.

A estrutura em rede é composta por Lojas Sociais do município de Seia, da Santa Casa da Misericórdia de Seia, da Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Seia, da Cáritas Paroquial de Seia, da Cáritas Paroquial de S. Romão e do Solar do Mimo. No Quadro 59 podemos observar que, em 2023, foram apoiadas 119 famílias, 287 cidadãos e 46 crianças/jovens.

Quadro 59| Equipamento Pertencentes à Rede "Entrelaços", Segundo o Número de Famílias, Cidadãos e Crianças e Jovens Apoiados, 2023

Equipamento Social	Tipo de Apoio	N.º	N.º de	N.º
		Famílias Apoiadas	cidadãos apoiados	Crianças/Jovens apoiados
Município de Seia	vestuário, calçado, têxteis, brinquedos, material didático e mobiliário	53		
Santa Casa da Misericórdia de Seia	Vestuário, calçado, têxteis e mobiliário		110	
Cáritas Paroquial de Seia				
Cáritas Paroquial de S. Romão				
Cruz Vermelha Portuguesa – núcleo de Seia	vestuário, calçado, têxteis, brinquedos, material didático e mobiliário	32	64	7

Solar do Mimo	Apoio Alimentar	34	113	39
----------------------	-----------------	----	-----	----

Fonte| Dados disponibilizados pelas entidades sociais

Programa ABEM

O Programa ABEM, integrado numa Rede Solidária do Medicamento protocolado com a Associação Dignitude, tem como objetivo garantir a cidadãos em situação de carência económica o acesso a medicamentos prescritos por receita médica, cobrindo, no receituário, o valor não comparticipado pelo Serviço Nacional de Saúde. O referido Programa destina-se assim a pessoas que se encontrem numa situação de comprovada carência económica, cuja captação seja inferior a 50% do IAS.

No âmbito do protocolo, a Câmara Municipal de Seia compromete-se a financiar, anualmente, em 100€ da comparticipação solidária ABEM: por cada beneficiário identificado e registado pelo mesmo, ficando os restantes montantes a cargo do Fundo Solidário ABEM, composto por uma rede de parcerias que assegura o circuito solidário do medicamento.

O programa tem a duração de um ano, automaticamente renovado por iguais e sucessivos períodos, sendo desenvolvido, gerido e operacionalizado pela Associação Dignitude, ficando a cargo da autarquia Senense a referenciação das pessoas socialmente vulneráveis enquadráveis no mesmo. Esta medida de apoio garante aos cidadãos condições de acesso aos medicamentos de que necessitam, sendo um importante complemento ao Programa Municipal de Comparticipação em Despesas com Medicamentos, promovido pela Câmara Municipal de Seia, destinado a apoiar munícipes idosos e pensionistas por invalidez.

No ano de 2023, no concelho de Seia, o Programa ABEM apoiou 62 pessoas através do pagamento de medicamentos, no valor de 10 134,48€. Verifica-se assim que foram apoiadas mais 15 pessoas face ao ano de 2022 (Gráfico 82).

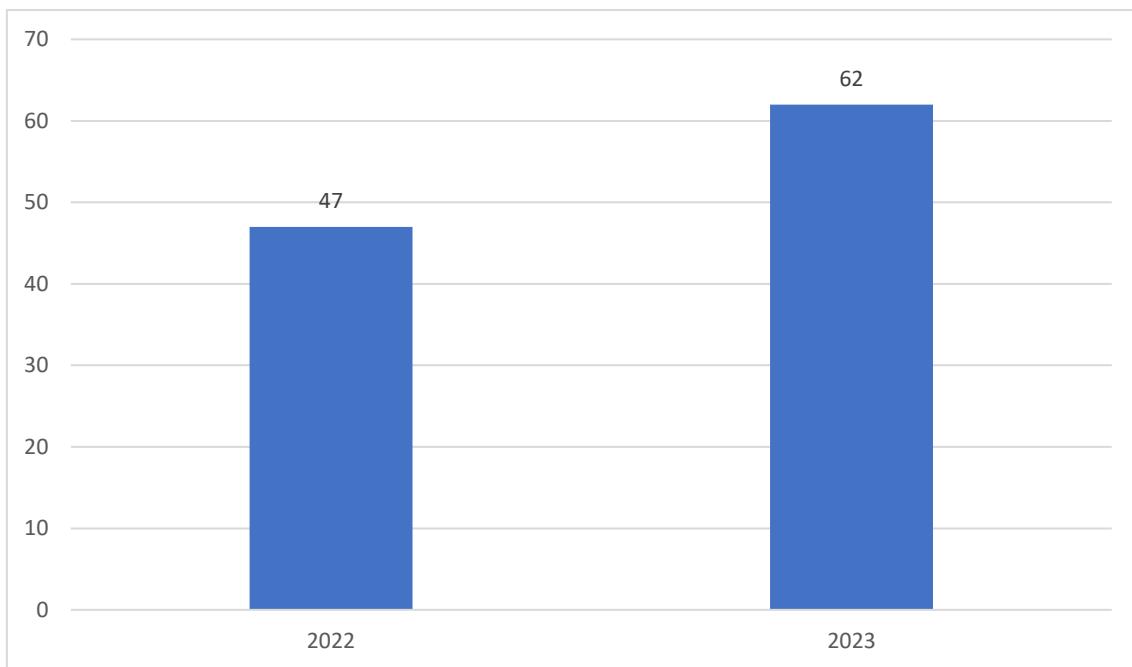


Gráfico 82 | Número de Pessoas Apoiadas no Âmbito do Programa ABEM no Concelho de Seia, 2023

Fonte| Câmara Municipal de Seia

Comparticipação em Despesas com Medicamentos

O apoio do Programa Municipal de Comparticipação em Despesas com Medicamentos encontra-se inserido na política de combate às desigualdades sociais do município de Seia e tem como objetivo apoiar a compra de medicamentos, através de uma comparticipação pecuniária.

O apoio concretiza-se sob a forma de reembolso de despesas, nos medicamentos, em 50 %, na parte que cabe ao utente. Os medicamentos têm de ser adquiridos na área do concelho de Seia e ter prescrição em receita médica, comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

Este programa apoia municípios idosos com mais de 66 anos e pensionistas por invalidez que, cumulativamente, residam no município de Seia há um ano e estejam recenseados nos seis meses anteriores à data do requerimento; possuam um rendimento mensal *per capita* do agregado familiar que não ultrapasse o valor fixado no Indexante dos Apoios Sociais; não usufruam de quaisquer outros apoios nesta área e não tenham dívidas para com o município de Seia.

No ano de 2023, a Câmara Municipal de Seia apoiou 81 municípios idosos com mais de 66 anos e pensionistas por invalidez, num valor total de 5423,94 (Quadro 60).

Quadro 60 | Número de Pessoas Apoiadas em Despesas com Medicamentos

Faixa Etária	N.º Pessoas apoiadas
< 65 anos	13
65-74 anos	28
74-85 anos	22
>85 anos	18

Fonte | Câmara Municipal de Seia

Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social

À semelhança do que aconteceu com as gerações anteriores do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), perspetiva-se a possibilidade de, entre 2025 e 2028, ser implementada, no concelho de Seia, a 5^a geração do referido programa, no âmbito do emprego formação e qualificação; do combate à pobreza e à exclusão social das crianças e dos jovens, promotor de uma efetiva garantia para a infância; da promoção da autonomia, envelhecimento ativo e longevidade e do desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Município de Seia detém, desde 2017, o título de *Município Amigo do Desporto*, atribuído pela Cidade Social. O galardão é um reconhecimento pelas boas práticas no desenvolvimento desportivo do concelho, pautado pela sua abrangência a várias faixas etárias e apoio contínuo a iniciativas/projetos impulsionadas pelas associações desportivas locais.

Entre as medidas mais representativas, além da qualidade das instalações desportivas, são de destacar as iniciativas adotadas pela autarquia senense ao nível da organização desportiva; dos apoios concedidos através do Programa de Apoio às Associações Desportivas Federadas; dos programas desportivos transversais a várias faixas etárias, de que são exemplo os projetos Saltaricos e adaptação ao meio aquático

(para o pré-escolar); da Hidroterapia (para crianças/jovens com necessidades especiais); do programa Saúde em Movimento (para idosos) e do programa Julho em Férias.

O Município de Seia foi, também, pela primeira vez, em 2023, distinguido com o título *Autarquia Solidária*, pela sua distinta intervenção no desenvolvimento social. O galardão distingue programas de cooperação e desenvolvimento comunitário que contribuam para o desenvolvimento de sociedades mais solidárias e equitativas.

A participação social é um pilar fundamental para o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento sustentável das sociedades, uma vez que envolve a participação ativa dos cidadãos nos processos decisórios e nas atividades que afetam a comunidade, contribuindo para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas. Destacamos assim alguns pontos sobre a importância da participação social:

Fortalecimento da Democracia: A participação social é essencial para a prática democrática, pois permite que os cidadãos expressem as suas opiniões, defendam os seus interesses e influenciem as decisões políticas. Isso promove a transparência e a responsabilidade cívica.

Inclusão Social: Ao envolver diferentes grupos da sociedade, especialmente os mais vulneráveis, a participação social ajuda a garantir que as políticas públicas atendam às necessidades de todos, reduzindo desigualdades e promovendo a justiça social.

Desenvolvimento Comunitário: Através da participação, as comunidades podem identificar as suas próprias necessidades e prioridades, além de desenvolver soluções locais. Isso fortalece o senso de comunidade e promove o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Melhoria dos Serviços Públicos: A interação entre governo e sociedade permite uma melhor identificação das falhas e potencialidades dos serviços públicos, resultando numa gestão mais eficiente e eficaz.

Empoderamento dos Cidadãos: A participação ativa nas questões sociais e políticas aumenta o conhecimento e a consciência dos cidadãos sobre seus direitos e deveres, promovendo o empoderamento e a autonomia.

Promoção da Coesão Social: Participar em atividades sociais e políticas ajuda a criar laços entre os membros da comunidade, promovendo a solidariedade e a coesão social.

A Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (2017) é uma iniciativa do governo português que visa promover a cidadania ativa, a participação cívica e a inclusão social em Portugal. Esta estratégia procura reforçar os valores democráticos, a igualdade de oportunidades e a coesão social, garantindo que todos os cidadãos tenham a possibilidade de participar plenamente na vida pública e comunitária. Abaixo estão os principais objetivos e ações da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania:

1. **Educação para a Cidadania:** Integrar a educação para a cidadania nos currículos escolares, desde o ensino básico até ao ensino secundário, para que os alunos desenvolvam competências cívicas, éticas e sociais.
2. **Participação Cívica e Política:** Incentivar a participação ativa dos cidadãos em processos de tomada de decisão, promovendo a participação em eleições, referendos, assembleias e outros mecanismos de participação democrática.
3. **Voluntariado e Associativismo:** Fomentar o voluntariado e a participação em associações, promovendo o envolvimento dos cidadãos em atividades comunitárias e solidárias.
4. **Igualdade e Inclusão Social:** Combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de género, etnia, idade, deficiência ou orientação sexual.
5. **Cidadania Digital:** Promover a literacia digital e o uso responsável das tecnologias de informação e comunicação, garantindo que todos os cidadãos têm acesso às ferramentas e conhecimentos necessários para participar na sociedade digital.
6. **Direitos Humanos e Democracia:** Sensibilizar para a importância dos direitos humanos e dos valores democráticos, promovendo o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais de todas as pessoas.
7. **Cidadania Ambiental:** Promover a consciência ambiental e a participação dos cidadãos em ações de proteção e preservação do meio ambiente, incentivando práticas sustentáveis e responsáveis.
8. **Saúde e Bem-Estar:** Promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos, garantindo o acesso a cuidados de saúde de qualidade e incentivando estilos de vida saudáveis.

9. **Cultura e Identidade:** Valorizar a diversidade cultural e promover o conhecimento e a valorização do património cultural português, incentivando a participação dos cidadãos em atividades culturais.
10. **Diálogo Intercultural:** Promover o diálogo e a compreensão entre diferentes culturas e comunidades, fortalecendo a coesão social e combatendo a xenofobia e o racismo.

A Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (2017) é um compromisso para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática, onde todos os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente e contribuir para o bem comum.

A participação social pode ocorrer de diversas formas: através de associações comunitárias, conselhos de políticas públicas, audiências públicas, fóruns de discussão, entre outras. Assim, é essencial que as instituições promovam mecanismos acessíveis e inclusivos para a participação de todos os cidadãos.

Inquérito por questionário aplicado à população:
32,16% das pessoas inquiridas consideram existir pouco envolvimento e participação da comunidade.

No concelho de Seia, em maio de 2024, 196 era o número de Associações e Coletividades, com uma atuação bastante diversificada (Quadro 61).

Quadro 61| Associações e Coletividades por Freguesia, 2024

	Freguesias	Associações e Coletividades
Alvoco da Serra		Associação Cultural, Recreativa e Social do Aguincho
		Centro Cultural e Recreativo de Vasco Esteves de Cima
		Liga dos Amigos de Alvoco da Serra
		Liga dos Amigos de Vasco Esteves de Baixo
		Sociedade Recreativa de Alvoco da Serra
		Associação Recreativa, Social e Desportiva de Maceira
		Fabrica da Igreja Paroquial de Alvoco da Serra
		Sociedade Desportiva e Recreativa do Outeiro da Vinha
Girabolhos		Associação de Melhoramentos da Ortigueira
		Associação de Caça Recreativa e Desportiva de Girabolhos
		Associação dos Naturais e Amigos de Loriga

Loriga	Confraria da Broa e do Bolo Negro de Loriga
	Fundação Cardoso de Moura
	Sociedade Recreativa e Musical Loriguense
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loriga
	Fabrica da Igreja Paroquial de Loriga
	Grupo Desportivo Loriguense
Paranhos	Associação Clube Mini da Serra da Estrela
	Associação Cultural e Recreativa do Chaveiral
	Rancho Folclórico de Paranhos da Beira
	Associação de Caçadores e Pescadores de Paranhos da Beira
	Associação Desportiva de Paranhos da Beira
	Associação Desportiva, Cultural e Recreativa do Carvalhal da Louça
	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Vale da Igreja
	Escola de Desporto Carlos Franco
	Fabrica da Igreja Paroquial de Paranhos da Beira
	Associação Equestre de Cavaleiros e Amazonas da Serra da Estrela
Pinhanços	Sociedade Lusitana de Instrução e Recreio de Pinhanços
	Associação de Caçadores e Pescadores das Freguesias de Pinhanços e Lagarinhos
Sabugueiro	Associação Cultural e Desportiva do Sabugueiro - ACDS
	Fabrica da Igreja Paroquial do Sabugueiro
Sandomil	Centro Cultural e Recreativo de Sandomil
	Comissão de Melhoramentos de Corgas
	Comissão de Melhoramentos de Cabeça de Eiras
	Fabrica da Igreja Paroquial de Sandomil
Santa Comba	Associação Cultural e Social de Aldeia de S. Miguel
	Associação de Recreio e Instrução de Santa Comba
	Centro Social e Cultural de Santa Comba
	Juventude Associativa de Santa Comba
	Associação Recreativa e Cultural de Vila Chã
	Clube de Caça e Pesca de Vila Chã
Santiago	Associação Cultural, Social e Recreativa da Folgosa do Salvador
	Associação de São João Batista da Folgosa da Madalena
	Associação Os Amigos das Tradições de Santiago
	Grupo de Bombos "Zés Pereiras – Aikdoy" da Folgosa da Madalena

	Grupo de Cantares Casa Velha de Santiago – Seia
	Grupo de Concertinistas da Folgosa da Madalena
	Associação de Cultura, Recreio, Instrução e Desporto da Folgosa da Madalena – ACRID
	Fabrica da Igreja Paroquial de Santiago
Sazes da Beira	Associação Cultural e Recreativa de Sazes da Beira
	Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Sazes da Beira
Teixeira	Associação dos Amigos da Teixeira
	União Progressiva da Teixeira de Baixo
	Futebol Clube Teixerense
Travancinha	Associação de Melhoramentos do Casal
	Fabrica da Igreja Paroquial de Travancinha
	Sporting Clube da Travancinha
	UNIFANT – Associação Artística e Cultural
Valezim	Clube Recreativo e Educativo Valezinense
	Associação Vallecinus Cultura e Desporto – AVACD
	Produção D’Fusão – Associação Cultural
Vila Cova à Coelheira	Associação Operária de Vila Cova à Coelheira
	Centro Paroquial e Cultural de Vila Cova
	Rancho Folclórico Estrela D’ Alva
	Centro Paroquial e Cultural de Vila Cova
	Fabrica da Igreja Paroquial de Vila Cova
Carragozela e Várzea de Meruge	Banda Filarmónica 1º de Janeiro
	Grupo de Cantares “Gerações” de Carragozela
	Fabrica da Igreja Paroquial de Várzea de Meruge
	Irmandade do Santíssimo Sacramento de Várzea de Meruge
	Liga Juventude e Desporto de Arcozelo
	União Desportiva, Recreativa e Cultural de Carragosela
Sameice e Santa Eulália	Associação de Solidariedade Social de Sameice
	Fabrica da Igreja de Santa Eulália
	Irmandade do Santíssimo Sacramento
	União Recreativa de Santa Eulália
	Associação Cultural e Recreativa e Desportiva de Sameice
	Clube de Caça e Pesca de Sameice

	Fabrica da Igreja Paroquial de Sameice
	Fabrica da Igreja Paroquial de Santa Eulália
	Irmandade do santíssimo Sacramento com Invocação à Mártir Santa Eufémia
	Irmandade do Santíssimo Sacramento de Sameice
	Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Eulália
Santa Marinha e São Martinho	Associação de Agricultores do Regadio de Santa Marinha
	Associação de Beneficência de São Martinho
	Associação Popular Eiroense
	Associação Popular de S. Martinho
	Comissão de Melhoramentos da Póvoa Nova
	Comissão Fabriqueira da Póvoa Nova
	Corpo Nacional de Escutas – Escuteiros de Seia – Agrupamento 116
	Irm. do Santíssimo Sacramento com Invocação à Mártir Sta. Eufémia
	JMOVE – Associação Juvenil de São Martinho
	Junta de Agricultores do Eirô
	Sociedade Musical Estrela da Beira
	Fabrica da Igreja Paroquial de Santa Marinha
	Fabrica da Igreja Paroquial de São Martinho
	G.M. – Família da Estrela – Associação
	Grupo Desportivo de Santa Marinha
	Sporting União de São Martinho
	Academia Séniior de Seia
	Associação Cultural e Recreativa dos Vales
	Associação Cultural e Recreativa Vodrense
Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	Associação de Arte e Imagem de Seia
	Associação de Artesãos da Serra da Estrela
	Associação Senense Intercâmbios Culturais e Geminações
	Cáritas Paroquial de Seia
	Casa da Juventude Dª Ana Nogueira
	Centro Cultural e Recreativo " Os Viriatos "
	Centro Cultural os Serranos
	Centro Social da Lapa dos Dinheiros
	Comissão de Melhoramentos de Aldeia da Serra
	Confraria da Nossa Senhora do Desterro

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Seia
Junta de Agricultores da Lapa dos Dinheiros
Liga dos Amigos do Hospital N. Sra. Da Assunção
Rancho Folclórico “Os Pastores de São Romão”
Rancho Folclórico de Seia
Academia de Santa Cecília
Orquestra Juvenil da Serra da Estrela
Grupo de Cantares e Cavaquinhos da Academia Sénior
Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de São Romão
Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Seia
Orfeão de Seia
Orfeão Estrela da Serra
SenaTuna – Tuna Académica da Escola Sup. de Turismo e Hotelaria de Seia
Tuna da Escola Profissional da Serra da Estrela
AMMCO – Associação Internacional Goshin Jutsu
Associação Acases – Academia Sénior de Seia
Associação Cultural Cultursena
Associação cultural e Recreativa da Senhora do Desterro
Associação Social e Recreativa dos Vales
Associação de Recreio, Cultura e Desporto do Bairro de Santa Cruz
Associação Desportiva de São Romão
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Romão
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Seia
Associação Vocacionarte
Centro Cultural e Desportivo da Ass Humanitária dos BV Seia (Ténis de Mesa)
Centro de Atletismo de Seia
Centro de Karaté de Seia – União de Karaté Shotokan das Beiras
Centro Desportivo e Recreativo de Quintela
Clube de BTT de Seia
Clube de Caça e Pesca de Seia
Clube de Montanhismo de Seia
Clube de Ténis de Seia
Comissão de Festas de S. Sebastião – Lapa dos Dinheiros
Comissão dos Antigos Bombeiros Voluntários de Seia

	Coro Gregoriano da Santa Casa da Misericórdia de Seia
	CNE – Escutismo Católico Português – Agrup. 116 de Seia
	Confraria do Requeijão com Doce de Abobora
	Fabrica da Igreja Paroquial de São Romão
	Fabrica da Igreja Paroquial de Seia
	Grupo de Cantares Casa Velha de Santiago
	Junta dos Agricultores de Eirô
	JUVEST- Associação Juvenil da Serra da Estrela
	M.C. – Maratona Clube Vila Chã
	Rotary Club de Seia
	Seia Basket
	Seia Futebol Clube – SFC
	Sena Clube
	Movimento Estrela Viva
Torrozelo e Folhadosa	CIT – Comissão de Iniciativas de Torroselo
	Banda Torroselense Estrela D’Alva
	Associação Irmandade das Almas da Paróquia de Folhadosa
	Folhadosa Fishing Team
	Grupo Recreativo, Desportivo de Folhadosa
	Liga dos Amigos da Fundação Dr. António V.T. Magalhães e Albuquerque
Tourais e Lajes	Associação de Desenvolvimento Samarreiros de Vila Verde
	Centro Cultural e Recreativo de Vila Verde
	Centro Cultural e Recreativo do Pereiro
	Grupo Motard Amigos Serranos
	Associação Musical e Juvenil de Tourais – Escola 1º ciclo
	Tuna de Figueiredo
	Associação de Combatentes das Lajes
	Associação de Beneficência, Cultura e Desporto de Figueiredo
Vide e Cabeça	Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Lapa de Tourais
	Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo das Lajes
	Centro Cultural e Recreativo do Pereiro
	Assembleia de Compartes da Freguesia de Vide
	Assembleia de Compartes de Balocas e Gondufo
	Comissão de Melhoramentos da Povoação de Gondufo

Comissão de Melhoramentos de Casal do Rei
Comissão de Melhoramentos de Casas Figueiras
Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia da Cabeça
Grupo Recreativo Malhadense
Liga dos Amigos da Ribeira e Baiol
Liga dos Amigos de Frádiga
Liga Recreativa dos Amigos da Barriosa
União Progressiva da Povoação de Cide
União Progressiva de Balocas
União Progressiva do Muro
Balancé da Cabeça
Clube Desportivo de Vide
Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Vide/Cabeça
Grupo de Apoio Social, Cultural e Desportivo de Cabeça
Grupo Recreativo Malhadense e Povos Agregados
Liga Recreativa dos Amigos da Barriosa

Fonte| Câmara Municipal de Seia e Entidades

Democracia participada

Para a manutenção e fortalecimento da democracia é fundamental que os cidadãos eletores exerçam o seu direito de voto. Assim, é importante destacar alguns pontos-chave sobre porque é que o voto é essencial:

- 1. Exercício da Cidadania:** o ato de votar é um dos direitos e deveres mais importantes dos cidadãos numa democracia. Ele permite que os indivíduos participem ativamente do processo político e contribuam para a formação do governo e das políticas públicas.
- 2. Representatividade:** o voto é a principal forma de garantir que os governantes representem verdadeiramente os interesses da população. Os eletores escolhem representantes que melhor refletem as suas opiniões, valores e necessidades, promovendo um governo mais justo e equilibrado.
- 3. Legitimidade do Governo:** a participação eleitoral confere legitimidade ao governo eleito. Um alto índice de comparecimento às urnas indica que o governo possui o respaldo da maioria da população, fortalecendo a sua autoridade e a estabilidade política.

4. Responsabilização: ao votar, os cidadãos têm o poder de responsabilizar os políticos pelas suas ações e decisões, incentivando um comportamento mais ético e eficiente por parte dos políticos.

5. Influência nas Políticas Públicas: o voto influencia diretamente as políticas públicas que serão implementadas. Os eleitores podem escolher candidatos cujas propostas estejam alinhadas com as suas prioridades, como saúde, educação, segurança e meio ambiente.

6. Proteção da Democracia: a participação eleitoral ativa ajuda a proteger a democracia contra abusos de poder e autoritarismo. Eleições regulares e justas são um dos pilares que impedem que um único grupo ou indivíduo exerça controle absoluto sobre o governo.

7. Inclusão Social: o voto é uma ferramenta de inclusão social, permitindo que diferentes grupos, incluindo minorias e comunidades marginalizadas, tenham voz no processo político. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

8. Desenvolvimento Sustentável: governos eleitos de forma democrática tendem a ser mais comprometidos com o desenvolvimento sustentável, uma vez que precisam responder às demandas da população por progresso económico, social e ambiental equilibrado.

9. Fortalecimento das Instituições: a participação eleitoral contribui para o fortalecimento das instituições democráticas, promovendo um sistema político mais robusto e resiliente. Instituições fortes são essenciais para a governação eficaz e para a proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos.

10. Motivação e Consciência Política: o ato de votar estimula a motivação cívica e a consciência política. Eleitores informados e ativos são mais propensos a participar de diversas formas no envolvimento cívico, como debates, protestos e voluntariado, contribuindo para uma sociedade mais vibrante e participativa.

Em resumo, o voto é uma ferramenta poderosa que os cidadãos possuem para moldar o futuro da sua nação. Ele permite que a vontade popular seja expressa e respeitada, garantindo que o governo permaneça atento e proativo com as necessidades e desejos da população.

Neste sentido, importa destacar que, entre 2013 e 2021, no âmbito das eleições para as autarquias locais no concelho de Seia, o número de eleitores e o de votantes tem vindo a diminuir, bem como a abstenção (Gráfico 83).

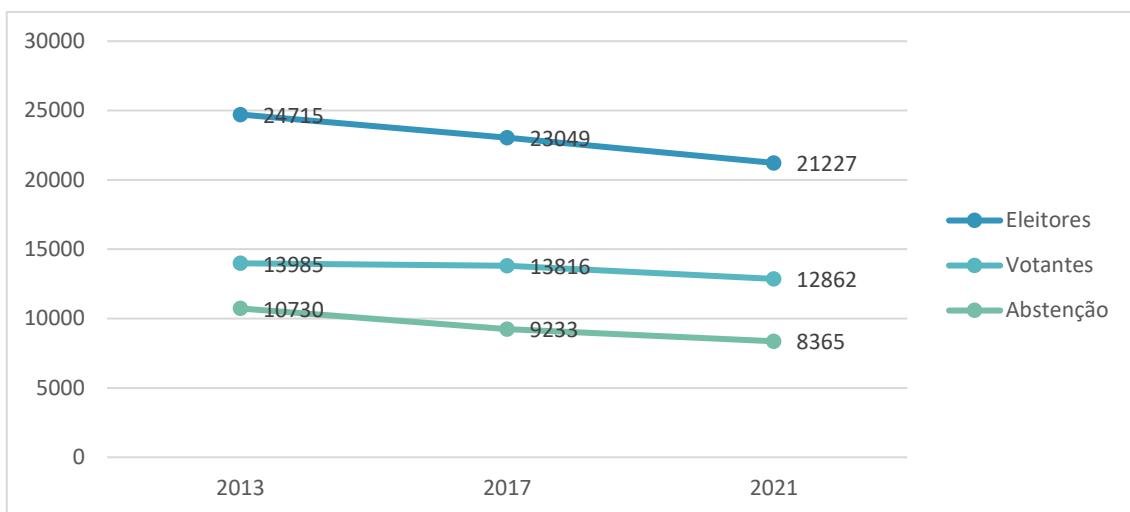


Gráfico 83| Eleitores nas Eleições para as Autarquias Locais no Concelho de Seia, Total, Votantes e Abstenção, 2021

Fonte| PORDATA

Tal como consta no Gráfico 84, a taxa de abstenção diminuiu, entre 2013 e 2017, em três contextos analisados: Portugal, CIMBSE e concelho de Seia. Todavia, entre 2017 e 2021, no concelho de Seia, a taxa de abstenção continuou a diminuir e, nos outros dois contextos, ainda que as alterações fossem mínimas, assistiu-se a uma ligeira subida.

Ainda que a tendência da taxa de abstenção seja decrescente, a mesma mantém-se muito elevada e demonstra a necessidade de a população se envolver mais naquilo que são os seus deveres cívicos participativos.

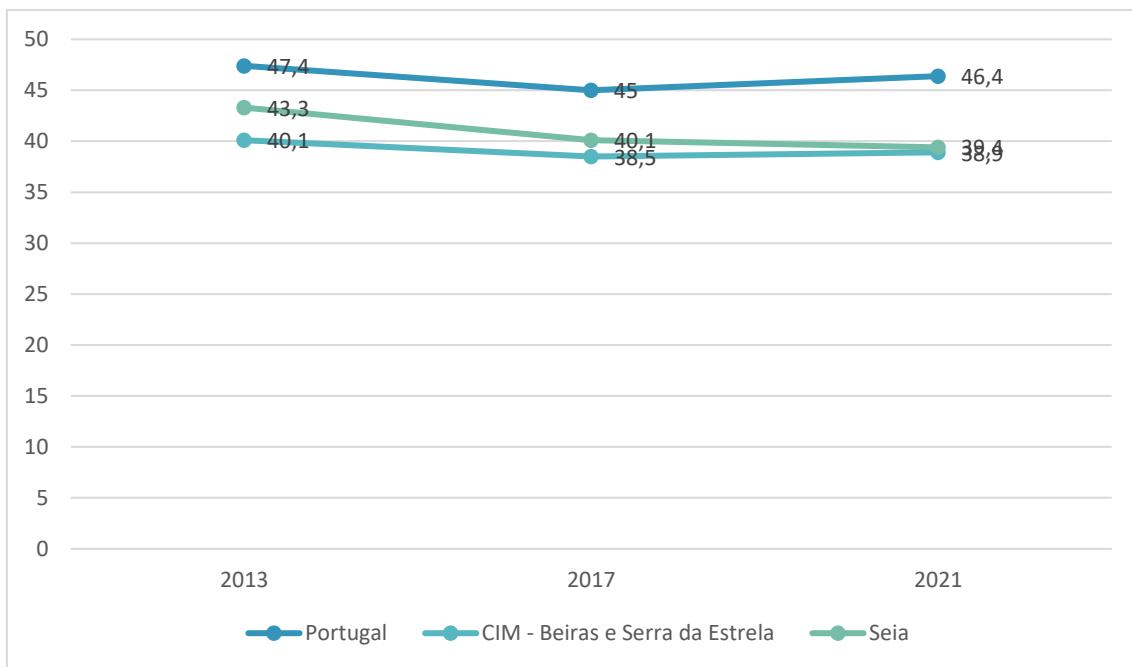


Gráfico 84 | Taxa de Abstenção nas Eleições Autárquicas no Concelho de Seia, 2013-2021

Fonte | PORDATA

Síntese

- ✿ No concelho de Seia, existem 46 equipamentos sociais, sendo 11 dirigido a crianças e jovens, 28 à população idosa, três a pessoas com deficiência e/ou incapacidade e quatro à comunidade em geral;
- ✿ O concelho de Seia dispõe de 22 respostas sociais destinadas à infância e juventude: cinco creches, 11 jardins-de-infância, quatro Centros de Atividades de Tempos Livres e duas respostas sociais para crianças e jovens em perigo (um centro de acolhimento de crianças e jovens em risco e um apartamento de autonomização);
- ✿ Em 2024, no concelho de Seia existem 2 crianças em lista de espera para a valência de creche, na freguesia de Paranhos;
- ✿ O Centro de Atividades de Tempos Livres da união de freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros tem em lista de espera 20 crianças/jovens, em 2024;
- ✿ No âmbito do envelhecimento, existem 49 respostas sociais destinadas à população sénior, designadamente 13 centros de dia, 16 ERPI e 17 SAD;
- ✿ No que concerne à taxa de ocupação, no concelho de Seia, em maio de 2024, na resposta Centro de Dia esta era de 58%, na da ERPI era de 103%, e, por último, a resposta de SAD registava uma taxa de ocupação de 74%;
- ✿ Existem 557 pessoas em lista de espera para as ERPI, no concelho de Seia;
- ✿ Relativamente às pessoas com deficiência e incapacidade existem, no ano de 2024, cinco respostas neste âmbito, nomeadamente a Casa do Povo de Seia, a Casa Santa Isabel e a Fundação Aurora Ressurreição Coelho Borges. De referir ainda que, à mesma data, duas instituições de outros concelhos davam resposta a esta população, nomeadamente a Associação de Beneficência Popular de Gouveia (ABPG) e a Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres (APSCDFA);
- ✿ O concelho de Seia dispõe de cinco respostas sociais destinadas à comunidade, nomeadamente três AAC, um SAAS e um Refeitório/Cantina Social;

- ✿ O concelho de Seia disponibiliza, ainda, resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Social (PES) da Segurança Social, designado Cantina Social, e lojas sociais;
- ✿ O Município de Seia detém, desde 2017, o título de *Município Amigo do Desporto*, atribuído pela Cidade Social. O galardão é um reconhecimento pelas boas práticas no desenvolvimento desportivo do concelho, pautado pela sua abrangência a várias faixas etárias e apoio contínuo a iniciativas/projetos impulsionadas pelas associações desportivas locais;
- ✿ O Município de Seia foi, também, pela primeira vez, em 2023, distinguido com o título *Autarquia Solidária*, pela sua distinta intervenção no desenvolvimento social. O galardão distingue programas de cooperação e desenvolvimento comunitário que contribuam para o desenvolvimento de sociedades mais solidárias e equitativas;
- ✿ No que respeita à participação social, refere-se que no concelho de Seia, em maio de 2024, 196 era o número de Associações e Coletividades, com uma atuação bastante diversificada;
- ✿ No que concerne ao envolvimento nos deveres cívicos, como por exemplo votar, ainda que a tendência da taxa de abstenção seja decrescente, a mesma mantém-se muito elevada e demonstra a necessidade de a população se envolver mais.

9. Igualdade de Género

A igualdade de género e de oportunidades em Portugal tem sido um foco significativo de políticas públicas e iniciativas sociais nas últimas décadas. A promoção da igualdade de género é vista como essencial para o desenvolvimento sustentável e a coesão social.

Em Portugal, tem vindo a ser perceptível uma maior preocupação com a temática da igualdade de género e de oportunidade, nomeadamente no que respeita à Legislação e Políticas Públicas, ou seja: Portugal tem adotado várias leis e políticas para promover a igualdade de género, incluindo a Lei da Paridade, que exige uma representação mínima de 40% de cada género nas listas eleitorais para o parlamento, assembleias legislativas regionais e órgãos autárquicos. Para além disso a elaboração da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) visa a promoção da igualdade de género em diversas áreas, incluindo o emprego, a educação e a saúde.

No âmbito Nacional, no que à Participação Política e Representação diz respeito, a representação das mulheres na política tem aumentado, sendo que no parlamento português a percentagem de mulheres tem crescido, refletindo a implementação das leis da paridade.

Também no panorama nacional e de acordo com os dados recolhidos no relatório de 2023 da CIG, no que respeita à Educação e Formação, as mulheres estão duplamente representadas em maioria em dois grupos: 1) No grupo que não apresenta nenhum ou que apresenta baixo nível de escolaridade completo, o que poderá traduzir a falta de escolarização da população feminina mais idosa; 2) No grupo com ensino superior completo, que representa a camada mais jovem da população feminina. Estes indicadores têm sido um fator crucial no caminho para a igualdade de oportunidades, caminho este ainda a percorrer.

No âmbito do Mercado de Trabalho Nacional, as taxas de participação das mulheres também têm aumentado significativamente e há uma tendência crescente de mulheres em posições de liderança e gestão. (CIG, 2023)

Inquérito por questionário à população:

32,16% das pessoas inquiridas consideram existir reduzida cultura de igualdade de género.

A temática da igualdade de género e de oportunidades também acarreta desafios, designadamente no que concerne às diferenças salariais, visto que as mulheres, em média, ganham menos do que os homens, segundo o *Barómetro das Diferenças Remuneratórias entre Mulheres e Homens do Gabinete de Estratégia e*

Inquérito por questionário aplicado à população:

33,67% das pessoas inquiridas consideram existir desigualdades nas oportunidades de trabalho.

São as mulheres com idades entre os 45-54 anos que mais consideram a existência de desigualdades no desempenho das tarefas familiares.

Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2023), o que reflete desigualdades estruturais no mercado de trabalho.

No âmbito da conciliação Trabalho-Vida Familiar, sendo que as responsabilidades de cuidado e trabalho doméstico ainda recaem desproporcionalmente sobre as mulheres, esta circunstância pode limitar as suas oportunidades profissionais e de desenvolvimento de carreira. Olhando para a violência de género, a violência doméstica e outras formas de violência de género, estas continuam a ser problemas graves, pelo que continuam a existir esforços contínuos no combate à violência através de legislação, campanhas de sensibilização e apoio às vítimas.

No sentido de dar uma maior e melhor resposta à temática em epígrafe, têm vindo a ser implementadas várias medidas e programas, particularmente Programas Governamentais, como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) que dinamiza várias iniciativas para promover a igualdade de género, incluindo programas de educação e sensibilização; parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham para promover a igualdade de género e apoiar as vítimas de violência de género e frequentemente colaboram com o governo e instituições internacionais; iniciativas empresariais, muitas empresas estão a adotar políticas de igualdade de género, como programas de diversidade e inclusão, apoio à parentalidade e medidas para reduzir a diferença salarial de género; campanhas de sensibilização e programas educacionais são implementados para promover a igualdade de género desde a infância, com o objetivo de mudar atitudes e comportamentos discriminatórios.

O V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017 foi uma iniciativa do governo português com o objetivo de promover a igualdade de género, combater a discriminação e fomentar a cidadania ativa. Este plano

foi desenvolvido pela CIG e contou com a colaboração de várias entidades públicas e privadas.

O Plano incluiu várias áreas de intervenção, estruturadas em torno de objetivos específicos e medidas concretas:

1. Promoção da Igualdade de Género no Mercado de Trabalho e na Economia:
 - Incentivar a participação das mulheres no mercado de trabalho e promover a igualdade salarial.
 - Promover a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar para homens e mulheres.
 - Sensibilizar empresas e entidades empregadoras para a importância da igualdade de género.
2. Educação para a Cidadania e Igualdade de Género:
 - Integrar a igualdade de género e a cidadania nos currículos escolares.
 - Desenvolver programas de formação para professores e educadores sobre igualdade de género.
 - Promover atividades educativas que desconstruam estereótipos de género.
3. Combate à Violência de Género:
 - Reforçar a prevenção e combate à violência doméstica e de género.
 - Apoiar as vítimas de violência através de serviços especializados e redes de apoio.
 - Sensibilizar a população sobre as formas de violência de género e os seus impactos.
4. Promoção da Participação Política e Cívica das Mulheres:
 - Incentivar a participação das mulheres em cargos de decisão política e económica.
 - Promover a igualdade de género nas organizações da sociedade civil.
 - Apoiar iniciativas que visem aumentar a representação feminina em diversas esferas públicas.
5. Prevenção e Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual e Identidade de Género:
 - Promover a inclusão social das pessoas LGBTQ+ e combater a discriminação.

- Sensibilizar a população e formar profissionais para lidar com questões de orientação sexual e identidade de género.
- Apoiar iniciativas de organizações LGBTQ+ que promovam a igualdade e os direitos humanos.

6. Promoção de uma Cultura de Igualdade:

- Desenvolver campanhas de sensibilização sobre igualdade de género e não discriminação.
- Apoiar projetos culturais e artísticos que promovam a igualdade e desconstruam estereótipos de género.
- Incentivar os meios de comunicação social a adotarem práticas que promovam a igualdade de género.

Este Plano visava consolidar os progressos alcançados nos planos anteriores e responder aos desafios emergentes na área da igualdade de género e da não discriminação.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) - Portugal + Igual é um marco importante no compromisso de Portugal com a promoção da igualdade de género e a eliminação de todas as formas de discriminação. Este plano, coordenado pela CIG, visa implementar políticas públicas que promovam a igualdade e combatam a discriminação em várias dimensões.

A estratégia está organizada em três planos de ação específicos, cada um com objetivos e medidas concretas: Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH) que visa promover a igualdade de género em todas as áreas da sociedade, focando-se na Educação e Formação, Emprego e Economia, Saúde e Participação Política e Cívica; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (PAVMVD) que se concentra na prevenção e combate à violência de género, com enfoque na Prevenção, Proteção e Apoio às Vítimas e Responsabilização dos Agressores; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (PAOIEC) que se foca na promoção dos direitos das pessoas LGBTQ+ e na eliminação de

Inquérito por questionário aplicado à população:

São as pessoas entre os 35 e os 44 anos que mais assinalam o preconceito e discriminação como problema. Relativamente ao sexo, são os homens que mais assinalam esta temática como problemática. Das 2 pessoas imigrantes que responderam ao inquérito, a pessoa de nacionalidade Brasileira assinalou esta temática como relevante, contrariamente à pessoa de nacionalidade Cabo-verdiana.

todas as formas de discriminação, através da Sensibilização e Educação, Apoio e Proteção, promoção da Igualdade de Oportunidades e Monitorização e Avaliação.

A implementação da ENIND é monitorizada através de indicadores específicos e relatórios periódicos para garantir que os objetivos são atingidos e que as políticas são eficazes. Esta estratégia representa um compromisso a longo prazo para transformar Portugal numa sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Na população residente no concelho de Seia, em 2023, foi contabilizada uma maioria relativa de mulheres (52,5%) face aos homens (47,5%). Com exceção do grupo etário 0-14 anos, em que o número de homens é superior ao de mulheres e ao grupo etário 15-24 em que ambos os sexos estão em igualdade, nos restantes grupos etários há um predomínio do número de mulheres (Gráfico 85).

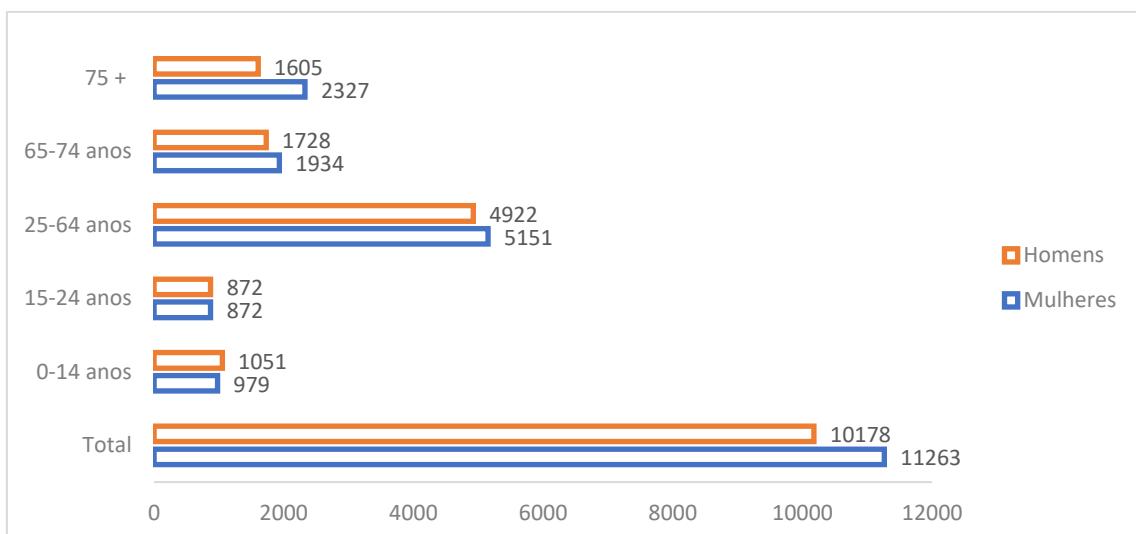


Gráfico 85 | População Residente no Concelho de Seia, por Faixa Etária, por Sexo e Total, 2023
Fonte | INE

De acordo com os dados demográficos já abordados no presente Diagnóstico Social (capítulo 1) é possível concluir que, em 2022, a mortalidade no concelho de Seia foi mais significativa no sexo feminino (225) comparativamente com o masculino (188).

No capítulo 2 - Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos do presente Diagnóstico Social constata-se, também que, no concelho de Seia, as diferenças entre valores salariais de homens e mulheres tem diminuído, tendo os homens visto, em média, aumentar o salário em 44,33 euros e as mulheres, em média, 113,041 euros, no que ao ano de 2021 diz respeito. Ainda assim, nesse mesmo ano, é evidente a desvantagem média mensal do rendimento auferido pelo sexo feminino que recebia, em média, menos 82,32 euros/mês do que o sexo masculino.

Ainda no mesmo capítulo constata-se que no concelho de Seia, em 2022, há um maior número de pessoas do sexo feminino a beneficiar de subsídio de desemprego (250), comparativamente com os homens (177) (INE). No que ao subsídio social de desemprego diz respeito, a tendência mantém-se, uma vez que o referido subsídio é atribuído a mais mulheres (11) do que homens (4) (ISS, abril 2024).

Relativamente a crianças e jovens, do concelho de Seia, beneficiárias de abono de família verifica-se que 49,7% são do sexo feminino e 50,3 % são do sexo masculino (ISS, abril 2024).

Em todos os municípios integrantes da CIMBSE averiguou-se que, em 2023, a taxa de atividade masculina é superior à feminina (INE, 2023). O município de Seia é um dos municípios onde a diferença na taxa de atividade entre homens e mulheres é menos significativa (Gráfico 86).

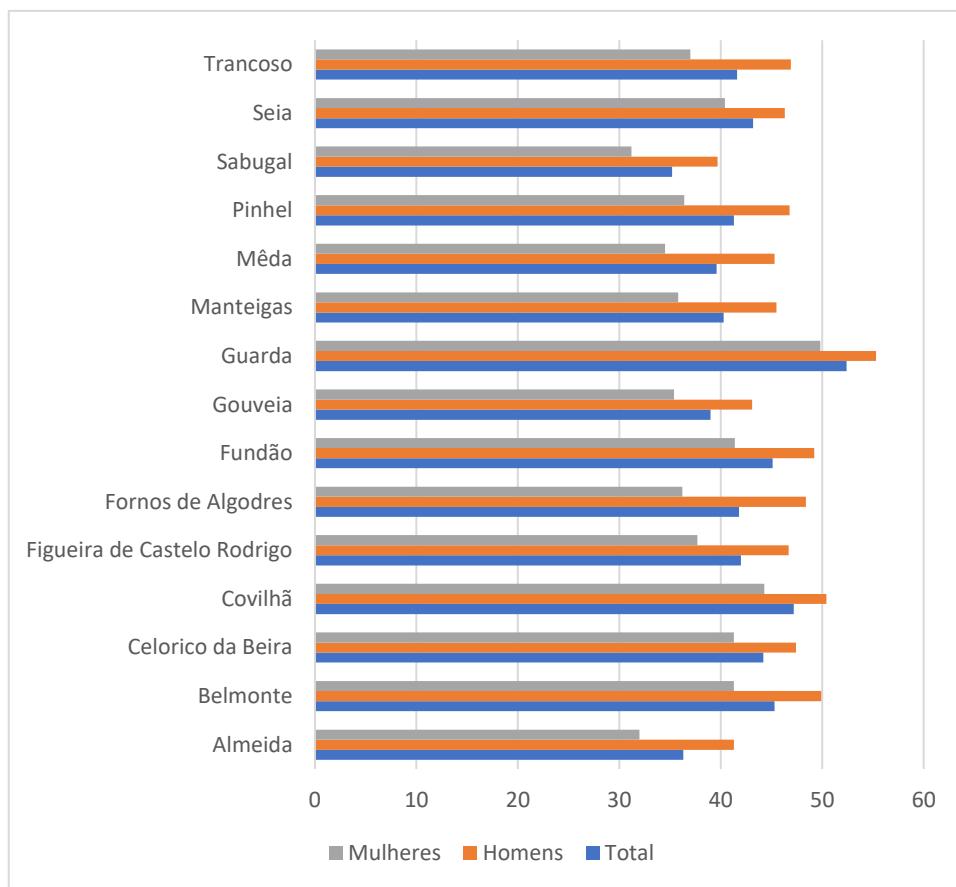


Gráfico 86 | Taxa de Atividade, na CIMBSE, 2023

Fonte| PORDATA

No capítulo 3 do presente Diagnóstico Social - Educação, Formação e Qualificação - observou-se que, em 2023, no Centro Qualifica da EPSE existe uma distribuição equitativa relativamente ao género dos formandos que nele se encontram inscritos.

Em análise ao capítulo 4 - Saúde - segundo dados recolhidos juntos da ULS da Guarda, em maio de 2024, em todos os polos da USCP de Seia constata-se a inscrição é maioritariamente de mulheres do que homens, à exceção de Girabolhos (122 homens/119 mulheres), Loriga (430 homens/418 mulheres) e Vila Cova à Coelheira (182 homens/ 173 mulheres).

No capítulo 8 – Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social- do presente diagnóstico, verificámos que relativamente às pessoas com deficiência que em 2023 se encontravam integradas nas respostas sociais: Casa do Povo de Seia, Casa de Santa Isabel, Fundação Aurora Ressurreição Coelho Borges e APSCDFA existia uma maioria de homens comparativamente com as mulheres.

Um outro aspeto analisado no presente Diagnóstico Social, mais concretamente no capítulo 10 alínea a) – Grupos Historicamente Vulneráveis – Crianças, Jovens e Famílias - foi a intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (adiante designada de CPCJ) de Seia onde não se verificaram diferenças significativas entre géneros nas crianças e jovens sinalizadas no ano de 2023. Um outro aspeto analisado nesse mesmo capítulo, está relacionado com a tipologia das famílias. No que a este assunto diz respeito a tipologia de famílias, com crianças de idade igual ou inferior aos 6 anos, no concelho de Seia, continuam a ser as famílias nucleares as que se encontram em maior número, seguidas das famílias monoparentais femininas (88) e posteriormente as famílias monoparentais masculinas (8), tal como se pode verificar no capítulo Grupos Historicamente Vulneráveis a) Crianças, jovens e famílias (INE 2021).

De acordo com o Gráfico 87, conclui-se que, em 2022, no concelho de Seia, há uma maioria relativa de mulheres com estatuto legal de residente face ao número de homens. Esta é uma tendência sentida desde 2022 e, tal como descrito no capítulo Grupos Historicamente Vulneráveis - ponto c) Migrantes e Minorias, inverte o que era

verificado até então, na medida em que eram os homens imigrantes que mais se faziam representar. A mesma situação é verificada em território nacional.

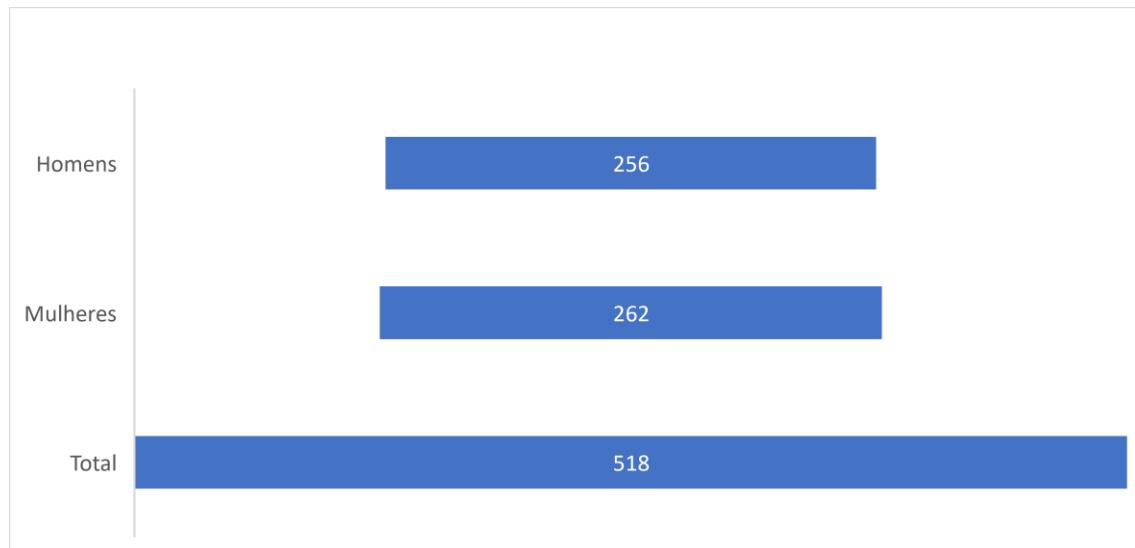


Gráfico 87| População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente no Concelho Seia, 2022

Fonte| INE

Através do Gráfico 88, é possível verificar que a taxa de desemprego no Concelho de Seia, em 2021, é superior no sexo masculino, comparativamente com o sexo feminino.

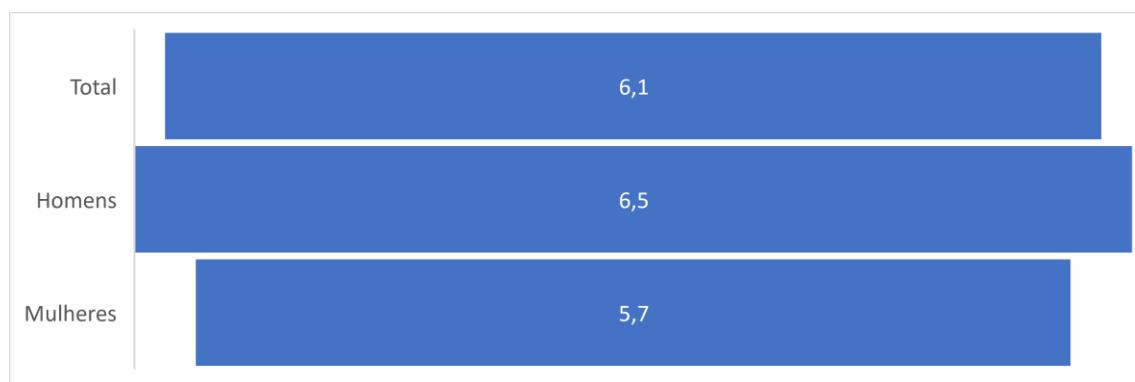


Gráfico 88| Taxa de Desemprego no Concelho de Seia, por Sexo, 2021

Fonte| INE

No mandato autárquico 2021/2025, no concelho de Seia, existe uma prevalência de 78% de indivíduos do sexo masculino em comparação ao sexo feminino onde o valor é de 22%. O Executivo Municipal é composto por 71,4% de indivíduos do sexo masculino e 28,6% do sexo feminino. Por sua vez os deputados municipais eleitos estão divididos entre 59% indivíduos do sexo masculino e 40,9% do sexo feminino. No que aos

Presidentes de Junta diz respeito, a sua totalidade são indivíduos do sexo masculino - 100%.

Quadro 62 | Mandato Autárquico Seia, 2021-2025

	Masculino	Feminino	Total
Executivo Municipal	5	2	7
Deputados Municipais	13	9	22
Presidentes de Junta	21	0	21
Total	39	11	50

Fonte | Município de Seia

Síntese

- ✿ Na população residente no concelho de Seia, em 2023, foi contabilizada uma maioria relativa de mulheres (52,5%) face aos homens (47,5%);
- ✿ Em 2022, a mortalidade no concelho de Seia foi mais significativa no sexo feminino (225) comparativamente com o masculino (188);
- ✿ Em 2021 existia uma diferença muito significativa entre as famílias monoparentais femininas e masculinas, sendo as primeiras em maior número (91,7% VS 8,3%);
- ✿ Em 2023 Centro Qualifica EPSE (2023), do concelho de Seia, existe uma distribuição equitativa relativamente ao género dos formandos que nele se encontram inscritos;
- ✿ Em maio de 2024, em todos os polos da USCP de Seia constatava-se a inscrição maioritariamente de mulheres face aos homens, à exceção de Girabolhos (122 homens/119 mulheres), Loriga (430 homens/418 mulheres) e Vila Cova à Coelheira (182 homens/ 173 mulheres);
- ✿ Relativamente às pessoas com deficiência que se encontram integradas em respostas sociais, existe um maior número de homens – 54, comparativamente com as mulheres – 45;
- ✿ Não se verificaram diferenças significativas entre géneros nas crianças e jovens sinalizadas na CPCJ de Seia em 2023;
- ✿ Em 2022 há uma maioria relativa de mulheres face ao número de homens no que ao estatuto legal de residente diz respeito;
- ✿ A discrepância média mensal do rendimento auferido pelo sexo feminino em Seia no ano 2021, ainda é considerável, na medida em que, em média, o sexo feminino afere menos 82,32 euros/mês do que o sexo masculino;
- ✿ A taxa de desemprego no Concelho de Seia em 2021 é superior no sexo masculino, comparativamente com o sexo feminino;
- ✿ Há um maior número de pessoas do sexo feminino a beneficiar de subsídio de desemprego (250), comparativamente com os homens (177) – Dados INE. No que ao subsídio social de desemprego diz respeito a tendência mantém-se: o mesmo é mais visível nas mulheres (11) do que nos homens (4) – Dados ISS (abril 2024);

- ✿ Relativamente a crianças e jovens beneficiários de abono de família constatamos que existe uma diferença reduzida entre géneros, contudo é mais evidente nas crianças e jovens do sexo masculino: 49,7% são do sexo feminino e 50,3 % são do sexo masculino. - Dados ISS (abril 2024);
- ✿ Em todos os municípios integrantes da CIMBSE constatamos que taxa de atividade masculina é superior à feminina – INE 2021. O município de Seia é um dos municípios onde a diferença na taxa de atividade entre homens e mulheres é menos significativa.

10. Grupos Historicamente Vulneráveis

No presente Diagnóstico Social consideraram-se Grupos Historicamente Vulneráveis, aqueles que, devido às suas características biopsicossociais, habitualmente se encontram mais vulneráveis aos riscos de pobreza e exclusão social. As dificuldades no acesso a recursos, à participação na sociedade e à falta de autonomia, aliam-se a complexidade e o desafio das dinâmicas sociais, a dificuldade de acesso/permanência no mercado de trabalho e as dinâmicas migratórias e familiares que acabam por influenciar e/ou potenciar situações de exclusão social.

a. Crianças, Jovens e Famílias

A população infantil e juvenil no concelho de Seia, como em muitas outras do interior de Portugal, enfrenta desafios específicos relacionados com a demografia e a oferta de serviços. A infância e a juventude são períodos cruciais no desenvolvimento humano, com implicações profundas para o futuro individual e coletivo. A importância dessas fases da vida pode ser analisada sob diversas perspetivas, incluindo a biológica (desenvolvimento físico e mental), psicológica (formação da identidade e desenvolvimento de competências socio-emocionais), social (socialização e educação) e económica (investimento no futuro e redução da desigualdade).

Impactos de Políticas e Intervenções

As Políticas Educativas garantem o acesso universal a uma educação de qualidade que são fundamentais para o progresso das crianças e jovens, sendo que Programas que apoiam o desenvolvimento na primeira infância têm mostrado retornos significativos em termos de desenvolvimento cognitivo e sucesso escolar futuro.

O Apoio Familiar e Comunitário refere-se a programas que fortalecem as famílias e comunidades, como assistência social, aconselhamento e atividades comunitárias, que são vitais para o apoio integral das crianças e jovens.

Quanto à Saúde e Bem-Estar, promover o acesso a cuidados de saúde, programas de nutrição e apoio psicológico são essenciais para garantir que as crianças e jovens

cresçam saudáveis e possam aproveitar plenamente as oportunidades educativas e sociais.

A infância e a juventude são fases de vida de extrema importância, com impactos de longo prazo no desenvolvimento pessoal e social. Garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a recursos necessários para um desenvolvimento saudável é crucial para o bem-estar futuro de qualquer sociedade. Políticas públicas, apoio comunitário e investimentos estratégicos em educação e saúde são fundamentais para promover um crescimento e desenvolvimento ótimos durante esses períodos críticos da vida.

Face ao exposto, a Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças 2021-2024 é um documento de extrema importância, pois estabelece um conjunto de diretrizes e ações destinadas a promover, proteger e garantir os direitos das crianças no país. A referida Estratégia tem como áreas prioritárias de intervenção a saúde e bem-estar, a educação de qualidade, a proteção contra a violência e a participação das crianças.

O Programa Cidade Amiga das Crianças, promovido pela UNICEF, é uma iniciativa global que visa envolver as autoridades locais e suas comunidades na promoção e proteção dos direitos das crianças. Este programa tem um impacto significativo nas cidades participantes, incluindo em Portugal, ao criar ambientes urbanos mais acolhedores e inclusivos para as crianças. Os objetivos do Programa prendem-se com:

- 1) Promoção dos Direitos da Criança: Assegurar que os direitos das crianças, conforme definidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), sejam respeitados, protegidos e cumpridos em todos os aspectos da vida.
- 2) Participação Infantil: Incentivar a participação ativa das crianças nos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas pelas autoridades locais.
- 3) Criação de Ambientes Seguros e Saudáveis: Promover a criação de espaços públicos seguros, limpos e acessíveis para as crianças, incluindo parques, escolas e áreas de lazer.

O Programa Cidade Amiga das Crianças, promovido pela UNICEF, aponta três benefícios: o desenvolvimento infantil, o fortalecimento comunitário e o desenvolvimento comunitário.

Em Portugal, várias cidades aderiram ao Programa Cidade Amiga das Crianças da UNICEF, tal como o Município de Seia, implementando uma série de iniciativas e políticas voltadas para o bem-estar infantil. O Município de Seia obteve, em 2019, o reconhecimento como “Cidade Amiga das Crianças”, sendo a primeira localidade do interior do país a obter esta distinção, o que aumenta a responsabilidade do mesmo para com os mais novos. Este compromisso inclui: Conselhos Autárquicos Municipais de Crianças e Jovens, Projetos de Urbanismo Inclusivo e Programas Educacionais e de Saúde.

Caracterização Demográfica das Crianças e Jovens

No que concerne à caracterização da população infantojuvenil do concelho de Seia, em 2022, residiam no concelho 2866 crianças e jovens (até aos 19 anos) o que representava 13,40% do total da população, valores inferiores aos apresentados no ano de 2011, 3754, ou seja 15,07% da população geral (Quadro 63).

Relativamente à taxa de dependência⁶⁷ dos jovens, o concelho de Seia foi um dos dois concelhos onde, entre 2011 e 2022 a mesma aumentou, tal como se pode consultar no Capítulo 1 -Demografia.

Quadro 63| População Residente no Concelho de Seia, com Idade Inferior a 19 anos, 2011-2021

anos	Até aos 4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	Total População
2011	765	860	995	1134	24917
% População	3%	3,5%	4,1%	4,6%	
Total Crianças/Jovens	(3754) 15,1%				
2022	583	715	750	818	21394
% População	2,7%	3,3%	3,5%	3,8%	
Total Crianças/Jovens	(2866) 13,4%				

Fonte | INE

⁶⁷ Taxa de Dependência dos Jovens: rácio de população jovem (até aos 15 anos) por 100 pessoas em idade ativa

Natalidade

Relativamente ao saldo natural⁶⁸, este diminuiu, entre 2011 e 2022, em todos os concelhos da CIMBSE. No concelho de Seia, o saldo natural era -194 em 2011 e -326 em 2022 (Gráfico 89).

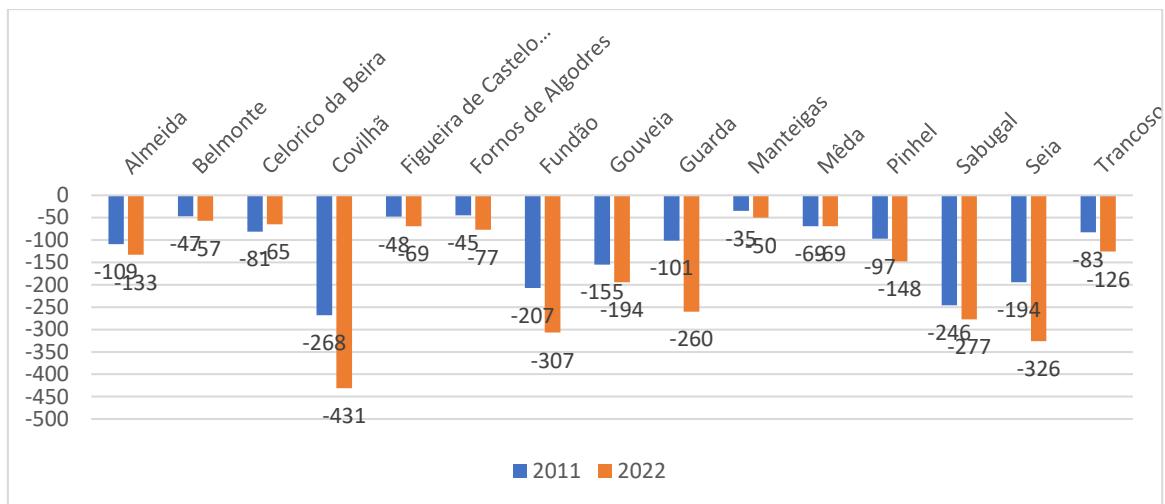


Gráfico 89 | Saldo Natural (N.º), CIMBSE, 2011-2022

Fonte | INE

Verifica-se também que, em 2022, a taxa bruta de natalidade⁶⁹ diminuiu significativamente no concelho de Seia, comparativamente a 2011; diminuiu de 5,9 para 4. Esta é a tendência da maioria dos concelhos da CIMBSE, com exceção para Belmonte, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Manteigas e Sabugal (Gráfico 90).

⁶⁸ Saldo Natural: diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

⁶⁹ Taxa Bruta de Natalidade: Número de nados-vivos por 1000 habitantes, num determinado período de tempo

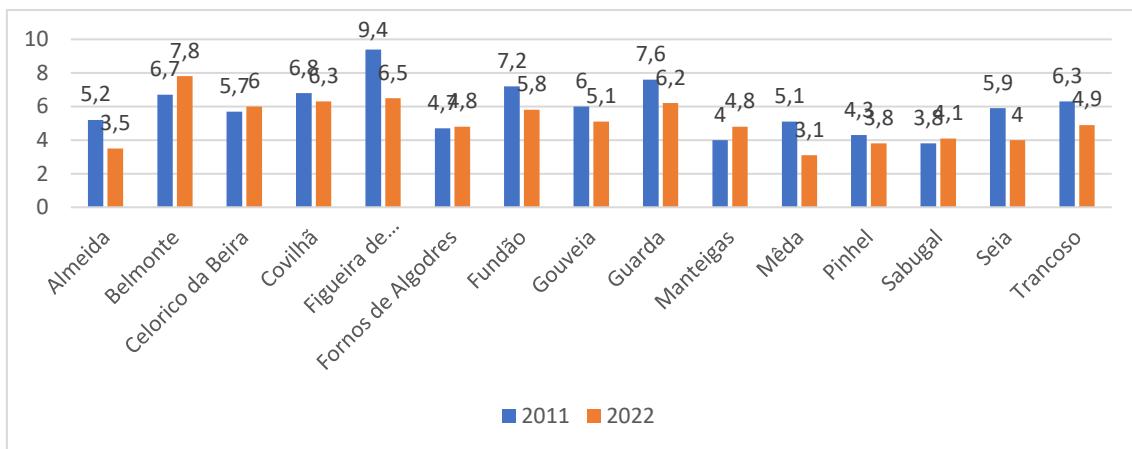


Gráfico 90| Taxa Bruta de Natalidade (%), CIMBSE, 2011-2022

Fonte| INE

Mortalidade Infantil

No que à taxa quinquenal de mortalidade infantil ⁷⁰diz respeito, em referência ao quinquénio 2017-2021, tal como descrito no Capítulo 4 - Saúde, o concelho de Seia apresentava uma taxa inferior à registada a nível nacional e à verificada na Comunidade Intermunicipal onde este se insere - CIMBSE.

Referir ainda que no intervalo de tempo 2011-2022, o número de óbitos infantojuvenis no concelho de Seia apresenta um balanço positivo na medida em que não se verificaram aumentos em nenhuma das faixas etárias analisadas, tal como se pode verificar no gráfico 89. Na faixa etária inferior a 1 ano de idade o número de óbitos manteve-se (1), tal como se manteve a frequência registada na faixa etária entre os 1 e os 14 anos de idade (0). Foi registado um decréscimo na taxa de mortalidade infantojuvenil na faixa etária dos 15 aos 24 anos, passando de 2 para 1.

⁷⁰Taxa de mortalidade infantil: número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10^3) nados vivos).

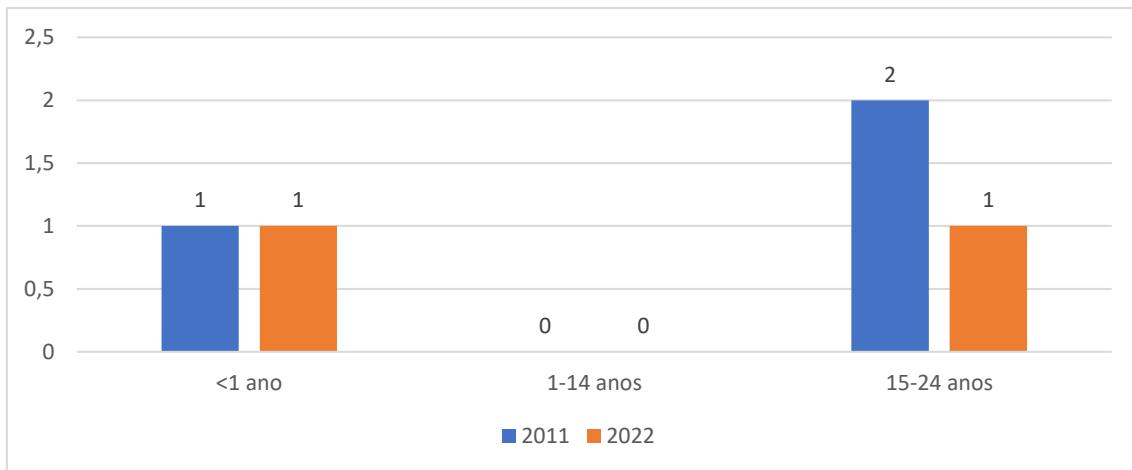


Gráfico 91 | Número de Óbitos Infantojuvenis, no Concelho de Seia, 2011-2022

Fonte | INE

Pobreza Infantil

De acordo com o analisado no Capítulo 2 - Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos, é possível analisar a relação entre apoios e prestações sociais e a pobreza infantil.

A pobreza infantil tem impactos profundos e duradouros nas vidas das crianças, afetando a sua saúde, educação e bem-estar geral. Os apoios e prestações sociais desempenham então um papel fundamental na mitigação desses efeitos e na promoção de uma sociedade mais equitativa assim como são fundamentais na luta contra a pobreza infantil, fornecendo um alívio financeiro imediato e acesso a serviços essenciais. No entanto, para serem totalmente eficazes, esses apoios devem ser adequados, acessíveis e sustentáveis.

Políticas integradas que abordem múltiplas dimensões da pobreza são essenciais para garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de crescer num ambiente saudável e seguro, com igual acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Crianças que crescem em situação de pobreza têm maior risco de desenvolver problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, pelo que o acesso limitado a cuidados de saúde, a má nutrição e um ambiente de vida insalubre contribui para essas desigualdades.

Inquérito por questionário aplicado à população:

55,27% das pessoas inquiridas consideram como um problema a carência económica. A faixa etária que mais partilha desta opinião é a dos 45 aos 54 anos, seguida da dos 35 aos 44.

No que diz respeito à educação, a pobreza pode afetar o desempenho escolar das crianças, limitando o acesso a materiais escolares, atividades extracurriculares e ambientes de aprendizagem estimulantes e, assim, crianças em situação de pobreza têm maior probabilidade de abandonar a escola precocemente.

A experiência de viver em pobreza pode levar a sentimentos de exclusão social, baixa autoestima e stress e a instabilidade financeira das famílias pode gerar ambientes familiares tensos e inseguros.

Os apoios e prestações sociais, descritos no Capítulo 2 - Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos, são instrumentos essenciais para combater a pobreza infantil. Estes podem ser classificados em várias categorias:

- Prestações Monetárias Diretas (Abono de Família/RSI);
- Apoios em Espécie (Subsídios para Alimentação e Habitação- apoios para despesas específicas, como alimentação e habitação, são essenciais para garantir que as crianças tenham acesso a uma alimentação adequada e a um ambiente de vida seguro e estável);
- Programas de Educação e Cuidados Infantis - subsídios para creches, jardins de infância e atividades extracurriculares ajudam a garantir que as crianças tenham acesso a cuidados e educação de qualidade desde cedo);
- Serviços de Apoio Social (Aconselhamento e Apoio Psicossocial- serviços que oferecem apoio psicológico e social para famílias em situação de vulnerabilidade podem ajudar a mitigar os efeitos do stress e melhorar o bem-estar emocional das crianças);
- Intervenção em Situações de Risco- programas específicos para identificar e intervir em situações de risco para crianças, como violência doméstica ou negligência, são cruciais para a sua proteção).

O Plano Nacional de Garantia para a Infância é uma iniciativa crucial para o desenvolvimento social e económico do país, de extrema importância no interior de Portugal. Este Plano tem como objetivo assegurar que todas as crianças, independentemente da sua localização geográfica, tenham acesso a direitos fundamentais como educação, saúde, proteção social e oportunidades de

desenvolvimento. Com a implementação do referido Plano, pretende-se, em particular no interior do País, atingir:

- Igualdade de Oportunidades: Crianças nas áreas rurais muitas vezes enfrentam desigualdades significativas em relação às crianças nas áreas urbanas. O plano visa minimizar desigualdades, proporcionando acesso a serviços essenciais e oportunidades de desenvolvimento.
- Combate ao Despovoamento: O interior de Portugal tem vindo a enfrentar problemas de despovoamento. Ao garantir melhores condições de vida para as crianças e suas famílias, o plano contribui para tornar estas áreas mais atrativas, incentivando a fixação de pessoas.
- Melhoria na Educação: O acesso a uma educação de qualidade é um dos pilares do plano. Isso inclui a disponibilização de recursos educativos, formação de professores e infraestruturas escolares adequadas, garantindo que as crianças no interior tenham as mesmas oportunidades educativas que existem nos centros urbanos.
- Saúde e Bem-Estar: O plano promove o acesso a serviços de saúde essenciais, incluindo cuidados médicos preventivos e de emergência. Também se foca no bem-estar psicológico das crianças, proporcionando apoio psicológico e programas de saúde mental.
- Proteção e Segurança: As crianças no interior também estão vulneráveis a diferentes formas de abuso e negligência. O plano inclui medidas para proteger estas crianças, garantindo que tenham um ambiente seguro e protegido para crescer.
- Desenvolvimento Comunitário: A implementação do plano envolve a comunidade local, promovendo a coesão social e a colaboração entre diferentes setores da sociedade. Isso fortalece o tecido social das regiões interiores, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Implementar o Plano Nacional de Garantia para a Infância no interior do país apresenta desafios, como a dispersão geográfica e a falta de infraestruturas. Contudo, também oferece oportunidades para inovar na prestação de serviços, utilizando

tecnologias digitais e modelos de intervenção comunitária que podem ser mais eficazes e sustentáveis a longo prazo.

O sucesso do plano depende de um compromisso contínuo do governo, da colaboração entre diferentes níveis de administração e da participação ativa das comunidades locais, pelo que o município de Seia se encontra a preparar a adesão ao Plano Nacional de Garantia para a Infância.

Promoção e Proteção de Crianças e Jovens

Realizando uma análise àquilo que se entende como crianças/jovens em risco ou perigo, importa conhecer o trabalho realizado pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que se definem como instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

As CPCJ são compostas pela comissão alargada e pela comissão restrita. No caso de Seia, a comissão alargada é composta por 14 elementos, considerando a representatividade preconizada pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), no seu artigo 17º, encontrando-se em falta representante de associações ou outras organizações privadas, que desenvolvem atividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens. A comissão restrita é constituída por 5 elementos da Comissão Alargada e todos eles trabalham Processos de Promoção e Proteção.

De acordo com o Relatório Anual da CPCJ de Seia conclui-se que, em 2023, dos 151 processos da CPCJ de Seia, 78 transitaram⁷¹ do ano anterior, 58 foram instaurados⁷², 14 foram reabertos e 1 foi transferido para outra CPCJ por razões de competência territorial, verificando-se assim uma diminuição dos processos em relação a 2020. Todavia, observa-se, entre 2020 e 2023, um aumento dos processos reabertos⁷³(Quadro 64).

⁷¹ Processos transitados: processos que estavam em acompanhamento no ano civil anterior e passam para novo ano;

⁷² Processos instaurados: abertura de novos processos;

⁷³ Processos reabertos: reabertura de processos já encerrados.

Quadro 64| Volume Processual da CPCJ de Seia, 2020-2023

Anos	Nº Total Processos				
	Transitados	Instaurados	Reabertos	Transferidos para outra CPCJ	Global
2020	96	66	11	5	178
2023	78	58	14	1	151

Fonte| CPCJ de Seia, 2024

No que diz respeito aos arquivamentos, entre 2020 e 2023, houve um aumento do número global de processos arquivados, sendo notado um aumento significativo dos arquivamentos liminares⁷⁴ (Quadro 65).

Quadro 65| Análise Comparativa Processos Arquivados na CPCJ de Seia, 2020-2023

Anos	Arquivamento liminar	Arquivados	Global
2020	-	81	81
2023	5	92	97

Fonte| CPCJ de Seia, 2024

A tendência de decréscimo do número de sinalizações registadas na CPCJ de Seia, no ano de 2023, é inversa à tendência nacional descrita pela Comissão Nacional De Promoção Dos Direitos E Proteção Das Crianças e Jovens, doravante identificado como CNPDPCJ, onde se verificou um aumento do número de crianças sinalizadas entre 2022 e 2023 (CNPDPCJ, 2024). Esta tendência nacional de crescimento das sinalizações tem-se verificado ao longo dos anos, com exceção do ano de 2020 (ano atípico do ponto de vista da sinalização de crianças derivado da questão pandémica), como se pode verificar no gráfico 92.

⁷⁴ Arquivamento Liminar: decisão tomada pela CPCJ de não prosseguir com um processo de Promoção e Proteção, após análise preliminar dos factos apresentados, por considerar que não existem motivos suficientes para justificar a intervenção da comissão.

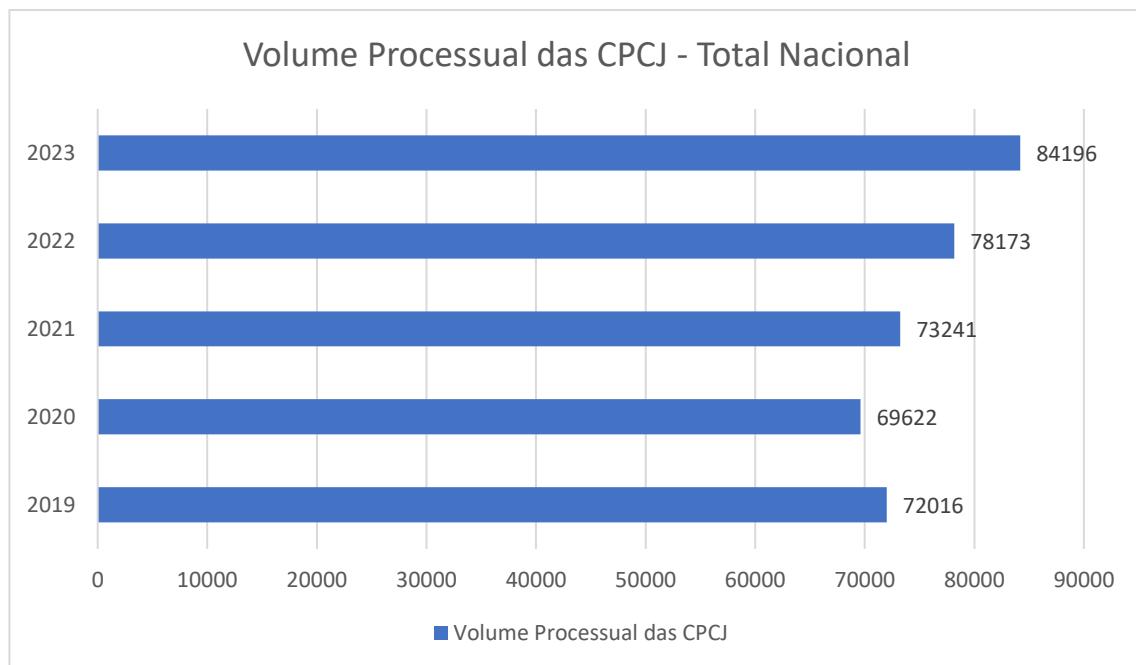


Gráfico 92| Nº de Processos Movimentados pelas CPCJ entre 2019 e 2023

Fonte| CNPDPCJ, 2024

A maioria das sinalizações de crianças potencialmente em perigo que chegaram à CPCJ de Seia foram realizadas por escrito, incluindo por e-mail, o mesmo ocorrendo ao nível dos indicadores nacionais.

No Quadro 66, e no que concerne às entidades sinalizadoras dos processos instaurados na CPCJ de Seia, comparando os anos de 2020 e 2023, observamos que a Autoridade Policial foi quem mais sinalizou em ambos os anos, ainda que com um decréscimo em 2023. Em segundo lugar, no ano de 2023, destacam-se as sinalizações sem informação/anónimos, que aumentaram face a 2020. No ano de 2020 os estabelecimentos de ensino foram a segunda grande entidade sinalizadora, mas que, em 2023, reduziram em 50% as sinalizações. Verificou-se ainda um aumento do número de sinalizações por via do Ministério Público, em 2023.

Quadro 66| Entidades Sinalizadoras dos Processos Instaurados na CPCJ de Seia, em 2020 e 2023

Entidade sinalizadora	Nº Processos Sinalizados	
	2020	2023
Atendimentos Serviços Segurança Social	0	1
Autoridade Policial	31	26

Própria CPCJ	2	3
Comissão Local do Acompanhamento do RSI	3	3
Estabelecimentos de Ensino	20	10
Estabelecimentos de Saúde	1	3
Ministério Público	2	9
NACJR (Núcleo de Apoio à Criança e Jovens em Risco)	---	2
Pai	2	1
Mãe	2	---
Sem informação/anónimo	7	12
Vizinhos e Particulares	2	2
Familiares	2	---
Instituições de Apoio à Criança e Jovens	1	---
IPSS'S	1	---
Total	76	72

Fonte| CPCJ de Seia, 2024

Ainda de acordo com o Relatório Anual da CPCJ de Seia, na faixa etária entre os 0 e os 5 anos, a maioria das sinalizações (39,4%) surge da resposta creche - IPSS, o que demonstra a importância que estas entidades assumem no processo de proteção das crianças, mais concretamente na sinalização de situações de risco/perigo, permitindo desta forma preconizar uma intervenção em prol do superior interesse da criança.

No âmbito nacional a maioria das comunicações de crianças ou jovens em potencial situação de perigo foram identificadas pelas Forças de Segurança e pelos Estabelecimentos de Ensino.

No que diz respeito à nacionalidade das crianças/jovens sinalizadas, em 2023, pela CPCJ de Seia, observa-se que a maioria das crianças têm nacionalidade portuguesa, seguido de nacionalidade brasileira, reflexo também do crescente número de pessoas desta nacionalidade que se têm instalado no concelho. Esta tendência local acompanha a tendência nacional de sinalização de crianças/jovens. O indicador de nacionalidade “desconhecida” refere-se a processos que foram abertos, mas para os quais os pais não

deram consentimento para a intervenção, resultando em situações onde não foi possível apurar a mesma.

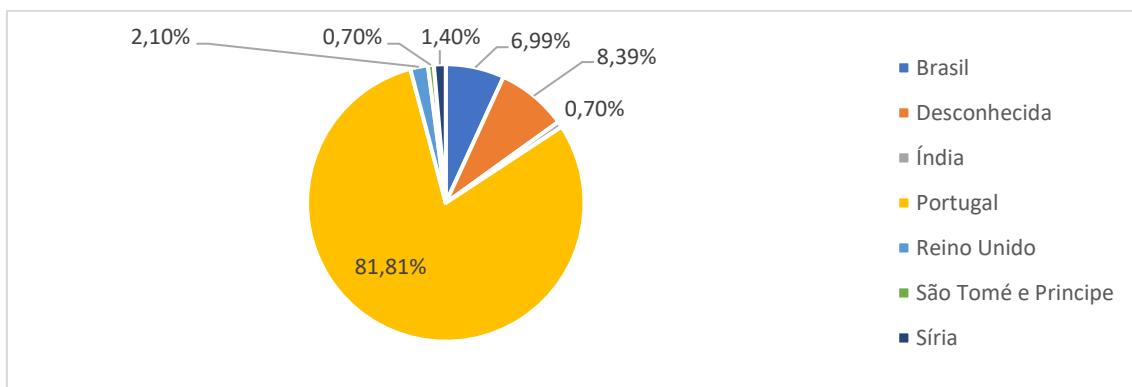


Gráfico 93 | Percentagem de Crianças Sinalizadas, por Nacionalidade, 2023

Fonte| CPCJ de Seia, 2024

De acordo com o Quadro 67, verifica-se que o maior número de acompanhamentos realizado pela CPCJ de Seia, em 2023, ocorreu no escalão etário dos 11 aos 14 anos, seguido pelos escalões dos 15 aos 17 e dos 6 aos 8. Foram ainda acompanhadas 5 crianças com deficiência. Segundo o relatório anual da CPCJ de Seia, referente ao ano 2023, não se registaram diferenças significativas entre acompanhamentos de crianças/jovens do sexo feminino e masculino.

No que diz respeito às medidas de promoção e proteção, a mais aplicada foi a de “Apoyo Junto dos Pais”.

Importa realçar que, no ano 2023, foram realizados 2 procedimentos de urgência.

Quadro 67 | Número de Crianças Acompanhadas por Escalão Etário, Deficiência, Tipologia de Maus-Tratos e Medidas de Promoção e Proteção com Maior Evidência

Escalão Etário	Nº crianças sinalizadas	Nº crianças sinalizadas C/ deficiência	Tipologia de maus-tratos mais sinalizada	Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas em maior escala
0-2 anos	17	0	ECPCBEDC- Violência Doméstica Negligência – ao nível da saúde	Apoyo junto dos Pais
3-5 anos	13	0	Negligência – ao nível da saúde	Apoyo junto dos Pais
6-8 anos	23	0	ECPCBEDC- Violência Doméstica	Apoyo junto dos Pais

9-10 anos	17	1	CJACABED – Bullying	Apoio junto dos Pais
11-14 anos	32	1	ECPCBEDC- Violência Doméstica	Apoio junto dos Pais Apoio Junto de outro Familiar
15-17 anos	30	2	CJACABED – Outros comportamentos ECPCBEDC- Violência Doméstica	Apoio junto dos Pais
18-21 anos	8	1	ECPCBEDC – Comportamentos graves anti-sociais	
> 21 anos	1	0		
S/informação de idade	1	0		
Total	142	5		
		147		

Fonte| CPCJ de Seia, 2024

Ainda relativamente às tipologias de perigo evidenciadas na CPCJ de Seia, em 2023, é possível constatar que 46 referem-se à Negligência, 41 a Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança (ECPCBEDC), 32 a Crianças/jovens que Assumem Comportamentos que Podem Comprometer o seu Bem-Estar e Desenvolvimento (CJACABED) e 15 a absentismo escolar. Dentro destas tipologias cabem diversas situações que, potencialmente, colocam as crianças em perigo. No seguimento dos dados recolhidos, no âmbito da negligência, a tipologia mais identificada foi a relativa à saúde e, no âmbito da ECPCBEDC, foi a exposição a violência doméstica (Gráfico 94).

Inquérito por questionário aplicado à população:

29,65% das pessoas considera como problema a violência doméstica.

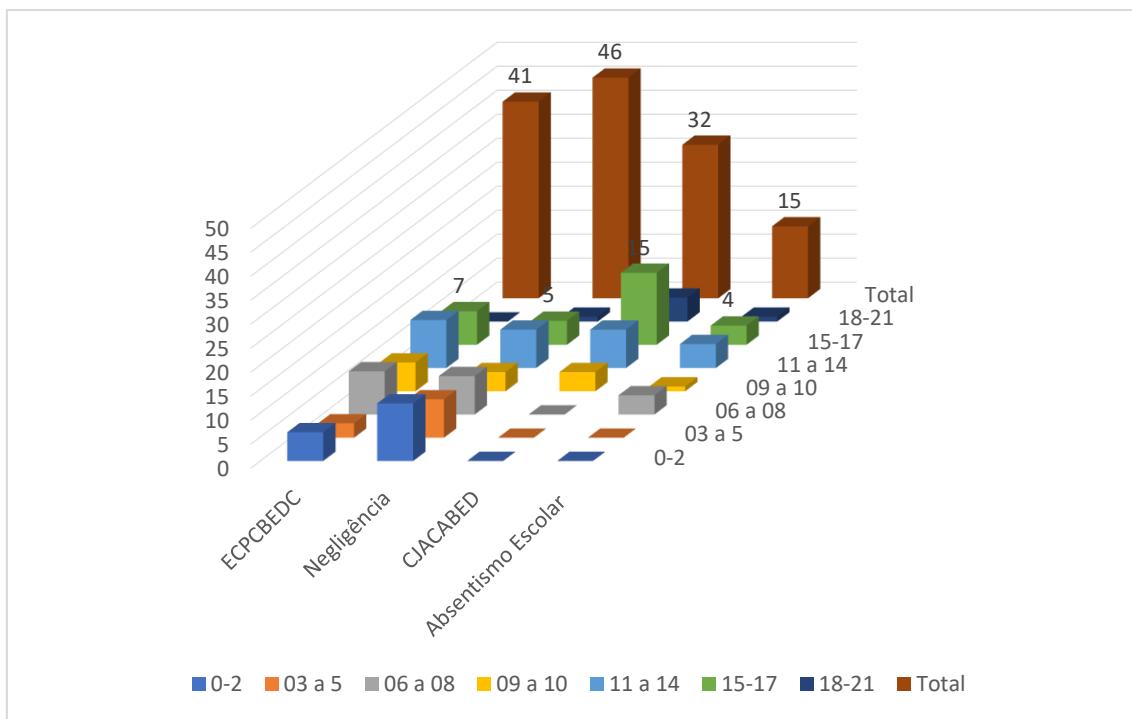


Gráfico 94 | Tipologias de Perigo Evidenciadas na CPCJ de Seia, 2023

Fonte | CPCJ de Seia, 2024

Por fim, importa destacar que a CPCJ de Seia, em 2023, para além de acompanhar as crianças/jovens, dinamizou ainda atividades no âmbito da intervenção comunitária, de prevenção de situações de risco/perigo e de sensibilização da comunidade para a proteção deste grupo etário (Quadro 68).

Quadro 68 | Atividades Realizadas pela CPCJ de Seia, 2023

Atividade	Destinatários
Moderação de debate sobre Violência Doméstica	Comunidade
Entrega de enxovals	Famílias
O Laço azul	Comunidade
CPCJ de Seia: Quem somos e o que fazemos	Comunidade
Toxicodependência(s)	Técnicos
Tertúlia – Quem Somos e o que Fazemos	Crianças/jovens/Famílias

Fonte | CPCJ de Seia

Intervenção Ministério Público - Processos Tutelares Educativos – 2023

Dos dados apurados junto do Ministério Público de Seia, em 2023, foram instaurados 4 processos Tutelares Educativos com as seguintes características: as crianças/jovens a quem foram instaurados os processos eram na totalidade do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos de idade. Dois deles pertenciam à U.F. Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros, um à Freguesia de Santa Comba e um outro era do concelho de Gouveia. As problemáticas que despoletaram os referidos processos foram: *ofensa à integridade física/coação, detenção de arma ilegal, ofensa à integridade física simples e dano*.

Famílias

“Família não pode ser limitada a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e destino comum, devem ser encarados como uma família”.

OMS, 1994

O Município de Seia é um dos municípios portugueses distinguido com a Bandeira Verde **“Autarquia + Familiarmente Responsável”**, título este que mantém há 13 anos consecutivos, que é atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis e que reconhece as boas práticas em matéria de política integrada de apoio à família. Em 2023 o Município de Seia recebeu, adicionalmente e pela primeira vez, o certificado de **“Autarquia Amiga das Famílias”** atribuído pela Rede Europeia de Autarquias Amigas da Família. As políticas integradas de apoio à família no concelho de Seia são materializadas através das seguintes medidas:

- Programa Municipal de Incentivo à Natalidade/Adoção e Vacinação
- Programa Municipal de Comparticipação em Despesas com Medicamentos
- Hidroterapia
- Oficina Domiciliária

- Tarifa Social na Fatura da Água
- Tarifa Familiar na Fatura da Água
- Redução do IMI para Famílias com Filhos
- Oferta de Cadernos de Atividades para Todos os Alunos do 1º CEB
- Comparticipação na Aquisição de Material Escolar
- Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior
- Transportes e Refeições Escolares em Todos os Níveis de Ensino.

O número de famílias no concelho de Seia, em 2021, era de 9177, o que evidencia um decréscimo face a 2011, em que o número de famílias era de 9661. Este indicador acompanhou a redução populacional da região, já verificado no âmbito da análise demográfica. A um nível mais macro, em Portugal registou-se um aumento do número de famílias face a 2011, passando de 4 043 726 para 4 149 096, em 2021. Ao nível da CIMBSE, constatou-se a mesma tendência de decréscimo verificada no concelho de Seia.

Considerando o Gráfico 93, a curva referente à dimensão das famílias no concelho de Seia manteve, em 2021, o que já ocorria desde a análise de 2011, ou seja, houve um continuo aumento de famílias com 1 ou 2 pessoas e um decréscimo das famílias com mais elementos. Esta tendência foi global, tanto ao nível nacional como da CIMBSE.

Realça-se assim o aumento de 394 famílias unipessoais em 2021, face a 2011, passando de 2058 para 2452 famílias desta tipologia. A mesma tendência ocorreu relativamente às famílias unipessoais com elementos de 65 ou mais anos, que aumentaram de 1267 para 1530 no mesmo período temporal. (PORDATA 2021)

As famílias no concelho de Seia, como em muitas outras áreas geográficas de Portugal, tendem a ser menores do que no passado e denota-se a significativa presença do grupo dos idosos, refletindo o envelhecimento populacional, que é comum em muitas regiões do interior do país.

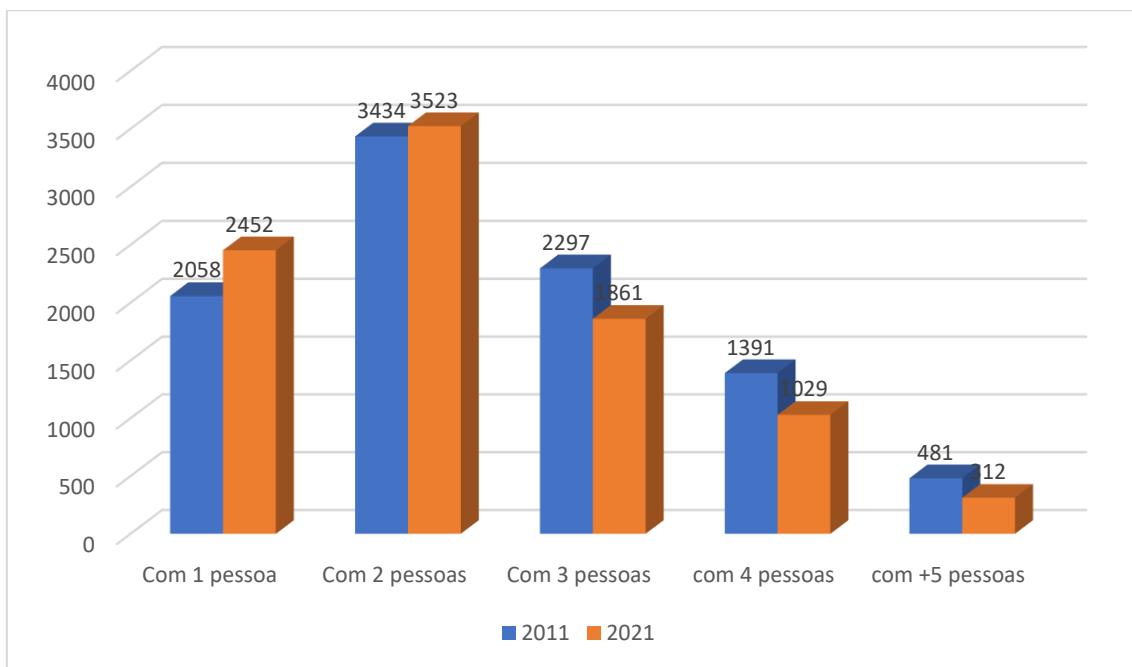


Gráfico 95 | Dimensão das Famílias, Concelho de Seia, 2011-2021

Fonte| PORDATA

Face ao gráfico seguinte, observa-se que a maioria dos núcleos familiares reconstituídos se encontravam, em 2021, respetivamente, na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros, U.F. de Torrozelo e Folhadosa e U.F. de Santa Marinha e São Martinho. Nas freguesias de Alvoco da Serra, Girabolhos e Teixeira não se verifica a existência de famílias reconstituídas.

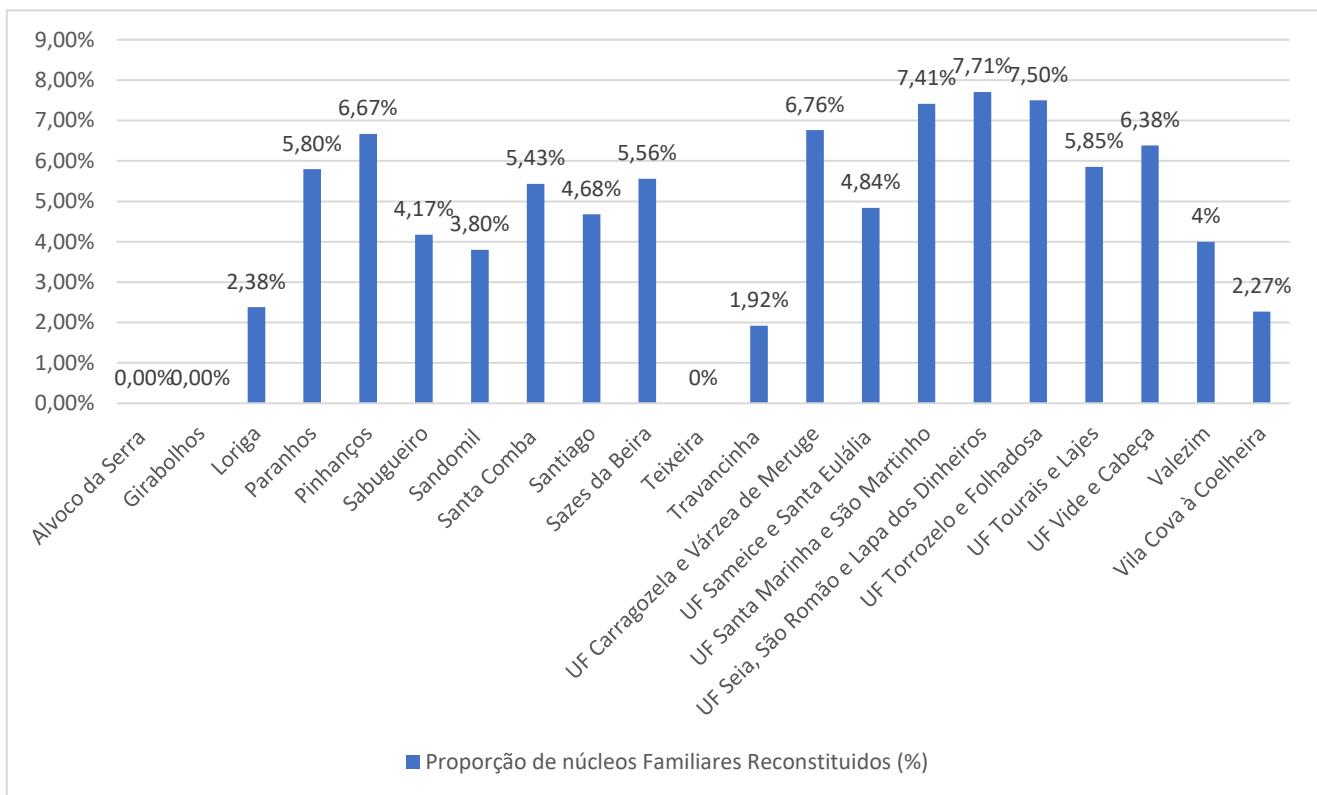


Gráfico 96| Proporção de Núcleos Familiares Reconstituídos no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Fonte | INE

Face ao Gráfico 97 averigua-se, entre 2011 e 2021, um aumento dos núcleos familiares monoparentais na maioria das freguesias do Concelho de Seia, com exceção das freguesias de Girabolhos, U.F. de Tourais e Lajes e U.F. de Vide e Cabeça. Nas freguesias de Santa Comba e de U.F. Santa Marinha e São Martinho os valores, entre 2011 e 2021, são equivalentes.

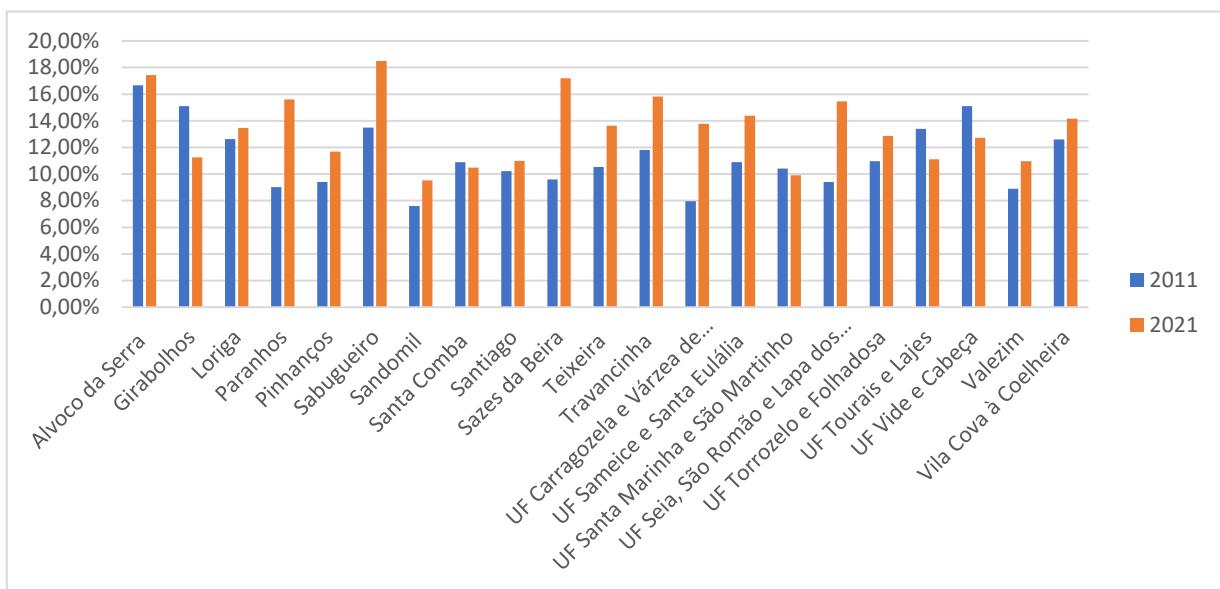


Gráfico 97| Proporção de Núcleos Familiares Monoparentais no Concelho de Seia, por Freguesia, 2011-2021

Fonte| INE

Da leitura do Quadro 69, constata-se que, entre 2011 e 2021, houve um aumento generalizado de famílias monoparentais, quer a nível nacional, quer na região Centro, quer no concelho de Seia. A variação nacional desta tipologia de famílias foi de + 3,65, sendo que no concelho de Seia foi de + 2,49, valor ligeiramente inferior ao registada na região Centro.

Estas variações positivas e constante aumento do número das famílias monoparentais estão intrinsecamente relacionadas com uma mudança no paradigma de família, nas dinâmicas familiares e nos novos desafios que a sociedade coloca aos indivíduos e famílias.

Quadro 69| Proporção e Variação de Famílias Monoparentais no Concelho de Seia, 2011-2021

	2011	2021	Variação
Portugal	14,89%	18,54%	+3,65
Centro	12,55%	15,34%	+2,79
Concelho Seia	11,28%	13,77%	+ 2,49

Fonte| INE

Sendo o desemprego uma das principais fragilidades da sociedade atual com consequências diretas nas dinâmicas das famílias, é importante proceder-se à análise dos

Gráficos 98, 99 e 100 e, assim, concluir-se que, em 2021, no concelho de Seia, a proporção de núcleos familiares de casais ambos desempregados era inferior à verificada tanto na região Centro como ao nível da CIMBSE. Antagonicamente, o concelho de Seia encontrava-se acima dos valores registados na zona Centro e na CIMBSE na análise à proporção de núcleos familiares com filhos desempregados. No que à proporção de agregados domésticos privados com todos os indivíduos desempregados diz respeito, o concelho de Seia encontrava-se acima dos valores verificados na zona Centro, mas abaixo dos valores da CIMBSE.

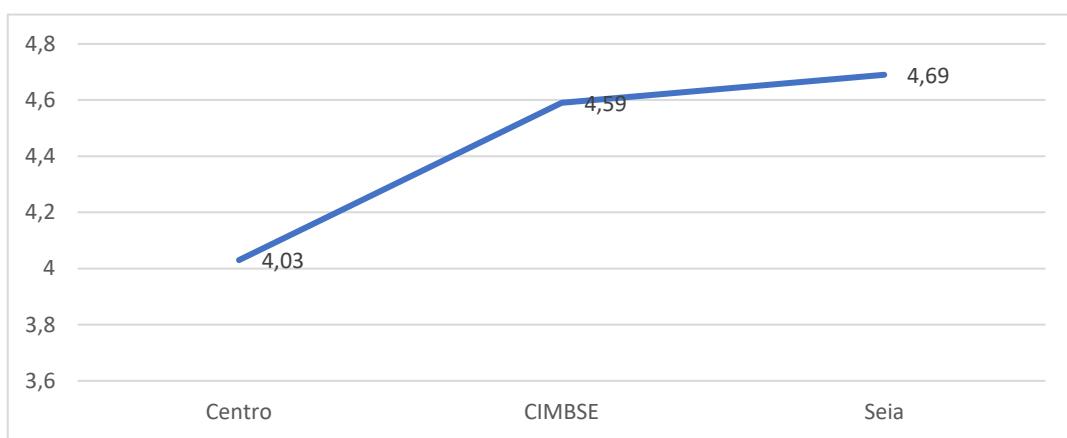


Gráfico 98| Proporção de Núcleos Familiares com Filhos Desempregados no Concelho de Seia, 2021
Fonte| INE

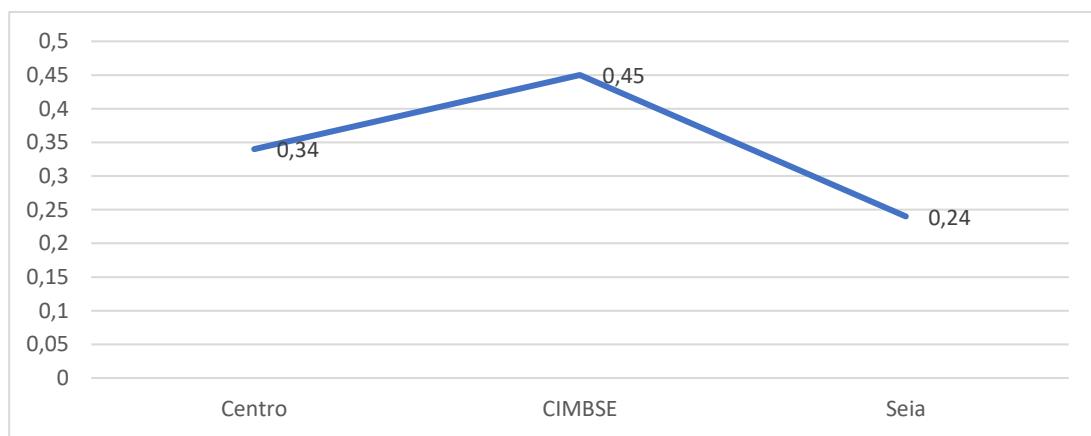


Gráfico 99 Proporção de Núcleos Familiares de Casais Ambos Desempregados no Concelho de Seia, 2021
Fonte| INE

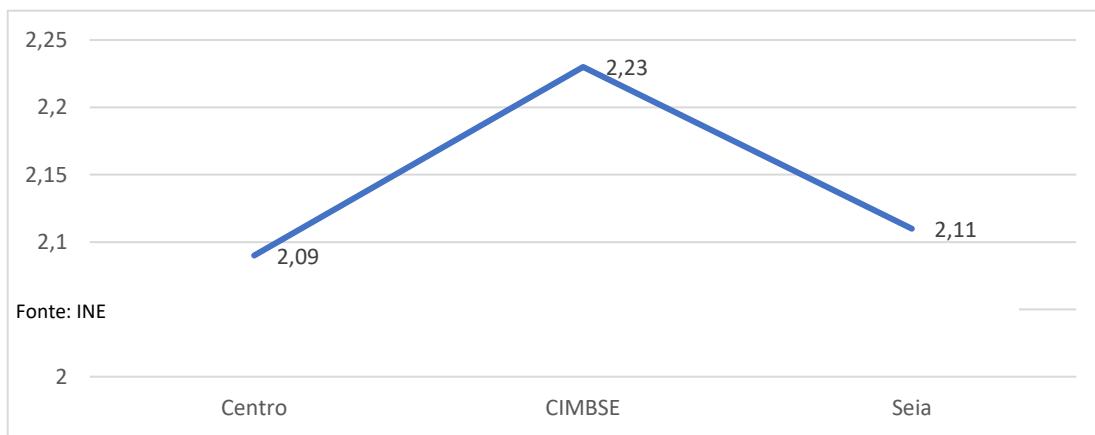


Gráfico 100 | Proporção de Agregados Domésticos Privados com Todos os Indivíduos Desempregados no Concelho de Seia, 2021

Fonte | INE

Tendo em conta o Quadro 70, a freguesia do concelho de Seia onde se identificava, em 2021, um menor número de famílias era na de Teixeira, seguido de Sazes da Beira e Valezim. A freguesia que concentrava um maior número de famílias era na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros.

Quadro 70| Número de Famílias no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Freguesia	Nº Famílias - 2021
Alvoco da Serra	109
Girabolhos	80
Loriga	260
Paranhos	391
Pinhanços	214
Sabugueiro	119
Sandomil	210
Santa Comba	229
Santiago	346
Sazes da Beira	64
Teixeira	44
Travancinha	120
U.F. de Carragozela e Várzea de Meruge	167
U.F. de Sameice e Santa Eulália	174
U.F. de Santa Marinha e São Martinho	424

U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	2696
U.F. de Torrozelo e Folhadosa	210
U.F. de Tourais e Lajes	495
U.F. de Vide e Cabeça	173
Valezim	73
Vila Cova à Coelheira	113

Fonte| INE

Em análise aos Gráficos 101, verifica-se que, em 2021, no concelho de Seia, residiam 658 casais com criança(s) menores de 6 anos, 88 núcleos familiares monoparentais femininos com criança(s) na faixa etária referida e 8 núcleos familiares monoparentais masculinos também com criança(s) menores de 6 anos.

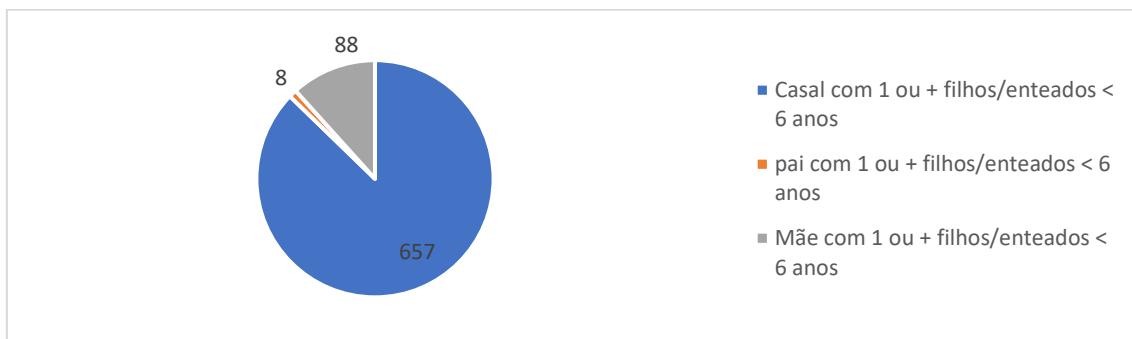


Gráfico 101 | Núcleos Familiares com Crianças Menores de 6 anos, Residentes no Concelho de Seia, 2021

Fonte| INE

Na freguesia de Alvoco da Serra, em 2021, apenas 1 uma criança com idade inferior a 6 anos residia com os pais - casal. A freguesia onde se registavam mais crianças na faixa etária em epígrafe era na U.F. mais povoada e mais urbana do concelho de Seia - Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (368 crianças com idade inferior a 6 anos).

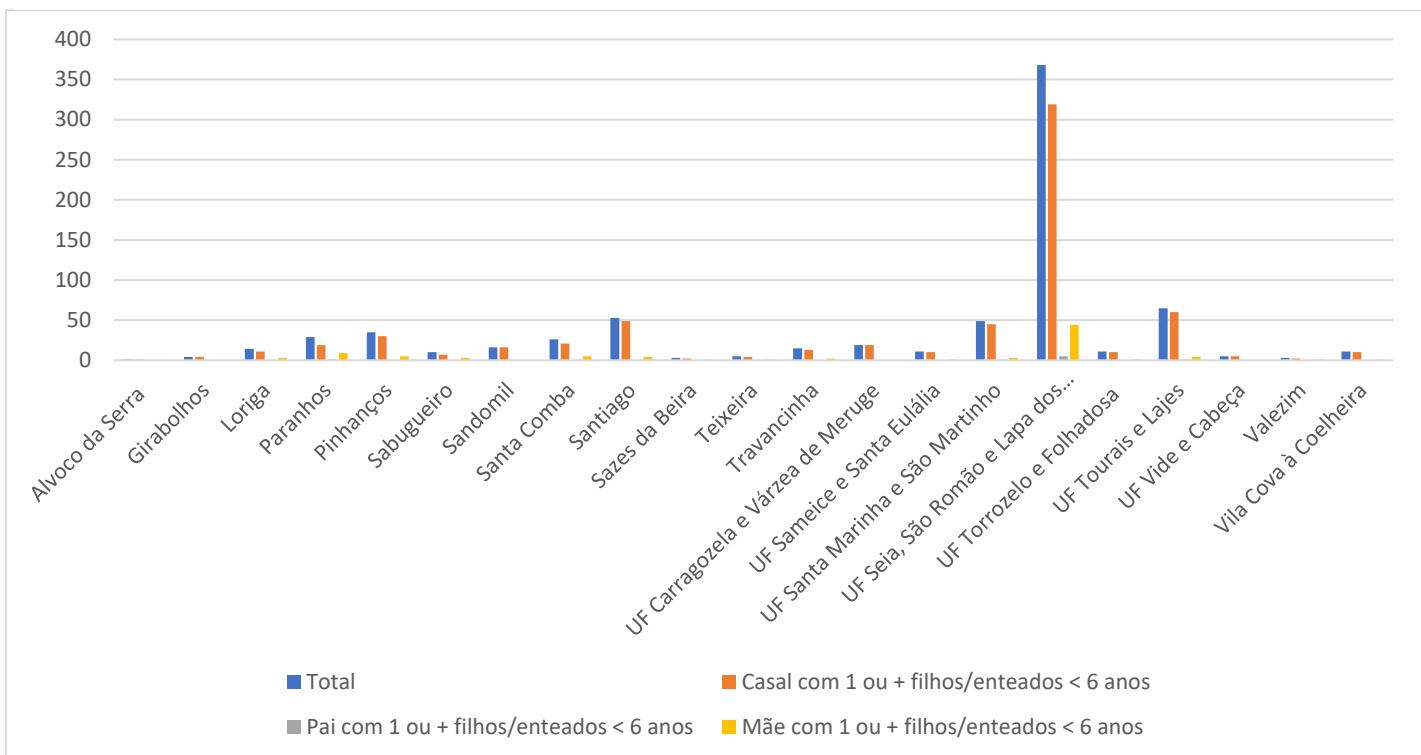


Gráfico 102| Núcleos Familiares com Crianças Menores de 6 Anos, Residentes no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Fonte| INE

Segundo dados do INE, em 2021, 11% da população do concelho de Seia vivia sozinha, o correspondente a 2452 pessoas. A dimensão média do número de pessoas nos agregados familiares no concelho de Seia, em 2021, foi de 2,28, o que revela uma ligeira diminuição face a 2011 onde o valor era de 2,48.

Quadro 71| Núcleos Familiares Unipessoais Residentes no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Faixa Etária

Freguesias	Faixa Etária													TOTAL
	<20	20-	25-	30-	35-	40-	45-	50-	55-	60-	65-	70-	>75	
Alvoco da Serra	0	0	0	0	0	0	1	7	4	5	12	2	19	50
Girabolhos	0	1	0	0	0	0	0	2	1	6	6	7	26	49
Loriga	0	1	2	1	2	2	0	4	12	15	14	23	36	112
Paranhos	2	0	8	1	5	0	8	8	14	6	23	17	54	146
Pinhanços	0	1	2	3	1	3	2	3	5	4	7	8	24	63
Sabugueiro	0	0	0	0	0	0	1	2	3	1	12	4	6	39

Sandomil	0	0	1	1	3	0	4	4	5	5	15	20	44	102
Santa Comba	0	1	1	0	1	1	2	0	5	4	2	11	34	62
Santiago	0	0	0	3	1	3	10	9	2	15	13	10	48	114
Sazes da Beira	0	0	1	0	1	0	0	2	1	3	4	1	13	26
Teixeira	0	0	0	0	0	1	1	2	1	4	4	0	22	35
Travancinha	0	0	2	1	0	1	0	3	5	4	9	7	18	50
U.F. Carragozela e Várzea de Meruge	0	0	0	0	3	3	6	3	3	7	7	11	22	65
U.F. Sameice e Santa Eulália	0	0	0	1	1	1	3	0	5	0	6	4	24	45
U.F. Santa Marinha e São Martinho	0	3	0	2	5	5	4	5	14	17	15	20	58	148
U.F. Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	1	18	16	30	32	45	67	71	87	85	118	101	269	940
U.F. Torrozelo e Folhadosa	0	0	0	0	2	0	6	3	4	2	6	7	29	59
U.F. Tourais e Lajes	0	0	1	1	0	2	8	7	9	8	11	25	69	141
U.F. Vide e Cabeça	0	0	0	1	0	2	2	3	6	10	21	20	46	111
Valezim	0	1	0	0	0	2	1	3	3	5	5	9	22	51
Vila Cova à Coelheira	0	0	0	1	2	0	0	2	3	3	10	9	13	43
TOTAL CONCELHO SEIA	3	26	35	46	59	72	127	144	190	220	312	318	900	2452

Fonte | INE

Síntese

- ❖ No que concerne à caracterização da população infantojuvenil do concelho de Seia, em 2022, residiam no concelho 2866 crianças e jovens (até aos 19 anos);
- ❖ Relativamente ao saldo natural, este diminuiu, entre 2011 e 2022, em todos os concelhos da CIMBSE. No concelho de Seia, o saldo natural era -194 em 2011 e -326 em 2022;
- ❖ Em 2022, a taxa bruta de natalidade diminuiu significativamente no concelho de Seia, comparativamente a 2011;
- ❖ Verificou-se um decréscimo do número de sinalizações na CPCJ de Seia em 2023, comparativamente a 2020;
- ❖ A tendência de decréscimo do número de sinalizações registadas na CPCJ de Seia, no ano de 2023, é inversa à tendência nacional descrita pela Comissão Nacional De Promoção Dos Direitos E Proteção Das Crianças e Jovens;
- ❖ Verificou-se um aumento dos processos reabertos na CPCJ de Seia em 2023, face a 2020;
- ❖ A principal entidade sinalizadora de crianças e jovens para a intervenção na CPCJ continua a ser a Autoridade Policial, tal como já o era em 2020;
- ❖ Assistiu-se a um aumento das sinalizações anónimas de crianças e jovens para a CPCJ de Seia, sendo este o segundo meio de sinalização mais utilizado;
- ❖ O maior número de sinalizações ocorreu refente a crianças/jovens no escalão etário dos 11 aos 14 anos;
- ❖ A medida de Promoção e Proteção mais aplicada pela CPCJ de Seia foi “Apoio Junto dos Pais”;
- ❖ A problemática mais verificada nas sinalizações à CPCJ de Seia é a “Negligência”, seguida da categoria “Exposição a Comportamentos de Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança – ECPCBEDC”. Dentro da Negligência a tipologia mais identificada é ao nível da saúde e no que refere à ECPCBEDC, a situação mais identificada é a Exposição a Violência doméstica;
- ❖ Há 13 anos consecutivos que o Município de Seia é distinguido com a Bandeira **“Autarquia + Familiarmente Responsável”**;

- ✿ Em 2023 o Município de Seia recebeu pela primeira vez o certificado *de “Autarquia Amiga das Famílias”*;
- ✿ Tal como em 2011, também em 2021 a maior prevalência no concelho de Seia são famílias com 2 pessoas, seguidas das famílias unipessoais;
- ✿ Entre 2011 e 2021, houve um aumento generalizado de famílias monoparentais, quer a nível nacional, quer na região Centro, como no concelho de Seia;
- ✿ Entre 2011 e 2021, houve um aumento generalizado de famílias monoparentais, quer a nível nacional, quer na região Centro, quer no concelho de Seia;
- ✿ A freguesia onde se registavam mais crianças na faixa etária inferior a 6 anos era na U.F. mais povoada e mais urbana do concelho de Seia- Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (368 crianças com idade inferior a 6 anos);
- ✿ Em todas as freguesias do Concelho a maioria das crianças com idade igual ou inferior a 6 anos vive com os pais, seguido de agregados familiares monoparentais femininos e posteriormente de agregados monoparentais masculinos.

b. Pessoas Idosas

Tanto em Portugal, como na União Europeia, o envelhecimento da população é uma realidade. Em 2023, a população idosa (mais de 65 anos) representava 20,7% da população europeia e 22,3% da população portuguesa. Retrocedendo a 2001, em que pessoas com mais de 65 anos representavam 15,9% da população europeia e 16,5% da população portuguesa, é percutível a transformação da sociedade europeia e portuguesa. Isto porque, para além do aumento do número de pessoas com mais de 65 anos, também se assistiu ao aumento da longevidade e a uma diminuição da natalidade. Assim, atualmente Portugal tem *“uma sociedade com mais idosos e mais longevos, o que coloca novos desafios no âmbito da saúde, da economia e da própria sociedade”* (Marques da Costa & Louro, 2023).

De acordo com um artigo publicado por Moreira e Pinheira (2023), em Portugal existem grandes disparidades entre a realidade vivenciada pela população idosa nas áreas urbanas e nas áreas rurais. O estudo realizado revelou que as pessoas residentes em meios mais rurais tendem a preferir alterar a localização da sua residência, ao contrário daquelas que residem em meios urbanos. Esta preferência prende-se com *“a pouca disponibilidade de serviços e maior dificuldade no seu acesso, particularmente os serviços de saúde”*.

De acordo com o conceito de Envelhecimento Ativo proposto em 2002 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a melhoria da qualidade de vida da população idosa dependerá de cada um *“enquanto agente da sua própria saúde, participação e segurança, e da sociedade como um todo, de forma a que sejam garantidas as oportunidades para tal, à medida que as pessoas envelhecem”*. Desta forma, o país comprometeu-se com a Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS e com os valores e objetivos fundamentais da União Europeia (UE), que integram ações no sentido de promover um envelhecimento ativo e saudável e a solidariedade intergeracional (Decisão n.º 940/2011/U, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro).

Nos termos do Despacho n.º 12427/2016, de 17 de outubro, é proposta a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026 (ENEAS 2023-2026), que tem subjacente *“o aumento da capacidade funcional das pessoas idosas como*

Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social 2024-2026

o ponto de referência para a formulação de um modelo orientador de intervenção que defina prioridades, parâmetros de monitorização e avaliação, e imprima dinâmicas e sinergias de cooperação entre interventores e instituições no âmbito dos diversos Programas Prioritários e outros Programas e projetos da saúde e vários parceiros empenhados na melhoria dos padrões de saúde, de participação, de segurança e de investigação”.

Os objetivos da ENEAS 2023-2026 prendem-se com a promoção da saúde e do bem-estar da população idosa e no reconhecimento dos benefícios e da importância do envelhecimento ativo e saudável ao longo do ciclo de vida. Assim, os objetivos gerais da ENEAS 2023-2026 são:

- a) Sensibilizar para a importância do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações e promover a mudança de atitudes em relação ao envelhecimento e às pessoas idosas;
- b) Promover a cooperação e a intersectorialidade na concretização da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável;
- c) Contribuir para o desenvolvimento de políticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas idosas.

Tendo como objetivos específicos:

- a) Promover iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas, e melhorar o acesso aos serviços de saúde e de cuidado, e respetiva qualidade;
- b) Incentivar o desenvolvimento de iniciativas para a promoção da autonomia das pessoas idosas;
- c) Promover a educação e formação ao longo do ciclo de vida focando a promoção da literacia em saúde;
- d) Incentivar a criação de ambientes físicos e sociais protetores e potenciadores da integração e participação das pessoas idosas;
- e) Apoiar o desenvolvimento de iniciativas e práticas que visem a promoção do bem-estar e segurança das pessoas idosas;
- f) Promover iniciativas e práticas para a redução do risco de acidentes na pessoa idosa;
- g) Fomentar investigação científica na área do envelhecimento ativo e saudável.

Tendo por base a ENEAS 2023-2026 e o “processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para a melhoria da qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem bem como o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional, que contribui para o bem-estar das pessoas idosas, sendo a capacidade funcional o resultado da interação das capacidades intrínsecas da pessoa (físicas e mentais) com o meio” (OMS, 2015), o Município de Seia encontra-se em fase de elaboração do seu Plano Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável, com vista à promoção de um processo de envelhecimento com qualidade de vida, saúde, bem-estar e realização pessoal da população do concelho, alcançando, desta forma, um envelhecimento ativo digno e saudável.

Em 2021, residiam no concelho de Seia 7500 pessoas com 65 anos ou mais, o que correspondia a 34,5% da população total do concelho. Já no ano seguinte, em 2022, residiam 7528 pessoas com 65 anos ou mais, o que correspondia a 35,2% da população total (Gráfico 103).

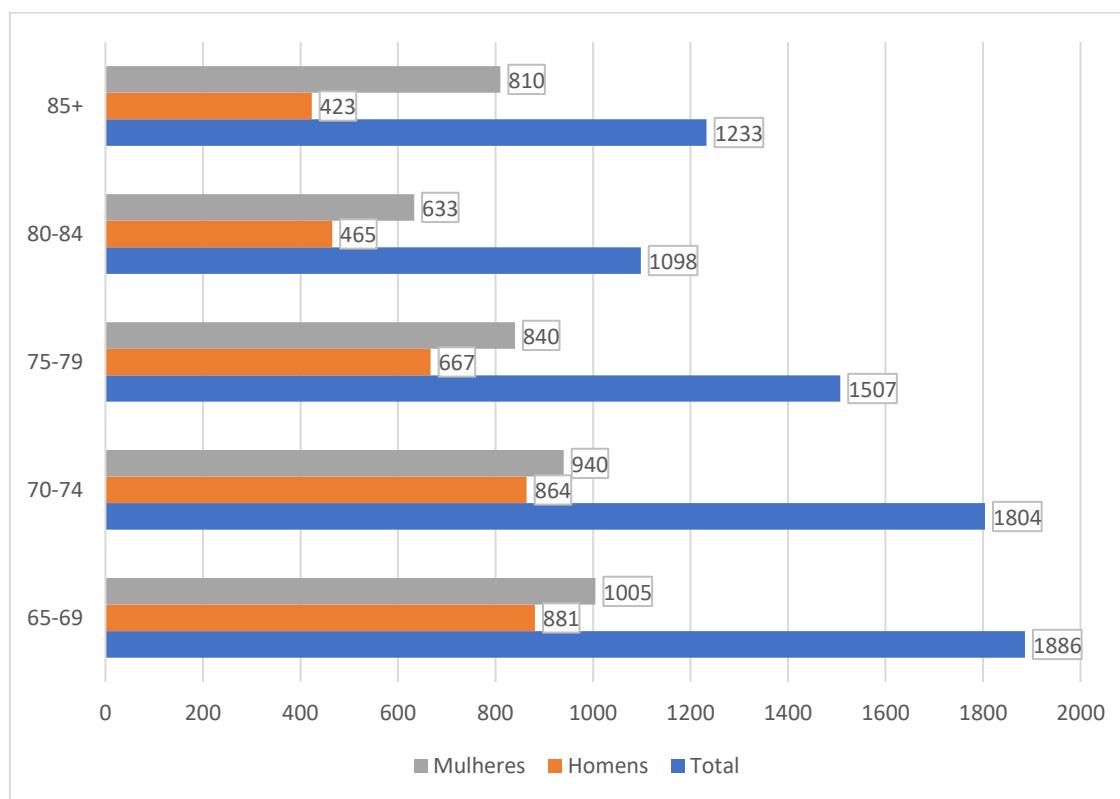


Gráfico 103 | População Residente com 65 ou Mais Anos no Concelho de Seia, 2022
Fonte| INE

Tal como descrito no Capítulo 1 - Demografia, em 2022 o índice de envelhecimento⁷⁵ da população do concelho de Seia correspondia a 367,6 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 crianças (até aos 15 anos). Dos dados apresentados no capítulo mencionado anteriormente, verifica-se, um aumento do número de pessoas com 80 ou mais anos, sendo que em 2022 esta faixa etária reunia 2331 pessoas residentes no concelho. Acompanhando a tendência de uma evolução positiva, o índice de dependência dos idosos⁷⁶ também tem vindo a aumentar, situando-se, no ano de 2022, em 63,7 idosos por 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos).

Da população residente com 65 ou mais anos, no concelho de Seia, em 2021, 32,8% encontravam-se na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros. Importa, ainda, salientar que na freguesia de Girabolhos e na U.F. de Vide e Cabeça a população idosa representava mais do que 50% da população residente (Gráfico 104).

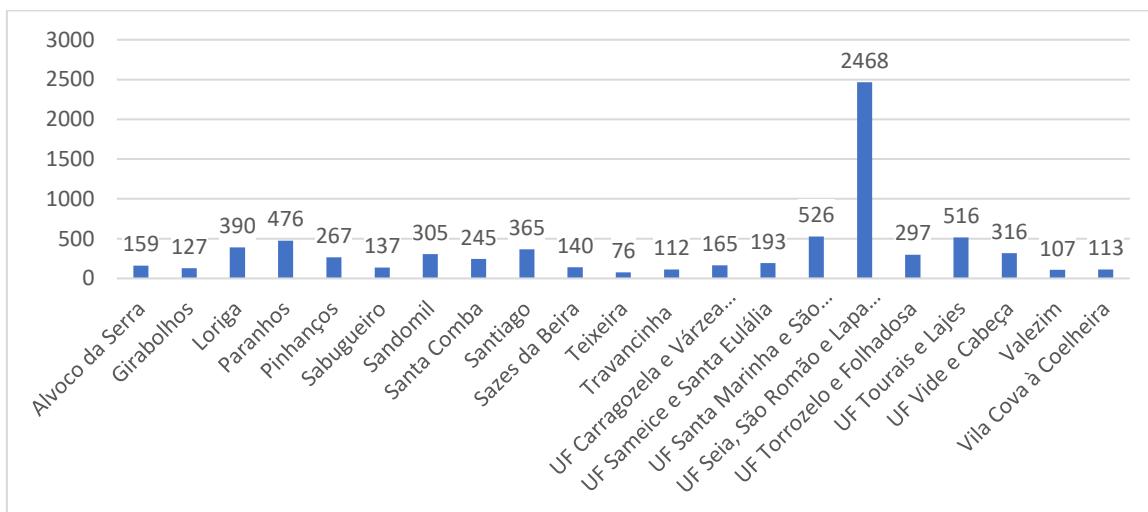


Gráfico 104 | População Residente com 65 ou Mais Anos no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021
Fonte | INE

No que se refere à percentagem de pessoas com 65 anos ou mais que residem sozinhas, verifica-se que a maior percentagem concentrava-se, em 2021, na freguesia de Teixeira (18%), seguida da U.F. de Vide e Cabeça (15%), Freguesia de Valezim (15%) e Sandomil (11%). Os valores mais baixos de famílias unipessoais com idades iguais ou

⁷⁵ Índice de Envelhecimento: relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos);

⁷⁶ rácio de população idosa (> 65 anos) por 100 pessoas em idade ativa.

superiores a 65 anos foram registados nas freguesias de Pinhanços (5%), Sabugueiro (5%) e U.F. de Carragozela e Várzea de Meruge (5%) (Gráfico 105).

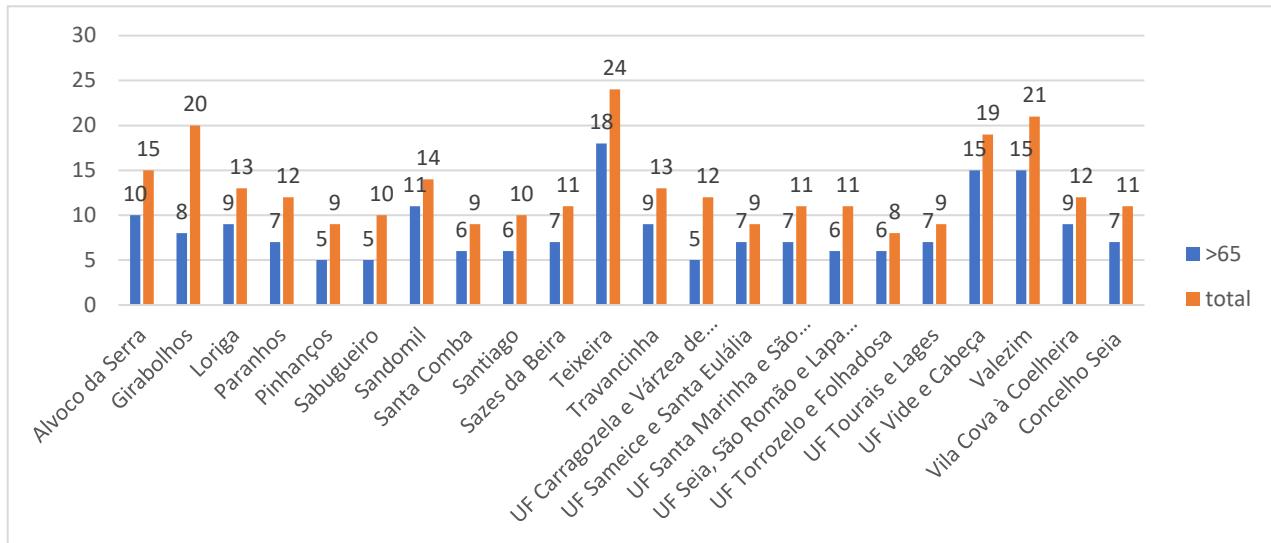


Gráfico 105 | Percentagem de Famílias Clássicas Unipessoais com 65 ou Mais Anos no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Fonte | INE

O concelho de Seia concentra equipamentos e respostas sociais, no âmbito do envelhecimento, que se encontram descritos no Capítulo 8 - Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social. No referido Capítulo é possível consultar informação relativa aos 26 equipamentos sociais, dispersos pelo concelho, que, em maio de 2024, disponibilizavam respostas sociais dirigidas à população idosa (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Dia (CD)).

De realçar que as ERPI do concelho de Seia tinham, em maio de 2024, uma taxa de ocupação superior a 100% e contavam ainda com mais de 500 pessoas em lista de espera. Destaca-se, ainda, que 9% da população com mais de 65 anos residente no concelho encontrava-se institucionalizada (Quadro 72).

Quadro 72 | População com Idade >65 Anos Institucionalizada no Concelho de Seia, 2021

	Tipologias de Agregados Institucionais			
	Total	Apoio Social	Saúde	Religiosas
65-69	30	30	0	0

70-74	44	43	0	1
75-79	91	89	0	2
80-84	143	142	0	1
85-89	210	210	0	0
90 +	224	222	2	0
TOTAL	742	736	2	4

Fonte| INE

Outras Medidas de Apoio à População Idosa existentes no Concelho de Seia

Programa “Saúde em Movimento” - Município de Seia

O Programa “Saúde em Movimento”, promovido pelo Município de Seia, visa oferecer à população idosa do concelho um conjunto de atividades físicas, tanto em pavilhão atividade física/exercício físico, como em piscina natação/hidroginástica. O projeto iniciou em 2004 e proporciona à população com mais de 55 anos ou em situação de reforma um conjunto de atividades que pretendem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população alvo e fazer com que transportem para o resto do seu quotidiano aquilo que realizam durante as sessões de exercício físico.

O Programa “Saúde em Movimento” assenta em 5 núcleos distribuídos geograficamente no concelho, salvaguardando assim a possibilidade de participação de todos os municíipes, com uma frequência semanal, permitindo aos participantes atividades de adaptação ao meio aquático, hidroginástica, natação, atividade física funcional, Boccia e caminhadas (urbanas e montanha). Paralelamente às atividades regulares, o projeto organiza e participa em atividades pontuais de abrangência supramunicipal. Outra componente está relacionada com a intergeracionalidade que pressupõe, ao longo do ano, encontros de atividade física funcional e psicomotricidade, em conjunto com os alunos do pré-escolar (Projeto Saltaricos).

De salientar que o município de Seia foi distinguido e reconhecido pelo Projeto Municipal “Saúde em Movimento”, como um dos melhores programas de “Atividade Física Séniior 2022”, sendo a certificação atribuída no decorrer do XVI Seminário dos Municípios Amigos do Desporto, que decorreu em Óbidos.

Em maio de 2024, 487 pessoas com mais de 50 anos frequentavam o Programa “Saúde em Movimento”, promovido pelo município de Seia, das quais 299 do sexo feminino e 188 do sexo masculino. As faixas etárias mais representadas eram a dos 71 aos 80 anos (47,8%) e dos 61 aos 70 anos (44,1%), destacando-se a participação de uma pessoa com 93 anos de idade (Quadro 73).

Quadro 73| População Inscrita no Programa “Saúde em Movimento”, 2023-2024

Faixa Etária	N.º
51-60 anos	18
61-70 anos	215
71-80 anos	233
81-90 anos	20
91-100 anos	1
Total Geral	487

Fonte| Câmara Municipal de Seia

Programa “Censos Sénior” - Posto Territorial da GNR de Seia

Relativamente à população idosa, no âmbito do Programa “Censos Sénior” da GNR, que tem como objetivo *“sensibilizar os idosos para a adoção de comportamentos de segurança e fazer um levantamento das condições em que vive esta população”*, no ano de 2023, foram sinalizadas 440 pessoas idosas no concelho de Seia, sendo que na sua maioria o motivo da sinalização se prendeu com o facto de residirem “sozinhas” (Figura 16).

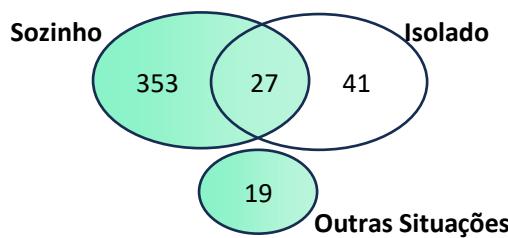


Figura 10| Número de Pessoas Idosas por Tipologia de Sinalização no Âmbito do Programa “Censos Sénior”, 2023

Fonte| GNR

Das 440 pessoas idosas sinalizadas no âmbito do Programa referido, 77,5% eram do sexo feminino e 22,5% do sexo masculino, sendo que na sua maioria tinham entre 80 e 89 anos. De realçar a sinalização de um número elevado de pessoas com idade igual ou superior a 90 anos (Quadro 74).

Quadro 74| Número de Pessoas Idosas Sinalizadas no Âmbito do Programa “Censos Sénior”, por Faixa Etária, 2023

Faixa Etária	N.º
60 – 69 anos	20
70 – 79 anos	125
80 – 89 anos	224
>90 anos	71

Fonte| GNR

Em análise aos dados desagregados por freguesia, é possível identificar um maior número de pessoas idosas sinalizadas no âmbito do Programa “Censos Sénior” na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (17,3%), seguida da U.F. de Vide e Cabeça (12%) (Quadro 75).

Quadro 75| Número de Pessoas Idosas Sinalizadas no Âmbito do Programa “Censos Sénior” por Freguesia, 2023

Freguesia	N.º
Alvoco da Serra	27
Girabolhos	8
Loriga	0
Paranhos	20
Pinhanços	12
Sabugueiro	8
Sandomil	13
Santa Comba	16
Santiago	31
Sazes da Beira	12
Teixeira	26
Travancinha	4
U.F. de Carragozela e Várzea de Meruge	15

U.F. de Sameice e Santa Eulália	10
U.F. de Santa Marinha e São Martinho	34
U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	76
U.F. de Torrozelo e Folhadosa	13
U.F. de Tourais e Lajes	37
U.F. de Vide e Cabeça	53
Valezim	15
Vila Cova à Coelheira	10

Fonte| Dados disponibilizados pelas entidades

Projeto Netos de Companhia- Delegação de Seia da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)

A Delegação de Seia da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) desenvolve a sua missão em obediência aos Estatutos da CVP e aos sete princípios fundamentais: Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade, e recomendações do Movimento Internacional da CVP e do Crescente Vermelho e age em conformidade com as Normas do Direito Internacional Humanitário, prestando assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana.

O Projeto Netos de Companhia tem como objetivo privilegiar a manutenção das pessoas idosas e dependentes no seu meio familiar e social, promovendo o apoio à família e, em função das necessidades e do grau de autonomia destas pessoas, são oferecidos vários tipos de atividades a que podem aceder.

Com este projeto a Delegação de Seia da CVP procura promover o envelhecimento ativo e autónomo de pessoas com mais de 65 anos, em idade de reforma ou em situação de regime de pensões por invalidez, através de uma unidade móvel, numa lógica de itinerância e de equipas de voluntários que percorrem as aldeias mais isoladas geograficamente do concelho de Seia. Assim, são dinamizadas atividades ocupacionais, lúdicas, cognitivas e de desenvolvimento pessoal, bem como proporcionado acompanhamento personalizado e individual através de ações que passam pelo apoio na aquisição de bens e serviços, acompanhamento ao exterior, promoção de estratégias de autonomia, promoção de momentos de lazer/convívio e novas experiências que gerem

sentimentos positivos às pessoas idosas, no sentido de promover a permanência dos mesmos nos seus domicílios.

O Projeto Netos de Companhia, em maio de 2024, atuava nas Freguesias de Loriga e Alvoco da Serra (Alvoco da Serra, Outeiro da Vinha, Vasco Esteves de Cima, Vasco Esteves de Baixo e Aguincho) e incluía 34 beneficiários, dos quais 7 homens e 27 mulheres. A Delegação de Seia da CVP perspetiva, ainda, a curto prazo, o alargamento do projeto a outras freguesias do concelho de Seia.

Teleassistência, Telessegurança - Delegação de Seia da Cruz Vermelha Portuguesa

A teleassistência, telessegurança da Delegação de Seia da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) consiste na disponibilização de um dispositivo eletrónico que permite o contacto do beneficiário com o Centro de Atenção da CVP, 24 horas por dia, 365 dias por ano, em todo o território nacional. Destina-se a todas as pessoas que se encontram em situação de dependência (por velhice, doença, incapacidade ou isolamento, de forma permanente ou temporária), bem como as pessoas plenamente autónomas, mas que desejam sentir-se mais acompanhadas e mais protegidas.

No ano de 2023, a Delegação de Seia da CVP apoiou, no âmbito da teleassistência, telessegurança, 5 pessoas residentes no concelho de Seia, com idades compreendidas entre os 60 e os 70 anos, das quais 3 eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino. No âmbito deste serviço, ao longo do ano, foram realizados 66 contactos com os beneficiários.

Inquérito por questionário aplicado à população:

64,82% das pessoas consideram como problemática o isolamento e a solidão;

São as pessoas nas faixas etárias entre os 45 e os 54 anos e entre os 55 e os 64 que mais consideram existir pouco acompanhamento familiar;

42,71% das pessoas consideram que se desvaloriza o papel da pessoa idosa;

32,16% das pessoas consideram que existe défice de atividades no âmbito da promoção do envelhecimento ativo e saudável. A faixa etária que mais partilha desta opinião é a dos 35 aos 44 anos.

50% das pessoas com mais de 75 anos consideram como problemática a carência económica nas pessoas idosas.

Síntese

- Em 2021, residiam no concelho de Seia 7500 pessoas com 65 anos ou mais, o que correspondia a 34,5% da população total do concelho. Já no ano seguinte, em 2022, residiam 7528 pessoas com 65 anos ou mais, o que correspondia a 35,2% da população total;
- Em 2021, o índice de envelhecimento da população senense correspondia a 367,6 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 crianças (até aos 15 anos);
- Da população residente com 65 ou mais anos, no concelho de Seia, em 2021, 32,8% encontravam-se na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros. Importa, ainda, salientar que na freguesia de Girabolhos e na U.F. de Vide e Cabeça a população idosa representava mais do que 50% da população residente;
- No que se refere à percentagem de pessoas com 65 anos ou mais que residem sozinhas, verifica-se que a maior percentagem concentrava-se, em 2021, na freguesia de Teixeira (18%), seguida da U.F. de Vide e Cabeça (15%), Freguesia de Valezim (15%) e Sandomil (11%);
- Os valores mais baixos de famílias unipessoais com idades iguais ou superiores a 65 anos foram registados nas freguesias de Pinhanços (5%), Sabugueiro (5%) e U.F. de Carragozela e Várzea de Meruge (5%);
- De realçar que as ERPI do concelho de Seia tinham, em maio de 2024, uma taxa de ocupação superior a 100% e contavam ainda com mais de 500 pessoas em lista de espera. Destaca-se, ainda, que 9% da população com mais de 65 anos residente no concelho encontrava-se institucionalizada;
- O Programa “Saúde em Movimento”, promovido pelo Município de Seia, visa oferecer à população idosa do concelho um conjunto de atividades físicas, tanto em pavilhão atividade física/exercício físico, como em piscina natação/hidroginástica;
- O Programa “Saúde em Movimento” assenta em 5 núcleos distribuídos geograficamente no concelho, salvaguardando assim a possibilidade de participação de todos os municípios, com uma frequência semanal, permitindo aos participantes atividades de adaptação ao meio aquático, hidroginástica, natação, atividade física funcional, Boccia e caminhadas (urbanas e montanha);

- o município de Seia foi distinguido e reconhecido pelo Projeto Municipal “Saúde em Movimento”, como um dos melhores programas de “Atividade Física Sénior 2022”, sendo a certificação atribuída no decorrer do XVI Seminário dos Municípios Amigos do Desporto, que decorreu em Óbidos;
- Em maio de 2024, 487 pessoas com mais de 50 anos frequentavam o Programa “Saúde em Movimento”, promovido pelo município de Seia, das quais 299 do sexo feminino e 188 do sexo masculino;
- Relativamente à população idosa, no âmbito do Programa “Censos Sénior” da GNR, que tem como objetivo *“sensibilizar os idosos para a adoção de comportamentos de segurança e fazer um levantamento das condições em que vive esta população”*, no ano de 2023, foram sinalizadas 440 pessoas idosas no concelho de Seia, sendo que na sua maioria o motivo da sinalização se prendeu com o facto de residirem “sozinhas”;
- Das 440 pessoas idosas sinalizadas no âmbito do Programa referido, 77,5% eram do sexo feminino e 22,5% do sexo masculino, sendo que na sua maioria tinham entre 80 e 89 anos. De realçar a sinalização de um número elevado de pessoas com idade igual ou superior a 90 anos;
- O Projeto Netos de Companhia, promovido pela Cruz Vermelha Portuguesa, tem como objetivo privilegiar a manutenção das pessoas idosas e dependentes no seu meio familiar e social, promovendo o apoio à família e, em função das necessidades e do grau de autonomia destas pessoas, são oferecidos vários tipos de atividades a que podem aceder;
- O Projeto Netos de Companhia, em maio de 2024, atuava nas Freguesias de Loriga e Alvoco da Serra (Alvoco da Serra, Outeiro da Vinha, Vasco Esteves de Cima, Vasco Esteves de Baixo e Aguincho) e incluía 34 beneficiários, dos quais 7 homens e 27 mulheres. A Delegação de Seia da CVP perspetiva, ainda, a curto prazo, o alargamento do projeto a outras freguesias do concelho de Seia;
- No ano de 2023, a Delegação de Seia da CVP apoiou, no âmbito da teleassistência, telessegurança, 5 pessoas residentes no concelho de Seia, com idades compreendidas entre os 60 e os 70 anos, das quais 3 eram do sexo masculino e 2

do sexo feminino. No âmbito deste serviço, ao longo do ano, foram realizados 66 contactos com os beneficiários.

c. Pessoas com Deficiência e Incapacidades

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”

Boaventura de Sousa Santos, 2014

Na atualidade verifica-se que os governos manifestam uma maior preocupação com a inclusão social. Na generalidade, as políticas públicas têm vindo a privilegiar uma maior adequação da sociedade à diversidade e não discriminação. Posto isto, as pessoas com deficiência possuem necessidades individuais e específicas e, por isso, verifica-se ser fundamental o desenvolvimento de medidas e ações individuais na perspetiva da justiça social e dos direitos humanos.

De acordo com o descrito acima, apresenta-se um Quadro Estratégico da UE para as pessoas com deficiência onde se pode conhecer a evolução das normas internacionais nesta matéria.

Quadro 76| Quadro Estratégico da UE para as Pessoas com Deficiência

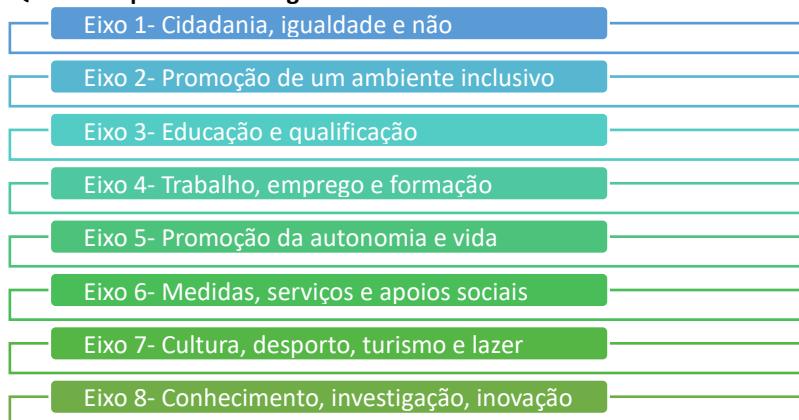
1997	Tratado de Amesterdão: surgem as primeiras disposições antidiscriminatórias;
2006	A UE assina a convenção das Nações Unidas que vem estabelecer as normas mínimas para os direitos das pessoas com deficiência (ratificada em 2010);
2009	Entra em vigor a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia;
2010	A UE ratifica a Convenção das Nações Unidas: A estratégia europeia para a Deficiência 2010-2020 verte a Convenção para o contexto da UE;
2015	As pessoas com deficiência são mencionadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;
2017	O Pilar Europeu dos Direitos Sociais considera a "inclusão das pessoas com deficiência" como um dos seus princípios fundamentais;
2021	É aprovada a Estratégia da UE sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030.

Fonte| EDPD 2021-2030

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006, constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e, em particular, das pessoas com deficiência. A adoção de uma Convenção sobre direitos humanos no início deste século resultou do consenso generalizado da comunidade internacional (Governos, ONG e cidadãos) sobre a necessidade de garantir efetivamente o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas com deficiência e de reforçar a proibição da discriminação destes cidadãos através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade.

A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD 2021-2025), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 119/2021 de 31 de agosto de 2021, constitui um instrumento estratégico, transversal e intersectorial que reúne as principais orientações nacionais e internacionais, tendo como objetivo a inclusão das pessoas com deficiência em Portugal. Tem como ponto de partida o respeito pelos direitos, liberdade e garantias fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa; os princípios orientadores da Lei nº 38/2004, de 18 de agosto, que aprovou as bases da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência; e a Lei nº 46/2006, de 28 de agosto, que proíbe e pune a discriminação, seja ela direta ou indireta, em razão da deficiência. A ENIPD 2021-2025 assenta em oito eixos estratégicos, preconizando o desenvolvimento de medidas promotoras dos direitos das pessoas com deficiência, de forma transversal e em vários contextos:

Quadro 77| Eixos Estratégicos da ENIPD



Fonte| ENIPD 21-25

O Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos foi criado em 2013, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, no seguimento da ausência de informação estatística na área da deficiência em Portugal. A sua criação teve como objetivo acompanhar a implementação de políticas para a deficiência em Portugal e nos PALOP e promover processos participativos de monitorização e desenvolvimento dos direitos das pessoas com deficiência. Este Observatório publicou o seu primeiro relatório em 2017 e lançou a sua 7^a edição em 2023. Utiliza como indicadores de direitos humanos a discriminação, a educação, trabalho e emprego, proteção social e condições de vida. De referir que o trabalho do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos tem permitido conhecer melhor a realidade portuguesa em relação a esses indicadores, de modo a aferir quais as melhorias a realizar e quais os progressos no processo de consolidação de direitos humanos e plena cidadania.

No que diz respeito ao domínio da deficiência e incapacidade, nos Censos 2021, foram feitas alterações relativamente à categorização da população com incapacidade, que resultaram numa caracterização que abrangeu uma maior parcela da população. Assim, os dados colocaram o foco na existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções, definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população, que permitem uma aproximação ao conceito de incapacidade com base na funcionalidade, ou seja, como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência.

Essas dificuldades foram categorizadas em seis tipos: (1) dificuldade em ver, (2) dificuldade em ouvir, (3) dificuldade em andar ou subir degraus, (4) dificuldade de memória ou concentração, (5) dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinha/o e (6) dificuldade em compreender as/os outras/os ou fazer-se compreender; organizadas em quatro categorias quanto à intensidade: “não tem nenhuma dificuldade”, “tem alguma dificuldade”, “tem muita dificuldade” e “não consegue efetuar a ação”.

O presente Diagnóstico Social apresenta os dados da população com dificuldade do concelho de Seia por tipo de dificuldade, mas não por grau de intensidade.

Em 2021, residiam no concelho de Seia, 10 931 pessoas, com 15 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, o que representava 50,24 % da população residente.

Da análise do Gráfico 106, verifica-se que o concelho de Seia era, do conjunto das áreas geográficas de referência, em 2021, aquele que apresentava a percentagem mais elevada de população residente, com 15 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, comparativamente à percentagem registada em Portugal (40,26%), à região Centro (43,74%) e à CIMBSE (46,35%).

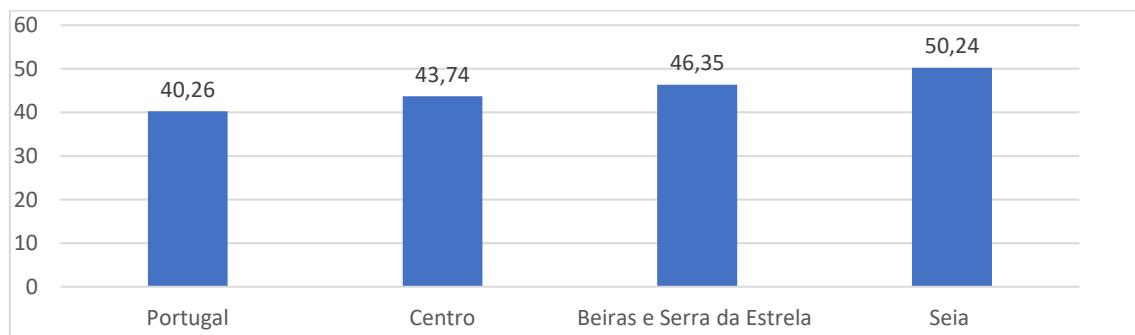


Gráfico 106| Percentagem de População com 15 ou Mais Anos de Idade com pelo Menos Uma Dificuldade no Concelho de Seia, 2021

Fonte| INE

Através da análise ao Gráfico 107, constata-se que, em 2021, a U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (36,5%), a U.F. Tourais e Lajes (7,2%) e U.F. de Santa Marinha e São Martinho (6,8%) apresentavam as taxas mais elevadas de população residente com pelo menos uma dificuldade. Por outro lado, apresentavam as taxas mais baixas as freguesias de Teixeira (0,9%) e Valezim (1,1%).

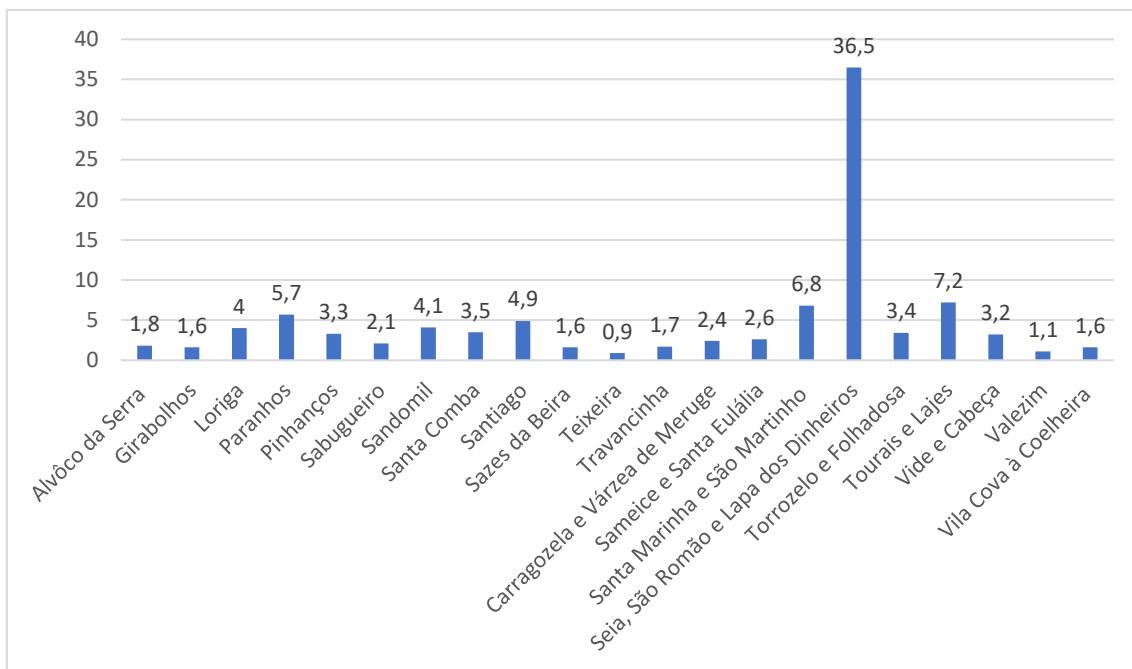


Gráfico 107 | Percentagem de População Residente com pelo Menos uma Dificuldade no Concelho de Seia, por Freguesias/União de Freguesias, 2021

Fonte| INE

Por observação do Gráfico 108 verifica-se que, em 2021, a dificuldade predominante da população residente no concelho de Seia era a “dificuldade em ver” com 8205 pessoas, seguia-se a “dificuldade em andar” com 5836 pessoas e só depois a “dificuldade de memória e concentração” com um total de 5276. A dificuldade com menor prevalência era a dificuldade em “compreender ou fazer-se compreender” que afetava 1858 da população residente.

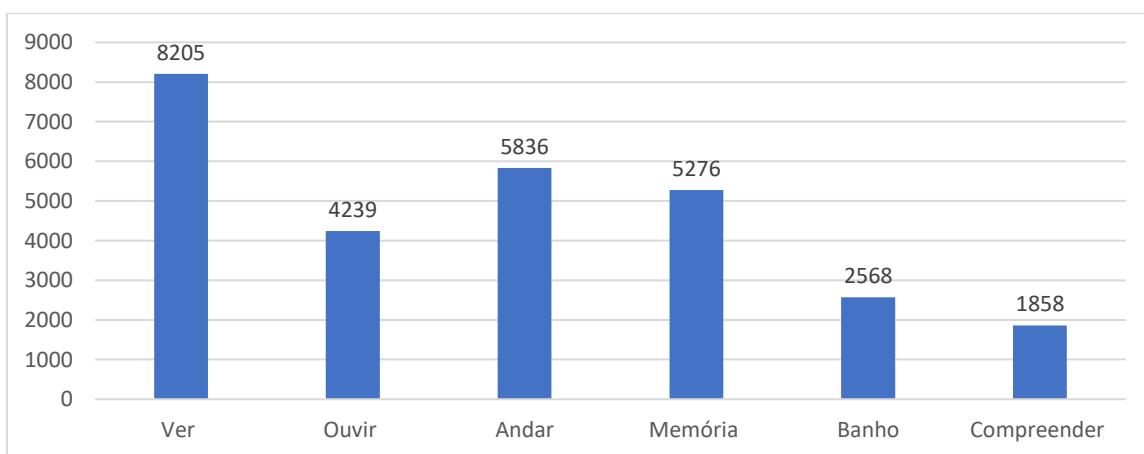


Gráfico 108 | População Residente com Dificuldades no Concelho de Seia, por Tipo de Dificuldade, 2021

Fonte| INE

Nota: uma vez que cada pessoa residente poderá apresentar 1 ou mais dificuldades, a mesma pessoa estará representada em cada indicador, repetindo-se consoantes as várias dificuldades que apresente.

No ano em análise, a maioria das pessoas com dificuldade pertencia ao grupo etário dos 65 ou mais anos (49,87%) e ao grupo etário dos 25 aos 64 (47,30%), perfazendo um total de 97,17% (Gráfico 109).

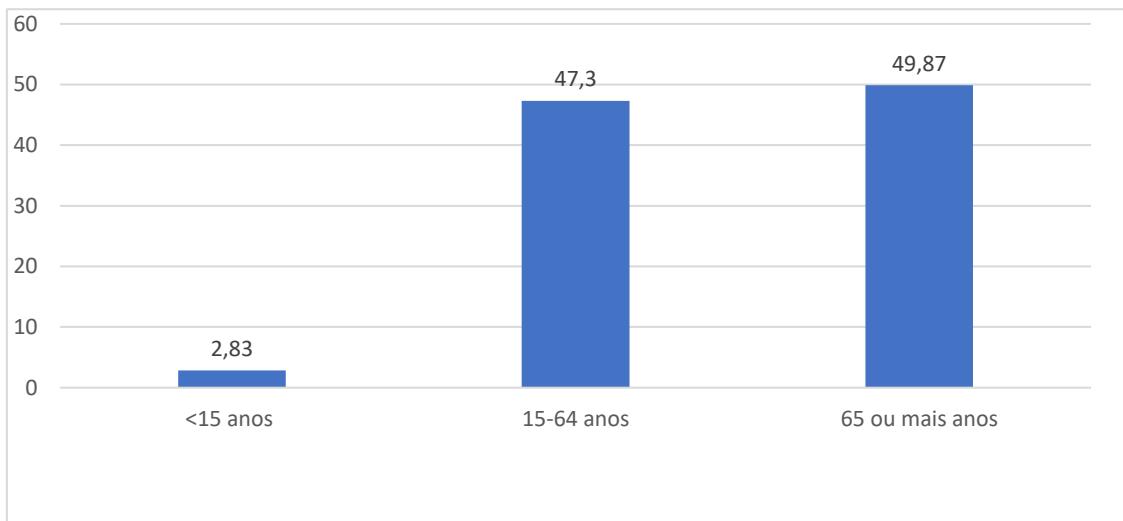


Gráfico 109 | Indivíduos com Dificuldade (nº) nos Agregados Domésticos Privados por Local de Residência e Grupo Etário, 2021

Fonte| INE

Relativamente ao Gráfico 110 conclui-se que, em termos médios, em 2021, apenas 20,1 % das pessoas com 15 anos ou mais com dificuldades possuíam capacidades para trabalhar e 70,09% estavam inativas.

No que diz respeito às pessoas com 15 anos ou mais com dificuldades, mas capazes de trabalhar, 93,29% estavam empregadas e 6,71% estavam desempregadas.

Relativamente às pessoas com 15 anos ou mais com dificuldades que estavam inativas, 82,53% estavam reformadas, 1,54% eram estudantes, 3,58% eram domésticas, 4,07% estavam incapacitadas permanentemente e 8,27% pertenciam à categoria outros casos.

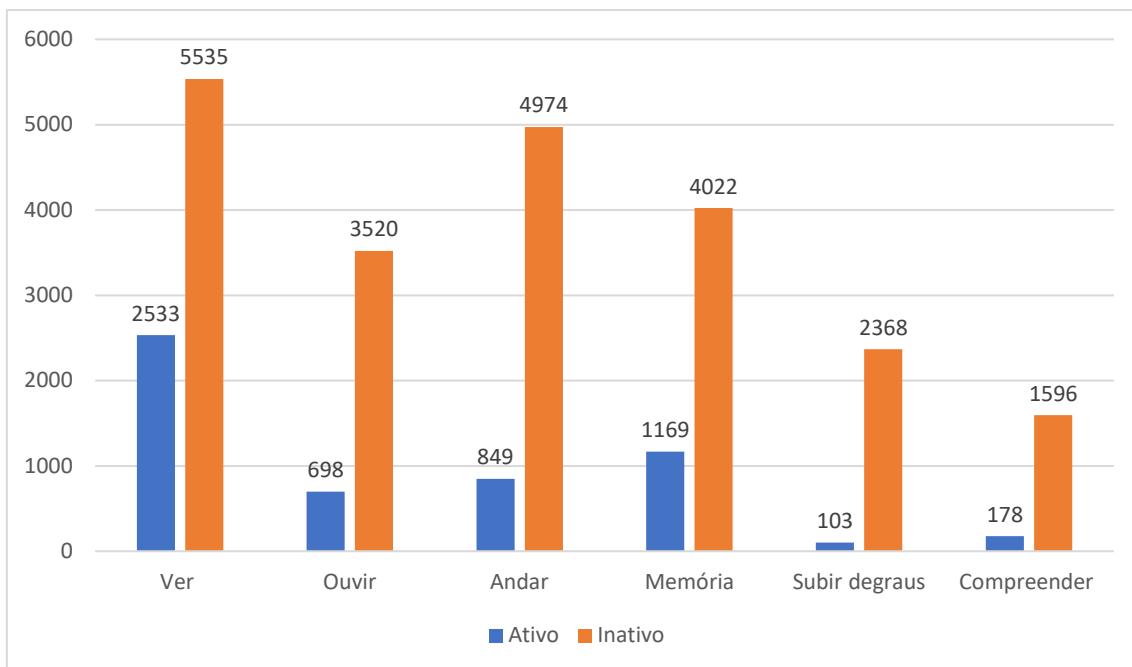


Gráfico 110| População com 15 Anos ou Mais com Dificuldades por Condição Perante o Trabalho e Tipo de Dificuldade, 2021

Fonte| INE

Município de Seia- Entidade Empregadora Inclusiva

Tendo em conta a condição abordada, o município de Seia reuniu esforços para tornar as instalações mais inclusivas e acessíveis, sendo que cerca de 80% dos espaços do município encontram-se acessíveis a todas as pessoas. O município não realizou intervenção apenas nos espaços interiores, mas estendeu a sua atuação aos espaços públicos, como a recente reabilitação da avenida principal do comércio de Seia (Projeto PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano).

Para além disso, o município apresenta atualmente um conjunto de ferramentas complementares como o novo site + inclusivo (comunicação acessível através do portal em conformidade AA da *Web Content Accessibilty Guidelines 1.0 do W3C*), a plataforma interna de comunicação acessível a todos os colaboradores e, por fim, a crescente prática do *no paper*, agilizando procedimentos e transformando processos em experiências céleres, em suporte digital e sem necessidade de deslocações.

Dinamiza ainda uma variedade de atividades voltadas para as pessoas com deficiência, incapacidade e necessidades especiais de educação, em colaboração com escolas e a comunidade. Uma dessas atividades é a hidroterapia, que possui um papel importante no desenvolvimento dos alunos matriculados nas unidades de ensino

estruturado e multideficiência dos Centros de Aprendizagem dos Agrupamentos Escolares do concelho. A hidroterapia tem como papel proporcionar experiências enriquecedoras em ambiente aquático, promovendo o relaxamento e ensinando habilidades de autossalvamento.

O município de Seia apostava ainda no desporto para todos que tem como objetivo a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento das capacidades das pessoas com limitações funcionais. Assim, serão capazes de aumentar a sua autonomia através do aprimoramento da condição física e cognitiva, enquanto contribui para a integração social e o fomento de um estilo de vida saudável. Variados estudos demonstram que a prática regular de atividade física traz inúmeros benefícios para a saúde. Nas pessoas com deficiência e incapacidade, os ganhos incluem a melhoria da força, do equilíbrio, da agilidade, da coordenação motora, da autoestima e da autoconfiança. Estas atividades atendem à demanda das instituições do concelho (Casa do Povo de Seia e Casa Santa Isabel) que procuram apoio técnico especializado para oferecer atividades físicas adaptadas como a natação e a adaptação ao meio aquático.

A musicoterapia é igualmente uma aposta do município neste âmbito. Aqui, a música é utilizada como ferramenta terapêutica para melhorar a qualidade de vida dos membros da comunidade. A musicoterapia ajuda a aliviar o stress, a promover o bem-estar físico e emocional e a estimular a expressão criativa. O município de Seia reconhece o poder/impacto da música comprometendo-se a tornar essa terapia acessível a todos, promovendo uma comunidade mais saudável e equilibrada. Por último, este município implementou ainda uma sala de estimulação multissensorial que é um recurso valioso para profissionais da educação, saúde e terapia, ajudando-os a aprimorar as suas habilidades e oferecer suporte a crianças com necessidades educativas especiais, idosos com demência e/ou outros grupos.

Há ainda que referir o Balcão da Inclusão que é um serviço público criado pelo governo português com o objetivo de apoiar pessoas com deficiência e suas famílias, facilitando o acesso a informação, recursos e serviços que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidades. Este balcão pretende ser um ponto único de atendimento, onde os cidadãos podem obter orientação e apoio personalizado sobre diversos assuntos relacionados com a deficiência.

O Balcão da Inclusão tem como objetivo a Informação e Orientação (informar sobre os direitos das pessoas com deficiência, incluindo benefícios sociais, subsídios, isenções fiscais e outros apoios disponíveis e orientar sobre o acesso a serviços de saúde, reabilitação e ajudas técnicas necessárias para melhorar a qualidade de vida), a Educação e Formação (apoiar famílias e escolas na integração de crianças e jovens com deficiência no sistema educativo, proporcionando informação sobre apoios educativos, adaptações curriculares e outros recursos disponíveis; informar sobre programas de formação profissional e oportunidades de emprego para pessoas com deficiência, promovendo a sua integração no mercado de trabalho, facilitar o acesso a serviços de apoio social, incluindo centros de dia, lares residenciais e outros serviços comunitários que promovam a autonomia e inclusão das pessoas com deficiência e divulgar programas e iniciativas de inclusão social desenvolvidos por entidades públicas e privadas), proporcionar Ajudas Técnicas e Tecnologias de Apoio (fornecer informação sobre ajudas técnicas e tecnologias de apoio que podem melhorar a funcionalidade e independência das pessoas com deficiência, apoiar nos processos de aquisição e financiamento de ajudas técnicas, explicando os procedimentos e requisitos necessários), promover Apoio Jurídico (informar sobre a legislação relativa aos direitos das pessoas com deficiência e os mecanismos legais de defesa desses direitos e orientar sobre como proceder em casos de discriminação, violação de direitos e outras questões legais relacionadas com a deficiência), no âmbito do Emprego e Empreendedorismo (apoiar a inserção profissional das pessoas com deficiência, fornecendo informação sobre ofertas de emprego, programas de integração e incentivos ao emprego e informar sobre programas de apoio ao empreendedorismo para pessoas com deficiência, incentivando a criação de negócios próprios) e Parcerias e Redes de Apoio (estabelecer parcerias com organizações não-governamentais, associações de pessoas com deficiência e outras entidades que possam oferecer suporte adicional e facilitar a criação de redes de apoio entre famílias, cuidadores e profissionais, promovendo a troca de experiências e recursos).

O Balcão da Inclusão visa a criação de um ambiente mais inclusivo e acessível, onde todas as pessoas com deficiência possam viver com dignidade, autonomia e plena participação na sociedade.

Posto isto, considera-se pertinente referir que o município de Seia foi distinguido, no ano de 2023, com o Selo de Entidade Empregadora Inclusiva do Instituto do Emprego

e Formação Profissional. A marca foi atribuída na sequência de uma candidatura ao programa e é o reconhecimento público de práticas de gestão abertas e inclusivas relativamente às pessoas com deficiência e incapacidade desenvolvidas nos dois anos anteriores.

O galardão Entidade Empregadora Inclusiva é atribuído a empregadores que contribuam para a implementação de um mercado de trabalho inclusivo e se distingam por práticas de referência nos seguintes domínios: Recrutamento, desenvolvimento e progressão; Manutenção e retoma; Acessibilidades; e Serviço e relação com a comunidade.

O Município de Seia foi uma vez mais distinguido com a classificação de Praia Acessível em 3 das suas praias fluviais: Praia Fluvial da Lapa dos Dinheiros, Praia Fluvial de Loriga e Praia Fluvial de Sandomil. A distinção “Acessível” pressupõe o cumprimento de um conjunto de regras que viabilizam a sua utilização e desfrute, com equidade, dignidade, segurança, conforto e a maior autonomia possível, por todas as pessoas, independentemente da sua idade, de possíveis dificuldades de locomoção ou de outras incapacidades que condicionem a sua mobilidade.

Síntese

- ✿ No que diz respeito ao domínio da deficiência e incapacidade, nos Censos 2021, foram feitas alterações relativamente à categorização da população com incapacidade, que resultaram numa caracterização que abrangeu uma maior parcela da população;

- ❖ Os dados colocaram o foco na existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções: (1) dificuldade em ver, (2) dificuldade em ouvir, (3) dificuldade em andar ou subir degraus, (4) dificuldade de memória ou concentração, (5) dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinha/o e (6) dificuldade em compreender as/os outras/os ou fazer-se compreender;
- ❖ Em 2021, residiam no concelho de Seia, 10 931 pessoas, com 15 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, o que representava 50,24 % da população residente;
- ❖ Verifica-se que o concelho de Seia era, do conjunto das áreas geográficas de referência, em 2021, aquele que apresentava a percentagem mais elevada de população residente, com 15 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, comparativamente à percentagem registada em Portugal (40,26%), à região Centro (43,74%) e à CIMBSE (46,35%);
- ❖ No ano de 2021, a U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (36,5%), a U.F. Tourais e Lajes (7,2%) e U.F. de Santa Marinha e São Martinho (6,8%) apresentavam as taxas mais elevadas de população residente com pelo menos uma dificuldade. Apresentavam as taxas mais baixas as freguesias de Teixeira (0,9%) e Valezim (1,1%);
- ❖ A dificuldade predominante da população residente no concelho de Seia era a “dificuldade em ver” com 8205 pessoas, seguia-se a “dificuldade em andar” com 5836 pessoas e só depois a “dificuldade de memória e concentração” com um total de 5276. A dificuldade com menor prevalência era a dificuldade em “compreender ou fazer-se compreender” que afetava 1858 da população residente;
- ❖ Em 2021, a maioria das pessoas com dificuldade pertencia ao grupo etário dos 65 ou mais anos (49,87%);
- ❖ Em termos médios, em 2021, apenas 20,1% das pessoas, com 15 anos ou mais, com dificuldades, possuíam capacidades para trabalhar e 70,09% estavam inativas;
- ❖ O município de Seia reuniu esforços para tornar as instalações mais inclusivas e acessíveis, sendo que cerca de 80% dos espaços do município encontram-se acessíveis a todas as pessoas;

- ❖ O município de Seia apostava ainda no desporto para todos que tem como objetivo a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento das capacidades das pessoas com limitações funcionais;
- ❖ O Festival Especial é também promovido pelo município de Seia, sendo um evento onde o talento das crianças e jovens do concelho, portadores de deficiência, é celebrado;
- ❖ Há ainda que referir o Balcão da Inclusão que é um serviço público criado pelo governo português com o objetivo de apoiar pessoas com deficiência e suas famílias, facilitando o acesso a informação, recursos e serviços que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidades;
- ❖ No ano de 2023 o município de Seia foi distinguido com o Selo de Entidade Empregadora Inclusiva do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- ❖ O Município de Seia foi uma vez mais distinguido com a classificação de Praia Acessível em 3 das suas praias fluviais: Praia Fluvial da Lapa dos Dinheiros, Praia Fluvial de Loriga e Praia Fluvial de Sandomil;
- ❖ Posto isto, existem motivos relevantes para que esta população continue a receber atenção específica, ou seja, que se continuem a criar estratégias/iniciativas que contribuam para o aumento da sua qualidade de vida e para a criação de oportunidades efetivas para a sua plena integração e fomento da igualdade na sociedade.

d. Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências

Tal como na maioria dos países a história da evolução das políticas da droga em Portugal começa a desenhar-se na primeira metade do século 20 com a transposição para a legislação nacional das disposições e recomendações introduzidas pela Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia, em 23 de janeiro de 1912. Assim, a primeira

legislação publicada em Portugal em matéria de drogas data de 1924, com a aprovação da Lei n.º 1687, regulamentada pelo Decreto n.º 10375, de 9 de dezembro.

Mais recentemente, a 27 de julho de 2023, publicado em Diário da República a 26 de setembro de 2023, aprovou-se, em Conselho de Ministros (nº 115/2023), o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030 (PNRCAD - 2030) e o Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências - Horizonte 2024 (PARCAD - Horizonte 2024)

O PNRCAD-2030 é um instrumento que materializa as opções políticas públicas em matéria de comportamentos aditivos e dependências. Este instrumento garante a continuidade do modelo de respostas integradas adaptado à situação e aos problemas que emergem, comprometendo as diferentes entidades, particularmente aquelas com representação na Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, da Toxicodependência e do Uso Nocivo do Álcool e nas Subcomissões, na concretização das ações e no alcance dos objetivos e das metas.

Sendo que o PNRCAD tem um compromisso de 10 anos, atento à mobilidade do fenómeno e à identificação de novos problemas e prioridades, operacionaliza-se em 3 Planos de Ação, ou seja, Horizonte 2024, 2025 a 2027 e 2028 a 2030.

Neste momento encontra-se em vigor o PARCAD - Horizonte 2024 e este operacionaliza as intervenções num ciclo mais curto, orienta e foca-se em objetivos específicos prioritários e adequados aos problemas e desafios identificados na “situação atual”, que contextualiza o fenómeno em Portugal nos dias de hoje.

Segundo o PARCAD - Horizonte 2024 verifica-se que “o álcool é a substância psicoativa mais consumida em Portugal, transversal a grupos etários, género, regiões ou classes sociais, ainda que os padrões de consumo possam variar em função destes segmentos populacionais. É um produto legal, a sua obtenção é fácil e está presente à refeição, em ocasiões festivas familiares, a marcar etapas de vida e celebrações, em momentos de convívio e diversão. A exposição a esta substância, desde tenra idade, é generalizada e o início do consumo é demasiado precoce. A evidência científica consolidada em matéria de danos neurológicos da exposição ao álcool em tenra idade, digamos, desde a vida intrauterina, dá nota do relevo da priorização de objetivos visando o retardar do primeiro contacto com esta substância em Portugal. Acresce que, os jovens

são o subgrupo populacional que bebe de forma mais intensiva por ocasião, ao que se associam os efeitos adversos no organismo da intoxicação e os efeitos decorrentes do compromisso da capacidade de julgamento.

Por outro lado, também segundo o PARCAD - Horizonte 2024, observa-se que os portugueses parecem estar a utilizar mais um conjunto de outras substâncias psicoativas, referindo-se ao aumento muito evidente da utilização de canábis pela população mais jovem “1 em cada 4 jovens de 18 anos consome canábis, diferenciando-se do consumo das restantes substâncias ilícitas em que menos de 1 em cada 10 jovens de 18 anos consome, por exemplo”, tendendo os portugueses também a diferenciar-la das restantes no que concerne a apreciações de risco e facilidade de acesso.

Para além da canábis, assiste-se a um incremento da utilização de outras substâncias, nomeadamente da cocaína, das anfetaminas, do ecstasy e do uso inadequado de medicação psicoativa. Segundo do PARCAD - Horizonte 2024, as tendências de consumo não são lineares, ou seja, “destaca-se, nas mulheres, o incremento dos consumos de álcool, e nas mais jovens, também o de canábis, nos homens, os aumentos dos consumos de cocaína, e nos mais jovens, também os aumentos dos consumos de ecstasy, de anfetaminas e, nos estudantes universitários em particular, o aumento do consumo de canábis. Entre os idosos parece estar a ocorrer um incremento da utilização de medicação psicoativa sem enquadramento médico”.

De acrescentar que, nos últimos anos também têm surgido alguns dados que mostram que existe a utilização de “substâncias potenciadoras do desempenho físico ou do desempenho intelectual, fenómeno cujo conhecimento importa aprofundar no contexto da população portuguesa”. Por outro lado, o consumo de opiáceos, por via injetada tem vindo a diminuir, ainda que o número continue a ser considerado elevado, tal como a elevada vulnerabilidade (fatores do envelhecimento, várias comorbilidades, carências sociais e estigma), necessitando de respostas a nível multidisciplinar.

Os dados existentes demonstram que, embora “tenha diminuído ligeiramente o consumo de álcool, o número de pessoas, sobretudo de grupos etários mais avançados, com dependência alcoólica, aumentou fortemente, bem como a mortalidade em acidentes de viação com o condutor com Taxa de Alcoolemia no Sangue (TAS) $\geq 0,5\text{g/l}$. No mesmo sentido, tem aumentado o número de cidadãos afetados por dependência de canábis, principalmente em certos grupos etários, o número de hospitalizações por

perturbação psicótica e esquizofrenia associados a canábis, a procura de tratamento devido ao consumo de canábis, de cocaína e, também, ao abuso de medicamentos psicoativos, bem como a presença de cocaína em mortes relacionadas com o uso de drogas". Referem também um incremento de vários grupos de substâncias e a adulteração das mesmas, designadas de Novas Substâncias Psicoativas o que sugere a relevância do conhecimento da sua composição como medida de redução de danos.

Noutro campo temos a internet em geral e as redes sociais virtuais em particular. A prevalência de dependência da internet é de 0,5% (moderada) a 0,1% (severa), sobretudo nos jovens e a aumentar a prevalência de indicadores do uso excessivo da internet entre os mais novos.

Temos também, por um lado, o *gaming*, ou seja, "os videojogos, jogados na internet ou não, têm-se vindo a instalar cada vez mais enquanto opção de lazer, principalmente entre os mais novos (6 em cada 10 alunos de 13-18 anos jogam em dia de escola, por exemplo)". Potencialmente, vão ao encontro de diversas necessidades humanas, como de pertença, realização ou descoberta, e podem ter benefícios diversos, a nível cognitivo, comportamental ou emocional. No entanto, podem também envolver consequências adversas para o jogador, no que toca aos conteúdos a que está exposto, alterações do sono, isolamento social, obesidade ou adição. Por outro lado, o *gambling*, ou seja, jogo a dinheiro tem uma prevalência muito elevada em Portugal, essencialmente devido aos jogos institucionais. A prevalência de portugueses que desenvolvem uma relação problemática (jogo patológico) com o jogo a dinheiro é de 0,6%, percentagem que tem vindo a aumentar significativamente. As plataformas de jogo online facilitam o acesso e têm características estruturais que as tornam, potencialmente, mais aditivas. Cada vez mais estas são preferidas ao jogo de base territorial, evolução que se intensificou no contexto pandémico.

Depois desta breve contextualização da realidade nacional em matéria de consumos e dependências, apresentam-se, seguidamente, um conjunto de indicadores que permitirão uma caracterização mais aprofundada no domínio dos comportamentos aditivos e dependências (CAD), no concelho de Seia.

No concelho de Seia, e segundo os Gráficos apresentados abaixo, o padrão de consumos e de consumidores replica o padrão nacional, isto é, as substâncias mais consumidas são o álcool e outras substâncias psicoativas.

Inquérito por questionário aplicado à população:

São as pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos que mais consideram como problemática os comportamentos aditivos e dependências.

Projeto Novo Alavanca

O Projeto “Alavanca” teve o início em março de 2009, resultante de uma candidatura submetida pela Associação de Beneficência do Sabugueiro, e tem por objetivo o acompanhamento próximo e regular da população alcoólica e toxicodependente, que se encontra ou já se encontrou em processo de tratamento. Este projeto está sediado em Seia e tem intervenção nos concelhos de Seia e Gouveia.

Assume, neste âmbito, um papel dinamizador e de proximidade, objetivando a alteração de comportamentos que afetam os sujeitos com comportamentos aditivos e dependências e respetivas famílias, levando-os, consequentemente, a processos de exclusão social.

A intervenção é promovida por uma Equipa Técnica, composta por duas técnicas de Serviço Social, uma que assume simultaneamente a coordenação de projeto e se encontra a tempo completo e outra a 25%, e uma Psicóloga que integra o projeto a 50%.

De seguida, apresentam-se os dados, de maio de 2024, relativos aos consumos e aos acompanhamentos efetuados, no concelho de Seia, pela equipa técnica acima citada.

Assim, através do Gráfico 111, conseguimos observar que, no concelho de Seia, em maio de 2024, a maioria dos consumidores com problemas ligados ao álcool encontravam-se entre os 50 e os 54 anos.

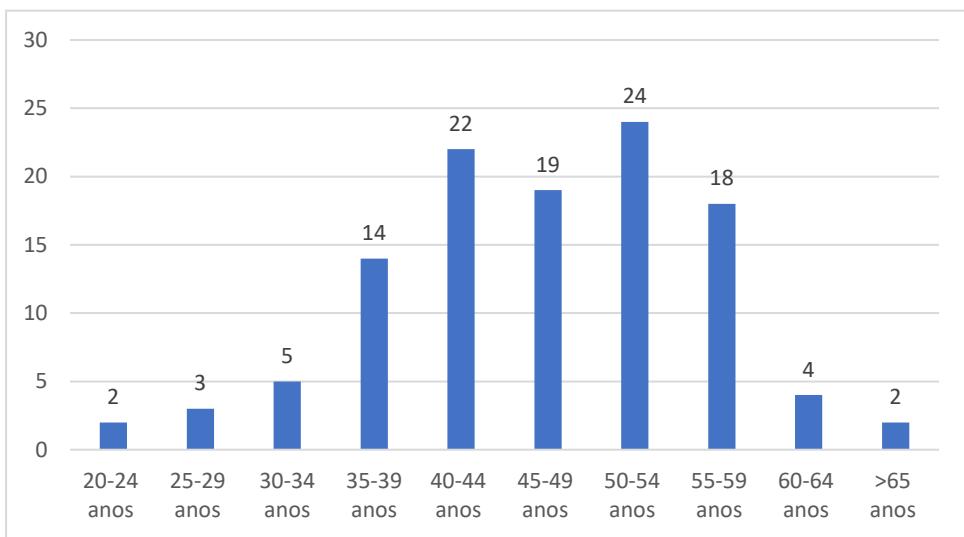


Gráfico 111 | Número de Consumidores com Problemas Ligados ao Álcool, por Faixa Etária, 2024

Fonte | Projeto Novo Alavanca

No que concerne aos consumidores de estupefacientes, em maio de 2024, a maioria situava-se entre os 35 e os 39 anos (Gráfico 112).

Ainda segundo dados do Projeto “Novo Alavanca”, nem todos os indivíduos sinalizados a esta equipa, aceitam acompanhamento. Desta forma, o número de indivíduos com Comportamentos Aditivos e Dependências no concelho de Seia será bastante superior.

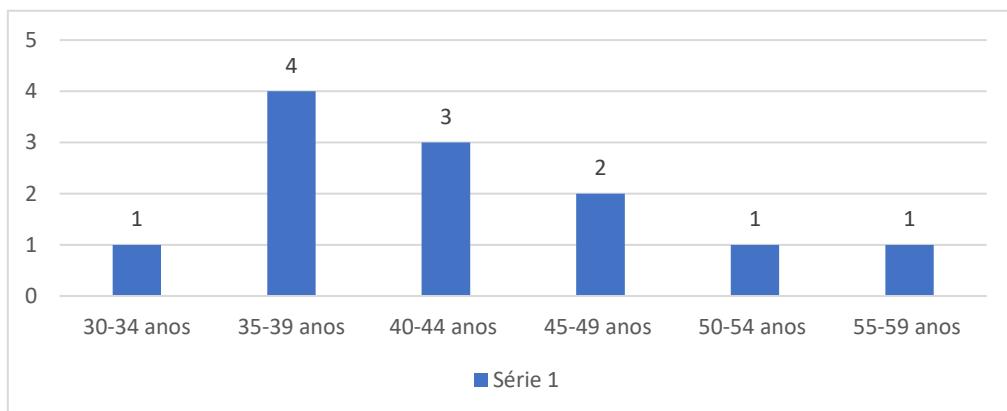


Gráfico 112 | Número de Consumidores com Problemas Ligados ao Consumo de Estupefacientes no Concelho de Seia, por Faixa Etária, 2024

Fonte | Projeto Novo Alavanca, maio 2024

Em maio de 2024, no concelho de Seia, verificou-se um acompanhamento de 71 familiares de indivíduos ligados ao consumo de álcool e ao consumo de substâncias ilícitas. No Gráfico 113, podemos ainda observar que a maioria dos familiares acompanhados integravam a faixa etária dos 45 aos 49 anos.

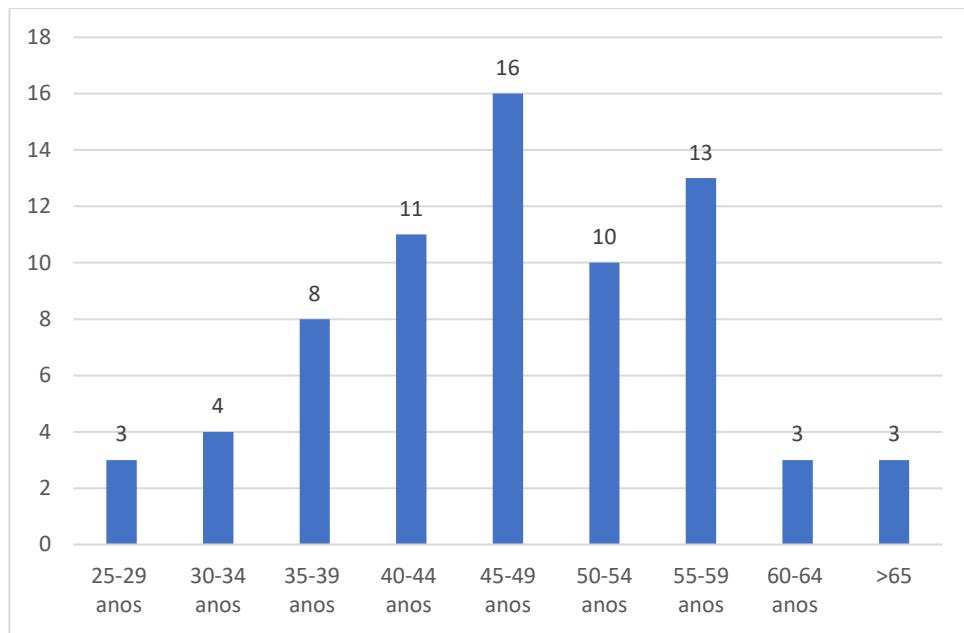


Gráfico 113 | Familiares em Acompanhamento pelo Projeto “Novo Alavanca”, por Faixa Etária, 2024
 Fonte| Projeto Novo Alavanca

Conclui-se, referindo que dos 125 indivíduos acompanhados, 14 deles apresentam duplos consumos (álcool e substâncias ilícitas). Importa ainda destacar que dos 125 indivíduos acompanhados, 37 eram também acompanhados pela Equipa do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

O SAAS é uma resposta social de proximidade à população, em funcionamento no concelho de Seia, desde maio de 2023, e assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social, e tem como objetivos:

- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada uma das situações;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- Prevenir situações de pobreza e de exclusão social;
- Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;

- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Do total de 67 utentes acompanhados pelo SAAS, em abril de 2024, no concelho de Seia, 51 apresentavam problemas ligados ao consumo de álcool e 16 ao consumo de estupefacientes (Quadro 76) e, do total, a maioria integrava a faixa etária entre os 40 e os 59 anos (Gráfico 124).

Inquérito por questionário aplicado à população:

37,69% das pessoas considera como problema a reinserção profissional.

Quadro 78 | Número de Pessoas em Acompanhamento pela Equipa do RSI – SAAS, com Problemas de Alcoolismo e Consumos, 2024

Freguesias	RSI		SAAS		Total
	Alcoolismo	Estupefacientes	Alcoolismo	Estupefacientes	
Alvoco da Serra	0	0	0	0	0
Girabolhos	0	0	1	0	1
Loriga	1	1	3	0	5
Paranhos	2	1	0	0	3
Pinhanços	1	0	1	0	2
Sabugueiro	0	1	1	0	2
Sandomil	4	0	3	0	7
Santa Comba	0	0	0	0	0
Santiago	1	3	0	0	4
Sazes da Beira	0	0	1	0	1
Teixeira	0	1	0	0	1
Travancinha	1	0	1	0	2
U.F. Carragozela e Várzea de Meruge	1	0	1	0	2
U.F. Sameice e Santa Eulália	0	0	0	0	0
U.F. Santa Marinha e São Martinho	10	0	0	0	10
U.F. Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	10	9	1	0	20
U.F. Torrozelo e Folhadosa	0	0	0	0	0
U.F. Tourais e Lajes	1	0	1	0	2
U.F. Vide e Cabeça	2	0	2	0	4
Valezim	1	0	0	0	1

Vila Cova à Coelheira	0	0	0	0	0
Total (problemática)	35	16	16	0	67

Fonte| SAAS, 2024

No Quadro 78 é ainda possível observar que a freguesia onde existe um maior número de pessoas com comportamentos aditivos e consumos acompanhadas pelo SAAS era, em abril de 2024, na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros seguido da U.F. de Santa Marinha e São Martinho.

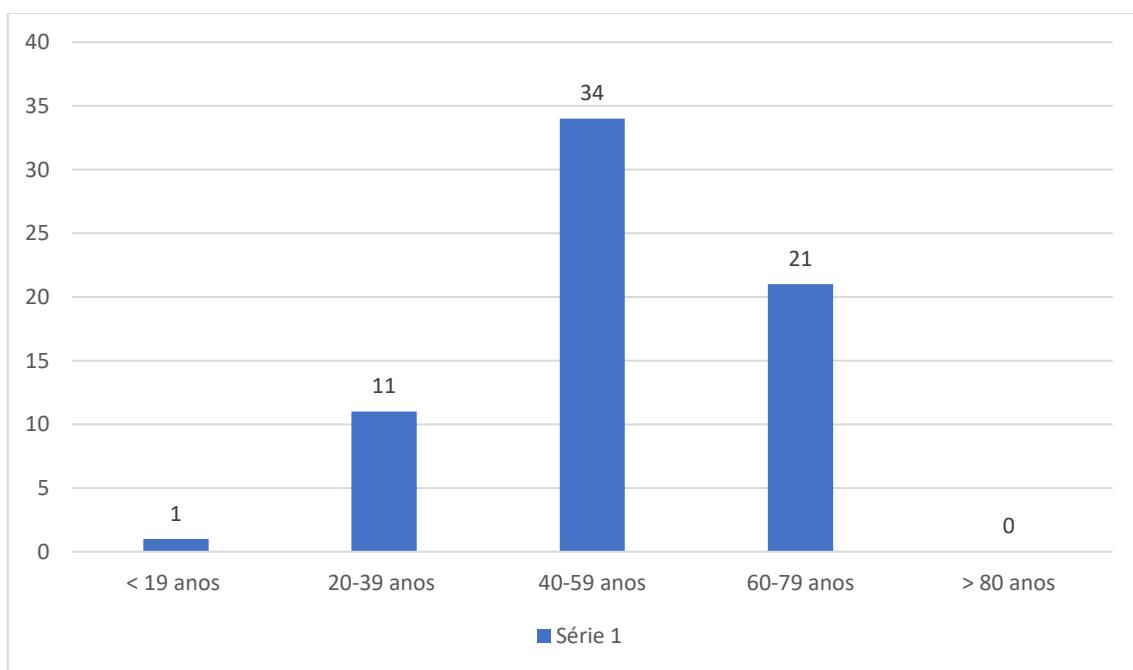


Gráfico 114 | Número de Pessoas Ligadas ao Consumo de Álcool e Estupefacientes em Acompanhamento pela Equipa do SAAS, por Faixa Etária, 2024

Fonte| SAAS

Relativamente às prestações sociais atribuídas a indivíduos com comportamentos aditivos e dependências, em acompanhamento pela Equipa do SAAS, em abril de 2024, verifica-se que beneficiavam da mesma 63 pessoas e que a prestação mais atribuída era o RSI (Quadro 79).

Quadro 79| Prestações Sociais Atribuídas a Indivíduos com CAD, em Acompanhamento pela Equipa do RSI – SAAS, Abril de 2024

Prestações Sociais	Alcoolismo	Estupefacientes	Totais
--------------------	------------	-----------------	--------

RSI	28	13	41
RSI e Bolsa de Formação	1	2	3
RSI e PSI	2	1	3
PSI e Complemento	0	0	0
Pensão de Velhice + CSI	3	0	3
Pensão Velhice	3	0	3
Pensão de Invalidez	3	0	3
Subsídio de desemprego	0	0	0
Sem Prestações Sociais	7	0	7
Totais	47	16	63

***Nota: como o CEI+ não é uma prestação social, não consta no quadro acima (4 beneficiários)**

Fonte| SAAS, 2024

Relativamente à ocupação/inserção das pessoas com comportamento aditivos e dependências acompanhadas pelo SAAS, verifica-se que, em abril de 2024, 33 encontravam-se em situação de desemprego, 9 eram pensionistas, 15 apresentavam certificado de incapacidade temporário/ou situação de doença, 5 estavam em formação, 4 estavam integradas num CEI+ e apenas 1 das pessoas estava empregada.

Inquérito por questionário aplicado à população:

25,62% das pessoas inquiridas considera como um problema o desemprego.

Quadro 80| Ocupação/Inserção das Pessoas com CAD, em Acompanhamento pela Equipa RSI-SAAS, Abril de 2024

Ocupação / Inserção	Alcoolismo	Estupefacientes	Totais
CEI+	4	0	4
Formação	1	4	5
Emprego	1	0	1
Desemprego	23	10	33

Pensionistas	9	0	9
CIT ou Situação de doença	13	2	15
Totais	51	16	67

Fonte| SAAS, 2024

Centro de Respostas Integradas da Guarda (CRI Guarda)

O Centro de Respostas Integradas da Guarda (CRI da Guarda) é uma estrutura local de cariz operativo e de administração, adstrito a um território definido e dispondo de equipas técnicas especializadas para as diversas áreas de missão, englobando as unidades, recursos e estruturas do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD, I.P.), dedicadas ao tratamento, prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos do respetivo território.

Os objetivos gerais do CRI da Guarda são construir uma rede de respostas integradas e complementares, no âmbito das diferentes áreas de intervenção referidas, aumentando a abrangência, acessibilidade, eficácia e eficiência das intervenções junto de grupos específicos. Desenvolve a sua intervenção no território correspondente a 13 concelhos do distrito da Guarda: Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa.

O CRI possui, para além do trabalho de intervenção comunitária que dinamiza, duas respostas de atendimento: a Equipa de Prevenção e a Equipa de Tratamento.

EQUIPA DE PREVENÇÃO - Avaliação, Acompanhamento e Intervenção Preventiva

A Equipa de Prevenção é um Gabinete de Prevenção Seletiva e Indicada direcionado para o acompanhamento de jovens/adultos - intervenção individual e familiar - que se encontrem em situação de risco quer pelo consumo de substâncias psicoativas (licitas e ilícitas), quer por outros comportamentos aditivos, sem critérios de dependência.

É um espaço de avaliação que possibilita desenvolver um conjunto de abordagens, com os jovens e familiares, no sentido de reforçar os fatores protetores e inibir os fatores de risco, contribuindo assim para o seu melhor desenvolvimento e integração social de cada jovem. Tem como destinatários jovens/indivíduos com consumo de substâncias (substâncias ilícitas/álcool) e/ou outros comportamentos aditivos (jogo /ecrãs), sem diagnóstico de dependência.

A referenciação pode ser feita por qualquer pessoa (pelo próprio, família, amigos, técnicos) e o atendimento ocorre com marcação prévia.

Inquérito por questionário aplicado à população:

As pessoas entre os 35 e os 44 anos são os que mais consideram existir falta de equipamentos de intervenção terapêutica nesta área;

25,13% das pessoas consideram existir dificuldade no acesso a consultas de especialidade nesta área.

EQUIPA DE TRATAMENTO

A Equipa de Tratamento é uma unidade pública de saúde que presta cuidados integrados e globais a pessoas com comportamentos aditivos e dependências (substâncias ilícitas, álcool, jogo, entre outros), em regime de ambulatório, com vista ao tratamento e reinserção destes utentes.

A Equipa de Tratamento do CRI da Guarda funciona com uma equipa multidisciplinar (médicos, enfermeiros, psicólogos, técnicos de serviço social, assistentes técnicos e um assistente operacional) e disponibiliza uma intervenção multidisciplinar e estruturada com o objetivo da melhoria do funcionamento global do indivíduo. Tendo em conta o caráter crónico deste tipo de patologia, cuja evolução se caracteriza por avanços e recuos e eminentes recaídas, o processo terapêutico integra vários tipos de intervenção de duração variável, abrangendo as várias esferas da vida do indivíduo (individual, familiar, social, laboral), caracterizando-se por um acompanhamento regular e normalmente de longa duração. Tem como destinatários indivíduos com consumo de substâncias e/ou outros comportamentos aditivos (drogas/ álcool/jogo), com diagnóstico de dependência.

Na dependência do CRI da Guarda e em articulação com o Centro de Saúde de Gouveia, funciona nesse Centro de Saúde uma *Consulta Descentralizada* onde quinzenalmente, às quartas-feiras, se desloca para o efeito uma pequena equipa de técnicos do CRI que articulam com técnicos do Centro de Saúde, permitindo uma estreita e profícua articulação técnica e logística, em benefício da promoção da saúde da comunidade. Esta articulação assenta no acompanhamento personalizado de pessoas e famílias em risco ou em situação de dependência, com e/ou sem substâncias psicoativas, valorizando a articulação com Programas de Promoção da Saúde, Consulta de Alcoologia do Centro de Saúde de Gouveia, Saúde Escolar e a colaboração em geral com médicos de família, enfermeiros e outros profissionais de saúde, no que respeita ao acompanhamento personalizado dos utentes a seu cargo. São assim desenvolvidas estratégias no sentido de promover maior acessibilidade aos utentes dos concelhos de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres, potenciais e efetivos, e também no sentido de cooperar de forma articulada com os serviços de saúde da ULS, EPE e com outras entidades que intervêm ao nível das comunidades locais, quer reforçando os apoios para a realização de programas terapêuticos adequados a cada situação, quer colaborando em ações de prevenção dos comportamentos aditivos e dependências.

A referenciação pode ser feita por qualquer pessoa (pelo próprio, família, amigos, técnicos) e o atendimento ocorre com marcação prévia.

Como podemos verificar no quadro 79, no que à intervenção do CRI no âmbito das equipas de prevenção diz respeito, em 2021 existiam 4 indivíduos integrados, na sua totalidade do sexo feminino, solteiras, na faixa etária entre os 20 e os 40 anos e com habilitações literárias ao nível do 3º ciclo e secundário. A maioria destes beneficiários encontrava-se com trabalho estável e regular, tendo sido encaminhados principalmente por instâncias judiciais e pela Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência da Guarda. O problema aditivo principal era a dependência de Cannabis. No ano 2023 assistimos a um aumento dos indivíduos a beneficiar da intervenção no âmbito da prevenção, num total de 7 indivíduos, do sexo masculino, solteiros, na faixa etária entre os 10 e os 20 anos de idade com habilitações literárias ao nível do 2º e 3º ciclos do ensino básico e maioritariamente estudantes. A principal problemática que despoletou esta

intervenção foi o consumo de Cannabis e a principal via de referenciação foram as instâncias judiciais.

Relativamente à intervenção no âmbito das equipas de tratamento o número de indivíduos é bastante superior. No ano de 2021 contabilizamos a intervenção com 60 indivíduos, maioritariamente do sexo masculino, solteiros, na faixa etária entre os 40 e os 50 anos, com habilitações literárias ao nível do 3º ciclo e trabalho estável. A principal problemática identificada foi o consumo com dependência da heroína. A principal entidade sinalizadora foram as instâncias judiciais seguido de pessoas que tiveram a iniciativa de procurar a intervenção. No ano de 2023 assistimos a uma quebra do número de indivíduos sujeitos a esta intervenção, passando a serem 36 indivíduos os beneficiários de tratamento, em Seia. Desses 36 indivíduos a maioria eram do sexo masculino, solteiros, encontravam-se na faixa etária entre os 40 e os 50 anos, maioritariamente tinham como habilitação literária o 3º ciclo do ensino básico e um trabalho regular. Tal como em 2021, também em 2023 a principal problemática desencadeadora da intervenção foi o consumo com dependência da heroína. Estes beneficiários chegaram, maioritariamente, até à intervenção por iniciativa própria.

Relativamente à intervenção do CRI no concelho da Seia assistimos a um decréscimo dos beneficiários da resposta, contabilizando em 2021 54 indivíduos e em 2023 43 indivíduos. Enquanto que em 2021 a principal entidade encaminhadora foram as instâncias judiciais, em 2023 a maioria dos indivíduos integrou a intervenção por sua iniciativa. Em ambos os anos os indivíduos beneficiários desta resposta de intervenção eram do sexo masculino, encontravam-se entre os 40 e os 50 anos, solteiros, maioritariamente com habilitações literárias ao nível do 3º ciclo e com trabalho estável e regular.

Quadro 81| Dados do CRI da Guarda Referentes ao Concelho de Seia

DESIGNAÇÃO		EQUIPA PREVENÇÃO (Seia)				EQUIPA TRATAMENTO (Seia)				CRI GUARDA (Total concelho Seia)									
		2021		2022		2023		2021		2022		2023		2021		2022		2023	
		N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%		
INDIVÍDUOS EM ACOMPANHAMENTO		4	4	7	100%	60	56	36	100%	54	60	43	100%						
SEXO	Masculino	4	3	7	100%	50	40	29	81%	54	43	36	84%						
	Feminino		1		0%	10	16	7	19%		17	7	16%						
	TOTAL	4	4	7	100%	60	56	36	100%	54	60	43	100%						
ESCALÕES ETÁRIOS	10 - 20		1	7	100%			1	3%	0	1	8	19%						
	20 - 30	2	2		0%	6	1	3	8%	8	3	3	7%						
	30 - 40	2			0%	18	19	9	25%	20	19	9	21%						
	40 - 50		1		0%	24	28	13	36%	24	29	13	30%						
	50 - 60				0%	10	7	8	22%	10	7	8	19%						
	> 60				0%	2	1	2	6%	2	1	2	5%						
TOTAL		4	4	7	100%	60	56	36	100%	64	60	43	100%						
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS COMPLETAS	Sem Escolaridade				0%	2	3	2	6%	2	3	2	5%						
	1.º Ciclo Ensino Básico		1		0%	5	5	2	6%	5	6	2	5%						
	2.º Ciclo Ensino Básico		1	2	29%	19	17	11	31%	19	18	13	30%						
	3.º Ciclo Ensino Básico	2	2	5	71%	20	17	13	36%	22	19	18	42%						
	Ensino Secundário	2			0%	12	12	6	17%	14	12	6	14%						
	Frequência Universitária				0%				0%	0	0	0	0%						
	Grau Universitário				0%	2	2	2	6%	2	2	2	5%						
TOTAL		4	4	7	100%	60	56	36	100%	64	60	43	100%						
SITUAÇÃO PROFISSIONAL ACTUAL	Trab. Estável/ Regular	3		1	14%	19	24	16	44%	22	24	17	40%						
	Trabalho Ocasional	1	1		0%	7	5	3	8%	8	6	3	7%						
	Desocupado < 1 ano		1		0%	8	9	6	17%	8	10	6	14%						
	Desocupado > 1 ano				0%	15	12	8	22%	15	12	8	19%						
	Doméstica				0%	2			0%	2	0	0	0%						
	Estudante/ Form. Prof.		1	6	86%	4	2		0%	4	3	6	14%						
	Reformado/ Invalidiz				0%	1			0%	1	0	0	0%						
	Reformado/ Idade				0%				0%	0	0	0	0%						
	Outra Situação		1		0%	4	4	3	8%	4	5	3	7%						
TOTAL		4	4	7	100%	60	56	36	100%	64	60	43	100%						
FONTE DE REFERÊNCIA	In. Própria				0%	14	26	17	47%	14	26	17	40%						
	Família/ Amigos			1	14%	14	14	6	17%	14	14	7	16%						
	Serv. Públ. Saúde		1		0%	1	2	1	3%	1	3	1	2%						
	Un. Esp. (ICAD)				0%	6	2		0%	6	2	0	0%						
	Inst. Judicial	2	1	5	71%	16	10	11	31%	18	11	16	37%						
	CDT Guarda	2	2		0%	4	2		0%	6	4	0	0%						
	ISS				0%				0%	0	0	0	0%						
	CPCJ			1	14%				0%	0	0	1	2%						
	Inst. Escolar				0%				0%	0	0	0	0%						
	Outros				0%	4		1	3%	4	0	1	2%						
TOTAL		4	4	7	100%	60	56	36	100%	63	60	43	100%						
PROBLEMA ADITIVO PRINCIPAL	Álcool				0%	13	7	9	25%	13	7	9	21%						
	Cannabis	3	3	7	100%	8	8	6	17%	11	11	13	30%						
	Heroína				0%	32	37	17	47%	32	37	17	40%						
	Cocaína/ Crack				0%	5	4	3	8%	5	4	3	7%						
	Outra Subs. Psicoativa	1			0%				0%	1	0	0	0%						
	Dependência S/ Substância	Jogo			0%			1	3%	0	0	1	2%						
	Outros Comp. Aditivos				0%				0%	0	0	0	0%						
	Sem Problema Aditivo Principal				0%	2			0%	2	0	0	0%						
TOTAL		4	3	7	100%	60	56	36	100%	64	59	43	100%						
ESTADO CIVIL	Solteiro	3	3	7	100%	27	25	17	47%	30	28	24	56%						
	Casado/ Junto	1			0%	17	15	10	28%	18	15	10	23%						
	Separado/ Divorciado		1		0%	16	13	8	22%	16	14	8	19%						
	Viúvo				0%	3	1	3	3%	0	3	1	2%						
	TOTAL	4	4	7	100%	60	56	36	100%	64	60	43	100%						

Fonte | Dados disponibilizados pela Equipa do Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)/ ICAD, IP relativos aos anos de 2021 a 2023.

Programas/Projetos de Intervenção

Programa “Riscos & Desafios”

O Programa “Riscos & Desafios”, promovido pelo CRI Guarda, pretende facilitar a integração no ensino superior, promover o sucesso académico e prevenir comportamentos de risco, através do desenvolvimento de competências fundamentais para o bem-estar e saúde (como a adaptação ao ensino superior, otimização do tempo, autonomia, desenvolvimento de relações interpessoais positivas, competência interpessoal, a adoção de estilos de vida saudáveis, entre outras).

O programa é constituído por 8 sessões semanais de 2 horas cada, utilizando metodologias dinâmicas e participativas que promovem o desenvolvimento de relações interpessoais entre os estudantes.

Programa “Eu e os Outros” - Programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais

O Programa “Eu e os Outros”, promovido pelo CRI Guarda assume-se como um programa de formação básico em torno de conteúdos relacionados com o desenvolvimento social e pessoal, a adolescência e a educação para a saúde, enquadrando-os numa abordagem prática a partir de instrumentos e material didático produzidos pelo ICAD, IP. Este programa e os recursos que lhe estão associados foram desenvolvidos num processo sistemático de investigação formativa, através do qual foi feito o levantamento junto a diferentes atores na educação para a saúde, dos temas considerados pertinentes para a prevenção dos comportamentos aditivos e dependências nas suas mais diversas formas, bem como das interfaces dos mesmos com outras problemáticas típicas da fase da adolescência.

O Programa tem como objetivo consolidar e desenvolver conhecimentos teórico-práticos, no âmbito da Promoção e Educação para a Saúde, que facilitem a implementação, desenvolvimento, monitorização e avaliação do mesmo, com impacto nas competências pessoais e no estado de saúde global dos adolescentes que sejam objeto da intervenção.

A metodologia definida para a Formação “Eu e os Outros” integra técnicas e métodos diversificados, privilegiando a componente prática como forma de facilitar a

aquisição de saberes pelos formandos, e assenta na exploração de narrativas interativas, histórias em relação às quais os participantes tomam decisões influenciando deste modo o desenvolvimento do enredo. É constituído por 9 narrativas e 9 personagens que retratam estereótipos de culturas juvenis ou de papéis sociais.

Com o programa “Eu e os Outros”, mais do que a aquisição de conhecimentos, pretende-se a mudança de atitudes e comportamentos.

Programa “Ger@ções” - Programa de Desenvolvimento de Competências Sócio Emocionais

O Programa “Gera@ções” é um Programa de Desenvolvimento de Competências Sócio Emocionais, para crianças dos 3 aos 6 anos, desenvolvido para uma intervenção em contexto pré-escolar pelo Departamento de Saúde Pública e pela Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências da ARSC (atualmente integrada no ICAD, IP). Os educadores de infância são os aplicadores do Programa e os mediadores são técnicos de saúde (1 técnico da Equipa de Saúde Escolar dos Cuidados de Saúde Primários e 1 técnico do Centro de Respostas Integradas).

O Programa tem como objetivos desenvolver competências sócio emocionais nas crianças que lhes permitam tomar decisões de forma consciente num processo contínuo ao longo do percurso escolar; envolver a comunidade educativa na promoção da literacia em saúde, numa perspetiva global, que potencie o desenvolvimento harmonioso da criança; e utiliza como metodologia o conto e a exploração de 5 histórias com 4 emoções básicas associadas: Alegria, Tristeza, Raiva e Medo. Para cada história foram definidos objetivos específicos e propostas de atividades.

Com este Programa pretende-se também incentivar a promoção de dinâmicas que fomentem a interação entre as famílias e a partilha de experiências através do planeamento de atividades sobre estas temáticas, culminando este trabalho com um encontro entre famílias.

Realizam-se ainda outras ações, nomeadamente sessões de informação/formação no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos para pais/famílias e sessões de informação/formação no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos para jovens.

Síntese

- ❖ A 27 de julho de 2023, publicado em Diário da República a 26 de setembro de 2023, aprovou-se, em Conselho de Ministros (nº 115/2023), o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030 (PNRCAD-2030) e o Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências- Horizonte 2024 (PARCAD- Horizonte 2024);
- ❖ Segundo o PARCAD- Horizonte 2024, observa-se que os portugueses parecem estar a utilizar mais um conjunto de outras substâncias psicoativas, referindo-se ao aumento muito evidente da utilização de canábis pela população mais jovem;
- ❖ Para além da canábis, assiste-se a um incremento da utilização de outras substâncias, nomeadamente da cocaína, das anfetaminas, do ecstasy e do uso inadequado de medicação psicoativa;
- ❖ De acrescentar que, nos últimos anos também têm surgido alguns dados que mostram que existe a utilização de “substâncias potenciadoras do desempenho físico ou do desempenho intelectual, fenómeno cujo conhecimento importa aprofundar no contexto da população portuguesa”;
- ❖ Por outro lado, o consumo de opiáceos, por via injetada tem vindo a diminuir, ainda que o número continue a ser considerado elevado, tal como a elevada vulnerabilidade (fatores do envelhecimento, várias comorbilidades, carências sociais e estigma), necessitando de respostas a nível multidisciplinar;
- ❖ Noutro campo temos a internet em geral e as redes sociais virtuais em particular. A prevalência de dependência da internet é de 0,5% (moderada) a 0,1% (severa), sobretudo nos jovens e a aumentar a prevalência de indicadores do uso excessivo da internet entre os mais novos;
- ❖ Temos também, por um lado, o *gaming*, ou seja, “os videojogos, jogados na internet ou não, têm-se vindo a instalar cada vez mais enquanto opção de lazer, principalmente entre os mais novos (6 em cada 10 alunos de 13-18 anos jogam em dia de escola, por exemplo)”;

- ✿ No concelho de Seia, e segundo os Gráficos apresentados abaixo, o padrão de consumos e de consumidores replica o padrão nacional, isto é, as substâncias mais consumidas são o álcool e outras substâncias psicoativas;
- ✿ O Projeto Alavanca, com intervenção no Concelho de Seia e Gouveia, em maio de 2024 acompanhava 125 indivíduos, sendo que a faixa etária que mais sobressaiu nos consumidores com problemas ligados ao álcool foi a dos 50 aos 54 anos e nos consumidores de estupefacientes foi a dos 35 aos 39 anos. Desses 125 indivíduos acompanhados, 14 deles apresentavam duplos consumos (álcool e substâncias ilícitas);
- ✿ O Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) acompanhava 67 utentes sendo que 51 apresentavam problemas ligados ao consumo de álcool e 16 ao consumo de estupefacientes. A maioria integrava a faixa etária entre os 40 e os 59 anos;
- ✿ Relativamente à intervenção do CRI no concelho da Seia assistimos a um decréscimo dos beneficiários da resposta, contabilizando em 2021, 54 indivíduos e em 2023, 43 indivíduos. Enquanto que em 2021 a principal entidade encaminhadora foram as instâncias judiciais, em 2023 a maioria dos indivíduos integrou a intervenção por sua iniciativa. Em ambos os anos os indivíduos beneficiários desta resposta de intervenção eram do sexo masculino, encontravam-se entre os 40 e os 50 anos, solteiros, maioritariamente com habilitações literárias ao nível do 3º ciclo e com trabalho estável e regular;
- ✿ Existem projetos de intervenção nesta área, nomeadamente: Riscos & Desafios, Programa “Eu e os outros” e o Programa “Ger@ções”, dinamizados pelo CRI da Guarda.

e. Pessoas em situação de Violência Doméstica

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

(Artigo 1º da Declaração dos Direitos Humanos)

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) define violência doméstica como *“qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou que esteja/ tenha estado em situação análoga, ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade. Esta definição implica a referência a vários crimes, sejam de natureza pública, semipública ou particular, nomeadamente: o de maus tratos físicos e/ou psíquicos; o de ameaça; o de coação; o de difamação; o de injúria; o de subtração de menor; o de violação de obrigação de alimentos; o de violação; o de abuso sexual; o de homicídio; entre outros”* (2024).

No sentido de prevenir e combater a violência doméstica foram sendo criadas políticas públicas, nacionais e internacionais, que têm como objetivo principal delinear as ações estratégicas a implementar neste domínio.

Os Planos e Estratégias Nacionais neste âmbito datam de 1997, onde a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 14 de março, aprovou o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades. No entanto, mais recentemente, foi aprovado, em 2014, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG 2014-2017) onde se sublinha *“a necessidade do reforço do combate à violência doméstica, apelando à coordenação de todas as entidades intervenientes e ao aprofundamento das medidas de prevenção e de proteção da vítima”*. O V PNPCVDG 2014-2017 fundamenta-se nos pressupostos da Convenção de Istambul e assume-se *“como uma mudança de paradigma nas políticas públicas nacionais de combate a todas estas formas de violação dos direitos humanos fundamentais, como o são os vários tipos*

de violência de género, incluindo a violência doméstica" (Diário da República, Série 1, n.º 253/2013, de 31 de dezembro).

Mais recentemente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio - Diário da República n.º 97, Série I, de 21 de maio, aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENPND 2018-20230) que *inclui o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens, o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica e o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais, alterado pela* Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto - Diário da República n.º 157/2023, Série I, de 14 de agosto, onde se aprovaram os Planos de Ação no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual, para o período de 2023-2026.

Em 2019, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2019, de 15 de fevereiro, aprovou III Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança 2019-2022.

Em 2022, é aprovada a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030. A missão da política da Cooperação Portuguesa consiste na erradicação da pobreza, no combate às desigualdades e na promoção de um desenvolvimento global sustentável, equitativo e inclusivo, assente no respeito pela dignidade humana e sem deixar ninguém para trás. Nesse sentido, a política de cooperação contribui para um sistema multilateral forte e eficaz enquanto condição para uma ordem internacional assente na promoção da paz, na solidariedade, na concertação, no diálogo e no respeito por regras e princípios. A ação da Cooperação Portuguesa está particularmente orientada para a prossecução dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030).

Em 2023, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto - Diário da República n.º 154/2023, Série I, de 9 de agosto, aprovou a Estratégia Integrada de Segurança Urbana que, no ponto 3.2, faz referência à violência doméstica, afirmando que *"a violência doméstica, o crime contra as pessoas mais participado em Portugal, merece naturalmente um olhar específico, de modo a aprofundar-se a prevenção e o combate deste que é um grave problema em termos de direitos humanos e de saúde pública"*.

Esta estratégia tem como objetivos: i) A elaboração e aprovação do Regulamento de funcionamento da Base de Dados de Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica (BDVMVD) e a respetiva operacionalização; ii) A revisão do instrumento de avaliação de risco em vigor desde 2014; iii) A implementação de projetos-piloto de avaliação e gestão integrada do risco e reforço da atuação nas 72h subsequentes à apresentação de denúncia.

Paralelamente, os esforços prosseguirão igualmente ao nível da formação dos efetivos no domínio da Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica e da qualificação dos espaços de atendimento às vítimas no contexto das forças de segurança.

Após esta breve introdução relativa à temática em causa, apresentam-se, de seguida, um conjunto de indicadores que permitam uma caracterização real no domínio da violência doméstica no concelho de Seia.

Em Portugal, durante o ano de 2023, foram registados, pela PSP e GNR, 37214 lesados ofendidos identificados em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo; menos 482 do que no ano de 2022. É ainda possível verificar que, de 2020 a 2023, a maioria dos lesados ofendidos eram do sexo feminino, ainda que as denúncias por parte do sexo masculino tenham vindo a aumentar (Gráfico 115).

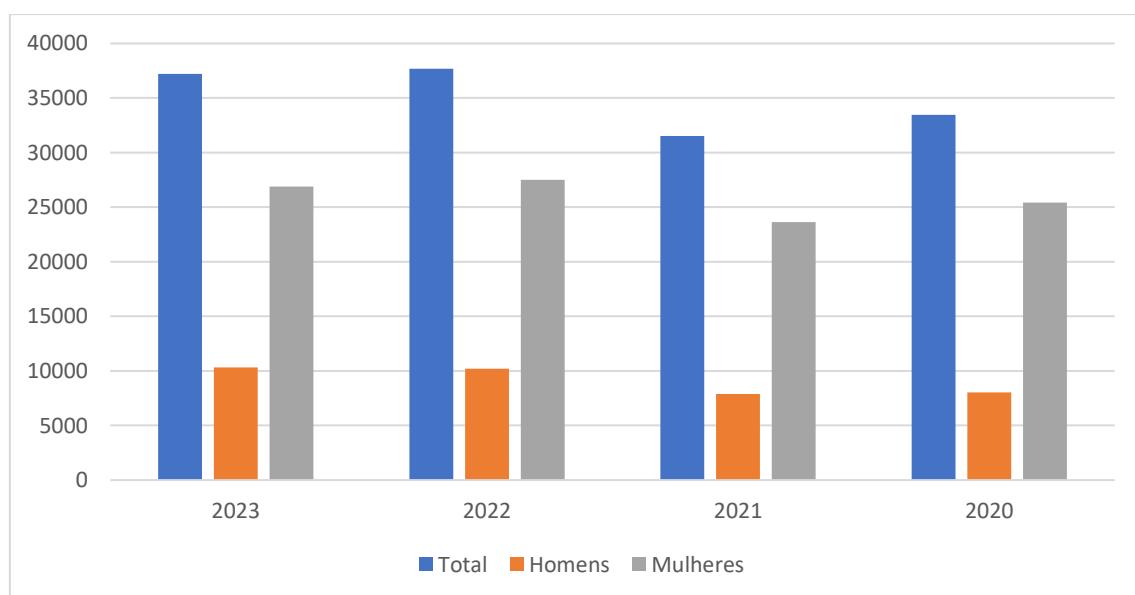


Gráfico 115 | Lesados Ofendidos Identificados em Crimes de VD Contra Cônjugue ou Análogo, por Sexo, Portugal, 2023

Fonte| INE

Caracterização da Vítimas de Violência Doméstica

No concelho de Seia, em 2023, registaram-se 95 vítimas de violência doméstica, sendo que se desconhecia o nível de escolaridade de 50,52% das vítimas, que 25,26% tinham o ensino básico, 16,84% tinham o ensino secundário, 5,26% tinham o ensino superior e, apenas 2,10% não tinham qualquer nível de escolaridade (Gráfico 116).

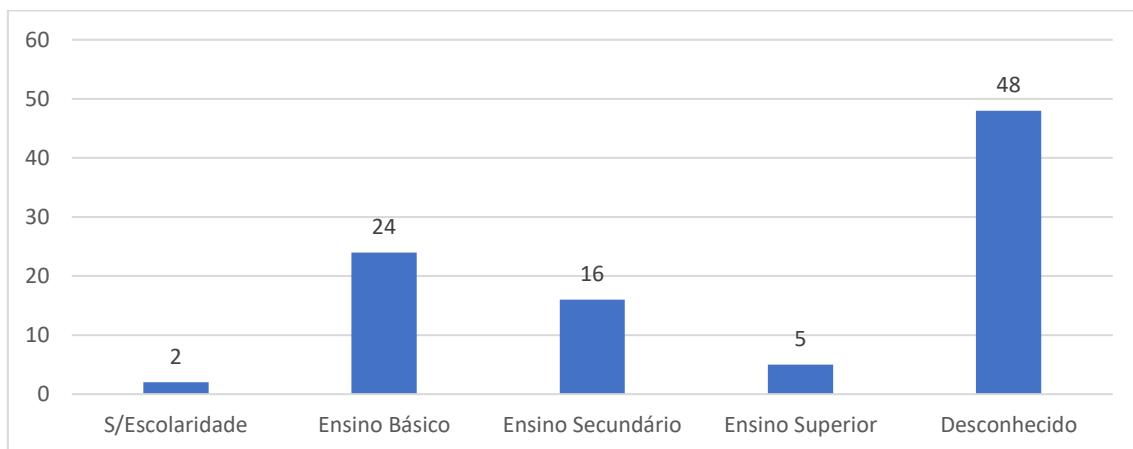


Gráfico 116 | Nível de Escolaridade das Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, 2023
Fonte| Comando Territorial da Guarda

No que concerne à situação profissional das vítimas de violência doméstica, através do Gráfico 117, pode observar-se que, em 2023, no concelho de Seia, 44,21% se encontravam empregadas, enquanto 11,57% estavam em situação de desemprego. Observa-se ainda que 21,05% das vítimas de violência doméstica estavam reformadas e que se desconhecia a situação profissional de 21,05% das vítimas.

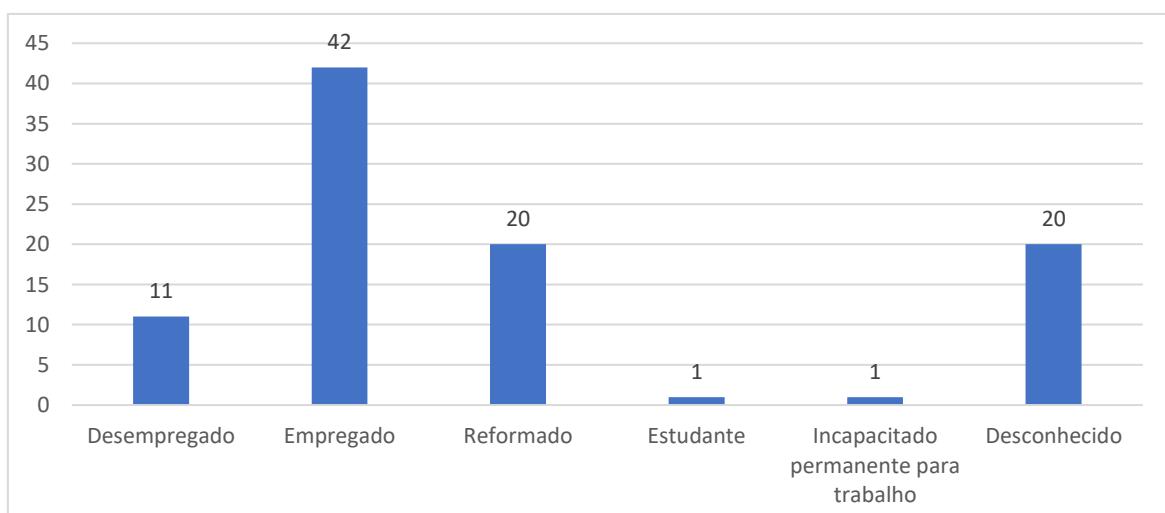


Gráfico 117 | Situação Profissional das Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, 2023
Fonte| Comando Territorial da Guarda

Relativamente ao estado civil das vítimas de violência doméstica, constata-se que, no concelho de Seia, em 2024, 36,68% das vítimas eram casadas, 28,42% eram solteiras, 18,47% eram divorciadas, 10,52% eram viúvas, 5,26% estavam em união de facto e 4,2% eram desconhecidas (Gráfico 118).

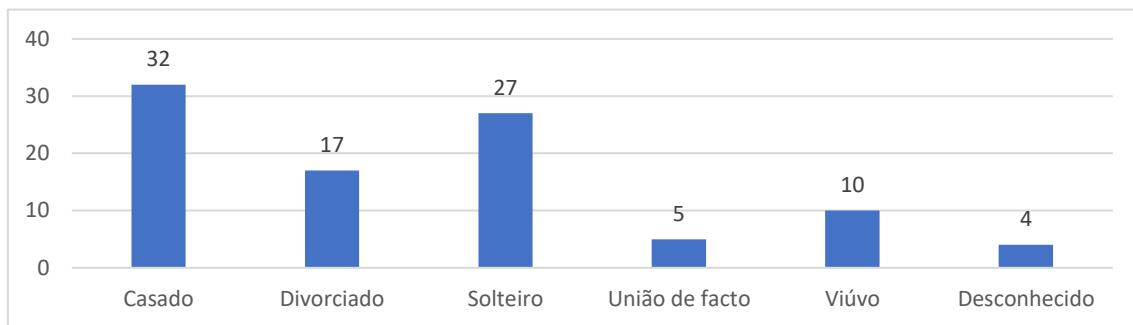


Gráfico 118 | Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, por Estado Civil, 2023

Fonte| Comando Territorial da Guarda

No que respeita à relação da vítima de violência doméstica com o/a agressor/a, analisando o Gráfico 119, verifica-se que, em 2023, no concelho de Seia, 26,31% das vítimas eram cônjuge do agressor, 27,69% eram companheiras do agressor, 13,68% eram ex-companheiras do agressor, 11,59% eram ex-cônjuges do agressor e 11,59% eram mãe do agressor. Verifica-se ainda que houve vítimas de violência doméstica por parte de ex-namorados/as, filhos/as, pais, irmãos/ãs, namorados/as e avós.

Inquérito por questionário aplicado à população:

45,73% das pessoas inquiridas consideram como problema, no âmbito da violência doméstica, a dependência do cônjuge. São as mulheres que mais partilham desta opinião;

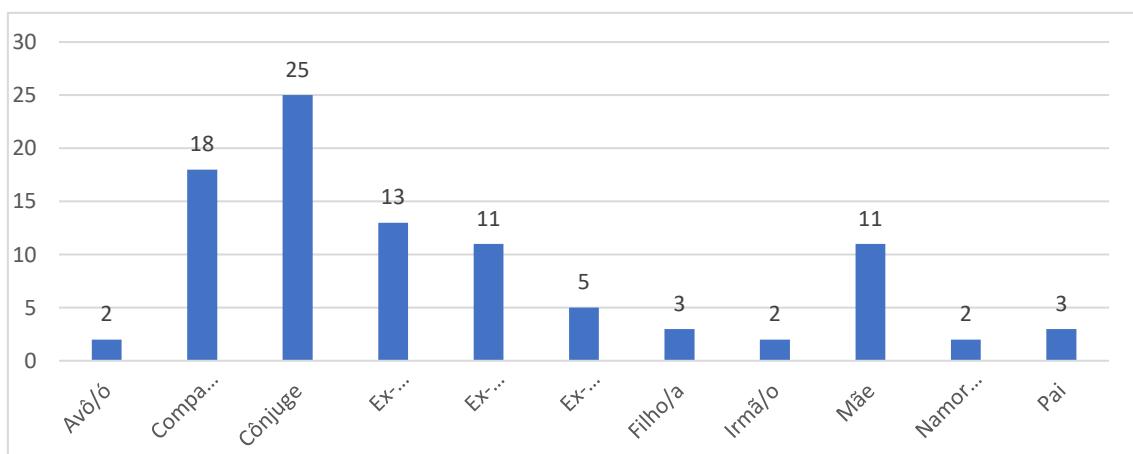


Gráfico 119 | Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, por Relação com o Agressor, 2023

Fonte| Comando Territorial da Guarda

No que diz respeito à fonte de denúncia, em 2023, no concelho de Seia, 71,57% foram realizadas pela própria vítima, 8,42% por familiares, 6,31% por anónimos, 2,10% pelo suspeito/agressor, 1,05% pelo representante legal e cerca de 10,52 % foram realizadas por outras fontes.

Inquérito por questionário aplicado à população:

42,71% das pessoas inquiridas consideram que existe dificuldade na denúncia e na manutenção da mesma. São as mulheres que mais partilham desta opinião.

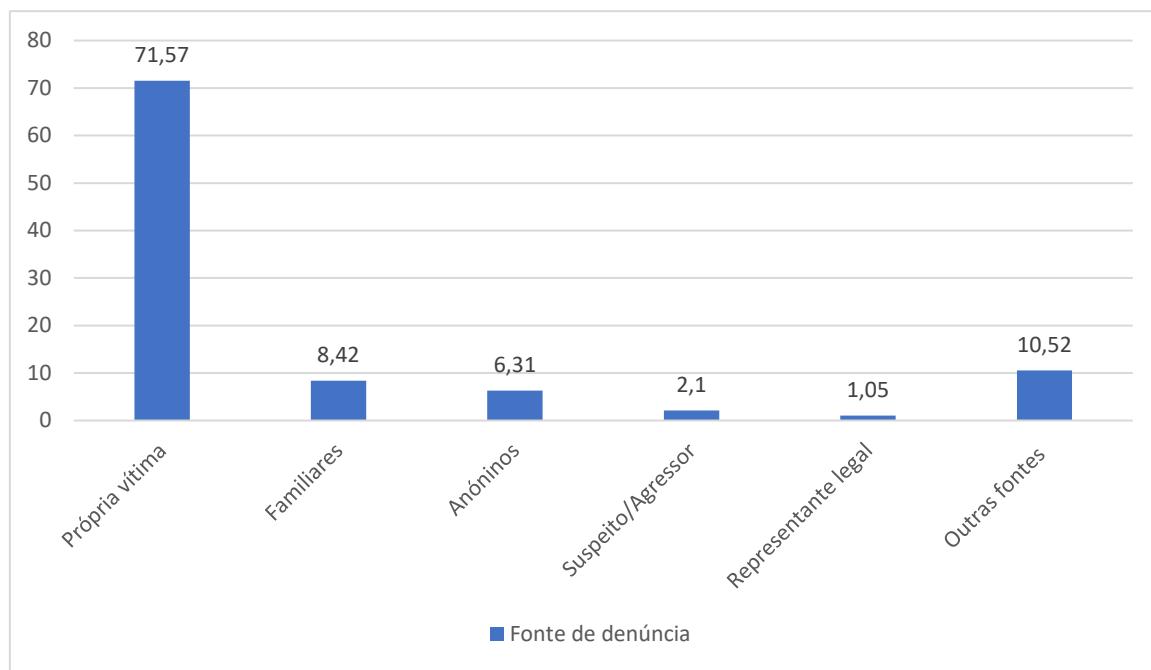


Gráfico 120 | Vítimas de Violência Doméstica no Concelho de Seia, Fontes de Denúncia, 2023
Fonte | Comando Territorial da Guarda

Caracterização do agressor

No que concerne à caracterização do agressor, e mais concretamente à faixa etária dos mesmos, em 2023, no concelho de Seia, 68,83% encontravam-se com idades compreendidas entre 31 e os 64 anos, 16,88% entre 18 e 30 anos e 14,29% entre os 65 e os 85 anos (Gráfico 121).

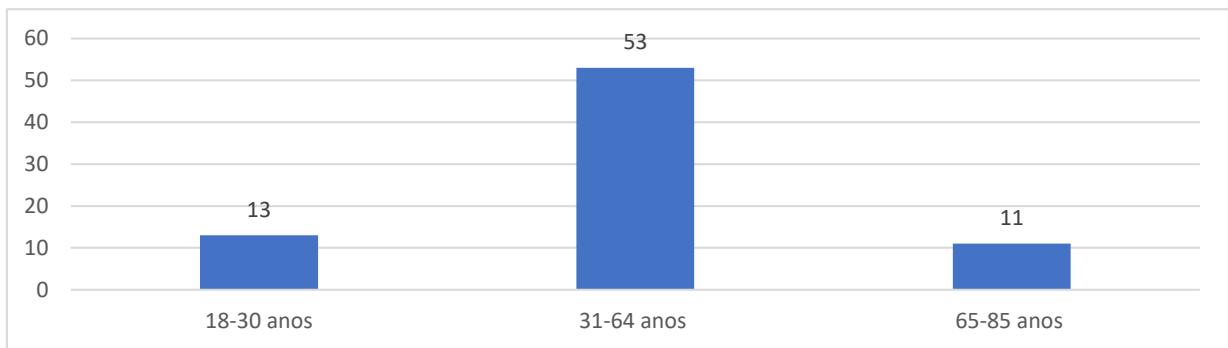


Gráfico 121 | Número de Agressores no Concelho de Seia, por Faixa Etária dos/as Agressores/as, 2023

Fonte| Comando Territorial da Guarda

Relativamente à situação profissional do agressor, em 2023, no concelho de Seia, 36,36% era desconhecida, 32,46% eram empregados, 15,58% eram desempregados, 14,28% eram reformados e 1,29% era estudante.

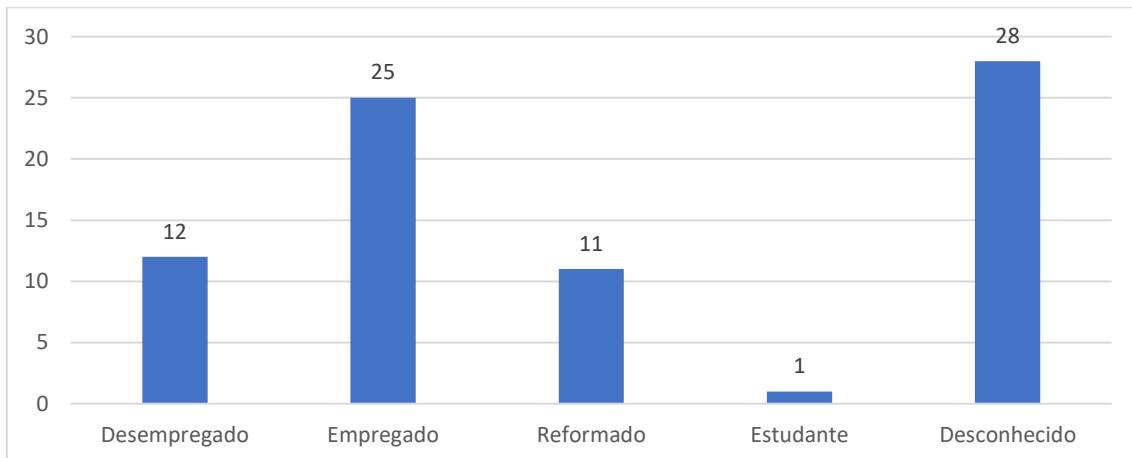


Gráfico 122 | Situação Profissional dos/as Agressores/as no Concelho de Seia, 2023

Fonte| Comando Territorial da Guarda, 2024

Núcleo de Apoio à Vítima (NAV)

No concelho de Seia efetua também a sua intervenção/atendimento o Núcleo de Apoio à Vítima (NAV) da Guarda, que foi criado no âmbito de uma Política de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, do XVII Governo Constitucional, e o protocolo de homologação foi celebrado a 14 de janeiro de 2009.

O NAV tem como entidades parceiras a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Instituto de Segurança Social, a Guarda Nacional Republicana, a Unidade Local de Saúde da Guarda, a Cáritas Diocesana da Guarda e o Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento.

No ano de 2023, o NAV fez, no distrito da Guarda, o acompanhamento a um total de 104 vítimas de violência doméstica, das quais 62 abriram processo judicial pela primeira vez no decurso desse ano.

A equipa do NAV da Guarda constata que a violência doméstica é exercida essencialmente contra mulheres (cerca de 93%), em comparação com os homens (7%), e na faixa etária entre os 35 e 54 anos de idade (53%). É importante salientar que 7% das vítimas têm mais de 65 anos.

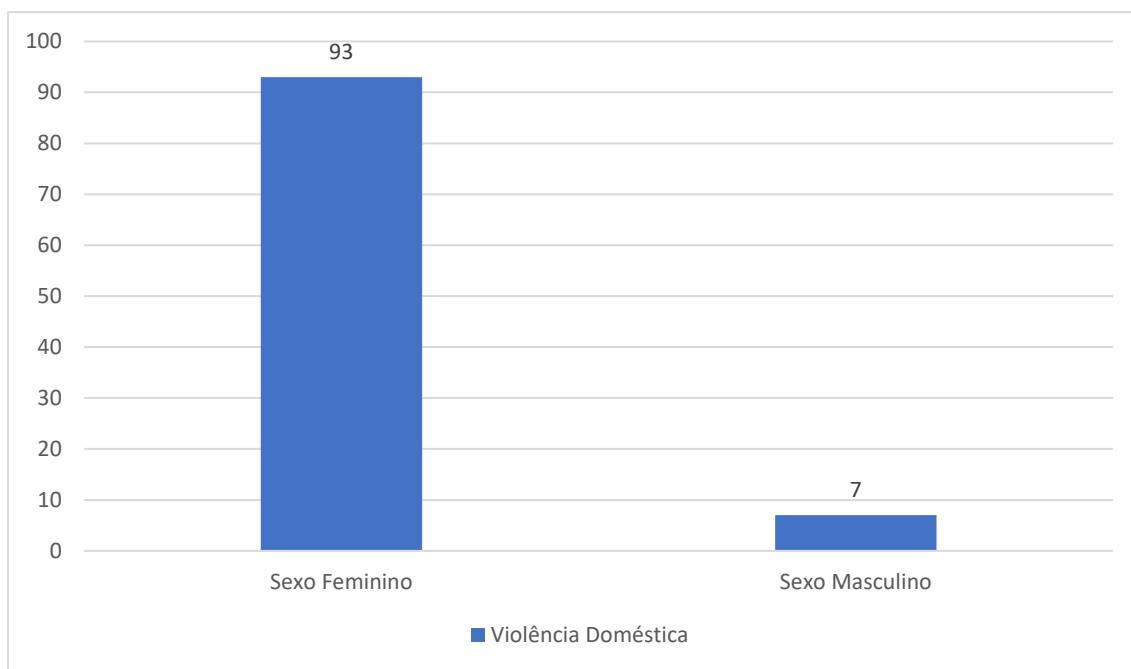


Gráfico 123 | Percentagem das Vítimas de Violência Doméstica, Segundo o Sexo, 2023
Fonte| NAV da Guarda

É também possível concluir que 41% das vítimas tiveram conhecimento do NAV da Guarda através de entidades parceiras, registando-se que o encaminhamento foi feito designadamente pelos órgãos de polícia criminal (39%) e, ainda, por serviços sociais (26%).

Inquérito por questionário aplicado à população:

37,69% das pessoas inquiridas consideram como problema, no âmbito da violência doméstica, o consumo de álcool;

22,61% das pessoas inquiridas consideram como problema, no âmbito da violência doméstica, a violência psicológica. Também neste tópico são as mulheres que mais partilham desta opinião

Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica (EIVIDA)

A EIVIDA (Equipa de Intervenção para a Problemática da Violência Doméstica) é uma equipa especializada em Portugal, dedicada ao combate e à prevenção da violência doméstica. Esta equipa foi criada em 2017 em Seia dando resposta a todo o concelho. Desde 2021 que esta equipa não se encontra a dar resposta ao seu objetivo. Estava integrada numa estrutura mais ampla de apoio social dos serviços municipais de Seia e intervinha em questões de género, segurança e proteção das vítimas.

Ainda que atualmente esta equipa não se encontre ativa, consideramos pertinente abordar a temática, não só a intervenção prevista, mas também os principais objetivos da resposta:

Objetivos e Funções da EIVIDA:

- Atendimento e Apoio a Vítimas:** A equipa prevê oferecer atendimento direto às vítimas de violência doméstica, prestando apoio psicológico, social e jurídico.
- Intervenção em Crises:** Em situações de emergência, a EIVIDA pode ser acionada para intervir diretamente, garantindo a segurança imediata das vítimas.
- Acompanhamento:** As vítimas de violência doméstica que recebam atendimento da EIVIDA também são acompanhadas ao longo do tempo, para assegurar que estejam em segurança e que suas necessidades continuem a ser atendidas.
- Sensibilização e Formação:** A equipa também pode estar envolvida em atividades de sensibilização pública e formação profissional, visando aumentar a conscientização sobre a violência doméstica e melhorar as respostas institucionais ao problema.
- Coordenação com Outras Entidades:** Trabalha em conjunto com outras organizações e serviços, como forças de segurança, serviços de saúde, e entidades judiciais, para oferecer uma resposta integrada e eficaz.
- Prevenção e Educação:** A EIVIDA pode desenvolver programas de prevenção e educação, destinados a prevenir a ocorrência de violência doméstica através da educação e da sensibilização da comunidade.

A criação de equipas como a EIVIDA reflete o reconhecimento da gravidade da violência doméstica como um problema social e de saúde pública. Estas equipas são

essenciais para garantir que as vítimas recebam o suporte necessário para escapar de situações abusivas e reconstruir as suas vidas com segurança.

Face ao exposto, verifica-se que para o desenvolvimento social do concelho de Seia, esta equipa deveria dar continuidade à atividade outrora iniciada, uma vez que a problemática da violência doméstica é uma realidade cada vez mais presente quer a nível macro, quer a nível concelhio.

Síntese

- ❖ Em Portugal, ano de 2023 foram registados 37214 lesados ofendidos identificados em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo;
- ❖ Os lesados mais ofendidos são do sexo feminino, ainda que as denuncias por parte do sexo masculino tenham vindo a aumentar (mais 112 no ano de 2023 em relação a 2022);
- ❖ No que diz respeito ao concelho de Seia, registaram-se 95 ilícitos criminais participados;
- ❖ Relativamente às vítimas de violência doméstica, desconhece-se em grande parte a escolaridade das mesmas. No que diz respeito à situação profissional, a maioria está empregada. Quanto ao estado civil, encontram-se casadas ou solteiras. A relação estabelecida com o agressor é de conjugalidade (B), são companheiros, ex-companheiros ou mães do mesmo;
- ❖ Quanto ao agressor, encontra-se maioritariamente na faixa etária dos 31-64 anos, sendo que a que sobressai seguidamente é a dos 18-30 anos. Relativamente à situação de emprego desta população-alvo, encontram-se empregados ou desconhece-se a situação;
- ❖ O Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (NAV) também realiza a sua intervenção no concelho de Seia;
- ❖ No ano de 2023, o NAV da Guarda fez o acompanhamento a um total de 104 vítimas, das quais 62 abriram processo pela primeira vez no decurso deste ano. No total, realizaram-se 2432 diligências;
- ❖ Segundo o NAV Guarda 93% das vítimas são do sexo feminino e 7% do sexo masculino. Quanto às faixas etárias, situam-se entre os 35-54 anos. É ainda importante referir que 7% das vítimas têm mais de 65 anos.

f. Migrantes e Minorias

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Instituto Público na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacionais, internacionais e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. A missão do ACM encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro.

Inquérito por questionário aplicado à população:

26,6% das pessoas inquiridas revelam não ter conhecimento suficiente acerca desta temática.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela UNESCO em 2005, é um tratado internacional que visa proteger e promover a diversidade cultural em todo o mundo. Esta convenção reconhece a natureza distintiva dos bens, serviços e atividades culturais como portadores de identidade, valores e significado, indo além do seu valor comercial. Os principais objetivos da Convenção prendem-se com:

Proteger e Promover a Diversidade Cultural: Salvaguardar e promover a diversidade das expressões culturais em todos os níveis (local, nacional e internacional).

Criar Condições para as Culturas Florescerem: Proporcionar às culturas a oportunidade de se expressarem e afirmarem livremente, e de se desenvolverem.

Fomentar Intercâmbios Culturais: Facilitar o intercâmbio cultural justo e equilibrado, e a mobilidade de artistas e profissionais da cultura.

Promover a Cooperação Internacional: Fortalecer a cooperação internacional e solidariedade para um desenvolvimento cultural mais equilibrado.

As disposições da Convenção são: os Direitos Soberanos dos Estados (os Estados têm o direito soberano de formular e implementar as suas políticas culturais e de adotar medidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais nos seus territórios); a Integração da Cultura em Políticas de Desenvolvimento Sustentável (incentivar a integração da cultura nas políticas de desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância da cultura como um motor de desenvolvimento económico,

social e ambiental); o Apoio a Indústrias Culturais (promover a criação e difusão de bens e serviços culturais, incentivando a colaboração entre setores públicos e privados); as Medidas de Promoção da Diversidade Cultural (adotar medidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais, tais como subsídios, concessões, regulamentação do mercado, e suporte ao setor cultural independente); a Cooperação e Solidariedade Internacional (apoiar os países em desenvolvimento na criação de capacidades culturais e no fortalecimento das suas indústrias culturais); e o Intercâmbio de Informações e Transparência (promover a troca de informações e experiências relacionadas à proteção e promoção da diversidade cultural, e garantir a transparência das políticas e medidas adotadas pelos Estados Membros).

A Convenção de 2005 é vital para a preservação e valorização da diversidade cultural no contexto da globalização, que muitas vezes tende a uniformizar culturas e a apagar identidades locais. Ao promover a diversidade cultural, a Convenção contribui para a paz e segurança internacionais, fomentando o respeito mútuo e o diálogo entre culturas.

Migrantes

A nível nacional, a taxa de crescimento efetivo⁷⁷ da população foi positiva (0,44%) pelo quarto ano consecutivo. O aumento populacional registado em 2022 resultou do aumento da taxa de crescimento migratório⁷⁸, para 0,83%, valor mais alto observado desde 2017, já que a taxa de crescimento natural⁷⁹ se manteve negativa, em -0,39%, segundo dados do INE.

Inquérito por questionário aplicado à população:

35,68% da população considera como problema a imigração ilegal.

As estimativas do INE apontam para que em 2022 tenham entrado em Portugal 117843 imigrantes permanentes, mais 21,3% do que em 2021. Ao mesmo tempo que

⁷⁷ Taxa de Crescimento Efetivo: variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes);

⁷⁸ Taxa de Crescimento Migratório: saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes);

⁷⁹ Taxa de Crescimento Natural: saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).

emigraram 30954 pessoas, mais 23,4% do que no período homólogo, o que fez com que, pelo sexto ano consecutivo, o saldo migratório⁸⁰ tenha sido positivo.

Há cerca de 40 anos, Portugal era um país de emigração que tinha nuances de imigrantes. Hoje é um país de migrações. Entre o retorno ou repatriamento de muitos nacionais portugueses e o acolhimento de centenas de milhares de estrangeiros, a demografia nacional ganhou diversidade, complexidade e novas formas de convivência. A socialização ganhou novos contornos, novas dinâmicas e novos desafios. Sem a imigração seríamos menos e mais velhos. A metamorfose da emigração tem repercussões sociais e sociológicas que vão para além de números. Falamos de perdas populacionais, mas também de riqueza nacional, quer seja pela saída de mão de obra como pela saída de conhecimento construído em território nacional. Passamos a ser um país que também acolhe, o que nos coloca, gradualmente, num posicionamento de país migratório diferente daquele que tínhamos há algumas décadas atrás.

Este posicionamento leva a que tenhamos que nos preparar para novos desafios de integração, de assimilação e de gestão da diversidade.

O Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM) visa estabelecer diretrizes e ações concretas para a gestão eficaz das migrações, em alinhamento com os objetivos do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular. Este Plano deve tocar várias áreas-chave, garantindo uma abordagem holística e abrangente para lidar com as questões migratórias, e avaliar a situação atual das migrações no país, incluindo fluxos migratórios, perfil dos migrantes e principais desafios enfrentados e realizar consultas com *stakeholders* relevantes, incluindo organizações da sociedade civil, agências governamentais, e comunidades migrantes.

Neste sentido, os objetivos do referido Plano passam pela promoção da migração segura, ordenada e regular, proteção dos direitos humanos dos migrantes e o fortalecimento da cooperação internacional em matéria de migração. Para a concretização dos objetivos definidos, foram delineadas metas específicas, como melhorar os mecanismos de governação migratória, assegurar a inclusão social e económica dos migrantes e reforçar a proteção e assistência aos migrantes vulneráveis.

⁸⁰ Saldo Migratório: diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Desenvolver e implementar um Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações requer um compromisso conjunto de múltiplas partes interessadas e uma abordagem baseada em direitos humanos. Este Plano deve ser adaptável e responsável às mudanças nas dinâmicas migratórias e deve procurar sempre promover a dignidade e o bem-estar dos migrantes.

De acordo com o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2022, houve em Portugal um aumento do número de cidadãos estrangeiros residentes (+11,9%), um aumento de novos títulos de residência (+28,5%) e um grande aumento de documentos fraudulentos (+126,9%). Verificou-se ainda um decréscimo (-9,5%) nas ações de inspeção e fiscalização, nas notificações para abandono voluntário (-5,6%), nos afastamentos executados (-56,2%) e nas vítimas sinalizadas (- 40,7%).

Ainda segundo a mesma fonte:

- A nacionalidade brasileira manteve-se como a principal comunidade estrangeira residente representando 30,7% do total;
- O Reino Unido manteve-se a segunda nacionalidade estrangeira mais representativa;
- O crescimento sustentado dos cidadãos estrangeiros, oriundos dos Países da União Europeia, confirmam o particular impacto dos fatores de atratividade já apontados em anos anteriores, como a percepção de Portugal como país seguro, bem como as vantagens fiscais decorrentes do regime para o residente não habitual;
- Angola ocupava o 6º lugar com uma subida de 23,1%;
- A Índia ocupava o 4º lugar por troca com a Itália (5º);
- A Ucrânia que desceu uma posição;
- A Roménia e China que saíram do grupo das dez nacionalidades mais representativas em Portugal.

No concelho de Seia, em 2011, encontravam-se a residir 288 indivíduos de nacionalidade estrangeira, o que equivalia a 15,8% dos imigrantes residentes no distrito e, em 2021, registou-se um aumento do valor apresentado. O distrito da Guarda acompanhou a mesma tendência, assinalando um aumento da população estrangeira residente, passando de 1819 em 2011 para 2685 em 2021.

Tendo em conta o Gráfico 124, é possível verificar que em 2021, passaram a residir no concelho de Seia pessoas de países que até então não estavam representados, tais como: Tunísia, Suíça, Suécia, Luxemburgo, Japão, Indonésia, India, Hungria, Guiné,

Grécia, Cuba, Argentina, Argélia e Países Baixos. Por outro lado, face a 2011, deixaram de residir indivíduos oriundos da: Turquia, Roménia, República Checa, Polónia, Paraguai, Moldávia, Finlândia, República Democrática do Congo e Colômbia.

Os países que, em 2021, aumentaram mais a sua representação no concelho de Seia foram: Síria, Reino Unido, Marrocos, Irlanda, Guiné Bissau, França, Espanha, Dinamarca, Brasil e Bélgica. Em contrapartida, os países em que se verificou maior decréscimo de representatividade foram: Venezuela, Ucrânia, Bulgária, Bielorrússia e Alemanha.

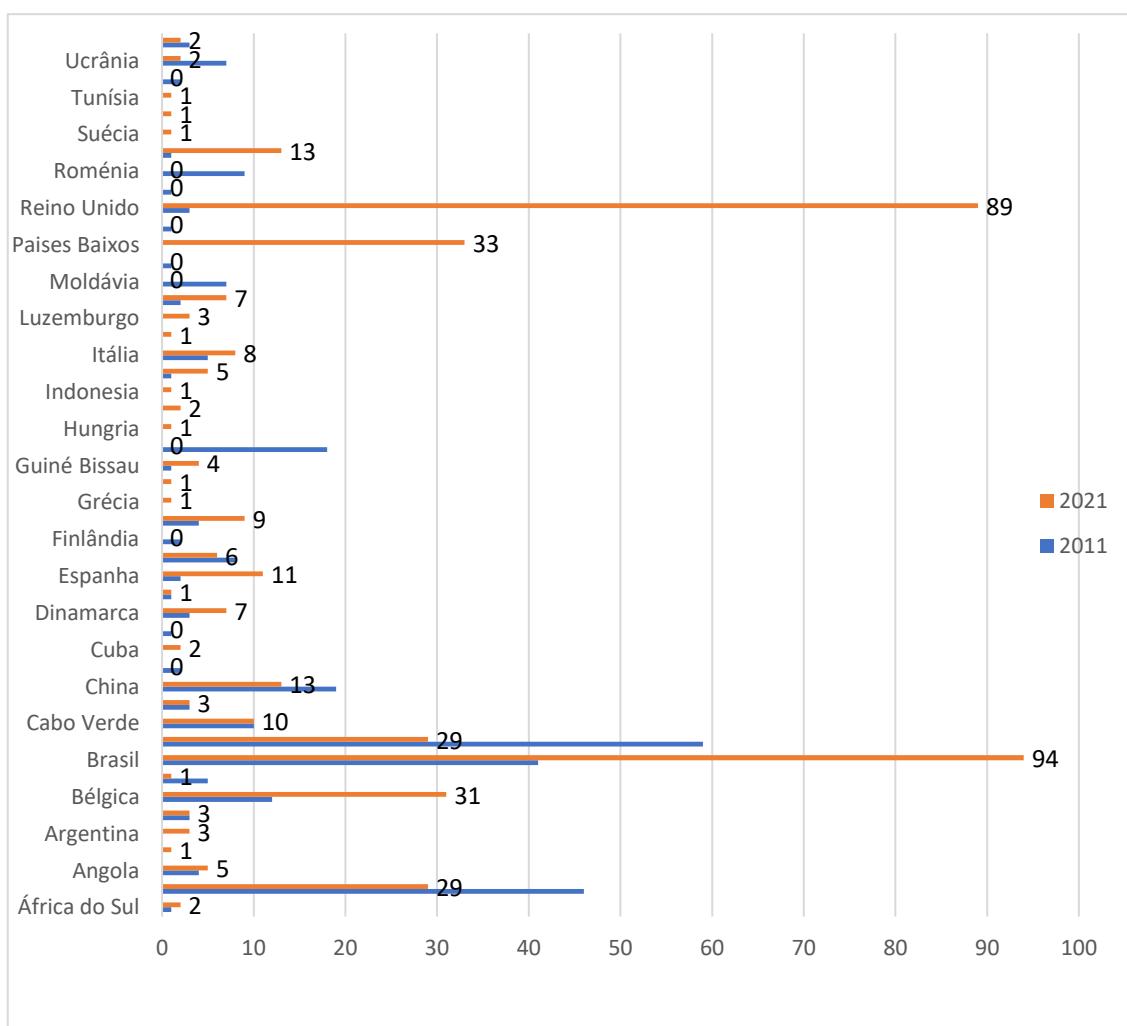


Gráfico 124 | População Imigrante Residente no Concelho de Seia, Segundo a Nacionalidade, 2011-2021

Fonte | Sefstat – portal de estatística 2021

Em 2021, das 475 pessoas imigrantes residentes no concelho de Seia, havia uma diferença pouco significativa entre homens (227) e mulheres (248); todavia, em relação ao Brasil, verificava-se uma maioria de pessoas do sexo feminino comparativamente com o sexo masculino, o mesmo ocorrendo em relação a São Tomé e Príncipe (Gráfico 125).

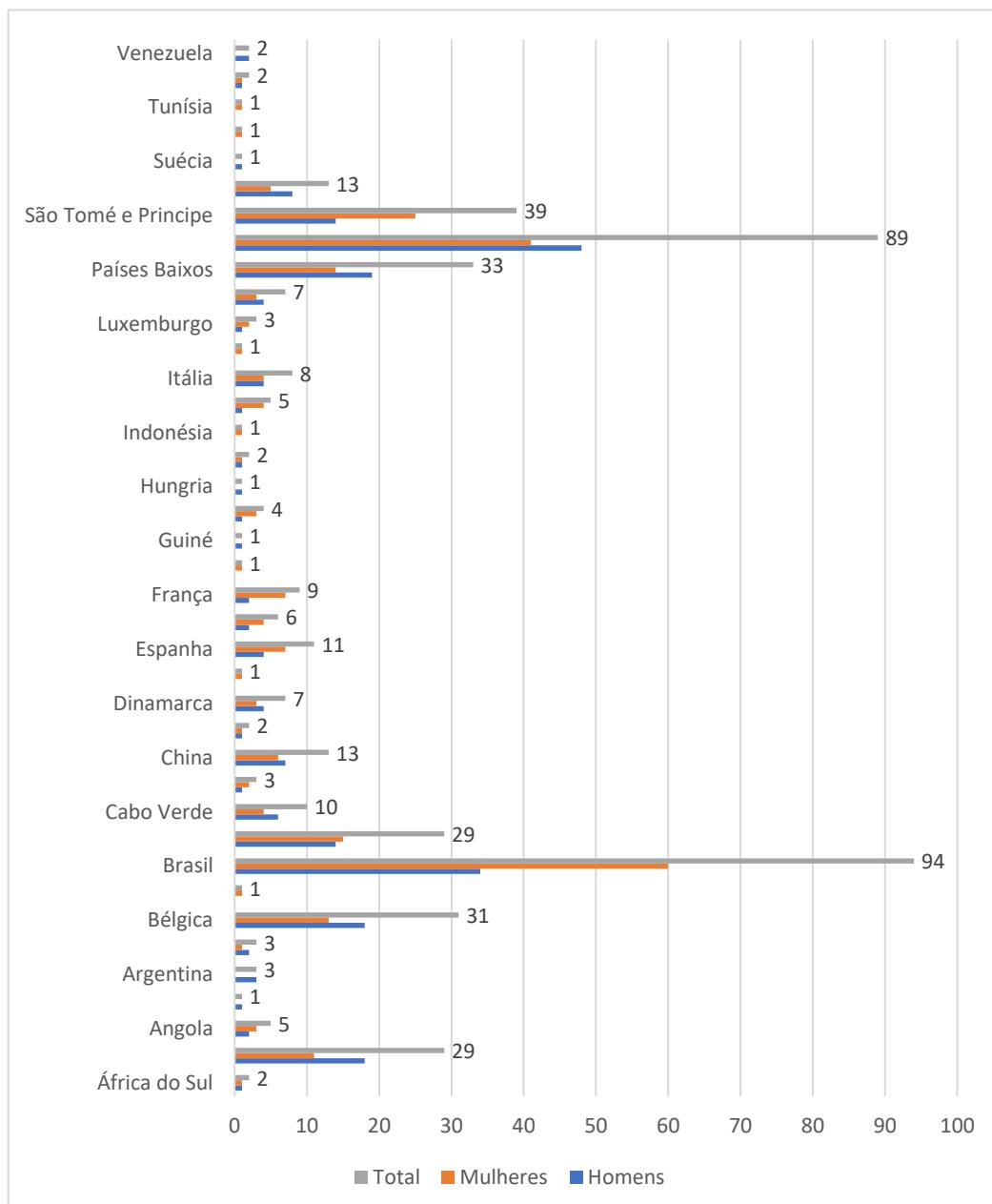


Gráfico 125 | População Imigrante Residente no Concelho de Seia, Segundo a Nacionalidade e o Sexo, 2021

Fonte | Sefstat – portal de estatística 2021

A população estrangeira a residir no concelho de Seia equivalia assim, em 2021, a 17,7% da população estrangeira a residir no distrito da Guarda.

Os dados apresentados no ano de 2021 são, na sua totalidade, referentes a Títulos de Residência.

No que concerne ao concelho de Seia, no ano de 2021, do total de 21755 habitantes residentes, 98,3% tinham nacionalidade portuguesa e 1,7% nacionalidade estrangeira. No mesmo ano, registou-se a entrada de 1214 pessoas com proveniência do estrangeiro, tendo-se fixado na sua maioria (44,8%) na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros (Gráfico 126).

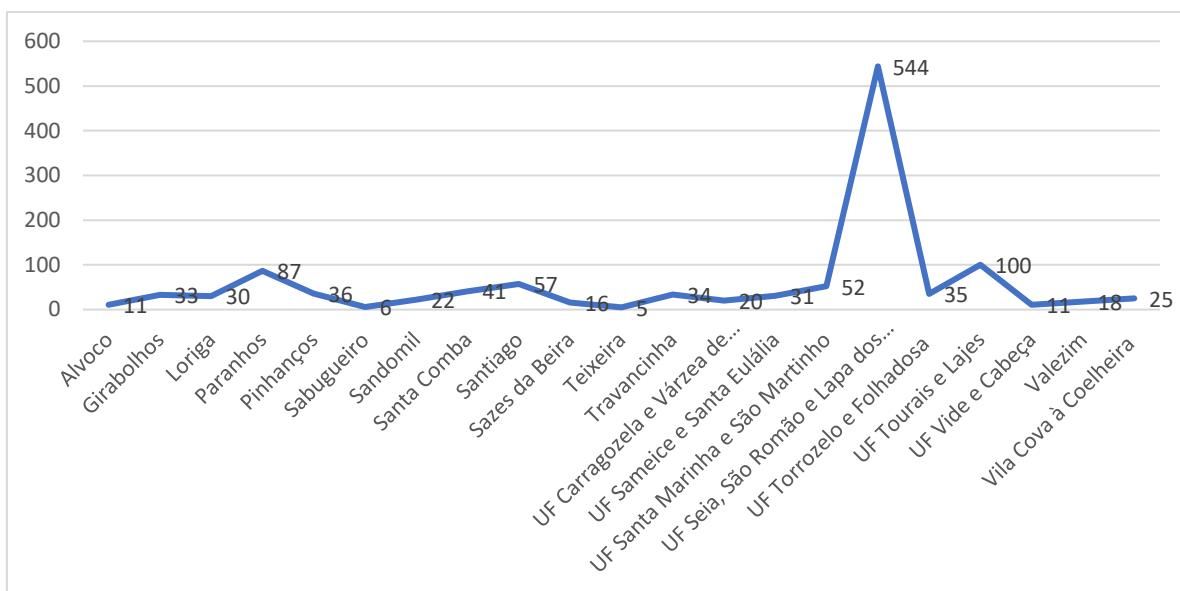


Gráfico 126 | Entrada de População no Concelho de Seia, por Freguesia, 2021

Fonte | INE

De acordo com o Gráfico 127, os motivos que levaram à entrada da população no concelho de Seia em 2021 prenderam-se, maioritariamente, com “*retorno após período de emigração*”, seguido de “*outro motivo não especificado*” e de “*estabelecer residência*”.

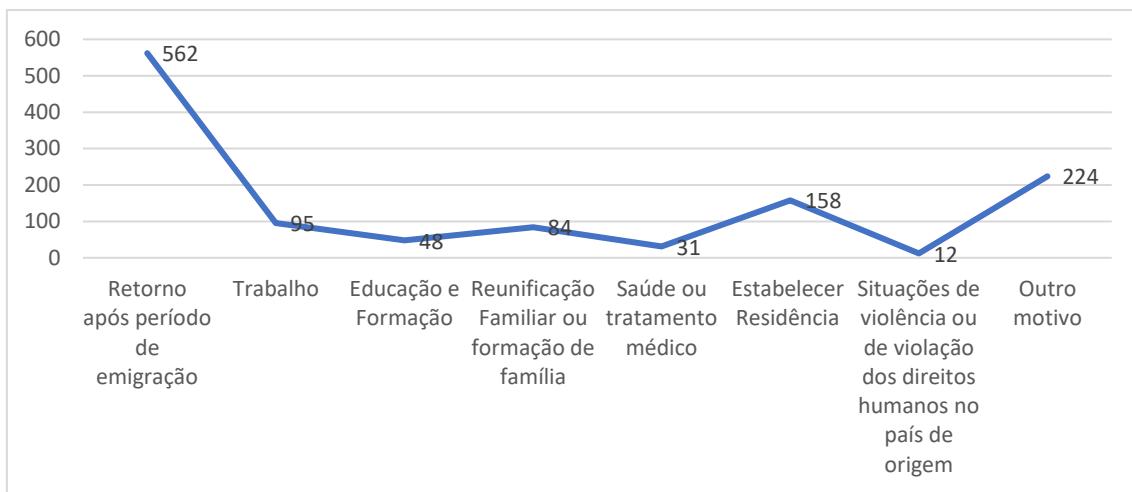


Gráfico 127 | Entrada de População no Concelho de Seia, por Motivo, 2021

Fonte| INE

Em 2022, em Portugal, e comparando com 2011, menos 2394 pessoas estrangeiras adquiriram nacionalidade portuguesa e, das mesmas, verificou-se um decréscimo de pessoas provenientes da Europa e da África, contrariamente ao aumento da população com origem Americana e Asiática (Gráfico 128).

No que à diferença de sexo diz respeito, em 2011 havia, em Portugal, um equilíbrio entre homens (11409) e mulheres (11829) que adquiriam nacionalidade portuguesa; contudo, no ano de 2022, assistiu-se a uma diferença significativa entre ambos os sexos, registando-se um número de mulheres (11170) mais elevado, comparativamente ao número de homens (9674).

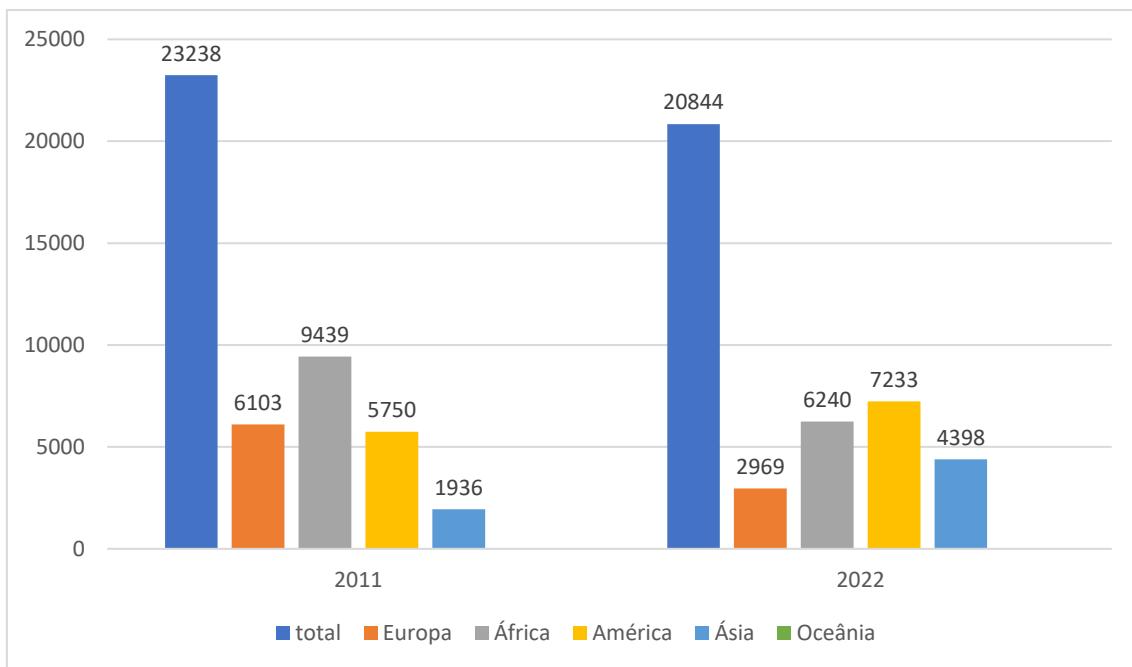


Gráfico 128 | População Estrangeira que Adquiriu Nacionalidade Portuguesa, 2011-2022

Fonte | INE

Através da observação do Gráfico 129, verifica-se que até 2019 o número pessoas imigrantes no concelho de Seia era inferior ao número de pessoas que emigrava. Esta situação inverteu-se em 2020, sendo esse o ano em que se apurou um saldo maior ao nível da migração. Ainda na análise ao mesmo gráfico, comprehende-se que o saldo natural no concelho de Seia mantém-se negativo ao longo do período em análise, apresentando oscilações, e atingindo em 2022 o valor mais preocupante relativamente à diferença entre o número de nascimentos e de óbitos.

Comparando os dados do concelho de Seia com os da CIMBSE, registava-se em ambos os territórios, ao nível do saldo natural, uma tendência negativa e, relativamente ao saldo migratório, uma evolução positiva, sendo que na CIMBSE o saldo passou a ser positivo a partir de 2019 e no concelho de Seia apenas em 2020, ano em que atingiu o pico mais elevado, tanto na CIMBSE como no concelho de Seia.

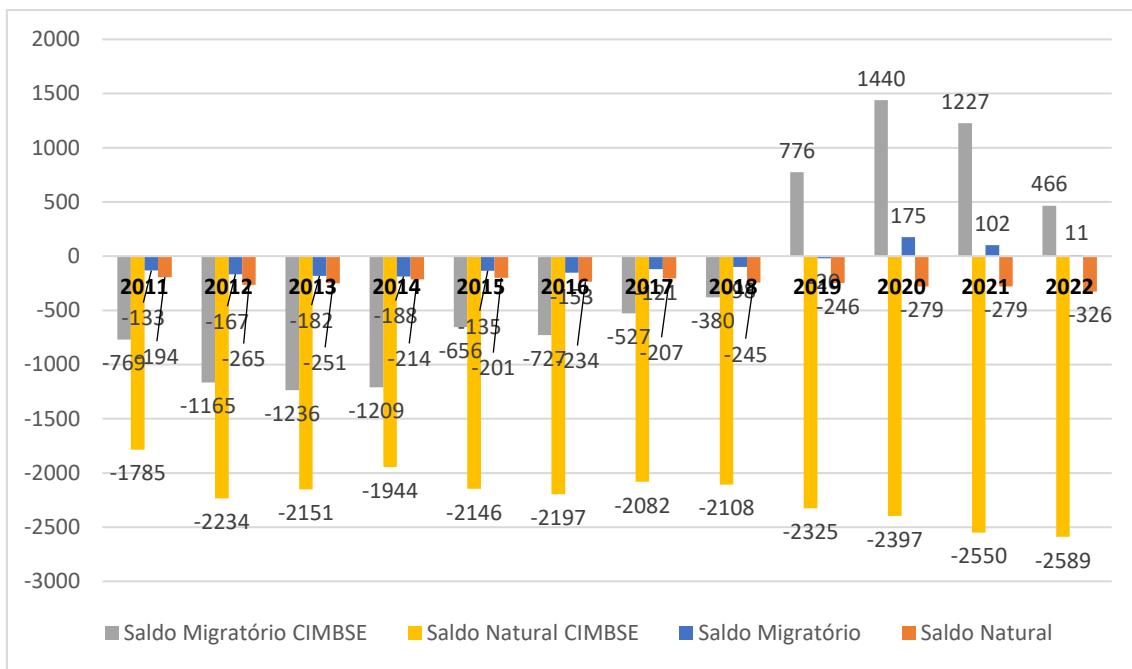


Gráfico 129 | Evolução do Saldo Migratório e do Saldo Natural no Concelho de Seia e na CIMBSE, 2011-2022

Fonte | INE

No Gráfico 130 é possível verificar que o número de pessoas imigrantes que se fixaram no concelho de Seia de 2011 a 2022 cresceu 80%.

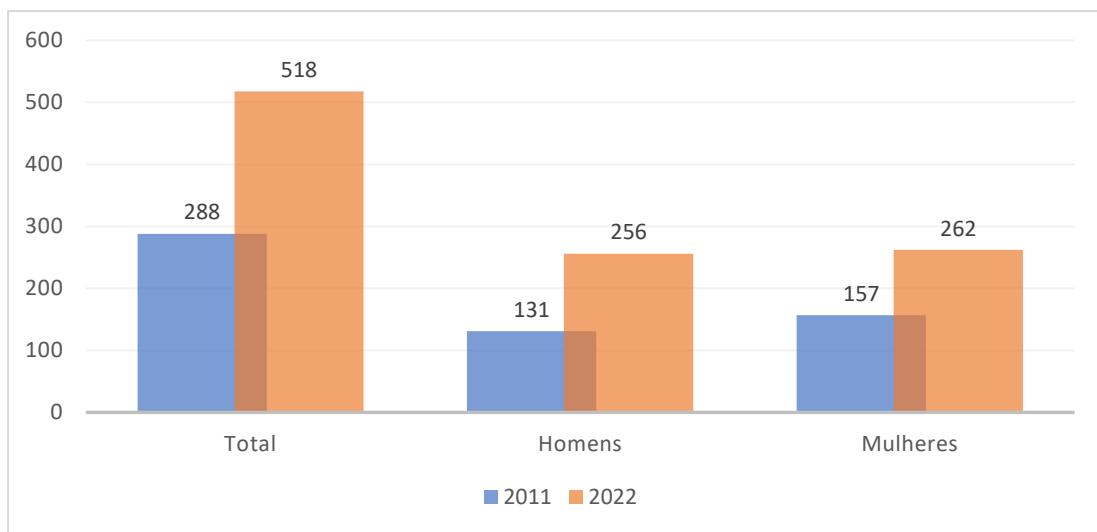


Gráfico 130 | Número de Imigrantes Residentes no Concelho de Seia, 2011-2022

Fonte | INE

Relativamente ao ano de 2022, e segundo os dados disponibilizados pelo INE, das 518 pessoas imigrantes residentes no concelho de Seia, ainda que a maioria seja proveniente de “outros países”, enquanto “grupo” o mais representativo tinha

nacionalidade brasileira (27%), seguindo-se a britânica (17,2%), mantendo-se a mesma tendência de 2021 (Gráfico 131).

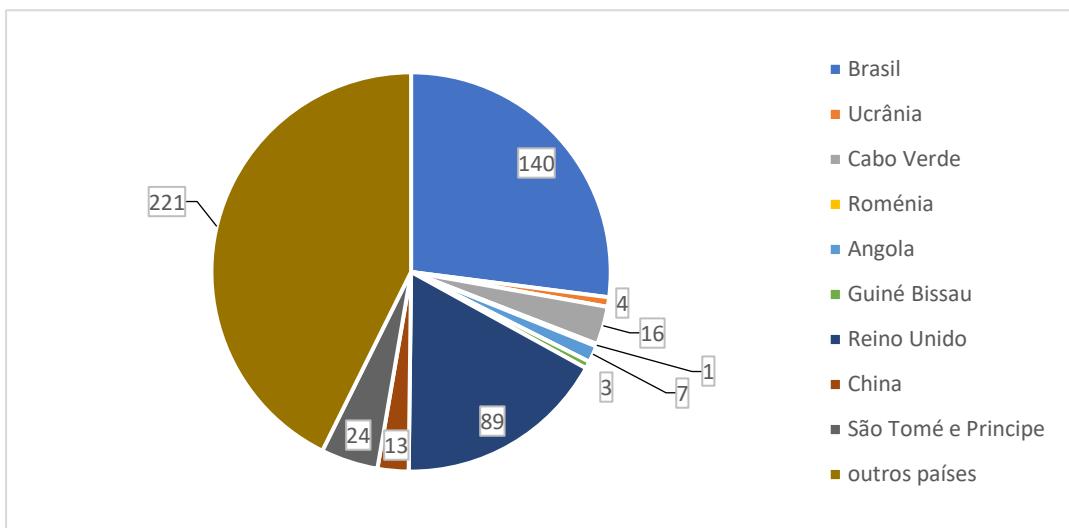


Gráfico 131 | População Imigrante Residente no Concelho de Seia, Segundo a Nacionalidade, 2022
Fonte| INE

Relativamente ao Estatuto Legal de Residente⁸¹, importa salientar que dos municípios da CIMBSE, o concelho de Seia é o 4º com maior número de população estrangeira com Estatuto Legal de Residente; todavia, no que refere ao território distrital da Guarda é o 2º. Ainda de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, em 2022, 518 pessoas estrangeiras no concelho de Seia obtiveram Estatuto Legal de Residente, sendo que 256 eram do sexo masculino e 262 do feminino (Gráfico 132).

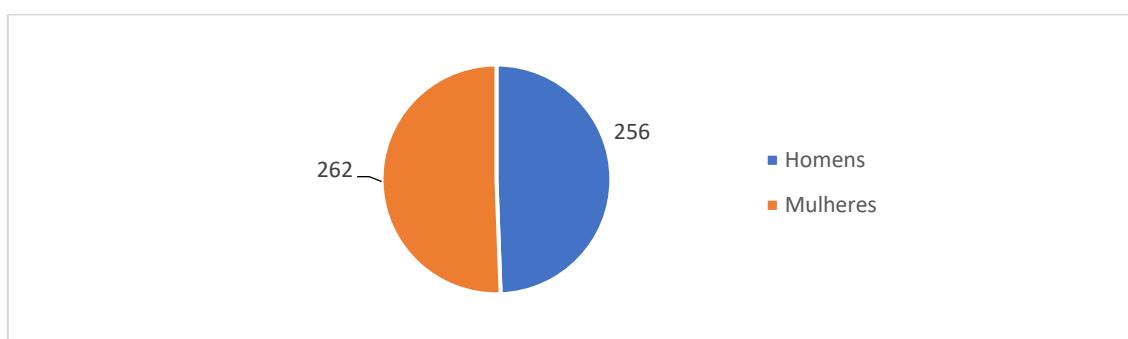


Gráfico 132 | Estrangeiros com Estatuto Legal de Residente, no Concelho de Seia, por Sexo, 2022
Fonte| INE

⁸¹ Estatuto Legal Residente: estatuto atribuído a pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor.

Dos dados disponibilizados pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), de 01/01/2023 a 11/04/2024, foram emitidos 30 Certificados de Registo⁸² no concelho de Seia, para pessoas imigrantes oriundas de: Países Baixos (11), República Eslovaca (2), Itália (4), França (1), Alemanha (3), Polónia (1), Bélgica (5), Espanha (1), Irlanda (1) e Andorra (1); verificando-se uma diminuição bastante significativa em relação a 2020 (Quadro 74).

Quadro 81| Certificados Emitidos pela AIMA no Concelho de Seia, por Nacionalidade dos Requerentes, 2017-2024

<i>Nacionalidades</i>	<i>Certificados Emitidos</i>					
	2017	2018	2019	2020	2021	2023/abril2024
<i>Alemanha</i>	0	3	4	5	2	3
<i>Andorra</i>	0	0	0	0	0	1
<i>Áustria</i>	0	0	0	1	1	0
<i>Bélgica</i>	6	2	8	1	1	5
<i>Bulgária</i>	6	0	0	0	0	0
<i>Dinamarca</i>	0	0	1	2	2	0
<i>Eslovénia</i>	0	0	0	1	0	0
<i>Espanha</i>	2	0	1	1	1	1
<i>França</i>	4	0	0	0	0	1
<i>Holanda</i>	6	6	5	4	0	0
<i>Hungria</i>	0	0	0	1	0	0
<i>Irlanda</i>	0	0	3	1	0	1
<i>Itália</i>	0	0	4	0	1	4
<i>Luxemburgo</i>	4	0	0	0	0	0
<i>Países Baixos</i>	0	0	0	0	0	11
<i>Polónia</i>	0	0	0	0	0	1
<i>Reino Unido</i>	6	6	19	47	0	0

⁸² Certificado de Registo formaliza o direito de residência em Portugal, deve ser pedido junto da Câmara Municipal da área de residência, se o nacional da União Europeia (UE) permanecer no país por um período superior a três meses e até cinco anos.

Républica Eslovaca	0	0	0	0	0	2
Suécia	1	0	0	0	0	0
Suíça	1	0	0	0	0	0
Total	36	17	45	64	7	30

Fonte| Câmara Municipal de Seia

A população estrangeira tem vindo a procurar o apoio dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento (SAAS) e, em análise à nacionalidade das famílias que recorreram ao referido serviço, constatava-se, em abril de 2024, que da população estrangeira, foram as famílias de nacionalidade brasileira as que mais recorrem ao mesmo, seguidas das famílias provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Quadro 75).

Quadro 83| Famílias em Acompanhamento pelo SAAS, por Nacionalidade, Abril de 2024

Nacionalidade	Famílias RSI	Famílias RSI Suspensos	SAAS	Total
Colombiana	0	0	4	4
Britânica	2	1	2	5
Brasileira	6	2	16	24
Marroquina	0	0	4	4
Indiana	0	0	1	1
Síria	2	0	0	2
PALOP	2	3	5	10
Ucraniana	0	0	0	0
Bielorrussa	0	0	1	1
Italiana	0	0	1	1
Alemã	1	0	1	2
Espanhola	0	0	2	2
Búlgara	1	0	0	1
Venezuelana	1	0	1	2

Dinamarquesa	1	0	0	1
Moldava	0	0	1	1
Argelina	0	0	1	1
Tunisina	0	0	1	1
Romena	0	0	1	1
Total	16	6	42	64

Fonte| SAAS Seia

Devido às alterações demográficas registadas em Portugal e do processo migratório surge em Portugal o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (PNCRD 2021-2025) que visa promover uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas possam viver sem medo de discriminação racial ou étnica. Este Plano deve abordar múltiplas dimensões do racismo e da discriminação, propondo ações concretas para os eliminar. O PNCRD 2021-2025 visa a realização de um diagnóstico abrangente da situação do racismo e da discriminação em Portugal, identificando os grupos mais afetados e os contextos onde a discriminação é mais prevalente e a análise das causas e das consequências do racismo e da discriminação, incluindo fatores sociais, económicos e culturais.

Os objetivos do Plano prendem-se com a erradicação do racismo e da discriminação racial em todas as suas formas, a promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as pessoas e a potencialização de uma cultura de respeito, tolerância e inclusão através da redução da incidência de discriminação racial até 2025, do aumento da representação de minorias étnicas em posições de liderança e em setores chave e de assegurar a aplicação eficaz das leis antidiscriminação.

Minorias

Com a entrada em vigor da Lei nº 3/2024, de 15 de janeiro, é criada a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial que altera a Lei nº 93/2017, de 23 de agosto. Esta última Lei estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.

Em abril de 2024, no concelho de Seia, registava-se um total de 173 pessoas de etnia cigana beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI) e 3 beneficiárias do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); sendo o maior número de beneficiários crianças e jovens entre os 6 e os 17 anos (Gráfico 133).

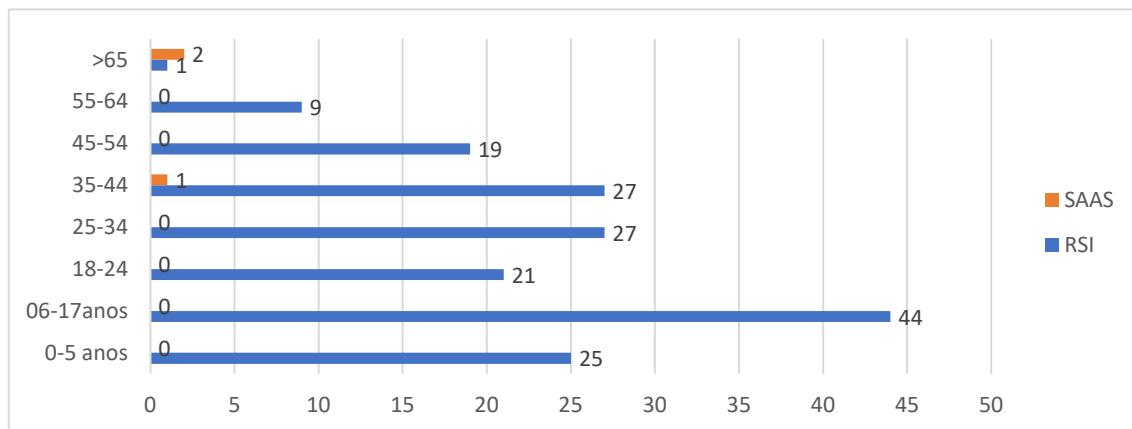


Gráfico 133 | Total de Beneficiários em Acompanhamento pela Equipa do RSI-SAAS, por Idade, Abril de 2024

Fonte| Equipa RSI-SAAS

Em ambos os apoios, em abril de 2024, RSI e SAAS, a maioria da titularidade era feminina (Gráfico 134).

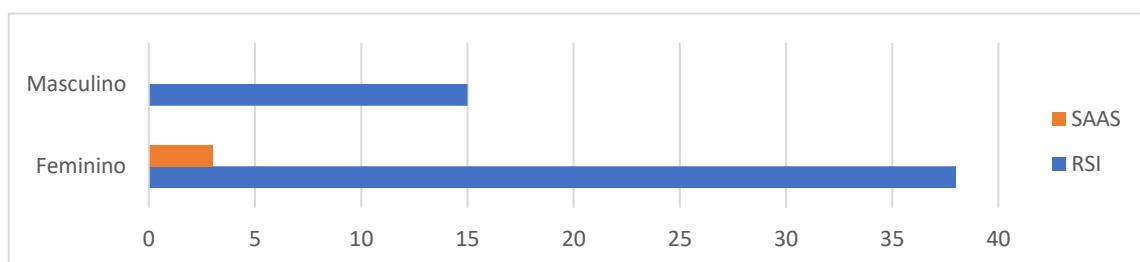


Gráfico 134 | Titularidade da Prestação de RSI, Abril de 2024

Fonte| Equipa RSI-SAAS

Relativamente às minorias, face a 2021 assistimos a um aumento dos beneficiários de RSI que passaram de 150 para 173, mantendo-se a tendência de uma maioria feminina.

A freguesia onde se verificavam, em abril de 2024, mais casos de titulares de prestação de RSI foi na U.F. de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros, mais concretamente em São Romão. Verificaram-se também acompanhamentos com

representatividade em indivíduos de etnia cigana que residiam em Folgosa do Salvador, Folgosa da Madalena e Vila chã.

No âmbito do RSI, em abril de 2024, os dados apresentavam 38 mulheres de etnia cigana e 15 homens da mesma etnia como titulares da prestação. No que ao SAAS diz respeito, verificavam-se 3 mulheres e 0 homens de etnia cigana.

Através da análise do gráfico seguinte, é possível averiguar que, em 2024, as famílias de etnia cigana em acompanhamento pela equipa RSI-SAAS eram maioritariamente famílias com 4 elementos no agregado familiar, tal como verificado em 2021.

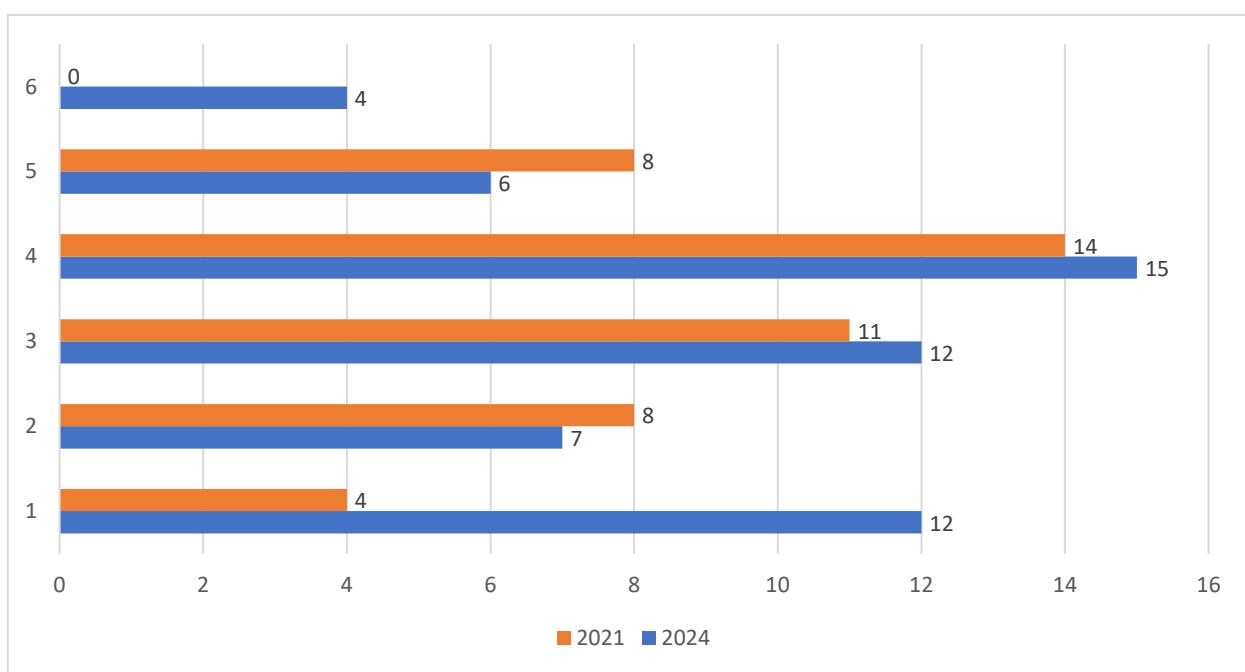


Gráfico 135 | Composição dos Agregado Familiares de Etnia Cigana em Acompanhamento pela Equipa do RSI-SAAS, 2021-2024

Fonte | Equipa RSI-SAAS

O maior número de titulares de prestação de RSI de etnia cigana, no 1º trimestre de 2024, tinha como habilitação literária o 1º CEB completo, seguido de pessoas com o 2º CEB. Assinala-se o surgimento de prestações de RSI a indivíduos de etnia cigana com o 12º ano, o que não havia sido registado em 2021. Assinala-se ainda que diminuiu o número de prestação RSI a indivíduos sem escolaridade, com o 11º ano e com o 3º CEB.

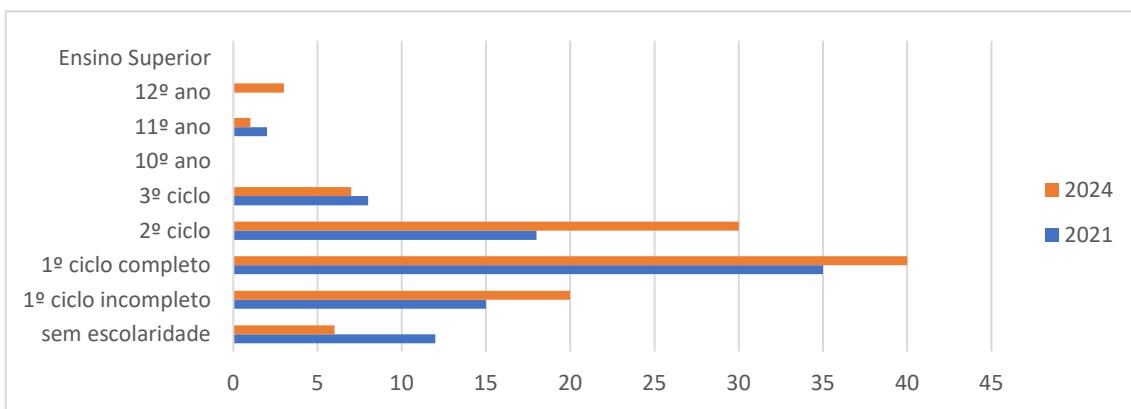


Gráfico 136 | Habilidades Literárias dos Titulares de Prestação de RSI de Etnia Cigana no Concelho de Seia em Acompanhamento pela Equipa do RSI-SAAS, 2021-2024

Fonte| Equipa do RSI-SAAS

É conhecido o padrão de relação da comunidade de etnia cigana com o sistema de ensino, muito marcado pelo absentismo e abandono escolar fruto da sua forma de vida mais itinerante e culturalmente pouco fomentador do percurso escolar/académico.

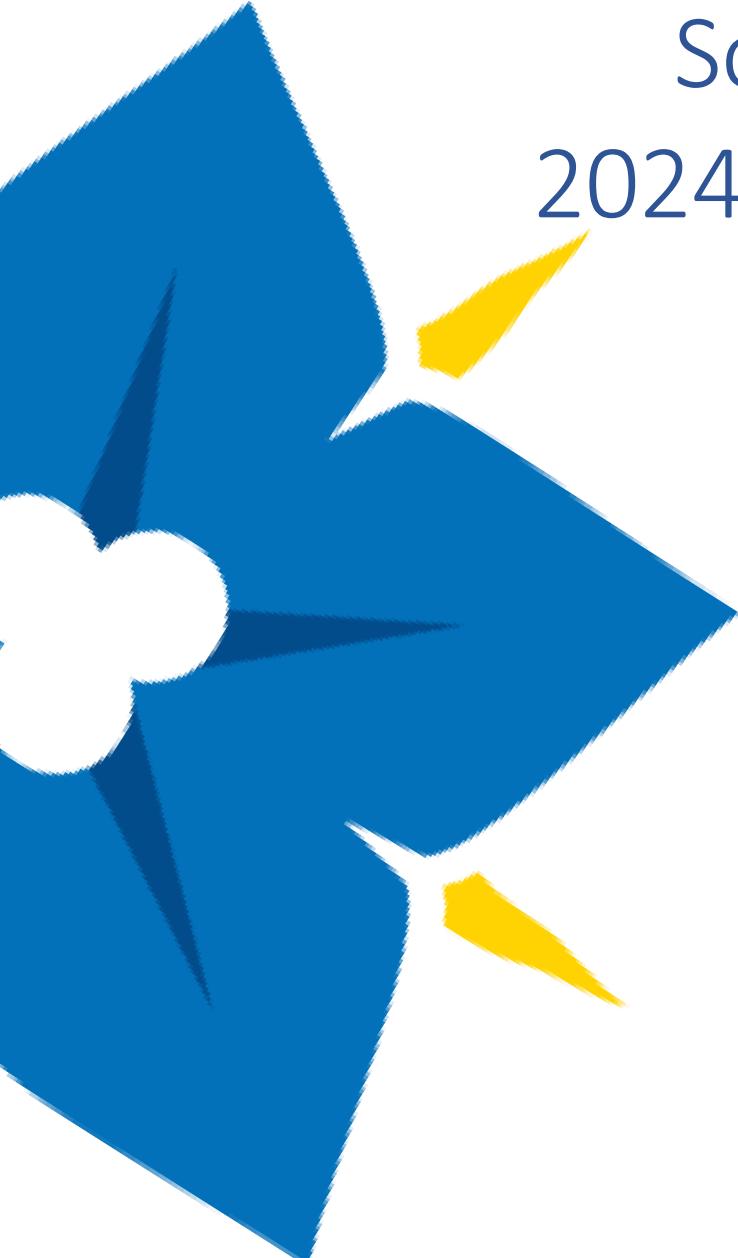
Assim, alguns dos adultos beneficiários de RSI são, por norma, encaminhados para o percurso formativo e, dessa forma, passam a ter um maior contacto com o conhecimento, quer seja a nível profissionalizante como de aquisição de conhecimentos.

Todavia, é importante ajustar a oferta formativa aos interesses das pessoas de etnia cigana, bem como às necessidades do mercado de trabalho, uma vez que, caso isso não aconteça, acaba por diminuir o impacto da mesma. Esta questão do ajuste da oferta formativa aos interesses das pessoas, bem como às necessidades do mercado de trabalho, é transversal a todos os indivíduos independentemente da raça ou etnia.

Síntese

- Verificou-se um aumento da taxa de crescimento migratório, para 0,83%, valor mais alto observado desde 2017;
- Em 2021, passaram a residir no concelho de Seia pessoas de países que até então não estavam representados, tais como: Tunísia, Suíça, Suécia, Luxemburgo, Japão, Indonésia, Índia, Hungria, Guiné, Grécia, Cuba, Argentina, Argélia e Países Baixos;
- Seia, uma cidade localizada na região da Serra da Estrela, tem experimentado um aumento na diversidade populacional devido à presença de migrantes e minorias. A cidade, tradicionalmente conhecida pela sua paisagem montanhosa e produção de queijo da Serra da Estrela, tem se tornado um lar para pessoas de diferentes origens culturais e nacionais;
- O número de pessoas imigrantes que se fixaram no concelho de Seia de 2011 a 2022 cresceu 80%;
- Em 2022, 518 pessoas estrangeiras no concelho de Seia obtiveram Estatuto Legal de Residente, sendo que 256 eram do sexo masculino e 262 do feminino;
- A população migrante em Seia é composta por pessoas vindas de diversos países, incluindo países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como Brasil, Cabo Verde, e Angola, além de outras nações europeias e asiáticas;
- A integração dos migrantes na comunidade local é facilitada por várias iniciativas municipais e associações locais que oferecem apoio em áreas como:
 - Aprendizagem da Língua Portuguesa: Cursos de língua são disponibilizados para ajudar os imigrantes a superar barreiras linguísticas;
 - Emprego e Formação Profissional: Programas de formação e workshops têm sido organizados para melhorar as oportunidades de emprego para os recém-chegados;
 - Apoio Social e Legal: Serviços de apoio jurídico e assistência social estão disponíveis para ajudar com documentação, habitação e outras necessidades básicas;
- O concelho abriga diversas minorias étnicas e culturais, que enriquecem a vida cultural e social de Seia. A Comunidade Cigana é a comunidade, dentro das

minorias, que mais se faz sentir. A comunidade cigana em Seia participaativamente da vida local, embora ainda enfrente desafios em termos de integração plena e igualdade de oportunidades.



Plano de Desenvolvimento Social

2024 – 2026

Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) procura produzir orientações estratégicas como base para a congregação e gestão eficiente dos recursos da Rede Social, promovendo as potencialidades e capacidades das entidades que intervêm no concelho de Seia.

O PDS é, assim, um instrumento de planeamento, no qual se descrevem as etapas e as estratégias a desenvolver perante as necessidades identificadas pelos diversos intervenientes sociais, com vista à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população residente no concelho de Seia. Este é um documento de caráter motivador, constituindo um referencial para as entidades que, aos mais diversos níveis, atuam nas áreas e eixos de intervenção sobre os quais o PDS incide.

O trabalho em parceria permite a construção de um instrumento de planeamento estratégico representativo da realidade social do concelho, facilitando o entendimento dos vários atores/intervenientes sociais. Desta forma, é garantida a participação de toda a Rede no planeamento e na metodologia da intervenção social concelhia.

Neste sentido, o presente documento foi desenvolvido a partir da atualização do Diagnóstico Social, da definição de eixos estratégicos de intervenção local, numa estratégia participada pelas entidades parceiras da Rede Social e pela comunidade, fundamentais para garantir uma visão real e concertada, com vista ao desenvolvimento social.

A implementação do PDS desenvolve o quadro estratégico de intervenção social no município de Seia no triénio 2024-2026, efetivando a gestão das potencialidades/fragilidades do concelho, bem como dos seus recursos. Orienta assim os processos de desenvolvimento social local, reforçando a articulação entre políticas locais e políticas nacionais, incrementando a relação de parcerias e sinergias entre atores locais e dotando o concelho de um instrumento de planeamento estratégico. O mesmo permita o enquadramento e a justificação de novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas, com o objetivo último de capacitar cada vez mais o território com recursos eficazes e eficientes que potenciem o mesmo, a população e se este torne atrativo para novos residentes.

A metodologia de trabalho utilizada para a elaboração do Diagnóstico Social do concelho de Seia permitiu, assim, cruzando todas as técnicas de recolha de informação, identificar e organizar as prioridades de intervenção social da seguinte forma:

Prioridade I - Problemáticas prioritárias de intervenção emergentes

Prioridade II- Problemáticas prioritárias de intervenção urgentes

1	Saúde	Prioridade I
2	Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos	Prioridade I
3	Acessibilidades	Prioridade II
4	Educação, Formação e Qualificação	Prioridade II
5	Habitação	Prioridade II
6	Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social	Prioridade II
7	Segurança Pública e Justiça	Prioridade II
8	Igualdade de Género	Prioridade II

1	Pessoas Idosas	Prioridade I
2	Pessoas com Deficiência e Incapacidade	Prioridade I
3	Crianças, Jovens e Famílias	Prioridade I
4	Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	Prioridade I
5	Pessoas com Comportamento Aditivos e Dependências	Prioridade II
6	Migrantes e Minorias	Prioridade II

Áreas de Intervenção Prioritária

Saúde (Prioridade I)

No que se refere à área da Saúde, em 2023, no Serviço de Urgência Básica de Seia verificou-se um aumento dos atendimentos realizados. No que respeita às especialidades, é possível observar que, em 2023, no concelho de Seia, foram realizadas mais consultas ao nível da medicina interna, seguido da urologia, da cirurgia geral e da psiquiatria. Segundo dados do INE, em 2024, do total de pessoas inscritas na USCP de Seia, verifica-se que 17 855 (83,40%) tinha médico de família atribuído e 3 552 (16,59%) não tinha. Regista-se, ainda, a existência dois utentes (0.01%) sem médico de família por opção. No que ao rácio de pessoal médico e de enfermagem diz respeito, ambos estão a baixo da média regional e nacional. A prestação de Cuidados Continuados Integrados (CCI), no concelho de Seia, é assegurada por unidades de internamento, de ambulatório e por equipas hospitalares e domiciliárias (HNSA e Santa Casa da Misericórdia de Seia). Assistiu-se ainda a um aumento da mortalidade sendo as principais causas de morte: doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e doenças do aparelho respiratório.

Quanto a dados sobre a saúde mental, não foi possível aceder a um número suficiente de indicadores que permitissem uma caracterização fina no domínio da saúde mental, para o concelho de Seia. Todavia, em maio de 2024, o número total de pessoas com indicadores de saúde mental era de 12 229, constatando-se que a prevalência de sintomas se agrava consoante o avançar da idade, sendo na faixa etária dos 60 aos 64 anos que se observa o maior número de pessoas com indicadores de doença neste âmbito.

No concelho de Seia foi reconhecido, em 2023, o estatuto do Cuidador Informal a 59 pessoas (45 são mulheres e 14 são homens), sendo que a maioria se encontra nas faixas etárias dos 40 aos 79 anos. É de salientar a existência de três cuidadoras informais na faixa etária dos 80 aos 99 anos.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível identificar problemáticas/desafios prevalentes no âmbito da Saúde, nomeadamente:

1. Insuficiência de médicos de família;

2. Elevado tempo de espera para consultas, meios complementares de diagnóstico e tratamentos;
3. Centralização dos cuidados de saúde;
4. Défice de respostas sociais e/ou clínicas para a saúde mental.

Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:

- Inclusão de psicólogos e terapeutas em equipas de maior proximidade à população, nomeadamente nos Postos de Saúde;
- Maior número de deslocações dos técnicos de saúde às freguesias, não só para cuidados médicos, mas também para informar a população;
- Valorização social da Saúde Mental e Psicológica reforçando as

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com as quais se debate a população no âmbito da Saúde, importa:

- reforçar as equipas médicas;
- promover/fortalecer a articulação entre os diferentes agentes de saúde;
- descentralizar os cuidados de saúde;
- promover o aumento de respostas no âmbito da saúde mental;
- reforçar o investimento em serviços de saúde continuados, serviços de proximidade e/ou apoio domiciliário, principalmente para determinados segmentos populacionais especialmente vulneráveis e no domínio da saúde mental.

Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos (Prioridade I)

No que concerne às Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos, o número de empresas no concelho de Seia tem vindo a aumentar, ainda que de forma suave, e assistimos a uma diminuição da taxa de desemprego. Destaca-se, em 2021, uma percentagem de 41,6% dos agregados familiares em situação de pobreza e/ou risco de pobreza e 43,4% da população residente na condição de pensionista (invalidez, velhice ou sobrevivência).

No decorrer da análise efetuada, no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes no âmbito das Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos, nomeadamente:

1. Baixos salários;
2. Desemprego;
3. Reduzida diversidade de ofertas de emprego;
4. Défice da rede de transportes urbanos/suburbanos e interconcelhios.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com as quais se debate a população no âmbito das Atividades Económicas, Emprego e Rendimentos, importa:

- promover a consciencialização do tecido empresarial para os benefícios da implementação de políticas que concorram para o bem-estar dos funcionários nas empresas;
- favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal;
- incentivar a criação do próprio emprego;
- Aumentar a capacidade empreendedora e de inovação social de jovens e de outras pessoas em idade ativa;
- envolver os agentes económicos do concelho em processos de inserção e reinserção profissional e social de pessoas em situação de vulnerabilidade.

- **Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:**
- Aproveitar a localização privilegiada do concelho de Seia, na Serra da Estrela, para promover o turismo sustentável;
- Promover atividades de ecoturismo: trilhos para caminhadas, ciclismo e observação da natureza;
- Incentivar criação de pequenos negócios e start-ups;
- Estimular o empreendedorismo local;
- Proporcionar formação e consultoria;
- Implementar incentivos e isenções fiscais;
- Investir em educação e formação profissional;
- Promover formação profissional em áreas com maior potencial de emprego, como turismo, agricultura sustentável e tecnologias da informação;
- Estabelecer parcerias com empresas locais no sentido de desenvolverem programas de estágio e formação.

Acessibilidades (Prioridade II)

No âmbito das Acessibilidades há que referir que as características do território do concelho de Seia não contribuem para o desenvolvimento desta área, uma vez que o território é muito disperso e marcado por declives. Não obstante, o concelho de Seia não é servido por nenhuma autoestrada, nem por itinerários principais ou complementares. A cobertura da rede de transportes é considerada insuficiente quer no domínio interfreguesias, como na ligação com os concelhos limítrofes, apresentando desafios relacionados com a capacidade para cobrir vários trajetos, com a frequência e diversidade

de horários e com as tarifas praticadas. No ano 2024 foi implementado em parceria com a CIMBSE o Transporte Flexível a Pedido (Mobiflex) com o objetivo de dar resposta às fragilidades sentidas ao nível dos transportes. Tem sido um objetivo do município de Seia tornar o concelho cada vez mais inclusivo, tendo sido realizadas recentemente adaptações em 80% dos espaços públicos com vista à promoção da inclusão e acessibilidade.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes no âmbito das Acessibilidades, nomeadamente:

1. Défice da rede de transportes urbanos/suburbanos e interconcelhios e respetiva articulação;
2. Reduzida diversidade de oferta de meios de transporte;
3. Carência de transportes públicos adaptados a pessoas com mobilidade reduzida;
4. Estado de conservação da rede viária.

Inquérito por questionário |

Sugestão dos Municípios:

- Requalificar as redes viárias;
- Alargar a rede de transportes e os horários;
- Praticar preços acessíveis;
- Apostar em transportes mais eficientes e sustentáveis;
- Intensificar a implementação do Plano de Acessibilidades no território.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios relacionadas com a temática das Acessibilidades, nas suas diversas vertentes, será importante:

- promover uma rede de transportes adaptada às necessidades da população;
- promover a renovação dos transportes, tornando-os acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada;
- melhorar a rede viária.

Educação, Formação e Qualificação (Prioridade II)

Relativamente à área da Educação, Formação e Qualificação constata-se que o número de alunos matriculados nos níveis de ensino entre o pré-escolar e o secundário tem vindo a decrescer. Verifica-se, também, que a população residente no concelho de Seia tem vindo a aumentar os seus níveis de escolaridade, nomeadamente no que diz respeito ao ensino secundário e ensino superior.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes no âmbito da Educação, Formação e Qualificação, nomeadamente:

1. Reduzido interesse e participação dos alunos;
2. Desvalorização da formação profissional;
3. Dificuldade de integração laboral pós formação profissional;
4. Desadequação da formação profissional ao mercado de trabalho e/ou ao público e seus interesses;
5. Desvalorização da formação ao longo da vida.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com as quais se debate a população no âmbito da Educação, Formação e Qualificação, importa:

Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:

- Criar programas de apoio escolar, como tutoriais e acompanhamento individualizado para alunos com dificuldades;
- Desenvolver Programas de Formação Técnica e Profissional;
- Adaptar a formação profissional às necessidades do mercado de trabalho local, especialmente nas áreas de turismo, agricultura e tecnologias;
- Proporcionar cursos em áreas estratégicas, como turismo, agricultura sustentável, energias renováveis e tecnologias da informação;
- Estabelecer parcerias com empresas locais para desenvolvimento de programas de estágio e aprendizagem prática;
- Promover o ensino superior e a formação contínua;
- Incentivar os jovens a prosseguir os estudos superiores e proporcionar oportunidades de formação contínua para adultos;
- Oferecer apoios financeiros e bolsas de estudo para incentivar a frequência do ensino superior.

- potenciar um maior interesse pelas aprendizagens escolares e uma maior participação social e cívica de crianças, jovens e encarregados de educação;
- promover e divulgar o ensino profissional, enquanto via de acesso a emprego qualificado;
- favorecer a articulação entre as entidades/instituições responsáveis pela formação;
- sensibilizar as empresas para os benefícios da qualificação dos colaboradores;
- promover programas de acompanhamento dos formandos no processo de inserção profissional;
- Adequar a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho;

trabalho;

- sensibilizar a população para a importância da formação ao longo da vida;
- promover de ações de formação descentralizadas.

Habitação (Prioridade II)

No âmbito da Habitação, verifica-se a existência de um grande número dos edifícios que requerem reparação ou melhoramentos, o mesmo ocorrendo com as habitações do concelho. No ano de 2021, o parque habitacional era constituído, por 17631 alojamentos, dos quais 9167 correspondiam a alojamento de residência habitual e 5482 a residência secundária; 1699 encontravam-se disponíveis para venda ou arrendamento, 1273 estavam destinados a outro fim e apenas 10 correspondiam a alojamentos não-clássicos. Comparativamente ao levantamento realizado nos Censos 2011, observou-se uma diminuição de alojamentos clássicos disponíveis e uma redução

dos alojamentos não-clássicos. Ainda em 2021, descrito no diagnóstico da ELH de Seia-Alteração de 2023, existiam, à data, 19 alojamentos familiares sem abastecimento de água, 40 sem ligação à rede de esgotos, 10 sem eletricidade, 3 sem qualquer tipo de sistema de aquecimento e, de acordo com a Portaria n.º 243/84, de 17 de abril, 60 sem condições mínimas de habitabilidade. Relativamente ao mercado de arrendamento o mesmo é insuficiente e no que ao índice de preços da habitação diz respeito o mesmo aumentou 8,2% em 2023, face ao aumento do valor dos arrendamentos do ano anterior.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes no âmbito da Habitação, nomeadamente:

1. Escassez oferta de arrendamento/Elevado valor do arrendamento;
2. Insuficiência de medidas de apoio para a reabilitação, conservação e beneficência da habitação e/ou para arrendamento;
3. Desadequação do preço de venda das habitações;
4. Pobreza energética.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios

Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:

- Disponibilizar habitação acessível;
- Investir na construção de habitação social;
- Reabilitar edifícios e casas abandonadas;
- Melhorar das condições das habitações;
- Implementar programas de reabilitação de habitações, através de subsídios e empréstimos a baixo custo;
- Proporcionar incentivos para a melhoria da eficiência energética das casas;
- Incentivar a fixação de população jovem e trabalhadora;
- Atrair e reter jovens e trabalhadores qualificados oferecendo condições habitacionais;
- Promover incentivos financeiros, como subsídios e isenções fiscais, para jovens e trabalhadores que queiram comprar casa em Seia;
- Promover o apoio à mobilidade.

com as quais se debate a população no âmbito da Habitação, importa:

→ impulsionar a Estratégia Local de Habitação;

→ divulgar medidas de apoio.

Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social (Prioridade II)

Relativamente à Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social contabilizam-se diversos equipamentos sociais, sendo os mais representativos ao nível das pessoas idosas, onde a taxa de ocupação excede os 100% na resposta Estrutura Residencial para Idosos e onde se verificam extensas listas de espera.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes no âmbito da Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social, nomeadamente:

1. Ausência de vagas nos equipamentos sociais para pessoas idosas;
2. Reduzido envolvimento e participação da comunidade;
3. Défice de equipamentos no âmbito da saúde mental;
4. Reduzida articulação entre serviços e/ou entidades;
5. Insuficiência de centros de convívio para pessoas idosas não institucionalizadas.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com as quais se debate a população no âmbito da Rede de Equipamentos, Respostas Sociais e Participação Social, importa:

- aumentar a rede de equipamento sociais no âmbito do envelhecimento;
- promover projetos de voluntariado;
- favorecer o exercício de cidadania;
- aumentar o número de equipamentos no âmbito da saúde mental;
- promover a articulação entre serviços/entidades;
- desenvolver atividades itinerantes, de aproximação aos locais mais isolados, as quais se podem revestir de carácter informativo, cultural, de animação, entre outros.

Segurança Pública e Justiça (Prioridade II)

No domínio da Segurança Pública e Justiça foi identificado um aumento significativo do número de crimes registados pelas Forças de Segurança com grande prevalência dos crimes “contra as pessoas”. De salientar também que foi identificado que após a pandemia se registou um agravamento da delinquência juvenil.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes no âmbito da Segurança Pública e Justiça, nomeadamente:

1. Roubos e Furtos;
2. Violência Doméstica;
3. Tráfico de Estupefacientes;
4. Violência contra Idosos.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar os constrangimentos relativos às questões da Segurança e Justiça, importa:

- promover a segurança dos municípios;
- consciencializar e sensibilizar os jovens sobre a temática do consumo/tráfico de estupefacientes;
- consciencializar e sensibilizar a população sobre a temática da violência contra as pessoas idosas.

Igualdade de Género (Prioridade II)

Quanto às questões relativas à Igualdade de Género há que referir que na população residente no concelho de Seia, em 2023, foi contabilizada uma maioria relativa de mulheres (52,5%) face aos homens (47,5%). No que à tipologia de famílias diz respeito, onde existem crianças até aos 6 anos, continuam a ser as famílias nucleares as que se encontram em maior número, seguidas das famílias monoparentais femininas (88) e posteriormente as famílias monoparentais masculinas (8). Menciona-se ainda que em

2022, no concelho de Seia, existia uma maioria relativa de mulheres com estatuto legal de residente, face ao número de homens. No que à taxa de desemprego diz respeito, a mesma era superior no sexo masculino.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes no âmbito da Igualdade de Género, nomeadamente:

1. Reduzida cultura de igualdade de género e inclusão;
2. Desigualdade de género nas oportunidades de trabalho;
3. Discriminação e preconceito (homem, mulher, comunidade LGBTQIA+, entre outras);
4. Desigualdade no desempenho das tarefas domésticas.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar os constrangimentos relativos às questões da Segurança e Justiça, importa:

→ promover o conhecimento de temáticas relacionadas com a igualdade de género, identidade de género e orientação sexual.

Inquérito por questionário |
Sugestão dos Municípios:
• Educação cívica nas
escolas.

Grupos Historicamente Vulneráveis

Pessoas Idosas (Prioridade I)

O número de pessoas com mais de 65 anos tem vindo a aumentar, (em 2022, residiam 7528 pessoas com 65 anos ou mais, o que correspondia a 35,2% da população total), tal como acontece com os agregados unipessoais com mais de 65 anos. O índice de envelhecimento é significativamente elevado;

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes junto da População Idosa, nomeadamente:

1. Isolamento e Solidão;
2. Carência Económica;

3. Diminuto apoio/acompanhamento familiar;
4. Desvalorização do papel da pessoa idosa;
5. Défice de atividades no âmbito da promoção do envelhecimento ativo e saudável.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com os quais se debate a População Idosa, importa:

Inquérito por questionário |

Sugestão dos Municípios:

- Criar um grupo de trabalho, em parceria com as associações locais, que apoiem as pessoas idosas que vivem sozinhas ou isoladas.

- Reduzir o isolamento e as assimetrias intergeracionais;
- combater a solidão e o isolamento social;
- conscientizar e capacitar cuidadores formais e informais;
- identificar pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social;
- contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade social;
- reforçar a valorização do papel das pessoas idosas na comunidade;
- dinamizar ações de estimulação mental, física e afetiva das pessoas idosas, valorizando as suas competências, saberes e culturas.

Pessoas com Deficiência e Incapacidade (Prioridade I)

Em 2021, residiam no concelho de Seia, 10 931 pessoas, com 15 ou mais anos de idade, com pelo menos uma dificuldade, o que representava 50,24 % da população residente.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes junto das Pessoas Portadoras de Deficiência e Incapacidade, nomeadamente:

1. Acessibilidades;
2. Diminuta rede de suporte dirigidas aos cuidadores formais e/ou informais;
3. Morosidade na atribuição do atestado de incapacidade;
4. Insuficiência de respostas sociais/clínicas ao domicílio;

5. Superproteção das pessoas com deficiência e incapacidade, retirando-lhes capacidade e autonomia;

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com os quais se debatem as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, importa:

- potenciar a autonomia de pessoas com deficiência e/ou incapacidade na sua deslocação no concelho;
- sensibilizar as entidades para as consequências da morosidade da atribuição do atestado de incapacidade;
- promover respostas de proximidade no âmbito do acompanhamento psicossocial;
- promover o desporto adaptado, através do Programa “Saúde em Movimento”;
- reforçar o investimento em serviços de saúde continuados, serviços de proximidade e/ou apoio domiciliário, principalmente para determinados segmentos populacionais especialmente vulneráveis e no domínio da saúde mental;
- reforçar o papel da pessoa com deficiência e/ou incapacidade na comunidade.

Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:

- Criar unidades especializadas que aceitem utentes com baixo rendimentos;
- Diminuir as barreiras arquitetónicas.

Crianças, Jovens e Famílias (Prioridade I)

Em 2021 residiam no concelho 2866 crianças e jovens (até aos 19 anos) o que representava 13,40% do total da população, valores inferiores aos apresentados no ano de 2011; o número de famílias no concelho de Seia, em 2021, era de 9177, o que evidencia um decréscimo face a 2011; a maioria dos agregados familiares são compostos por duas pessoas, seguido dos agregados familiares unipessoais; entre 2011 e 2021, houve um aumento generalizado de famílias monoparentais; em 2021, 11% da população do concelho de Seia vivia sozinha, o correspondente a 2452 pessoas; a população infantojuvenil regista um decréscimo nas últimas décadas; as sinalizações na CPCJ diminuíram, tendo aumentado o número de processos reabertos

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes nas Crianças, Jovens e Famílias, nomeadamente:

1. Endividamento das famílias/Carência económica;
2. Ausência de políticas de incentivo à fixação de jovens;
3. Violência doméstica;
4. Negligência/Maus-tratos;
5. Utilização excessiva da internet;
6. Participação social dos jovens/crianças.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com os quais se debatem as Crianças, Jovens e Famílias, importa:

Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:

- Prevenir e reduzir a exposição de crianças e jovens a situações de exclusão e pobreza promotores de problemas de saúde mental.

→ promover a igualdade de acesso das famílias em situação de vulnerabilidade a serviços essenciais de qualidade respeitantes aos cuidados de saúde, alimentação, habitação e apoio social integrado;

- potenciar o poder de compra das famílias em situação de vulnerabilidade e combater o desperdício;
- aumentar o envolvimento das empresas no combate ao desperdício;
- promover a economia circular;
- incentivar a fixação de jovens no concelho;
- promover os direitos humanos, igualdade de género e direitos das crianças;
- promover estilos de vida saudáveis;
- promover estilos de vida saudáveis e a integração na comunidade de crianças e jovens através da educação não-formal.

Pessoas em Situação de Violência Doméstica (Prioridade I)

No concelho de Seia, em 2023, registaram-se 95 casos de violência doméstica. A maioria das vítimas é do sexo feminino, ainda que os casos masculinos tenham aumentado. Relativamente à relação da vítima com o agressor, no concelho de Seia, 26,31% das vítimas eram cônjuge do agressor, 27,69% eram companheiras do agressor, 13,68% eram ex-companheiras do agressor, 11,59% eram ex-cônjuges do agressor e

11,59% eram mãe do agressor. Verifica-se ainda que houve vítimas de violência doméstica por parte de ex-namorados/as, filhos/as, pais, irmãos/ãs, namorados/as e avós. O concelho não conta com respostas de apoio social específicas relacionadas com esta problemática, sendo que a sua maioria está sediada noutro concelho do distrito.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas prevalentes nas Pessoas em Situação de Violência Doméstica, nomeadamente:

1. Dificuldade na denúncia e manutenção da mesma;
2. Dependência do cônjuge;
3. Consumo de álcool e substâncias psicoativas;
4. Violência psicológica;
5. Estigma social.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com os quais se debatem Pessoas em Situação de Violência Doméstica, importa:

→ promover respostas integradas e que permitam a reintegração de vítimas de violência, através da capacitação e autonomização, contribuindo para a prevenção de situações de revitimização;

→ capacitar, formar e sensibilizar como forma de promover o combate à violência doméstica e de género.

Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:

- Constituir uma equipa especializada para apoio a situações de violência doméstica e outras;
- Criar uma linha de apoio, de âmbito municipal, para as vítimas de violência;
- Divulgar o trabalho realizado pelas entidades responsáveis pela temática.

Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências (Prioridade II)

O álcool surge como a substância psicoativa mais consumida no concelho de Seia (113 indivíduos acompanhados), verificando-se a mesma tendência a nível nacional. No

que concerne aos consumidores de estupefacientes, em maio de 2024, eram acompanhados 12 indivíduos.

O Centro de Respostas Integradas da Guarda aumentou, no concelho de Seia, os acompanhamentos realizados entre 2021 e 2023. O município de Seia conta com equipas de intervenção social que acompanham estas pessoas com vista à minimização da sua exclusão promovendo a inclusão.

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes nas Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências, nomeadamente:

1. Dificuldade no processo de reinserção social e profissional;
2. Desemprego;
3. Ausência de equipamentos de intervenção terapêutica;
4. Reduzidas campanhas e rastreios;
5. Dificuldade no acesso a consultas de especialidade;
6. Desestruturação familiar.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com os quais se debatem Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências, importa:

Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:

- Apostar na prevenção.

→ promover respostas integradas de apoio à rede de suporte de pessoas em CAD;

- sensibilizar as entidades empregadoras para a importância da integração profissional de pessoas com CAD para a sua integração social;
- capacitar e formar as pessoas com CAD;
- capacitar, formar e sensibilizar para a temática das dependências;
- promover a acessibilidade a serviços de intervenção em CAD.

Migrantes e Minorias (Prioridade II)

Em 2021 residiam no concelho de Seia 288 indivíduos de nacionalidade estrangeira, o que equivalia a 15,8% dos imigrantes residentes no distrito e, em 2021, registou-se um aumento do valor apresentado. Relativamente ao ano de 2022, e segundo os dados disponibilizados pelo INE, das 518 pessoas imigrantes residentes no concelho de Seia, a maioria tinha nacionalidade brasileira (27%). Conclui-se que tem sido crescente o número de migrantes em Seia o que constitui um desafio para o território;

No decorrer da análise efetuada no âmbito da atualização do Diagnóstico Social, foi possível a identificação de problemáticas/desafios prevalentes nos Migrantes e Minorias, nomeadamente:

1. Dificuldade de integração escolar;
2. Imigração ilegal;
3. Discriminação/Preconceito;
4. Dificuldade de comunicação;
5. Ausência de conhecimento sobre a temática.

Neste sentido, e como forma de colmatar/minimizar as problemáticas/desafios com os quais se debatem Migrantes e Minorias, importa:

- sensibilizar crianças e jovens para a importância da diversidade cultural e da inclusão de pessoas migrantes e minorias;
- promover respostas integradas de apoio aos imigrantes;
- potenciar mecanismos de integração e coesão comunitária e promover a interação entre diferentes grupos culturais;
- facilitar a comunicação e, consequentemente, a integração social de pessoas imigrantes residentes no concelho;
- fomentar um maior conhecimento da população acerca da temática “Migrantes e Minorias”.

Inquérito por questionário | Sugestão dos Municípios:

- Promover aulas de português, história e cidadania para os imigrantes.

Implementação, monitorização e avaliação do PDS

A implementação de um Plano de Desenvolvimento Social, à imagem de um qualquer outro plano estratégico, requer a definição de um conjunto de procedimentos e de ferramentas que permitam aferir, em permanência ou ciclicamente, tanto o seu estado e qualidade de execução, como a sua eficiência e eficácia na prossecução dos objetivos traçados. Idealmente, estes mecanismos devem ser parte integrante da própria estratégia como um todo, visto que, efetivamente, é uma orientação inherentemente estratégica planear e implementar mecanismos que permitem sustentar, ora o reforço, ora a redefinição do próprio “Plano”.

Posto isto, o presente documento resulta de uma definição conjunta de eixos prioritários que visam promover o desenvolvimento social do concelho, refletindo, desta forma, uma visão integrada e objetivando uma intervenção social eficaz no concelho de Seia.

O PDS 2024-2026 visa promover e fortalecer a participação e articulação colaborativa entre os diversos parceiros na concretização das ações propostas neste documento, e, considera-se que, só desta forma será possível garantir uma maior eficiência, eficácia e adequabilidade do PDS à realidade concelhia, resultando em respostas sociais de maior qualidade.

Tendo em conta o descrito anteriormente, o PDS pretende servir de enquadramento e orientação para a intervenção, quer no âmbito da operacionalização do Plano pelo CLAS (através do Plano de Ação) ou fora dele, procurando vincular as iniciativas de todos os atores relevantes no desenvolvimento social do concelho.

Assim, é fundamental a elaboração de Planos de Ação por cada eixo estratégico definido enquanto etapa chave para a operacionalização do PDS.

Um Plano de Ação deverá contemplar a definição de atividades e tarefas; a identificação de atribuições de cada entidade envolvida e das pessoas responsáveis em cada entidade pela execução das mesmas; a identificação geográfica das atividades; a definição de prazos associado às atividades definidas e, por fim, a definição dos recursos a mobilizar, bem como a forma de atuar.

Para além da implementação, verifica-se a necessidade de monitorização dos referidos Planos de Ação, bem como a sua avaliação, num processo que se pretende dinâmico.

A avaliação deve permitir monitorizar os níveis de concretização, bem como identificar pontos de reorientação ou de reforço das ações aplicadas. Avaliar permite-nos qualificar, aferir se o objetivo definido se adequa, bem como percecionar qual o impacto real da implementação das ações realizadas para o desenvolvimento social do concelho. Permite-nos ainda identificar quais as dificuldades observadas e as boas práticas, dando-nos a possibilidade de reformular determinadas ações propostas que conduzam a um melhor resultado posteriormente.

É, a partir daqui que se propõe a implementação de um sistema de monitorização e avaliação do PDS 2024-2026, que deverá ser continuo e transversal a todo o processo e organizado em duas etapas paralelas:

- 1) Monitorização → De modo sintético, podemos conceptualizar a monitorização enquanto processo regular (permanente ou cílico) de análise da implementação do plano ou projeto, com o objetivo de aferir em que medida este decorre de acordo com o que foi inicialmente concebido ou planeado (Serôdio, Serra e Lima, 2018).
- 2) Avaliação → refere-se a um processo cílico de análise aos méritos do plano ou projeto no alcance dos objetivos a que se propõe, bem como à sua eficácia de implementação (Serôdio, Serra e Lima, 2018). Por definição, para se avaliar tem de primeiramente que se identificar o conjunto de objetivos que se pretende alcançar e, posteriormente os meios e processos ativados para tal. Ora, na sua essência, o primeiro destes passos corresponde ao PDS e o segundo aos Planos de Ação.

Apesar da definição dos métodos de avaliação caber ao CLAS, apresenta-se, de seguida, uma possível proposta de matriz de avaliação:

- Relevância e Coerência: avalia a adequabilidade dos objetivos definidos no PDS face às necessidades e áreas prioritárias identificadas aquando da elaboração do Diagnóstico Social;
- Eficiência: centra-se na avaliação da relação entre os efeitos produzidos pela ação e os recursos mobilizados;

- Eficácia: avalia em que medida os objetivos foram atingidos, ou se espera que sejam alcançados;
- Impacto: centra-se na avaliação dos impactos produzidos pela implementação do PDS, ou seja, em que medida as ações e/ou projetos desenvolvidos provocaram mudanças positivas ou negativas, intencionais ou não;
- Sustentabilidade: avalia a probabilidade de continuidade dos benefícios produzidos pelo PDS após o seu término.

Bibliografia

Agenda Trabalho Digno, a consultar em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/13-2023-211340863>

APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a consultar em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/APAV_Totais_Nacionais_2023.pdf

Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários, a consultar em: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/2/921/20024/2091251/Pages/default.aspx>

Cavaco, C. (2018). Analfabetismo em Portugal—os dados estatísticos, as políticas públicas e os analfabetos. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, 1(2), 17-31.

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, a consultar em: www.cig.gov.pt

Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a consultar em: <https://www.inr.pt/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>

Decreto-Lei 54/2018 de 6 de julho- Educação Inclusiva, a consultar em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/dl_54_2018.pdf

Diagnóstico de Saúde, 2019-2022- Unidade Local de Saúde da Guarda, a consultar em: <https://www.ulsguarda.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/6/2016/12/Diagnostico-de-Saude-ULSG-2019-2022.pdf>

Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, a consultar em: <https://files.dre.pt/1s/2021/12/25100/0001900030.pdf>

Estratégia Nacional para a Igualdade e não discriminação – ENIND (2018-2030), a consultar em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/resolucao-conselho-ministros/2018-219990677>

Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência (ENIPD), a consultar em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>

Estratégia Nacional para os Direitos da Criança (2021-2024), a consultar em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/112-2020-151557423>

FIALHO, J., SILVA, C. A., SARAGOÇA, J. (2017) *Diagnóstico Social: Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. 2ª Edição. Lisboa: Edições Silabo

Garantia para a Infância, a consultar em: <https://www.seg-social.pt/documents/10152/19882026/4004+-+Garantia+para+a+infancia/6126c563-7fcc-4695-a0f2-0b5af03c113d>

INE- Instituto Nacional de Estatística, a consultar em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Lei n.o 95/2019 de 4 de setembro - Lei de Bases da Saúde, a consultar em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1990-34540475>

Observatório Nacional da Luta contra a Pobreza (2019). Em Foco: Rendimento Social de Inserção: proteção social no combate à pobreza.

Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação (2021-2025), a consultar em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDI3NgEAkTS69AUAAAA%3d>

Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (2019), a consultar em:
https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/politica_externa/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CM_141-2019_.pdf

[Plano Nacional de Implementa%C3%A7%C3%A3o do Pacto Global das Migra%C3%A7%C3%A3o Ses.pdf](#)

Plano Nacional Para Redução dos CAD-2030, a consultar em:
<https://www.icad.pt/Accordion/Index/81?languageId=0>

PORDATA, a consultar em: <https://www.pordata.pt/pt>

Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE 2030, a consultar em:
<https://pnpse.min-educ.pt/>

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). ISS. I.P., a consultar em:
<https://www.seg-social.pt/rede-nacional-de-cuidados-continuados-integrados-rncci>

Social, S. (2016). Rendimento Social de Inserção.

Anexos

Anexo 1- Resultado das Análises SWOT

Emprego, Formação e Qualificação	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Juntas/Uniões de Freguesia • IPSS (importância ao nível da integração profissional) • Tecido empresarial • IEFP • Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia (ESTH) • ADRUSE (candidaturas na área agrícola; programas de empreendedorismo jovem) • Gabinete de Apoio ao Investimento do Município • Implementação do Conselho Municipal do Emprego com as entidades existentes no território -Associação Empresarial, por exemplo • Formação como alavancas para a integração profissional • Formação disponibilizada pelo IEFP e outras entidades formativas (para empregadores e empregados) • Atribuição de níveis de qualificação através dos cursos de formação disponibilizada pelo IEFP, conforme Quadro Nacional de Qualificações • Articulação positiva do IEFP com empresas e instituições • Cursos de formação na área do artesanato (oleraria e tecelagem) pelo CEARTE - promovidos pelo Rancho Folclórico de Paranhos da Beira • Imigração (perspetiva de integração social e profissional, nomeadamente, em áreas como a restauração, silvicultura) • Testemunhos inspiradores de pessoas que desenvolveram negócios de sucesso • Potencialidade dos recursos endógenos (nomeadamente, como oportunidade de negócio) • Requalificação de casas devolutas (casas florestais, antigas fábricas) para fins habitacionais, por exemplo • Transporte urbano Vai e Vem – alargamento dos circuitos • Qualidade de vida do interior como fator de atração 	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população/reduzida população em idade ativa • Faixa etária da população ativa elevada (acima dos 50 anos) e consequente dificuldade de integração profissional • Baixa natalidade • Despovoamento • Fuga da população ativa qualificada para zonas do litoral • Falta de recursos humanos em determinadas áreas no setor social (fisioterapeutas e outros) • Dificuldade de integração de pessoas qualificadas • Fraca atratividade salarial (nomeadamente nas IPSS, e noutras áreas, como a restauração) • Dificuldade em atrair alunos para a ESTH • Escassez de serviços • Insuficiente rede de transportes • Acessibilidades – como dificuldade para a fixação de empresas • Desajuste da formação face às necessidades do mercado de trabalho • Baixa integração profissional dos formandos que não se identificam com a área formativa / oferta formativa não se adequa aos interesses e motivações dos formandos • Não reconhecimento, pelo empregador, da pertinência da formação dirigida aos empregados • Pouca disponibilidade do empregado para formação em horário noturno • Falta de formação/qualificação dos empregados, em algumas áreas • Medidas de Procura Ativa de Emprego pouco adequadas • Ofertas de trabalho temporárias • Subvalorização de profissões como serralheiro, pedreiro, carpinteiro, etc./falta de pessoas para trabalhar nestas áreas • Dificuldade de angariação de formandos para determinadas áreas de formação • Preconceito em relação à população migrante • População migrante não se fixa (permanência temporária no território) • Vulnerabilidade económica ocasionada pela falta de emprego • Especulação imobiliária • Alcoolismo como problema social que dificulta a integração profissional
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de discriminação positiva ajustadas à nossa realidade • Migrantes – novos povoadores como força de trabalho • Políticas de inclusão/integração da população migrante • Comercialização de produtos endógenos pelas grandes cadeias de supermercados • Candidatura a fundos comunitários (turismo e outros) • Portugal 2030; Pessoas 2030 • Radar Social – georreferenciação • CLDS5G 	<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento geográfico (litoral vs interior) • Imigração – procedimentos legais • Dificuldade no reconhecimento de habilitações das pessoas em processos migratórios • “Desaparecimento” de algumas profissões • Sustentabilidade dos Contratos de Emprego Inserção - CEI • Apoio/financiamento do Estado junto das IPSS • Alterações nos processos de socialização de jovens pós pandemia

Promoção da Autonomia, Envelhecimento Ativo e Longevidade	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Juntas/Uniões de Freguesia • IPSS • Associações e coletividades • Rede Social • Programa Apoio 65 – Idoso em Segurança, da GNR (posto móvel) • Teleassistência • Gabinete da Habitação do Município • Programa de Comparticipação nas despesas de medicamentos do Município • Transporte a pedido (projeto piloto) • Alargamento no circuito do transporte urbano Vai e Vem • Programa Saúde em Movimento do Município (e o seu alargamento a outras zonas do concelho) • Realizar o Convívio Sénior (promovido pelo Município) com mais periodicidade • Extensões do Centro de Saúde (Paranhos da Beira e Tourais; Pinhanços) • Deslocação do Médico de Clínica Geral e Familiar às juntas de freguesias (Teixeira, Valezim e Alvôco da Serra) • Centro Museológico de Paranhos da Beira (oficina do oleiro, biblioteca, salas expositivas – olaria tradicional) • Liga dos Amigos do Hospital N. S. Assunção de Seia (LAHNSAS) – doação de equipamento ao hospital • Alargamento das respostas por parte das IPSS – Centros de Convívio • Abertura das IPSS à comunidade (Fundação Angelina Ferreira Moutinho – Travancinha, Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços, por ex) • Alargamento das consultas disponibilizadas pelas IPSS aos idosos da comunidade • Rentabilização dos recursos das IPSS e associações (transportes) para outros serviços – deslocação a consultas por um valor acessível (Santa Marinha/São Martinho, como exemplo) • Atividades promotoras do envelhecimento ativo e saudável desenvolvidas pela Fundação Cardoso de Moura (Loriga) • Centros de Convívio de Vila Cova, de São Martinho (promotor de relações sociais e de ocupação saudável do tempo dos seniores) • Associação de Recreio, Cultura e Desporto do Bairro de Santa Cruz – dinamização de atividades dirigidas à população sénior (passeios culturais, jogos tradicionais, comemoração dos Santos Populares, etc.) • Atividades de promoção de atividade física, promovidas pela Junta de Freguesia, com professor de educação física (Sabugueiro, Loriga, Alvoco da Serra, por ex) • Revitalização de espaços disponíveis (juntas e associações/coletividades) para a dinamização de Espaços Seniores cujas atividades desenvolvidas sejam de carácter informativo, de animação, etc. (e sua dinamização pelo CLDS nas diversas freguesias) • Dinamização de atividades intergeracionais pelas associações/coletividades • Promoção de encontros entre IPSS, associações e coletividades para partilha de informações e boas práticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento • Despovoamento • Isolamento das pessoas idosas / solidão • Acesso aos serviços de saúde / falta de médico de família • Ausência das extensões do Centro de Saúde (Santa Comba, Santa Marinha e São Martinho, Lages) • Custos elevados dos medicamentos • Rede de transportes deficitária que condiciona o acesso a serviços • Centralização dos serviços • Custos elevados associados ao uso dos transportes (táxi, por exemplo) • Adequação dos transportes públicos (autocarro) à mobilidade dos seniores e pessoas com incapacidade; alterações nas rotas e horários ou ambos • Existências de barreiras arquitetónicas que condicionam o acesso a serviços e equipamentos de cultura e lazer, e que dificultam o envolvimento e participação na comunidade; • Adaptações nas habitações que promovam a mobilidade, autonomia e a segurança das pessoas idosas • Ausência de conforto habitacional (eficiência energética) • Inexistência de habitação colaborativa • Insuficiente taxa de cobertura de equipamentos sociais de apoio – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPIs) • Elevado valor da mensalidade em ERPI • Vagas sociais em ERPIs em número insuficiente • ERPI's – dificuldade em lidar com doenças que advêm da longevidade • Insuficientes respostas de proximidade • Escassez de voluntários • Falta de apoio aos familiares do doente internado, nomeadamente, alojamento temporário para que possam conferir apoio ao doente, muitas vezes, residente em zonas distantes do país • Atividades de promoção da saúde e prevenção da doença (in)formação em áreas da saúde (alimentação, primeiros socorros); rastreios • Falta de centros de convívio/espaços seniores • Burlas – importância de sessões de informação/sensibilização
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Portugal 2030 • Radar Social – georreferenciação • Censos Sénior da GNR • CLDS5G • Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e saudável • Estatuto do Cuidador Informal • Comissões de Proteção ao Idoso • Programa eGuard – Sistema de Teleassistência/monitorização de idosos sozinhos e isolados da GNR • Candidatura a financiamentos • Práticas inovadoras – investimento em inovação social • Programas de formação para líderes locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevalência de demências • Efeitos negativos da solidão na saúde e no bem-estar de pessoas mais velhas (sintomas de sofrimento psicológico) • Conciliação da vida pessoal e profissional – apoio e prestação de cuidados a familiares mais velhos • Mudança cultural na (des)responsabilização das famílias no apoio e cuidado às pessoas mais velhas • Plataformas digitais – dificuldade na acessibilidade aos serviços • Burocratização nos procedimentos de candidatura a financiamentos • Dificuldades financeiras das IPSS • Órgãos sociais em regime de voluntariado • Escassez de programas de voluntariado • Fraca articulação entre IPSS's • Maior contacto/proximidade das IPSS's com a comunidade • Cuidador informal – maior informação/formação e apoio psicológico •

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CAPACITAÇÃO COMUNITÁRIA E INTERVENÇÃO EM CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA SOCIAL E CENÁRIOS DE EXCEÇÃO	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Juntas/Uniões de Freguesia (enquanto elementos agregadores de todas as entidades no território, permitem uma maior coesão territorial; percecionar as pessoas como um todo) IPSS Associações e coletividades Associativismo – desenvolvimento de atividades intergeracionais e de integração, promotoras do “saber fazer” e do “saber estar” “Aldeias de Montanha” Projeto “Aldeias de Montanha” aplicado às Aldeias de Planície Movimento Estrela Viva (proteção e valorização do território – ações de preservação da natureza, promoção de produtos endógenos, valorização das comunidades, preservação de valores e tradições) Bombeiros Voluntários GNR / UEPS (Unidade de Emergência de Proteção e Socorro - equipas helitrasportadas de combate aos incêndios) Serviço Municipal de Proteção Civil Gabinete de Apoio à Freguesia (informações, candidaturas, etc.) Equipas de Cuidados à Comunidade Equipas multidisciplinares de intervenção na comunidade (Alavanca) Intervenção do CLDS na comunidade ao longo das várias gerações Descentralização de atividades promovidas pelo Município – Páscoa Ativa, por exemplo Recursos endógenos associados aos costumes e tradições do território/identidade da Serra da Estrela Praias fluviais/rios com bandeira azul e galardoados Espaços museológicos Marchas Populares Imigração Recuperação de espaços devolutos Reativação da Feira Agrícola (FIAGRIS) Reproduzir a dinâmica das CSIF – promovendo reuniões regulares com juntas, associações e coletividades 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de maior envolvimento das Juntas/Uniões de Freguesia na intervenção social Dificuldade das Juntas/Uniões de Freguesia em lidar com procedimentos legais relacionados com a imigração Necessidade de reforçar os conhecimentos por parte das Juntas/Uniões de Freguesia Medidas de autoproteção da população devem ser reforçadas pelas Juntas de Freguesia Falta de pessoas para cargos diretivos em associações Formação para quadros dirigentes (comunicação, marketing, por exemplo) Formação à medida das necessidades de cada instituição e das associações/ coletividades Captação de jovens para o associativismo e para ações de voluntariado / maior sensibilização para programas de voluntariado envolvendo as escolas Falta de seguro para os jovens desenvolverem voluntariado nas IPSS Formação para a cidadania Dinamização de atividades lúdicas e pedagógicas para crianças e jovens Atividades de ocupação de tempos livres para crianças e jovens nas freguesias Limite de participantes (crianças/jovens) nas atividades promovidas pelo Município Falta de pessoas para integrar atividades ligadas à igreja, que continuam a ser aglutinadoras nas freguesias “Aldeias de Montanha” vs Aldeias de Planície (falta de investimento) Coletividades acolhem “Aldeias de Montanha”, mas não em todas as freguesias Iniciativas sazonais das “Aldeias de Montanha” – falta de divulgação Entraves do Parque Natural da Serra da Estrela na dinamização de atividades, nomeadamente, do Clube de Montanhismo de Seia Localização da Escola de Montanhismo é um constrangimento para as atividades de escalada com progressão Vulnerabilidade na camada jovem, relacionada com os consumos Absentismo escolar dos jovens Vulnerabilidades das famílias (nomeadamente, carência económica) Sensibilização na área dos consumos/dependências (alcoolismo, etc.) Ações no âmbito das violências Ações no âmbito da saúde mental Rastreios itinerantes nas freguesias IPSS – reinventarem-se mediante alteração dos estatutos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Portugal 2030 Radar Social CLDS5G Proteção Civil – Aldeias Seguras, Pessoas Seguras (ações de sensibilização para prevenção de comportamentos de risco, medidas de autoproteção) Plano Nacional de Saúde 2020-2030 Planos Municipais para a Integração de Migrantes Multiculturalidade – importante para o povoamento e economia CEIS – Centro para a Economia e Inovação Social Programas de Inovação Social (apropriação de boas práticas de outros locais) Empreendedorismo (candidaturas) Programa de Voluntariado (candidaturas) Programas de Ocupação de Tempos Livres – IPDJ Divulgação de boas práticas comunitárias Proximidade entre os autarcas na intervenção social 	<ul style="list-style-type: none"> Demografia Posicionamento geográfico Alterações climáticas Calamidades/catástrofes naturais – incêndios florestais Planeamento florestal e gestão de combustíveis Reduzido financiamento das Juntas de Freguesia Apoio/financiamento do Estado junto das Instituições Investimento do Estado na problemática das dependências As orientações globais/nacionais não têm, muitas vezes, aplicação no contexto real